

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARLON CÉSAR SILVA

O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA
DAS DORES EM UBERABA, MINAS GERAIS, BRASIL (1928-1971)

Uberlândia, MG

2024

MARLON CÉSAR SILVA

O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA
DAS DORES EM UBERABA, MINAS GERAIS, BRASIL (1928-1971)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Décio Gatti Júnior

Uberlândia, MG

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586e
2024

Silva, Marlon César, 1977-
O ensino de história da educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores em Uberaba, Minas Gerais, Brasil (1928-1971) [recurso eletrônico] / Marlon César Silva. - 2024.

Orientador: Décio Gatti Júnior.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.5049>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

I. Educação. I. Gatti Júnior, Décio (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408

MARLON CÉSAR SILVA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 29/2024/417, PPGED				
Data:	Vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	12113EDU027				
Nome do Discente:	MARLON CÉSAR SILVA				
Título do Trabalho:	"O ensino de História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores em Uberaba, Minas Gerais, Brasil (1928-1971)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O Ensino de História da Educação em Perspectiva Comparada: formação de professores, programas de ensino e manuais disciplinares no Brasil e em Portugal (séculos XIX e XX)"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/decio-gatti-junior-2>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Vivian Batista da Silva - USP; Ana Laura Godinho Lima - USP; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; Sauloéber Tarsio de Souza - UFU e Décio Gatti Júnior - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Décio Gatti Júnior, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

APROVADO

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por Decio Gatti Junior, Professor(a) do Magistério Superior, em 30/08/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Ana Laura Godinho Lima, Usuário Externo, em 30/08/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior, em 30/08/2024, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior, em 30/08/2024, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Vivian Batista da Silva, Usuário Externo, em 06/09/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5630453 e o código CRC 72381611.

Dedico este trabalho à minha família:

Neuza Aparecida Silva, José Mardonio da Silva, Edwardes Silva Júnior e Otávio Lucas Menezes Silva.

E para aqueles (as) que realmente torceram por mim, contribuíram e acreditaram na escrita dessa História...

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Não poderia ser diferente! Por ter conseguido chegar até aqui, enfrentando tantos desafios, dificuldades e obstáculos, fomos persistentes, vencemos graças ao Criador, Deus!

À minha família, minha mãe Neuza, Edwardes meu pai, Otávio Lucas e José Mardonio, vocês foram e são minhas maiores inspirações, apoio e incentivo para continuar.

À Universidade Federal de Uberlândia (PPGED) Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED - Faculdade de Educação, gratidão pelo acesso, à acolhida e pela experiência vivenciada.

Professor Dr. Décio Gatti Júnior, meu orientador, por me conduzir até aqui, por ser paciente, competente com sua criteriosa orientação e o cuidado em acompanhar a escrita, sempre atento, nos momentos de reunião de orientação, que sempre acabavam em uma aula sem igual.

Aos professores do Programa que contribuíram para a minha formação, Carlos Henrique de Carvalho, Raquel Discini de Campos, Sonia Maria dos Santos, Marcio Danelon e a saudosa Professora “Romana Brázio Valente Pinho ...

À Rosangela Maria Castro Guimarães, que a pedido do meu orientador se mostrou disponível em várias situações, também por ceder material acadêmico impresso, mídias, que em muito contribuiu para a realização dessa pesquisa.

À Debora Ribeiro Vannucci, por demonstrar tanto empenho e atenção para com a pesquisa, “abrindo as portas” para o acesso à documentação no Museu, especialmente no arquivo, pois, sem seu auxílio, talvez essa pesquisa não tivesse sido possível.

Às caríssimas contribuições e a leitura atenta do texto elaborado para o exame de qualificação por Prof.^a Dr.^a Betania de Oliveira Laterza Ribeiro e Prof.^a Dr.^a. Vivian Batista da Silva.

Aos membros da Banca de Defesa do Doutorado, Prof.^a Dr.^a. Vivian Batista da Silva, Prof.^a Dr.^a Ana Laura Godinho Lima, Prof.^a Dr.^a Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza e, pelo aceite em participar da composição desta banca e pelas apreciações que muito contribuíram para o fortalecimento do trabalho.

James e Ali, Técnicos Administrativos da Secretaria do PPGED, pela cordialidade, atenção e prontidão no atendimento à comunidade acadêmica.

À senhora Marta Queiroz Fabri, por permitir em um primeiro momento, o acesso às dependências do Colégio Nossa Senhora das Dores e disponibilizar a consulta de parte do acervo do arquivo documental da instituição.

À Lourdinha Leal, que por intermédio do professor Décio, articulou contato com grupo de pessoas que passaram pelo Colégio Nossa Senhora das Dores.

À Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, por organizar parte do material solicitado para a pesquisa, em especial à Vânia.

À Arailda Gomes, Maria Luiza Miziara e Celina Rischitelli, que, com todo o prazer e disponibilidade, contribuíram com suas memórias do tempo de normalistas. Beatriz Ribeiro Ferreira, obrigado!

“Apesar de primeiro e único, o livro, houve aqui exigentes. Acusaram-me de andar, pari-passu, com a História da Civilização, como se não fosse implícito que a educação é essa mesma civilização, na sua estrutura, como forma total e sensível depende do arcabouço básico íntimo: a história dos homens feitos dependente da história da formação dos homens ... Uma má educação, tirânica e arrogante, faz uma civilização guerreira e desumana, como boa educação, digna desse nome, trará justiça e conformidade entre os homens. A História da Civilização é a História dos resultados da educação ... A História da Educação é a chave ou a decifração da outra. Está certo. E está até nas primeiras linhas do livro, que os exigentes não leram ...”

(Afrânio Peixoto)

(Da 2ª edição: 1936, p.8)

RESUMO

Esta tese de doutoramento insere-se na área da Educação, subárea de História da Educação na temática da História Disciplinar. O foco da investigação é o ensino da disciplina História da Educação no curso de formação de professoras na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, mantida pelas Irmãs Dominicanas em Uberaba-MG, no recorte temporal de 1928 a 1971. Buscamos compreender a trajetória da disciplina, seus percalços, sua efemeridade e as configurações e reconfigurações ocorridas ao longo desse período. O ano de 1928 sinalizou o surgimento da disciplina História da Educação na grade curricular da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, encerrando-se em 1971, quando houve profundas reformas na legislação educacional. O objetivo geral foi compreender como se realizou o ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, equiparada às Escolas Normais do Estado de Minas Gerais, tendo como referência a Escola Normal Modelo da Capital. Investigamos as mudanças curriculares ocorridas, as práticas de ensino aplicadas, a metodologia e a legislação em vigor. Para além dos processos, mudanças e efemeridade presentes na configuração e reconfiguração da disciplina, buscamos por materiais de ensino como manuais disciplinares, registros de materiais de ex-alunos e ex-docentes como cadernos e diários de classe e da coleta de depoimentos. Trabalhamos com o propósito de identificar as nuances presentes na dinâmica em que se realizou a prática do ensino da História da Educação. Como aporte teórico contamos principalmente com Lopes (1986), Chervel (1990) Melo (2002), Gatti Jr. (2008) e Guimarães (2012 e 2016). Os resultados da pesquisa foram apresentados em três capítulos, a saber: 1) Sobre a criação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores e a implantação da disciplina História da Educação; 2) Acerca das prescrições para o ensino de História da Educação nas escolas normais: os programas de ensino e os manuais; 3) Sobre as memórias docentes e discentes sobre o ensino de História da Educação na escola normal do Colégio Nossa Senhora das Dores. Concluimos com a assertiva de que o ensino de História da Educação esteve presente no programa de formação de professoras na Escola Normal, considerando a grade curricular prevista no percurso da instituição, revelando que, por alguns períodos, a disciplina esteve integrada a outras cadeiras como Filosofia da Educação, História da Civilização ou ainda nas Cadeiras de Pedagogia e Higiene.

Palavras chaves: História; Educação; Formação de Professores; Escola Normal; História da Educação.

ABSTRACT

This doctoral thesis is inserted in the Education area, sub-area of the History of Education subject on the Disciplinary History theme. It is focused on the teaching of the History of Education subject in the Teacher Training Course at Nossa Senhora das Dores School, a religious school managed by Dominican nuns in Uberaba-MG from 1928 to 1971. It is an attempt to understand the dynamics of the development of the subject, the mishaps, the transience and the designs and redesigns of this subject during this period. The year 1928 was the starting point of the introduction of the History of Education subject into the curriculum of Nossa Senhora das Dores School and it ended in 1971 when deep reforms in educational legislation took place. The general objective was to understand how the subject of History of Education was taught at this school, which corresponded to the Teacher Training Schools of the State of Minas Gerais and compared to the Model School of Teacher Training in the capital. The curricular changes made, the teaching practices used, the methodology and the laws and rules were studied. Beyond the processes, changes and efemerity present in the designs and redesigns of the subject, we searched for teaching materials such as content manuals, records of former students and teachers such as notebooks and class diaries as well as interviews. We worked with the purpose of identifying the nuances present in the dynamics in which the practice of the teaching of the History of Education subject took place. As for theoretical support we counted mainly on Lopes (1986), Chervel (1990) Melo (2002), Gatti Jr. (2008) and Guimarães (2012 e 2016). The results of this research were presented in three chapters: 1) The foundation of Nossa Senhora das Dores School and the introduction of the History of Education subject; 2) The prescriptions for the teaching of the History of Education subject in Teacher Training Schools: the teaching programs and manuals; 3) The memories of former teachers and students on the teaching of History Education in Nossa Senhora das Dores School. We came to the conclusion that the teaching of the History of Education subject was present in the teacher training program of this institution and it was revealed that for some periods it was integrated with other subjects such as Philosophy of Education, History of Civilization or even Pedagogy and Hygiene.

Keywords: History; Education; Teacher Training; Teacher Training School; History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada da Primeira Edificação da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba-MG. 61	61
Figura 2 - Fachada da nova edificação da Santa Casa. 1965.....	63
Figura 3 - Registro da primeira fachada da sede definitiva do Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG. Lugar denominado Praça da Misericórdia. 1930.....	66
Figura 4 - Solicitação de Irmã Maria José ao Secretário de Interior. Programas de Ensino. ..	67
Figura 5 - Solicita ao Secretário de Interior a equiparação às Escolas públicas do Estado de Minas Gerais.....	70
Figura 6 - Registro em ata constando a relação das normalistas diplomadas no ano de 1915.	72
Figura 7 - Ata de envio dos Programas de Ensino ao Secretário de Interior no ano de 1913. 73	73
Figura 8 - Diploma de Normalista de Amélia Bruno. Constam, no documento, os dizeres: Equiparado às Escolas do Normaes do Estado. 1927. (Frente do Diploma).....	77
Figura 9 - Notas de aprovação em exames finais. Figuram as disciplinas de História do Brasil, Educação Cívica e Noções de História Universal. (Verso do Diploma).....	78
Figura 10 - Imagem do Diploma do Curso Normal de Arailda Gomes, cedido por ela. Não faz menção à equiparação com as Escolas Normaes do Estado. (Frente do Diploma).....	79
Figura 11 - Título com relação de disciplinas cursadas durante o processo de formação. (Verso do Diploma).....	79
Figura 12 - Alunas do Externato São José. S.d.	80
Figura 13 - A página 29 do livro de Ata de Promoções – 18 de novembro de 1926, manuscrito, destaca no 3º ano do Curso Normal a disciplina História univ. (História universal, provavelmente).	84
Figura 14 - Registro de Diário do Professor, novembro de 1928.....	85
Figura 15 - Livro de registro de Atas e resultados finais. 1928.	86
Figura 16 - Médias finais do Curso de Aplicação no ano de 1935. A disciplina História da Educação figura nos 1º e 2º anos.	88
Figura 17 - Médias finais do Curso de Aplicação no ano de 1935. A disciplina História da Educação figura nos 1º e 2º anos.	89
Figura 18 - Diploma de normalista de Maria Aparecida Miguel Hueb. 1945. (Frente do Diploma).....	90
Figura 19 - Verso do Registro da disciplina História da Civilização e da Educação.....	91

Figura 20 - Página do registro de controle de notas e atividades para cálculo de médias.....	92
Figura 21 - Ficha de registro do desempenho de normalistas da 1ª série 1950.....	92
Figura 22 - Ficha de registro do Curso de Formação – referente às notas anuais.....	93
Figura 23 - Ficha de Registro de notas anuais. 1952.....	94
Figura 24 - Ata de 2ª Prova Parcial de 1962.	94
Figura 25 - Ata de 2ª Prova Parcial de 1964.	95
Figura 26 - Diploma de Curso Colegial Normal de Efigênia Maria Salles, datado de dec. 13/08/63, e com data de diplomação provável em 08 de dezembro de 1963.....	95
Figura 27 - Verso do diploma de Efigênia Maria Salles.	96
Figura 28 - Diploma de Curso Colegial Normal de Maria das Neves Prata dos Santos Fontoura.	97
Figura 29 - Verso do diploma de normalista de Maria das Neves Prata dos Santos Fontoura.	98
Figura 30 - Boletim de desempenho da normalista Ana Rosa Medina Coeli. Nele figura a disciplina História da Civilização no ano de 1946, no 1º ano do Curso de Aplicação.....	99
Figura 31 - Figura: Grupo Escolar Brasil. Década de 1910.	109
Figura 32 - Grade Curricular da Escola Normal Modelo da Capital.....	110
Figura 33 - Grade Curricular das escolas normais regionais mistas.	111
Figura 34 - Espelho página Cadeira de Pedagogia e Higiene.	114
Figura 35 - Capa Decreto nº 4.955 de 03 de abril de 1918.....	117
Figura 36 - Sanção do Decreto n.º 4.955 – de 3 de abril de 1918.	118
Figura 37 - Horário da Escola Normal Modelo para o ano letivo de 1918.	119
Figura 38 - Espelho Página Cadeira de História, Educação Cívica e Moral.....	120
Figura 39 - Espelho Revista de Ensino Cadeira de História. Item 9 em destaque. Direção Filosófica. Bacon, Descartes, Pestalozzi, et al.	121
Figura 40 - Espelho Revista de Ensino, fragmento das ordens monásticas, da instrução no Império, do Ensino Normal em Minas Gerais. Número 14 do programa contempla O Ensino Normal em Minas.	122
Figura 41 - Livro registro Legislação Mineira. 13 a 15 de setembro de 1934.	129
Figura 42 - Das cadeiras das Escolas Normais. Das diretrizes para ocupação de cargos em comissão.	130
Figura 43 - Dos conteúdos previstos para o currículo do curso preparatório das escolas normais oficiais de Belo-Horizonte e Juiz de Fora. Curso de Aplicação contempla o ensino de História da Educação.....	131

Figura 44 - Precariedade na disponibilidade de pessoal docente com formação para atendimento às disciplinas propostas pelos programas oficiais.....	132
Figura 45 - Registro Ponto Diário. 2º ano do Curso de Aplicação. Ano Letivo de 1936. Cadeira de Psych. Educacional.	134
Figura 46 - Autorização para que a Instituição funcionasse como Colégio.	136
Figura 47 - Acervo particular CNSD. 2022.	139
Figura 48 - Professor Leôncio Ferreira do Amaral (Homenageado). Acervo pessoal de D. Arailda Gomes.....	144
Figura 49 - Normalista Arailda Gomes. Do acervo pessoal da entrevistada. Gentilmente cedida para o autor. 2022.	145
Figura 50 - Modelos de uniforme escolar usados no Colégio Nossa Senhora das Dores.	146
Figura 51 - 4ª série de acomodação. Diplomadas de 1947. Do acervo pessoal da entrevistada. Gentilmente cedida para o autor. 2022. Laura Pinheiro seria inspetora do Colégio alguns anos depois.....	147
Figura 52 - Espelho página Autores adotados no Ensino de História da Civilização. História da Educação. Paul Monroe na disciplina História da Educação. (1947-1950).	148
Figura 53 - PAUL MONROE. História da Educação. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas. Vol. 34. 4ª edição. 1954.	152
Figura 54 - Folha de Rosto: Paul Monroe. História da Educação. 4ª Edição.....	153
Figura 55 - PAUL MONROE. História da Educação. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas. Vol. 34. 8ª edição. 1969.	155
Figura 56 - Folha de Rosto. Paul Monroe. História da Educação. 8ª Edição.....	156
Figura 57 – Momento de oração e integração na área externa.	174
Figura 58 - Parâmetros para admissão nas Escolas Normais. 1921	175
Figura 59 - Sala de aulas da Escola Normal. S.d.....	183
Figura 60 - Sala de aula Colégio Nossa Senhora das Dores. S.d.	184
Figura 61 - Conselho estadual de educação disciplinas opcionais. 1969.....	187
Figura 62 - Fonte documental nomeada Diário do Professor.....	192
Figura 63 - Registro de Ata de realização de prova escrita da disciplina História da Educação, de alunas do 4 ano do Curso Normal.....	195
Figura 64 - Da regulamentação dos programas de ensino para as escolas normais equiparadas.	198
Figura 65 - Autorização para funcionamento como Colégio – curso clássico e científico. ..	199
Figura 66 - Termo de fiscalização. Uberaba, 31 de março de 1953.....	200

Figura 67 - Registro de Correspondência ao Senhor Secretário de Interior.....	206
Figura 68 - disciplinas práticas ficavam a cargo das religiosas. 1947.....	208
Figura 69 - Organização da Biblioteca por áreas. Pedagogia e Ciências auxiliares, não citam quais.....	210
Figura 70 - Biblioteca do Curso Normal.	211
Figura 71 – Biblioteca do Curso Normal.	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção acadêmica sobre o Colégio Nossa Senhora das Dores – CNSD – Uberaba – Minas Gerais e Temáticas afins, no período compreendido entre 2002 e 2022.....	30
Quadro 2 - Escolas Normais na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.....	45
Quadro 3 - Dados coletados de diplomas de ex-alunas da escola normal: mudanças curriculares ocorridas.	96
Quadro 4 - Ano dos Manuais de História da Educação com Citações de Paul Monroe.	152
Quadro 5 - Ex-alunas da Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Curso Normal/Curso de Aplicação/*Curso Clássico/Ginásio.	187
Quadro 6 - Organização da obra de Theobaldo Miranda Santos, edição de 1958. De acordo com os programas das faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais.	202
Quadro 7 - Organização da obra de Monroe, edição de 1969, sem alterações de conteúdo em relação à edição de 1959 e outras notas. Adaptação sem citação de subtítulos.	203

LISTA DE SIGLAS

CEN	Companhia Editora Nacional
CNSD	Colégio Nossa Senhora das Dores
E.M.C.	Educação Moral e Cívica
H.E	História da Educação
HEM	Habilitação Específica para o Magistério
FISTA	Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino
LBDN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
O.P	Ordem Pregadora – da Congregação das Irmãs Dominicanas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIUBE	Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 A CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DAS DORES E A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	33
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO NORMAL NO BRASIL, EM MINAS GERAIS E EM UBERABA-MG.....	33
1.2 CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS PARA A CRIAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DE UBERABA-MG.....	54
1.3 CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DAS DORES.....	64
1.4 O SURGIMENTO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DAS DORES.....	82
1.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	100
2 AS PRESCRIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS NORMAIS: OS PROGRAMAS DE ENSINO E MANUAIS.....	102
2.1 OS PROGRAMAS DE ENSINO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DAS DORES DE UBERABA-MG.....	103
2.2 OS MANUAIS DE ENSINO E PRESCRIÇÕES NECESSÁRIAS À DOCÊNCIA NO ENSINO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DAS DORES DE UBERABA-MG	139
2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	157
3 MEMÓRIAS DOCENTES E DISCENTES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES	165
3.1. SOBRE OS DOCENTES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL	166
3.2. SOBRE OS DISCENTES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL	173
3.3. SOBRE OS CONTEÚDOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DISSEMINADOS NA ESCOLA NORMAL: ENTRE IDEIAS CONSERVADORAS E PROGRESSISTAS	189
3.4. SOBRE AS PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: METODOLOGIAS E MATERIAIS DE ENSINO.....	205
3.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	213

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS	222
ANEXOS	228
ANEXO A – TERMO DE CESSÃO GOMES, ARAHILDA	228
ANEXO B – TERMO DE CESSÃO MISIARA, MARIA LUIZA CANEIRO.....	229
ANEXO C – TERMO DE CESSÃO RISCHITELI, CELINA.....	230
ANEXO D – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS CNSD.....	231

INTRODUÇÃO

A presente tese insere-se na área de Educação, na subárea de História da Educação, na temática da História Disciplinar. Vincula-se ao projeto de pesquisa do professor orientador em seu currículo Lattes sob o título; O Ensino de História da Educação em Perspectiva Comparada: formação de professores, programas de ensino e manuais disciplinares no Brasil e em Portugal (séculos XIX e XX). Tem como objeto o ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores¹, localizada na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, instituição mantida pela Congregação das Irmãs Dominicanas.

O período investigado abarcou o recorte temporal de 1928 a 1971, sendo que o referido tempo histórico sinaliza o surgimento da disciplina História da Educação na Escola Normal, identificando as mudanças observadas na disciplina durante esse período. Entusiastas do conservadorismo na sociedade uberabense, as elites locais, formadas por grupos políticos que encabeçavam o poderio econômico e social uberabense, tinham na educação católica um aparato para a formação da conduta e de princípios morais que dariam conta de formar não somente boas educadoras, mas, preferencialmente, esposas e cuidadoras dos filhos e do lar, que aprenderiam na Escola Normal os ofícios de afazeres e prendas domésticas, corte e costura, bordado em agulha, dentre outros trabalhos manuais.

Nesse percurso, quanto à hipótese inicial, foi determinante na assertiva de que em um curso de formação de jovens professoras em uma Escola Normal, a rigor foi contemplado o ensino de História da Educação considerando-se tratar de uma escola católica de perfil confessional fundada por uma das várias ordens ou congregações católicas instaladas no Brasil. Dada esta configuração, ao acreditar que o catolicismo tenha influenciado tanto a formação em geral no âmbito da Escola Normal como as particularidades conferidas ao ensino de História da Educação, tendo possivelmente influenciado na configuração dos programas de ensino prescritos, na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nos manuais disciplinares de referência e nas práticas de ensino da disciplina.

Desse modo surgiram, durante o percurso de investigação, algumas questões pontuais e problemáticas que se desdobraram a partir provocações inquietações como: encampada a questão

¹ A Escola Normal Nossa Senhora das Dores foi uma instituição educacional fundada há mais de um século na região do Triângulo Mineiro, em Uberaba - Minas Gerais. Com uma longa história na cidade e região, desempenhou um papel significativo na formação de professores e na educação básica.

acerca de: qual foi a configuração inicial e a dinâmica frente aos processos de reconfiguração do ensino de História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, entre 1928 e 1971.

Ao refletir, então acerca de: I) ter havido investigações e quais suas características sobre o Colégio Nossa Senhora das Dores², de modo geral, e sobre o ensino de História da Educação na Escola Normal? ; II) características dos currículos e dos programas de ensino de modo geral e o lugar ocupado pelo ensino de História da Educação na Escola Normal; III) qual era o perfil dos docentes e como se davam os processos de recrutamento para a atividade docente ao longo do tempo na escola normal; IV) quais foram as características do público discente ao longo do tempo e, na medida do possível, quais foram as trajetórias profissionais trilhadas por estes; V) que materiais eram utilizados como instrumentos norteadores no ensino de História da Educação na escola normal; e VI) quais eram as práticas de ensino, estratégias e metodologia utilizadas no ensino de História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

No que se refere ao objetivo geral desta tese de doutoramento, nos propomos compreender a forma tomada pelo ensino da disciplina História da Educação no percurso histórico da formação de professoras na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, estando imbricados, nesse contexto os programas e materiais de ensino, considerando estes últimos os manuais e autores adotados entre 1928 a 1971.

No que diz respeito aos objetivos específicos, procuramos: a) conhecer a literatura existente no âmbito do Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba, bem como investigar a existência de produção científica sobre a Escola Normal do colégio, em especial, e particularmente, sobre o ensino da disciplina História da Educação; b) conhecer os marcos legais do ensino de História da Educação em termos nacionais e na esfera estadual; c) conhecer as características dos programas e currículos previstos durante o período em que se insere essa investigação; d) apreciar as características ou perfil dos docentes, analisando quais critérios eram adotados para recrutamento de docentes para atuação na escola normal; e) analisar o perfil do público discente e sua trajetória profissional após formadas professoras; f) elucidar quais materiais de ensino eram utilizados no ensino da disciplina História da Educação na escola normal; e g) caracterizar as práticas de ensino e os recursos aplicados no ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores.

² Inicialmente Colégio Nossa Senhora das Dores, a instituição iniciou suas atividades na cidade de Uberaba-MG, em um espaço simples e improvisado, nas dependências da antiga Santa Casa de Misericórdia da cidade. As religiosas vindas de Bor, na França, região do Aveyron, instalaram-se na cidade no ano de 1885, desembarcando no Rio de Janeiro, a seguir realizando uma exaustiva viagem em parte de trem e outra parte a cavalo, em carroças e carros de boi.

Quanto à fundamentação teórica, ao apoiar nas ideias disseminadas principalmente por Chervel (1990) em seu manuscrito intitulado História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. A publicação do referido texto se realizou por meio do periódico Teoria e Educação do qual pode ser destacada a importância sobre o campo de investigação das disciplinas escolares que ancora suas bases no arcabouço de relevância da História Cultural como uma razão explicativa para o seu desenvolvimento, o que irá suscitar particularidades inerentes à análise de uma cultura escolar.

A cultura escolar é um movimento dinâmico, resultante de importantes atores sociais que envolve estudantes, comunidade e docentes integralizando-se em uma construção social. O campo da cultura escolar, não estabelece como um mero conjunto de práticas e normas institucionalizadas, configurando-se como um espaço de construção identitária, potencialmente influenciada por valores sociais, pessoais e culturais. Consideramos nesse campo de discussão o lugar de privilégio em que são configuradas determinadas culturas em prejuízo de outras, como algo possível no contexto histórico e social em que pode ser elaborado um currículo escolar por exemplo. Entretanto, isso poderá ser ressignificado ao considerarmos os conteúdos ou matérias a serem ensinados, justificando-se para tanto que valores e saberes serão inculcados na ótica desse movimento.

Tanto o conhecimento quanto os valores religiosos eram transmitidos no universo da cultura escolar sob o prisma das escolas normais confessionais. Os valores e princípios religiosos eram disseminados por meio das matérias acadêmicas como o ensino religioso, particularmente na instituição católica, considerando uma proposta pedagógica que integraria valores religiosos às prescrições legais para o ensino. Tacitamente as outras matérias de ensino, ou disciplinas afins, organizadas por cadeiras de ensino, sofreram tais influências, podendo, por vezes, esbarrar nas mudanças no ensino propiciadas por mudanças na legislação de ensino.

Escolano Benito (2017) chama a atenção para o fato de que “gostemos ou não” a cultura prática resultante, isto é, a cultura efetivamente constituída em realidade, está presente na escola em toda sua estrutura, posto que

A história da escola é uma história de criações; porém, é também uma história dessas recepções, acomodações, traduções, apropriações, recusas, resistências, fusões, mestiçagens, metamorfoses... A história da profissão docente é, além disso, a história de como os atores reais – que encaram esses comportamentos reais que presidem a vida cotidiana nas instituições de ensino, excluídos os jogos de verdade, impostos pelo positivismo e pelo idealismo, no âmbito acadêmico, e pelo estatismo, no plano político, que foram construindo, empiricamente, uma arte que permite legitimar, com base na própria prática da educação escolar, o protagonismo social e cultural dos professores e as marcas de identidade de seu próprio ofício. (2017, p. 95).

Consoante às proposições, Chervel (1990, p. 178), ao discorrer sobre a noção de disciplina escolar, aponta que neste campo o historiador é confrontado com um problema pouco usual.

Aplicada ao ensino, a noção de disciplina, independente de toda consideração evolutiva, não foi, nas ciências do homem e, em particular, nas ciências da educação, objeto de uma reflexão aprofundada. Demasiadamente vagas, ou demasiado restritas, as definições que dela são dadas de fato não estão de acordo, a não ser sobre a necessidade de encobrir o uso banal do termo, o qual não é distinguido de seus “sinônimos” como matérias ou “conteúdos” de ensino. A disciplina é aquilo que se ensina e ponto final.

No seu uso escolar o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designavam, até o fim do século XIX, mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso. A história disciplinar está, de certa forma, conectada ao campo de estudo de História das Instituições Escolares, haja vista que estes podem ser lugares de pesquisa e de investigação para produção científica.

A história das disciplinas escolares, não deve, entretanto, ser considerada como uma parte negligenciada da história do ensino, que, depois de corrigida, viria a lhe acrescentar alguns capítulos. Pois não se trata apenas de preencher uma lacuna na pesquisa. O que se trata aqui é a própria concepção da história do ensino. (Chervel, 1990, p. 184).

Ao considerar, problematizar e refletir acerca das configurações e reconfigurações em que se delinearam tais perspectivas, de forma objetiva, atendendo aos critérios e rigores de cientificidade necessários à construção de tal compreensão à luz de concepções presentes no campo das ciências pedagógicas, bem como nas dimensões presentes no campo de estudos da História e Historiografia da Educação. Ao tratar do conceito de instituições escolares e seus desdobramentos para a História e a Historiografia, Saviani (2005) considera que à base dessa aparente diversidade de significados, a palavra “instituição” guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem.

Assim, além de criada pelo homem, a instituição se apresenta como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso, a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória (p. 28).

Pode-se então concordar com Saviani (2005) quando tomamos a Escola Normal Nossa Senhora das Dores como nosso lugar de pesquisa e a situamos no contexto de materialidade, sendo que a instituição atendia as demandas de uma sociedade elitista em formação, arraigada um padrão impregnado pela orbe do “conservadorismo republicano” que se instalara timidamente na “Princesa do Sertão”, denominação dada à cidade de Uberaba no final do século XIX, por localizar-se na privilegiada região do Brasil Central. A instituição de ensino atravessou o século XX e ainda carrega, no século XXI, a pecha de Colégio das Freiras ou mesmo das Irmãs Dominicanas.

O fazer docente sempre esteve imbricado à necessidade de aperfeiçoamento e do preparo para a dinâmica de ações que incidissem sobre a prática de ensino. Compreendemos que a História da Educação, enquanto disciplina escolar, institucionalizou-se por volta de meados do século XIX. A esse respeito Nóvoa (1996, p. 419), considera que:

Nas décadas de transição do século XIX para o século XX, a História da Educação vai perder, progressivamente, o seu papel de disciplina que permite reconstruir a historicidade do processo educativo – e do esforço de teorização pedagógica – para se transformar, primeiro, numa evocação descritiva de factos, ideias e práticas para consumo dos futuros professores e, mais tarde, num tempo dominado pelas “ciências da observação numa disciplina sem qualquer utilidade”. Na verdade, o sucesso da História da Educação no início do século XX, com a conquista de um espaço significativo na formação de professores e de uma importante dinâmica editorial, faz-se à custa do esvaziamento das suas dimensões epistemológicas e heurísticas. Trata-se de uma história que perdeu o sentido da sua própria história, e que adotou um registo técnico e descritivo. Nestas condições o seu declínio era inevitável, pois deixou de ter uma função crítica e teórica e, num tempo obcecado por medidas e observações, deixou de ter qualquer interesse prático para a formação de professores.

No analisar pode -se evidenciar que na disciplina História da Educação, inserida no contexto das Ciências da Educação, sempre esteve atrelada a outros ramos como a Filosofia da Educação, a História da Civilização ou a História da Pedagogia e foi também integrada a Cadeiras de Ensino como Pedagogia e Higiene. Nesse aspecto, no que se refere a relações de poder, evidencia-se sua consolidação enquanto processo de autoafirmação em meio a esse embate. Essa explicação permeia questões peculiares no campo de formação profissional de professores, de forma a instrumentalizar o status da disciplina História da Educação, o que aconteceu de forma direta e coexistente.

Bastos (2005, p.345) esclarece que a aproximação da disciplina com a Filosofia da Educação, muitas vezes ministrada como História e Filosofia da Educação, faz com que a bibliografia em referência, seja muitas vezes direcionada ao campo da Filosofia. No que se diz respeito à introdução de reformas no cenário educacional, Bastos (2005, p. 340) destaca que

A partir de 1930 incluíram a cadeira de história da pedagogia nos planos das Escolas Normais. Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946) estabelece que no currículo das Escolas Normais deveria ser ministrada a disciplina História e Filosofia da Educação na terceira série.

A institucionalização da disciplina História da Educação aconteceu, inicialmente, entre 1840 e 1910, e que, consoante às proposições de Lorenz (2009, p. 131) “[...] no que se refere aos Estados Unidos, seria uma data aproximada em que a interpretação dos conteúdos da disciplina assumiu uma orientação mais objetiva”. O ensino fundamental demandava alta necessidade de investimentos na formação do professorado. Os conteúdos para além da instrução pelo notório e raso saber fazia-se pelo uso dos manuais de ensino.

Consoante a essas questões, recorremos à produção de biografia a respeito dos manuais de ensino de História da Educação adotados no Brasil (1860-1950), observando que:

Os manuais escolares são reveladores daquilo que constitui o duplo movimento contraditório da disseminação de conhecimentos elaborados no interior de uma disciplina. Os manuais de pedagogia - cursos, tratados, lições - tiveram a função de iniciar os alunos da escola normal na “nova ciência da educação”, isto é, (in)formar e inculcar os valores de um sistema público de educação. (Bastos, 2005, p. 355)

Nesse sentido, os programas de formação foram ampliados e impulsionados, na primeira metade do século XIX o que, para Lorenz (2009, p. 132) significaria que “os modelos instituídos em determinados estados foram embasados em experiências de outros lugares. Portanto, a Prússia foi o modelo para a política de escolarização universal com a profissionalização dos professores das séries iniciais”. Quanto a esse paradigma, Guimarães (2016, p. 40) coloca em destaque a procedência do sistema público estatal prussiano.

Ancorados em importantes constatações realizadas pela autora, sinalizamos que em nível internacional, em especial nos Estados Unidos, o ensino da disciplina História da Educação materializou-se na estrutura curricular de unidades de ensino de nível médio, em que foram observadas aproximações com o campo de ensino da História da Civilização, contribuindo para o aperfeiçoamento sociocultural do educando, não preconizando objetivos didáticos nesse contexto.

Ao dialogar com Magalhães, Gatti Jr. (2002, p.20) acredita que é de competência da história das instituições escolares investigar o que acontece nos meandros da escola, seja por “apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.” (Gatti Jr., 2002, p. 20).

O manuseio das fontes, concomitante ao tratamento das informações e visando a interpretação dessas, referenda o rigor necessário à produção da escrita científica de forma que o estudo torne-se relevante à comunidade científica, bem como a todos os demais interessados no anunciado campo de estudo. Nesse contexto, salienta Ragazzini:

A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada aos projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado. (2001, p.14)

A transmissão cultural de uma geração a outra põe em ação processos que se diferenciam segundo a idade dos que aprendem. (Chervel, 1990, p. 185). Portanto, os limites do ver e do dizer de uma época podem e devem ser observados e distendidos. No terreno da história cultural temos, então, uma abordagem voltada à compreensão de significados e práticas partilhadas, e de simbologias em face do que se pensa, do que se sente e do que se sonha.

O amplo conceito de cultura reverbera certa dificuldade no sentido de compreensão da cultura escolar. Destarte, Julia (2001, p.13) nos conduz à identificação desses objetos, principiando de práticas de ensino utilizadas na sala de aula, e a definir os grandes objetivos que presidiram a constituição de uma história renovada da educação.

Chervel (1990, p.183) ao discorrer sobre a história dos conteúdos de ensino, recorre a Herni Peyre, colocando em primeiro lugar que na história dos estudos a história do ensino e dos instrumentos de ensino é vergonhosamente negligenciada por aqueles dentre nós que desejamos compreender a fundo os escritores do passado.

É notável e significativa a trajetória da História da Educação no século XX, em que se considera a ocorrência de momentos sublimes no campo das inovações pedagógicas, realçando consideravelmente o quadro educacional em várias áreas do conhecimento e da educação, tornando significativa a forma de lidar com as práticas, experiências e as reflexões no contexto educacional. O lugar de onde falamos é uma marca indelével, assim “[...] então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural.” (Chervel, 1990, p.184).

Nesse sentido, Saviani, ainda imerso nas tratativas inerentes às instituições escolares, indica que “se a instituição se convalida por definição como uma unidade de ação e um sistema

de práticas, a análise sobre as práticas por elas desenvolvidas ficariam em segundo plano” (2005, p.30). Em vista dessas ponderações, o autor se aproxima de algumas conclusões e salienta que:

De qualquer modo, considerei útil levantar esse problema, mesmo porque a introdução das práticas nas investigações de caráter histórico-educacional traz uma série de questões que precisam ser enfrentadas, a começar pela noção de “cultura escolar”, ou “cultura da escola”, que recentemente aparece como correlato do conceito de “práticas escolares” (*ibidem*).

Julia (2001) defende, à rigor uma esguelha a integração no âmbito da cultura escolar, nesse campo de reflexões, como uma possível renovação da História da Educação. Abriu-se uma espécie de “caixa dividida em compartimentos” das quais pudessem oferecer um encadeamento de soluções para a escola, quando esta, buscava compreender o que ocorria naquele espaço particular. O autor discorre que:

Naquele momento se fazia necessária a formação de educadores, a partir de uma perspectiva profissional, atestando ser uma prioridade no estabelecimento das escolas ditas “normais”, nascidas sob bases monacais aos cuidados dos agostinhos de Sangan e, um pouco mais tarde, nos países da coroa austro-húngara (Julia, 2001, p. 14).

Melo (2002) em sua dissertação de Mestrado de sob o título: “Por trás dos muros escolares: Luzes e Sombras na Educação Feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores) Uberaba 1940-1966 trouxe como enfoque principal a instituição escolar como espaço de formação das alunas, imerso em uma abordagem reflexiva no contexto da educação confessional católica ofertado, então, pelas irmãs dominicanas. Sinaliza ainda no campo de suas considerações que os processos educacionais se configuravam à cuidadosa formação de suas alunas, confirmando os preceitos básicos que norteavam a educação de acordo com a filosofia dominicana. Trata-se de uma escola confessional católica cujas religiosas tiveram a responsabilidade de educar, ensinar e “formar” as moças de Uberaba e região durante décadas. Por suas mãos passaram diversas gerações que trilharam caminhos e conquistaram espaços, quer seja no âmbito profissional, ou no familiar, exercendo a tarefa de “dona de casa”.

As formas de controle exercidas sobre a mulher no início do século XX, o interesse em compreender a relação existente entre as intenções pessoais femininas e as intenções do meio externo formava um jogo dual entre as intenções individuais e sociais.

Ainda apoiados nas convicções sinalizadas por Melo (2002, p. 34), pode-se perceber que “[...] ainda nas primeiras décadas do século XX, a formação educacional da elite esteve, em sua maior parte, nas mãos de interesses particulares, mais especificamente de cunho religioso”.

Desse aparato, Buffa, à luz de concepções elencadas na obra de André Petitat, corrobora com a proposição de algumas categorizações, a saber:

Investigar o processo de criação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade (Buffa, 2002, p. 27).

A relevância da temática que encampa o âmbito de estudos e pesquisas inerentes à História das Instituições Escolares desenvolveu-se, sobretudo, a partir dos anos 1990 (Nosella; Buffa, 2005, p.352). Essa perspectiva corrobora com o distanciamento da prática de singularidades na pesquisa em educação, com ênfase no espaço historiográfico das Instituições Escolares o que, de acordo com a interpretação dos autores acima elencados, dificulta a compreensão do fenômeno educacional. Silva (2009, p. 214) contribui ao salientar que:

O processo de resgate das fontes das Instituições Escolares e de escrever a história destas Instituições amplia as possibilidades de compreensão da própria História da Educação na medida em que se relacionam com o todo, não devendo, portanto, ser mera divisão do campo da história da educação. A reconstrução histórica depende essencialmente das fontes, que são as bases para a produção historiográfica.

Riccioppo Filho (2007), à luz das análises realizadas por ocasião de sua investigação, acabou por constatar que a instituição dirigida pelas religiosas não era percebida com “bons olhos” na concepção de parte do público docente em atuação em outras instituições de ensino naquele momento:

Apesar de o novo colégio ter sido, logo de início, muito bem recebido pela elite uberabense, que desejava educar suas filhas dentro da moral católica, a incursão das irmãs dominicanas francesas no setor educacional não agradava a muitos professores regulamente habilitados, que se sentiam prejudicados pela concorrência das religiosas francesas. A queixa desses professores concentrava-se no fato de que as freiras dominicanas mal conheciam a língua portuguesa e as particularidades brasileiras, e ainda assim recebiam subvenção governamental, ao contrário das demais pequenas escolas particulares. (p. 148)

Ao discorrer sobre as primeiras iniciativas para a legitimação do exercício da docência, Tanuri afirma que:

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico de professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no

mundo moderno, ou seja, à implementação das ideais liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população. (2000, p. 62).

Como subsídio à reunião de materiais de pesquisa para iniciar a revisão de literatura bibliográfica, e no ancorar em obras que à luz de fundamentos teórico, pudessem promover a discussão e o norteamento sobre o contexto de evolução do ensino disciplinar da História da Educação ao longo do recorte temporal pretendido nessa investigação. Assim, recorrer à apreciação de temáticas frequentemente incluídas nas grades curriculares existentes nos currículos do ensino da História da Educação e como estes eram explorados nos manuais de ensino utilizados.

Nesse paradigma, recorrem ainda, à utilização de materiais que se dedicam ao entrelaçamento do componente curricular História da Educação com outras disciplinas como a sociologia da educação e a própria filosofia da educação entre outras. Portanto, ao ater não somente à análise e o estudo de pesquisas recentes, mas, também, de uma gama de produções que incluíam análises críticas referentes a estudos na área sempre sugerindo que ainda teremos lacunas e questões a serem resolvidas por meio da realização de incessantes investigações na área.

Desses pressupostos, pode-se acreditar que, do exercício de uma revisão bem estruturada consegue-se delimitar tendências, superar desafios e alcançar uma possível direção para o desenvolvimento de uma investigação consistente a partir da proposta de estudos consistentes no campo do ensino da História da Educação.

Para tanto no contexto da referida temática e lócus de investigação, ao identificar algumas produções relevantes à pesquisa e, portanto, ao reportar a busca por trabalhos acadêmicos de referência e pesquisas afins em sites especializados que pudessem contribuir nesse campo de produção. Entretanto, houve irrisórias aproximações que percorrem outros interesses e lugares de pesquisa que envolvem prédios escolares, memórias e cotidiano, trajetória e estruturação do ensino superior, com enfoque nas ciências pedagógicas e com a implementação das Faculdades de Filosofia, a FISTA, próxima a esse cenário.

Consoante o objeto de pesquisa, temos o trabalho de Maria de Lourdes Leal dos Santos que discorreu sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (2006). Vale citar a investigação de Edilene Alexandra com O Ensino de História da Educação na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino - FISTA, UBERABA, MINAS GERAIS, (1951-1980) (2022). Colocamos em destaque, a Tese de Doutorado de Rosângela Maria Castro Guimarães que tratou do Ensino de História da Educação na Escola Normal Oficial de Uberaba (2016). Ressaltamos, ainda, nossa própria investigação sobre o Ensino de História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG (2023).

Assim, ao procurar contribuir com a apresentação de um quadro síntese que sugere as indicações de trabalhos encontrados no campo de produção historiográfica sobre o, ou no, Colégio Nossa Senhora das Dores, conforme apresentado a seguir:

Quadro 1 - Produção acadêmica sobre o Colégio Nossa Senhora das Dores – CNSD – Uberaba – Minas Gerais e Temáticas afins, no período compreendido entre 2002 e 2022.

Ano	Título	Autor(a) (Orientador)	Tipo de produção e instituição
2002	Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. Sra. das Dores - Uberaba 1940/1966)	Geovana Ferreira Melo Moura (Geraldo Inácio Filho).	Dissertação de Mestrado/ Universidade Federal de Uberlândia.
2007	ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM UBERABA-MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos.	Plauto Riccioppo Filho (Alaíde Rita Donatoni).	Dissertação de Mestrado/ Universidade de Uberaba-MG
2007	“Templo do Bem”: O Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização Republicana (1908-1918)	GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro (Décio Gatti Júnior).	Dissertação de Mestrado/ Universidade Federal de Uberlândia.
2012	O percurso institucional da disciplina História da Educação em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 a 1970)	GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro (Décio Gatti Júnior).	Tese de Doutorado/ Universidade Federal de Uberlândia.
2018	A escola normal de Uberaba (1881-1905): memória e cotidiano.	OLIVEIRA, André Luís (Geraldo Inácio Filho).	Dissertação de Mestrado/ Universidade Federal de Uberlândia.
2022	O ensino de história da educação nas Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino - FISTA (Uberaba, Minas Gerais, 1951 - 1980)	Edilene Alexandra Leal Soares (Décio Gatti Júnior).	Tese de Doutorado/ Universidade Federal de Uberlândia.

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor – Repositório Institucional da Universidade Federal De Uberlândia-Mg. Sítio do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba-MG (UNIUBE).

No que se refere à metodologia da pesquisa, recorre à aquisição e apreensão de elementos constitutivos à tessitura de tese de doutoramento. A pesquisa foi realizada a partir de delineamento bibliográfico, documental, através da imersão do pesquisador no universo das fontes, no diálogo com estas, pela coleta de depoimentos orais por parte de antigos docentes,

discentes, sendo elementos pertinentes e relevantes à consolidação dessa investigação historiográfica.

Desde o ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, no início do doutorado, este projeto de pesquisa já preconizava investigar o ensino de História da Educação no contexto de ordens religiosas que se instalaram no Brasil no período próximo do final do século XIX e início do século XX. Consoante a esse propósito, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, aperfeiçoamos o projeto, realinhamos ações e delineamos os objetivos para que se desse um melhor desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, uma escrita fluida dessa tese de doutorado.

Nesse processo a indicação de trabalhos de áreas afins de considerável produção e embasamento teórico, a partir de criteriosas sugestões propostas pelo orientador, foram de suma importância como a relevante pesquisa realizada por Rosangela Maria Castro Guimarães sobre o ensino de História da Educação na Escola Normal Oficial de Uberaba e a pesquisa de Geraldo Gonçalves de Lima, que realizou seu estudo para doutoramento sobre a disciplina História da Educação na formação de normalistas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Minas Gerais (1947-1971). Caberiam aqui outras inestimáveis e caras contribuições das quais nos valem ao longo de nossa investigação e que, sem sombra de dúvidas, muito contribuíram para o fortalecimento do rigor científico nela presente.

Ao aproximar do local de pesquisa, e deparar com algumas dificuldades que começaram a ser superadas por meio de contato direto com a direção da instituição, que se inteirou da proposta ao ter acesso a uma carta de apresentação escrita pelo orientador da pesquisa, Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, que sinalizava o propósito da investigação. Visitas foram agendadas e o arquivo disponibilizado, durante algum tempo, quando aconteceu o contato e o manuseio de registros das fontes documentais e iconográficas aqui utilizadas com registros escritos e fotográficos. Também apreciamos o material que se encontra no museu da capela, sempre na companhia da curadora e restauradora do museu. Inesperadamente as visitas foram suspensas e a instituição não mais respondeu aos pedidos para consulta aos documentos, como também não enviou o que foi solicitado e consentido de forma combinada. Felizmente, boa parte do material foi coletado e tratado para utilização como fonte de pesquisa.

Outras dificuldades foram encontradas, como o acesso às pessoas que poderiam contribuir para o fortalecimento dessa tese de doutorado. Muitas ex-alunas e ex-docentes se recusaram a participar, apresentando as mais diversas justificativas; porém, outras tantas pessoas de boa vontade, e disponíveis, auxiliaram para que essa prática fosse viabilizada e

conseguíssemos extrair elementos notáveis para análise de questões pontuais no contexto da escrita dessa tese de doutoramento.

Quanto à organização da estrutura para o desenvolvimento dessa pesquisa, a exposição dos resultados está organizada da forma relatada a seguir. No primeiro capítulo tratamos da criação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores e da implantação da disciplina História da Educação. No segundo capítulo discorremos sobre as prescrições para o ensino de História da Educação nas Escolas Normais, os programas de ensino e os manuais disciplinares utilizados na Escola Normal Confessional de Uberaba-MG. No terceiro capítulo percorremos a investigação sobre memórias de docentes e discentes no campo de Ensino da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG. Terminamos com a apresentação de nossas considerações finais.

1 -A CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DAS DORES E A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo constituirá na abordagem da contextualização do Ensino Normal no Brasil, no Estado de Minas Gerais e em Uberaba-MG. O final do Império e o início da Primeira República estarão em evidência no percurso da discussão. Será discorrido inicialmente, de forma breve, a respeito das motivações e circunstâncias em se deu a criação do Colégio Nossa Senhora das Dores, idealizado e fundado pelas Irmãs Dominicanas de Monteils originárias de Bor na França. Também apresentação de como se materializou a criação da Escola Normal no referido Colégio. No propósito, a diante identificar e conhecer a dinâmica de inserção da disciplina História da Educação na Escola Normal no Colégio Nossa Senhora das Dores.

Considerando que as primeiras iniciativas para a formação de professores no Brasil, bem como em várias outras partes do mundo, ocorreram em Escolas Normais, considerado que na constituição desses lugares, em especial no Brasil, houve um esforço considerável, por parte das Províncias/Estados, no recrutamento de docentes com a intenção de fomentar a relevante demanda por escolarização no período próximo ao final do século XIX.

Vale destacar ao analisar de como se formou o processo de configuração das primeiras Escolas Normais, que estas foram criadas em períodos distintos e foram tomadas como responsabilidade das províncias ainda no final do período Imperial. De criação efêmera, as primeiras Escolas Normais do Estado de Minas Gerais apresentaram dificuldades em manter o seu funcionamento, abrindo e fechando sucessivas vezes, em um curto período de tempo, e também não contavam com um número considerável de estudantes matriculados.

1.1 Contextualização do Ensino Normal no Brasil, em Minas Gerais e em Uberaba-MG

A criação das primeiras Escolas Normais teve a gênese de seu movimento no marco temporal próximo ao final do século XVIII, estendendo-se ao século XIX na Europa. Essas escolas se disseminaram pelo continente e logo depois pelas Américas, contribuindo para a propulsão dos avanços necessários ao empreendimento da Instrução Pública. Em sintonia com esses argumentos, ainda neste capítulo, pretendemos evidenciar as possíveis convergências imbricadas aos movimentos em destaque, quais sejam, os intrínsecos à dinâmica presente nos processos de laicização e escolarização.

O Colégio Nossa Senhora das Dores surgiu por iniciativa das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de *Monteils*, originárias da França, motivadas pela vocação

missionária religiosa e pelos convites insistentes do Bispo da Diocese de Goiás – Dom Cláudio Ponce de Leão – e dos Padres Dominicanos provenientes da mesma região francesa e que já estavam aqui desde 1881.

Nas últimas décadas do século XIX inflamações políticas propiciadas por lutas burguesas legitimadas pelo Estado francês acabaram promovendo uma onda de perseguições anticlericais e a consequente debandada da Igreja das principais decisões nos espaços de poder na França, até mesmo no sistema de instrução pública. Assim, suas ordens e congregações foram instaladas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Oliveira (2018, p. 32) observa que “a laicização do saber, que até então era relegada a um espaço clerical e teológico, foi um dos desdobramentos desse quadro, pois estava inserida num amplo movimento de secularização”. A busca por um estado secular concomitante à liberdade religiosa se insere em um arcabouço de questões que envolvem distanciamentos entre religião e governo. Essa ruptura indicou o alvorecer de um novo tempo que clamou pelo “lançamento de luzes” sobre uma sociedade esfacelada, e que almejava ser moldada por concepções inerentes ao conhecimento, ao intelecto e, principalmente, à dinâmica de atuação e formação de uma nova sociedade.

Nesse sentido, o laicismo visa garantir a liberdade religiosa e proteger os direitos dos cidadãos, independentemente de sua fé, significando, assim, que o Estado não deve favorecer nenhuma vertente religiosa, pautando-se pelo princípio da isonomia. Esse foi um cenário caracterizado por uma intensa polarização no arcabouço de interesses clericais em razão dos processos potencializados durante esse movimento.

A recorrência de Revoluções Burguesas na Europa dá conta de que a França se revelava como referência e modelo educacional para apropriação e sua implantação em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Essas e outras questões estiveram diretamente atreladas ao período pós-Revolução Francesa que, naturalmente, impôs uma nova dinâmica e necessidade de transformações pertinentes à ordem social vigente. Ainda nos valendo das contribuições de Oliveira (2018, p. 35), percebe-se que:

A questão da formação de professores tornou-se uma preocupação latente, por parte das autoridades institucionalizadas, após o século XIX, e que a Revolução Francesa foi um evento significativo no processo, não somente como marco inicial, mas como válvula propulsora pois, foi na França revolucionária de 1789 que surgiram as primeiras escolas públicas generalizadas por todo o país e uma educação pública de caráter nacional.

Partindo da presunção de que o cidadão precisaria ser bem formado, o aparelho Estatal concorreu para que investimentos fossem ajuizados nos processos de formação e assim figurassem como uma via de mão dupla na qual o Estado laico se beneficiaria. O paradigma educacional então instaurado seguia somando-se a novas possibilidades e se desvincilhava da pecha de um lugar de privilégio, reverberando para o cidadão a atribuição de um direito, e não apenas vantagem, situação que estaria em contrapartida vinculada ao poderio estatal.

A dita nova ordem vigente, instituída pelo ideário do liberalismo, acabava por legitimar um paradigma educacional voltado à formação do cidadão. Instituídas e legitimadas tais concepções, Ames (2008, p. 150) evidencia que

As virtudes cívicas cultivadas pela educação fazem de alguém um bom cidadão e não um homem bom. Um “bom cidadão”, para Maquiavel, é alguém com hábitos de vida simples, coragem, patriotismo, disposição ao sacrifício pelo bem comum, etc. Um “homem bom”, por sua vez, é aquele que possui um conjunto de qualidades morais em grau de excelência, tais como honestidade, senso de justiça, retidão de caráter, piedade, etc.

Durante o século XIX vigorou um ambiente fértil à formação da consciência social, alicerçado na concepção de escola como um lugar para aperfeiçoamento, em favor da dinâmica proposta pelo aparelho estatal, no qual a demanda pela necessidade do professorado preparado e bem formado passou a ser prioridade. Nesse movimento constatamos que esse formato escolar não tinha como foco as camadas privilegiadas da sociedade, mas, sim, daqueles a quem já se destinavam os postos de trabalho que exigiam do cidadão comum um melhor preparo. Daí é explicada a importância da formação de docentes leigos que contribuíssem para subsidiar essa demanda.

As Escolas Normais, paradigma de referência para a formação de docentes, foram adquirindo personalidade e status de lugar de produção do conhecimento, sinalizando sua importância e reconhecimento para a formação de cidadãos e o melhor aparelhamento da sociedade, não somente a europeia, mas também para além de suas fronteiras.

Tomando por respaldo considerações apropriadas a partir do estudo de Guimarães (2016, p. 37), sinalizamos que:

Todavia, os processos de escolarização elementar e normal, iniciados no século XVIII, avançaram e se concretizaram no XIX, em grande parte dos países da Europa e da América (em especial no EUA). Porém, neste contexto, o Brasil se marca pelos aspectos peculiares, cujo processo estendeu-se até as décadas iniciais do século XX.

Na pauta de algumas das leis implantadas, Sucupira (1996, p. 59) explica que a lei de 1827³ falhou, dentre outras causas, pela falta de professores qualificados que não se sentiam atraídos pela remuneração oferecida, considerada irrisória, e que, na maior parte das vezes, não atingia o nível máximo fixado em lei. Às províncias foram delegadas atribuições sobre a responsabilidade pela oferta do ensino primário, de forma gratuita, ensino este amparado pela criação de um sólido projeto educacional que reportasse a contrapartida pela demanda de vagas, oportunizando condições de acesso àqueles que estivessem fora da escola e, nesse sentido, contribuindo para a diminuição dos altos índices de analfabetismo.

Instituído o Ato Adicional à Constituição de 1834, tinha-se um elemento facilitador no processo de descentralização do ensino, em decorrência da abolição de privilégios estatais em matéria de educação, o que contribuiria para a multiplicação de unidades de ensino públicas e privadas. As convicções permeadas pelo ideário de liberdade no ensino, amparadas pela promulgação do Ato Adicional, concorreram para a abertura de colégios pelas novas Congregações religiosas, sendo que algumas delas já mantinham escolas no Brasil desde o período colonial como jesuítas, franciscanos e salesianos. Logo foram instalados liceus no Estado e, evidentemente, a ampliação do número de Escolas Normais estava dentro desse projeto.

Uma das implicações previstas no Ato Adicional de 1834 assinalaria o início da escolarização provincial, por força da Lei nº 13, que teve como prerrogativas verificar a capacidade dos candidatos ao cargo no magistério. Para o exercício da profissão docente era necessário que os candidatos fossem aprovados em processo de certificação na Escola Normal de Ouro Preto. Nesse contexto, as “normas para a verificação da competência dos candidatos

3 Lei de 15 de outubro de 1827 - Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias. Art. 2º Os Presidentes das províncias, com Conselho e com audiência das respectivas Camarás, enquanto não tiverem exercício os Conselhos gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta à Assembleia Geral para final resolução. Art. 3º Os Presidentes, em Conselho, taxarão inteiramente os ordenados dos professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais: com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente à Assembleia Geral para a Aprovação. Art. 14º Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalícios; mas os Professores em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender, e só por sentenças serão demitidos, provendo inteiramente quem substitua. Art. 15º Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais os que não se opuserem à presente lei; os castigos serão praticados pelo método de Lencastre. Art. 16º Na província, onde estiver a Côrte, pertence ao Ministro do Império, o que nas outras se incumbe aos Presidentes. Art. 17º Ficam revogadas todas as leis, alvarás, regimentos, decretos e mais resoluções em contrario. Adaptado do original. Disponível na íntegra em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em 17.dez.2022. Legislação Informatizada - LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827 - Publicação Original.

aos cargos do magistério exigiriam que, depois de certo prazo, o provimento das cadeiras se fizesse pelos que fossem aprovados no curso da Escola Normal” (Mourão, 1959, p. 09).

Em meio à criação das primeiras Escolas Normais certas tensões podem ser observadas, haja vista não existirem escolas e nem professores. Assim, a população não vislumbrava possibilidades de se instruir, o que fortalecia a concepção sobre a desvalorização do professor, tendo esses aspectos sido recorrentes entre 1831 e 1840, ainda durante o Período Regencial.

As Escolas Normais pioneiras no Brasil somente “seriam estabelecidas, por iniciativa das Províncias, logo após a reforma constitucional de 12 de agosto de 1834, que, atendendo ao movimento descentralista, conferiu às Assembleias Legislativas Provinciais, então criadas, entre outras atribuições, a de legislar⁴, sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la”. Pode –se compreender que tais prerrogativas visavam à (re) organização do ensino, pautadas pelo devido ordenamento legal, alicerçadas no alvorecer da República, sendo legitimados pelos presidentes de Estado.

Análises e estudos realizados por Tanuri (2000), Araújo, Freitas, Lopes (2008) e Monarcha (1999), demonstram quais foram as primeiras Escolas Normais criadas nas províncias após o Ato Adicional de 1834, considerando o período entre a Promulgação do Ato Adicional e a Proclamação da República (1889). Segundo Guimarães⁵ (2016, p. 55,6), Minas Gerais foi um dos lugares que mais tardiamente iniciou suas atividades após a lei de criação. Nesse sentido, situamos a Província de Minas Gerais, que tinha escola normal com sede em sua capital ainda em Ouro Preto⁶, como referência para a criação da Escola Normal no ano de 1835, configurando o início de suas atividades somente cinco anos mais tarde, já em 1840.

Tanuri (2014, p. 63) reforça essa concepção, esclarecendo que as primeiras iniciativas pertinentes à criação de Escolas Normais coincidem com a hegemonia de um grupo

4 Art. 10. Compete às nossas Assembleias Legislar: 2º-) sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro forem criados por Lei Geral. Legislação informatizada - Lei Nº 16, DE 12 DE AGOSTO DE 1834 - Publicação Original Disponível em: <https://www.2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html=:tex=Artitulo%20%3A%9ia5%20legislativa%20provinciais>. Acesso em 27.dez.2022.

5 A autora coloca em destaque que, no período de 1871 e 1884, oito escolas normais foram instaladas nas seguintes cidades: Campanha, Diamantina, Montes Claros, Paracatu, Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João Del Rei, além da Escola Normal de Ouro Preto, na época a capital, e que por isso era escola-referência para as demais.

6 A Escola Normal de Ouro Preto, nos primeiros anos de funcionamento, foi a referência em Minas Gerais, para aqueles que aspiravam ao Magistério. Em torno dela deram-se as preocupações dos dirigentes mineiros quanto à organização de uma instituição eficiente e, a partir dela, projetou-se a ordenação de um sistema público de educação elementar. Entretanto, segundo expõem Gouvêa e Rosa (2000), grande parte da literatura sobre a formação de professores registra a criação do ensino normal, nesse estado, somente em 1871, desconSIDERANDO-se, portanto, uma trajetória histórica de mais de três décadas dessa instituição. Guimarães (2016, p. 59).

conservador, resultante de ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político.

Dados apresentados por Tanuri (2000, p. 64) atestam que a primeira Escola Normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, representando não somente a transplantação de um modelo europeu, mas também o seu potencial organizativo e civilizatório. Ela se transformou em uma das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia do segmento da classe senhorial que se encontrava no poder. Criada por força da Lei nº 107, de 1835, em seus principais dizeres constava que “haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinam ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido a necessária instrução nas escolas de ensino mútuo”.

Ao notar, fundamentados nesses apontamentos, que as Escolas Normais contribuíram para o delineamento de uma cultura educacional formando docentes para atuarem nas escolas de primeiras letras, coadjuvando nesse sentido para com o ideal da moralidade e o civismo, constituindo-se em elementos fundamentais para a edificação do paradigma intrínseco à constituição da identidade nacional.

Também de duração efêmera, essa escola não logrou êxito em sua trajetória de quatro anos, sendo que entre as motivações estavam a fragilidade na construção do currículo utilizado e a carreira no magistério já não contava com remuneração atrativa, não resultando em número suficiente de interessados que subsidiassem a criação de turmas para a formação de docentes. A conjuntura vigente ensejava por transformações necessárias, que viriam a se tornar latentes com a ideia de progresso, sendo cada vez mais fortalecida. A esse respeito Oliveira (2019, p. 82) atesta que:

Essas transformações acentuaram-se a partir de 1870, fortalecendo e ampliando a classe média que passou a exigir uma educação formal para uma melhor inserção social. A industrialização, o desenvolvimento do mercado interno e do comércio, exigia um trabalhador melhor qualificado.

Nessa ótica, entende-se que a dinâmica do ensino nas Escolas Normais de Minas Gerais trilhou novos paradigmas, por volta dos anos 1870, observando-se o progressivo crescimento do número das escolas e o aperfeiçoamento da estrutura curricular trabalhada naquele momento.

7 Ver mais em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/999970/1835_n%c2%ba10CriaEscolaNormal.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 27.dez.2022.

Tanuri (2000, p.64) indica que tais escolas somente lograram êxito a partir de 1870, quando se consolidaram as ideias liberais de democratização e a obrigatoriedade da instrução primária, bem como da liberdade de ensino. Portanto, um pouco mais tarde é que novos conteúdos foram sendo incrementados, com o devido aporte pedagógico, abarcando a inserção das metodologias, entre outras “inovações”. Assim, cabia às Escolas Normais a formação e a multiplicação de saberes pedagógicos progressivamente *a priori*, mediante a utilização de manuais norteadores, bem como de regulamentação no âmbito da educação, concomitante às suas práticas educativas.

Oportunamente ao ver que esse momento foi vigorosamente caracterizado por ideais de forte cunho nacionalista, bem como pelas nuances do civismo estabelecido em um contexto de harmonia social em que estão para o cidadão a ordem e o progresso nos espaços formais de aprendizagem, principalmente no recinto escolar, com as festividades cívicas e o poder hierárquico instituído em favor dos princípios positivistas. O ensino profissionalizante estava em voga, bem como a legitimação de maior rigidez disciplinar. Assim, (Guimarães, 2016, p. 60), demonstra que:

A década de 1870 também consiste em um marco significativo na história do país, uma vez que aqui começaram a ser ventilados os princípios positivistas, os quais trouxeram, em seu interior, uma série de ideias que vão influenciar desde o pensamento político até o setor educacional.

Desse modo, cogitando essa linha estruturante, Guimarães (2007) considera que nesse contexto “o número de escolas normais para formação de professores primários em Minas Gerais começou a ampliar-se e se interiorizar”. Assim, nos reaproximamos de nosso foco de discussão, ou seja, o ensino de História da Educação que se sustenta na territorialidade de Uberaba-MG e ambientação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

Um pouco mais tarde entrou em vigor a Reforma Leôncio de Carvalho, legalmente amparada pelo Decreto nº 7.247, de 19/abril/1879⁸, no qual se apresentava um modelo de

8 Art. 9º O ensino nas Escolas Normais do Estado compreenderá as disciplinas mencionadas nos dois primeiros parágrafos seguintes: § 1º Língua Nacional. Língua Francesa. Aritmética, álgebra e geometria. Metrologia e escrituração mercantil. Geografia e cosmografia. História Universal. História e geografia do Brasil. Elementos de ciências físicas e naturais, e de fisiologia e higiene. Filosofia. Princípios de direito natural e de direito público, com explicação da Constituição política do Império. Princípios de economia política. Noções de economia doméstica (para as alunas). Pedagogia e política do ensino primário em geral. Práticas do ensino intuitivo ou lições de couas. Princípios de lavoura e horticultura. Caligrafia e desenho linear. Música vocal. Gramática. Prática manual de ofícios (para os alunos). Trabalhos de agulha (para as alunas). Instrução religiosa (não obrigatória para os acatólicos). § 3º As disciplinas que constituem o programa das Escolas Normais serão divididas em séries, conforme a ordem lógica de sua sucessão, e para o respectivo ensino haverá em cada escola no número de professores, substitutos e mestres que o Governo entender necessário. § 4º A cada Escola Normal será anexa para os exercícios práticos do ensino uma ou mais escolas primárias do município. § 5º Observar-se-ão nas Escolas

currículo de complexidade, mas que, contendo uma proposta inicial, serviria e atenderia tanto à primeira Escola Normal quanto às outras províncias. A partir daqui, seria legítimo que o Governo Central respaldasse a criação de Escolas Normais devido à sua importância, passando a ser consideradas como muito necessárias. Foi nesse contexto que “o ideário sobre a popularização do ensino nas escolas normais fez com que essas fossem reclamadas com maior constância e coroadas de algum êxito” (Tanuri, 2000, p. 65-66).

Vale resgatar, de forma breve, que na Lei de criação da Escola Normal Oficial de Uberaba, sob o nº 2.783⁹ de 22 de setembro de 1881, versava que a também já citada Escola Normal de Ouro Preto serviria de parâmetro para arquitetar a criação das demais Escolas Normais na jurisdição da Província. Em consonância com Sampaio (1971, p. 381), o curso de formação ofertado por esta Escola Normal contemplava “as matérias que formavam o curso da escola normal da capital.”

Lopes (1985, p. 26-27) contribui enumerando algumas das reformas realizadas por ocasião desses desdobramentos, conforme o que se lê a seguir:

A Reforma Paulino de Souza previa a criação pelo Estado de uma escola secundária do tipo do Colégio Pedro II nas províncias, o que possibilitaria a estas a concentração de recursos no ensino primário. A Reforma João Alfredo, de 1871, insistia na ideia do ensino obrigatório, regulamentado desde 1854, mas não colocado em prática. Em 1875, a emenda Cunha Leitão prescreve o ensino obrigatório para jovens entre sete e quatorze anos e moças entre sete e doze anos, que morem nas cidades, estipulando multas aos pais e tutores que não obedecessem. A Reforma Leôncio de Carvalho, decretada em abril de 1879 e que não obteve aprovação do legislativo, teve com princípios básicos: liberdade de ensino; incompatibilidade do exercício do magistério com o de cargos públicos e administrativos; e liberdade de frequência. As poucas consequências práticas desta reforma dizem respeito à decretação da liberdade de credo religioso dos alunos e à abertura ou organização de colégios com as novas tendências pedagógicas como a positivista.

Normas as disposições gerais deste decreto acerca da frequência e exames livres. Legislação Informatizada - DECRETO Nº 7.247, DE 19 DE ABRIL DE 1879 - Publicação Original. Disponível na íntegra em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/18241899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em 27.dez.2022.

⁹ Também conhecida como Lei Mineira, através de decreto, a Assembleia Legislativa Provincial criava a primeira Escola Normal de Uberaba, conforme sanção do Presidente da Província em 22 de setembro de 1881, que estabelecia:

É criada uma escola normal na cidade de Uberaba, destinada à preparação de pessoas que se destinam ao magistério.

§ 1º - O curso da escola será de três anos, compreendendo as matérias que formam o curso da escola normal da Capital e distribuídas pela mesma forma.

§ 2º - Poderão ser admitidas à matrícula e frequentar o curso pessoas de ambos os sexos, sendo as lições dadas promiscuamente.

§ 3º - esta escola formará uma sexta sede de circunscrição literária da província, e nela haverá um curso anexo, com a denominação de escola prática, subordinado às mesmas regras da escola prática da capital. (Sampaio, 1971, p. 379). Adaptado de (Guimarães, 2019, p .61).

Dessa forma, ao analisars o quão intenso foi o descaso no que concerne à criação de espaços formais de aprendizagem, sendo fortemente constatada a precariedade e ainda o abandono das instituições que seriam responsáveis pela instrução pública, ao serem lançadas as bases do Estado-Nação já no período republicano. Em tempo, de sinalizar diante dessas circunstâncias, que as camadas populares da sociedade se encontravam às margens desse processo.

Os rumos para a construção da nova nação estavam ainda assentados nas bases de um paradigma monárquico hereditário que protagonizavam o poderio da monocultura, o latifúndio e a escravidão. Oliveira (2019, p. 54) coloca em evidência que:

Durante todo o século XIX, quando se ampliava a cidadania e se universalizava a educação básica nos países desenvolvidos, num processo que denominamos escolarização, o Brasil permanecia como uma sociedade analfabeta, latifundiária, escravocrata e patriarcal, indo na contramão do que ocorria na Europa e em outros centros, nos quais o capitalismo desenvolvia-se a pleno vapor.

Nações crentes de que a mola propulsora para o seu desenvolvimento se alicerçava no arcabouço da escolarização, criaram parâmetros educacionais que se estruturaram como verdadeiros sistemas, que difundiram escolas como espaços formais para instrução pública. No Brasil o processo foi moroso no que tange à formação do seu professorado, sendo que essa dinâmica somente mudou nas últimas décadas do século XIX. Com efeito, a expansão das Escolas Normais não estabilizou a demanda pela falta de docentes capacitados, sendo a efemeridade ainda um espectro a pairar naquele cenário, propiciando instabilidade e atribulações tanto nas capitais quanto nas províncias.

Na cena uberabense, tomamos, a título de exemplo, de modo a evidenciar essa reflexão, a Escola Normal Oficial de Uberaba-MG, objeto de investigação de Guimarães (2016), criada pela Lei nº 2.783, de 1881¹⁰, conhecida como Lei Provincial Mineira. Esta escola se destinava a preparar pessoas de ambos os sexos para o exercício do magistério, o que era visto aos olhos da sociedade como um lugar que legitimasse ato de “promiscuidade”, considerando-se que as turmas eram mistas, ou seja, poderiam ser frequentadas pelo público masculino e feminino.

Em sintonia com Guimarães (2017, p.61), atentamo-nos ao fato de que “o número de Escolas Normais para a formação de professores primários em Minas Gerais começou a ampliar-se e interiorizar”. Assim, em 1880 a Assembleia Legislativa provincial decretou a

10 Embora criada em 1881, conforme a Lei supracitada, a instalação da Escola Normal Oficial de Uberaba se deu no ano seguinte, em 15 de julho de 1882.

Uberaba era sede de circunscrição literária (critério para instalação das primeiras escolas normais) e nela se fundava a sexta escola normal da província. (Guimarães, 2016, p. 61-62).

criação da primeira Escola Normal de Uberaba, que obteve a sanção do Presidente da Província em 22 de setembro de 1881, por meio da já referida Lei nº 2783 de 1881.

A primeira Escola Normal de Uberaba foi criada em 1881, com um curso de três anos de duração para jovens de ambos os sexos que objetivassem alçar voos na carreira do magistério. Considerada rudimentar, a educação do público feminino tinha função secundária, havendo ainda restrições para que estas jovens pudessem sair de casa para frequentar uma escola mista. Provavelmente havia simpatizantes que politizavam a liberalização do ensino feminino; porém, constatamos que diante dos valores apregoados naquele momento, tal dinâmica não se fazia aceitável. Concluímos, então, que muitos redutos familiares decidiam manter suas jovens confinadas em suas moradias e não as enviavam para estudar na promiscuidade de uma Escola Normal pública.

Esses aspectos causaram desconforto e preocupação por parte das famílias católicas uberabenses que, em confluência com tal situação, aspiravam à possibilidade de confiar a educação de suas filhas à responsabilidade de religiosas, em uma escola de cunho confessional que acreditasse nas famílias e que assegurasse a continuidade da formação cristã de suas filhas. Assim, a reafirmação sobre a real necessidade de instauração de uma ordem religiosa na cidade se confirmava, haja vista que na cidade de Uberaba havia escola para rapazes, mas que, de certa forma, ainda não havia, até então, escolas convenientes para moças de família.

Uberaba era, então, a sede da Circunscrição Literária¹¹, critério para a instalação das primeiras Escolas Normais, e nela se fundava a sexta Escola Normal da província. Dados dão conta de que apesar de sua criação, em 1881, sua instalação somente ocorreu no ano seguinte, no dia 15 de julho de 1882.

Tanuri (2000, p. 62) acrescenta que somente com a Revolução Francesa concretizou-se a ideia de uma Escola Normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos, ideia que encontrou condições favoráveis no século XIX, quando, paralelamente à consolidação dos Estados Nacionais e à implantação dos sistemas de ensino, multiplicaram-se as Escolas Normais.

De acordo com Guimarães (2016), as reformas mais significativas do início do período republicano em Minas Gerais atribuíram alguma atenção aos aspectos das metodologias de ensino e da diversificação e hierarquização dos tipos de escolas, com destaque para a Escola

11 Por meio do Decreto de 29 de janeiro de 1900, divide o Estado em Circunscrições Literárias. Também regulamenta a Lei nº 281, de 16/09/1899, e estas seriam em número de 5; relacionando em cada circunscrição as comarcas que as compunham, indo de 15 menos numerosas (igual à 5ª circunscrição) até as 31 (igual à 3ª circunscrição) de comarcas mais numerosas. Especulação: tal reorganização seria para melhor organização do serviço de Inspeção?

Normal da Capital, então já transferida para Belo Horizonte. As recorrentes reformas implicaram, de forma significativa, na estrutura de criação dos primeiros Cursos Normais nas províncias brasileiras, em meados do século XIX, considerando que:

As primeiras reformas republicanas se deram sob um viés negativo, isto é, no sentido de diminuir despesas do Estado, à custa de algum corte no setor educacional. [...] no governo de Francisco Silvano de Almeida Brandão, secretariado por David Campista (1898-1902), com justificativa de que a situação do Estado não se mostrava satisfatória, foi sancionada a Lei nº 281 de 16 de setembro de 1899, que reduziu o número de escolas e simplificou os currículos. O governador Francisco Antônio de Sales (1902-1906) promoveu mais cortes nas despesas e nas verbas para a educação, o que levou ao fechamento das escolas e redução do salário de professores (Uma das instituições desativadas foi a Escola Normal Oficial de Uberaba, que funcionou regularmente até o final do ano letivo de 1904, mas foi oficialmente fechada em 1905) (Chronica Mensal, 1905 *apud* Guimarães, p. 67-68).

Em sentido lato, há indícios de que nas províncias, as Escolas Normais tenham sido permeadas por instabilidades em razão do seu processo de estruturação, sendo por vezes criadas e extintas, o que provavelmente acarretou uma série de discontinuidades nos processos de formação dos candidatos à docência. Dessa forma, ao constatar que na ambiência de surgimento inicial, a maioria das Escolas Normais não se consolidava logo no começo, podendo, dessa forma, serem caracterizadas como efêmeras.

O ano de 1905 sinaliza uma série de mudanças decorrentes de propostas para o aperfeiçoamento de políticas educacionais no início do século XX, implicando, na época, o fechamento das escolas normais brasileiras. A necessidade de implantação de um Sistema educacional modernizado, fazia-se necessário, dada a instauração da Primeira República, o que acabou “colocando à prova” a qualidade do Ensino ofertado pelas escolas normais. Portanto, a ideia de progresso, aliada à instrução da sociedade brasileira, preconizava um projeto formativo alinhado às novas demandas da sociedade.

Ao alinhar à esses desdobramentos, constatando que importantes diretrizes nortearam e subsidiaram o aparato legislativo para que fossem encerradas as atividades nas escolas normais em 1905, momento no qual priorizava-se o funcionamento das mesmas, estando estas alinhadas às demandas econômicas e sociais, em que apostava-se na unificação do Ensino, proposta na qual almejava-se o seu pleno desenvolvimento. Consoante às demandas do Estado frente à formação de uma nova elite, esse processo de ruptura assinalava uma importante fase de transição no Sistema educacional.

Conscientes do forte aparato legislativo constituído desde o início da instrução pública no Brasil, e em especial no Estado de Minas Gerais, entendeu-se que a eclosão de um programa para execução no ensino primário somente veio a se cumprir por meio do Decreto nº 1974 de

1906, promulgado na gestão de João Pinheiro, rigorosamente dois dias após a Lei de nº 439 de 1906, que autorizava a reforma dos ensinos primário e normal, além da criação dos grupos escolares.

Em análise, a expressiva Legislação seguia acompanhada de ânimo quanto à estrutura imbricada ao campo educacional. Entretanto, a reforma proposta por João Pinheiro, baixada por força da Lei nº 439 de 1906, em seguida regulamentada por meio do Decreto nº 1960 de 1906, revelou o não assentimento de alterações que demonstrassem relevância, tanto para o Curso Normal quanto para o curso primário. Apesar disso, as mudanças propostas não demonstravam estar em conformidade com as legislações anteriormente recomendadas. Os mesmos propósitos, a dinâmica de ensino e as atribuições da Congregação foram mantidos e, dentre as mudanças mais significativas, têm-se os locais de prática na ambiência dos grupos escolares e na duração do curso que passaria a ser de três anos, diminuindo significativamente o número de cadeiras docentes, uma vez que os conteúdos foram, então, desenredados.

Pode de verificar que a última Lei anteriormente citada se fez acompanhar pelo regulamento do Decreto nº 1960 de 1906, no qual se destaca, por meio de fragmento elucidado no Art. 2º que [...] o ensino deverá seguir com rigor o método intuitivo prático e terá por base o sistema simultâneo; o qual perduraria por um bom período nas escolas mineiras (Gatti Jr; Guimarães, 2019, p. 172).

Ao contemplar tal discussão, situada no Título IV, nomeadamente (Do Ensino Profissional), Seção I – (Das Escolas Normais) e (Capítulo I – Do Ensino Normal), em especial temos no Art. 53 que:

Escola Normal sob a forma de externato misto é um estabelecimento de ensino profissional, destinado a dar aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e prática necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária.

Em síntese, encontravam-se justapostos, nesse aparato legislativo, matizes norteadores de sua estrutura e funcionamento, relacionados a seguir:

Manutenção de 8 escolas existentes e outras duas que estavam em projeto para serem abertas oportunamente; determinação das matérias para um curso de 4 anos; horário de 10h até no máximo 16h; Métodos de Ensino (art. 167) – O ensino terá um caráter prático e profissional [...]. Art. 68. Não será permitido processo algum que anime o trabalho maquinal e substitua a reflexão por um esforço de memória. Assim, o ensino deverá ser feito intuitivamente por meio de cousas [...] (p.69).

A Escola Normal Oficial funcionou durante vinte e três anos, sobreviveu à transição do período imperial para o republicano, encerrou suas atividades em março de 1905, foi reaberta em 1928, outra vez fechada em 1938 e novamente reaberta em 1948. A perceptível intermitência abriu espaço frutífero para que as Irmãs Dominicanas lançassem suas bases, alicerçadas nos preceitos cristãos e confessionais, no propósito de formação das normalistas, com a criação de sua Escola Normal ainda no ano de 1906, ao considerar que já se encontravam instaladas por aqui desde 1885.

Findado o período imperial, o número de Escolas Normais era demasiadamente reduzido, sendo que a organização política em províncias dava conta de que não existiam mais do que duas para cada uma delas. Assim, dividia-se a razoável quantidade de escolas entre uma para cada sexo, com curso de duração de dois a quatro anos.

Diante do exposto e do contexto, Oliveira (2019) observa a existência de questões que materializaram inflamações políticas em Uberaba que protagonizaram a participação de membros do Partido Liberal e Partido Conservador, e que permearam as condições para a existência da Escola Normal Oficial de Uberaba, o que viabilizou a ocorrência de circunstâncias catastróficas às quais não se faz necessário colocarmos em evidência no escopo dessa discussão.

De forma breve, o autor ainda chama a atenção para o papel desempenhado pelas elites locais que reuniam forças para a abertura de novas escolas, com a ampliação dos níveis de ensino primário e secundário, nos chamando a atenção para compreender que “os únicos que fugiram à regra foram as Irmãs Dominicanas, do Colégio Nossa Senhora das Dores, fundado em 1885; o Colégio Marista Diocesano, de 1903; e o Grupo Escolar Brasil, de 1908, que existem até hoje” (Oliveira, 2019, p. 82). Apresentamos abaixo, um quadro síntese das Escolas Normais na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com referência à Escola Normal Oficial de Uberaba, em um período próximo das últimas décadas do século XIX. As que surgiram durante a República também se encontram abaixo elencadas.

Quadro 2 - Escolas Normais na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Município	Perfil da instituição quanto à estrutura de funcionamento	Ano de implantação da Escola Normal no Triângulo Mineiro
Uberaba	Pública Normal Oficial	1881
	Privada confessional	1906
Uberabinha	Privada, não confessional	1924
Araxá	Privada confessional	1931
Patos de Minas	Privada confessional	1932
Araguari	Privada confessional	1933

Ituiutaba	Privada, não confessional	1933
Ibiá	Privada confessional	1937
Patrocínio	Privada confessional	1947

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de pesquisas em trabalhos acadêmicos afins. 2024

Riccioppo Filho (2007, p. 252) corrobora nesse sentido, declarando que “a Escola Normal Oficial era mantida pelo governo estadual e, por isso mesmo, sujeita a intempéries políticas e administrativas que se refletiam nas ameaças de fechamento em razão de constantes crises financeiras”.

Com relação ao interior, a Província Mineira instigava a possibilidade de reestruturação do modelo educacional devido à instabilidade constatada nos primeiros anos da instrução primária próximos a meados do século XIX. Situamos, em 28 de março de 1935, a criação da Lei nº 13, que foi a primeira lei orgânica que subsidiou o ensino primário. De acordo com MOURÃO (1959, p. 08), ela foi completada pelo Regulamento nº 3, que fixava as normas para sua execução, o que evidencia que a instrução pública primária em Minas Gerais ficou 13 anos sem organização escolar, ou seja, desde a Independência, em 1822, até o ano de 1835.

A virada do século XIX para o século XX inaugurou um momento em que ocorreram significativas transformações para a reconfiguração do cenário educacional brasileiro. Sinalizamos a própria Proclamação da República (1889), bem como a potencial necessidade de elaboração de uma nova Carta Magna (1891). Com a maior parcela da população desprovida de letramento, as prioridades sociais emanadas pela necessidade de instalação de um projeto educacional eficiente se faziam necessárias. Herança do processo escravagista e migratório, o analfabetismo em alto grau alavancou a necessidade de instauração de um processo civilizatório que somente poderia ser conquistado à custa de ações de caráter positivista, com vertentes relacionadas à harmonia social por meio da ordem e do progresso.

O fim do Império, e conseqüentemente o advento do Período Republicano, conclamou a necessidade de se lançar luzes no processo de modernização da sociedade brasileira, principalmente no que abarca a elite intelectual nessa nova conjuntura. As instituições então vigentes eram consideradas ultrapassadas, carecendo serem repensadas e até mesmo reformadas. Tal dinâmica preconizou a reconfiguração desse aparato, suscitando a demanda de um rearranjo. Concomitante a esse momento, o público feminino teve uma maior abertura e acesso às Escolas Normais, sendo que a relevante demanda de frequência, e conseqüentemente o predomínio do público feminino, foram determinantes para que esse fato ocorresse.

No que se refere ao Estado de Minas Gerais, constatamos a necessidade de se promover avanços frente a um processo de desenvolvimento, tencionando atender às inadiáveis e necessárias transformações, em face do advento de processos de industrialização, concomitante à notória explosão urbana e demográfica. Gatti Jr; Guimarães (2019, p. 164) advogam que em Minas Gerais o aspecto da urbanização foi marcado pela mudança da capital de Ouro Preto para a moderna e planejada Belo Horizonte. Desta feita, esperava-se que ocorressem os avanços necessários à superação dos retrocessos enviesados no campo educacional.

Por conseguinte, percebemos que a Instrução adquiriu um viés centralizador na significação do cidadão enquanto partícipe da vida pública, o que somente foi viabilizado mediante o direito ao voto que estava diretamente conectado às habilidades de leitura, escrita e saber contar. Reafirmamos, aqui, o quão importante foi o surgimento dos espaços escolares com a criação dos Grupos Escolares, bem como a importante e necessária consolidação das Escolas Normais. Esses espaços formais de aprendizagem figuraram como marcas inextinguíveis no curso da República desde o seu advento. Todo esse esforço levou à necessidade de formação de corpo docente competente para atuar nesses espaços, sendo facultada às Escolas Normais a incumbência para a possível consolidação desse processo formativo.

No Brasil a transição da monarquia para a República, em 1889, inaugurou a necessidade de suplantação de um novo tempo no qual havia a urgência de atendimento ao clamor da sociedade para a construção de diálogos que fomentassem a elaboração de projetos e reformas no ensino, reconhecida a necessidade de elaboração de novas estruturas frente ao que se tinha em termos de educação nacional.

Nesse sentido, compreendemos que a gênese e estruturação das Escolas Normais no Brasil preconizaram a urgente necessidade da expansão no ensino e logo começaram a ser ordem do dia, como também uma demanda, principalmente em lugares cujo desenvolvimento fosse considerado próspero. Assim, começaram a ser implantadas diversas leis que tratavam das questões inerentes à instrução. Nesse paradigma, foram abertos espaços para a instalação da iniciativa privada no campo educacional.

A primeira Constituição Republicana de 1891 desobrigou a União de se responsabilizar pela educação popular, no nível primário e normal – sendo esta delegada aos estados; porém, tomou para si a responsabilidade de legislar nos níveis de ensino secundário e superior. A Constituição Mineira se debruçou com um pouco mais de atenção do que a Lei Federal sobre a questão educacional, garantindo a gratuidade ao ensino primário e que o ensino privado seria exercido livremente, sendo de atribuição da legislatura mineira, por meio do Congresso

Estadual, os ensinos secundário, superior e a instrução primária (Gatti Jr; Guimarães, 2019, p. 167).

Concorre para a compreensão desse percurso que, ao legitimar tal problemática, investimos nas concepções de Tanuri (2000, p. 62), tendo em vista que a estadualização dos sistemas de formação de docentes, desde sua origem, dificultou sobremaneira o presente resgate e reconstrução minuciosa da trajetória da Escola Normal.

O período com forte apelo e tendência ao liberalismo e ao cientificismo europeus, alicerçados em bases positivistas, comungavam com ações e preceitos diversos, principalmente ao advogar o afastamento da Igreja do Estado. Esse paradigma fundamentou a construção de críticas ferrenhas ao formato da estrutura escolar vigente, ao requerer que fossem realizadas as reformas pretendidas. O Brasil teve, então, a partir desse momento, uma gama de concepções que reconfiguraram o contexto sócio histórico do país, abarcando os campos político e educacional. Paralelamente à apresentação desse formato, Tanuri (2000, p. 62), sugere que:

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

É extremamente importante considerar que, dado o formato do currículo executado nas Escolas Normais naquele momento em que se estudava basicamente o conteúdo que seria ensinado, concluímos que a necessidade de reformas, do aperfeiçoamento da estrutura curricular, era urgente. Tratava-se de um currículo limitado e que não abria possibilidades para aprofundamento e consolidação de um processo de formação crítica dos educandos inseridos nas escolas elementares de primeiras letras. Rosa (2004, p. 13) contribui nesse sentido, ao acrescentar que “para tornar-se professor em Minas Gerais, o indivíduo deveria frequentar a Escola Normal”.

O Estado de Minas Gerais sempre procurou evidenciar-se pela definição e delimitação do conteúdo a ser ensinado desde o curso primário, o que englobou os três níveis de escolas primárias, sendo estas rurais, distritais e urbanas. Também contava com a Lei nº 41 de 1892 como referência para essa condição que, desde então, não se condicionou como um parâmetro para o ensino, na perspectiva de se ensinar, mas limitou-se apenas àquilo que deveria ser ensinado. Temos aqui uma divergência haja vista que a legislação considera um currículo fechado, engessado.

A Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892, conhecida como Lei Mineira, que intentava arrefecer a estrutura e organização da Instrução Pública no Estado de Minas Gerais, foi selada e publicada pelo então Presidente do Estado, Affonso Augusto Moreira Penna, no dia 10 de agosto de 1892. A legislação inerente à formação de professores primários, realizada nos Cursos Normais no Estado de Minas Gerais, tem como fundamentação a Lei nº 41/1892, a qual define o ensino profissionalizante, sendo este ofertado na modalidade externato, haja vista que as turmas podiam ser mistas. Podemos, diante do exposto, nos remeter, como exemplo desse paradigma, ao estudo realizado por Guimarães (2012), em sua Tese de Doutorado, que elenca como lócus para a realização de sua pesquisa a Escola Normal Oficial de Uberaba-MG. Esperava-se então, que a instrução pública inicial (primária) estivesse pautada nos rigores de um projeto educacional amparado por docentes capazes de se valer de boas práticas, a partir de uma conduta moral, com adequado aparato intelectual, um modelo educacional renovado que fosse capaz de atender às expectativas e necessidades advindas do Período Republicano.

Na perspectiva do ideário católico Riccioppo Filho (2007, p. 252), assente que a Escola Normal Oficial era uma instituição que seguia os princípios do laicismo estatal, o que desagradava às autoridades católicas aquarteladas em Uberaba, desejosas de que colégios religiosos cuidassem da educação de moças da elite. A reforma no ensino foi promovida pelo então Presidente do Estado, Silvano Brandão, em 1889, com a edição da Lei nº 281, de 16/09/1889, que restabeleceu a prescrição da Lei nº 41 de 1892

Permitindo que fossem equiparados às escolas normais do Estado os estabelecimentos organizados conforme o plano daquelas. Seria assegurada assim, mediante execução do Decreto de nº 1.348, datado de 8 de janeiro de 1900, que a liberdade do ensino primário por particulares e associações, reconheceria a ação católica na educação infantil, favorecendo a iniciativa privada, principalmente a católica (Borges, 2005, p. 251).

Gatti Jr; Guimarães (2019, p. 195) contribuem para a compreensão dessa conjuntura, esclarecendo que a referida lei também iria ampliar o debate sobre a forma de se ensinar, apontando uma forte crítica ao que pudesse animar o ensino meramente mecânico, o que contribuiria para um mero exercício de repetição e memorização. O que seria, então, mais adequado era estar valendo-se do pensamento e esforço reflexivo. “Não será permitido processo algum que anime o trabalho maquinal e substitua a reflexão por um esforço de memória” (Minas Gerais, 1892, p. 69).

Nesse sentido, fica em evidência o ensino laico, revelando a necessidade de reformulação curricular, por meio de regulamentação das leis vigentes, em que seriam

considerados os estudos acerca de princípios gerais da moral teórica, deveres pessoais, deveres originados da família, deveres sociais e cívicos e para com Deus, sendo essas questões imersas no arcabouço de atuação das ciências pedagógicas.

Apropriando-nos brevemente de dizeres na proposição de reorganização da Lei nº 281, de 16 de setembro de 1899, que se pronuncia sobre a organização da Instrução Primária, tem-se que: no ensino primário deveriam ser contemplados matérias, criação de unidades de ensino, controle de frequência escolar, organização das carreiras e cargos docentes; no ensino normal matérias, frequência docente e carreira docente; e no Ensino no Ginásio Mineiro matrículas, datas e Remuneração dos professores efetivos.

Nesse contexto, vale destacar que Gatti Jr; Guimarães (2019, p.158) situam esse período acrescentando que há uma nítida divisão quanto à competência de normatizar e desenvolver o curso primário e o Curso Normal, uma vez que entre 1891 e 1930¹² tal iniciativa cabia aos governos estaduais tendo em vista:

A descentralização que tradicionalmente se estabeleceu nesse setor, atribuição que foi assumida constitucionalmente pelos estados após a Proclamação da República. Nessa primeira fase, de 1891 a 1930, em termos de volume de dispositivos legais baixados, Minas Gerais é muito efetiva; e essa legislação é importante, pois deu suporte à emergência e ao desenvolvimento de uma forma escolar no âmbito desse Estado (p. 158).

Na década de 1930, observamos que Minas Gerais ficou em evidência em relação aos avanços almejados na seara educacional, legitimados em favor de seu protagonismo e empenho em detrimento de ações realizadas ao longo desse período. Ademais, tal expectativa não viabilizou a estabilidade pretendida, corroborando para a produção de dados inexpressivos no contexto de existência das unidades de ensino, o que, na ótica de Gatti Jr.; Guimarães (2016); Peixoto (2000, p.87), revela uma baixa significativa nas unidades escolares de ensino primário de 5.173 escolas existentes em 1930 para 2430 em 1932, com redução significativa de alunos atendidos.

Retomando as análises realizadas por Gatti Jr; Guimarães (2019, p. 166), estas concorrem para a concepção de que a Constituição imposta em 1937 definiu como competência privativa da União o poder de traçar diretrizes para a educação nacional. Alguns anos mais tarde, destacadamente em 1938, por meio do Decreto nº 63, de 15 de janeiro, foram suprimidas

12 Os autores ainda consideram que, após 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), e principalmente durante o governo do presidente Getúlio Vargas, efetivou-se a centralização das diretrizes para a educação no país. Tornando-se as legislações imbuídas de um caráter rarefeito, esparsas, e passaram a ser produzidas em dois âmbitos: no federal, sob o formato de diretrizes gerais; e depois no estadual, as regulamentações e adaptações às especificidades regionais. (Pág. 158)

seis escolas normais oficiais. “Atestamos que o ato desse governo subsidiava a promoção de política educacional negativa” para a educação pública estadual.

Mas foi entre 1942 e 1946 que a legislação educacional definiu nacionalmente as bases comuns para os diversos níveis de escolarização e cursos, por meio das Leis Orgânicas ou Reformas Capanema. [...] essas leis para os ensinos primário e normal, foram baixadas após a ditadura varguista, [...] vigorando durante a última metade dos anos de 1940, toda a década de 1950 e início da década de 1960, até a emergência de uma nova legislação.

A Reforma Capanema¹³ teve como objetivo principal reestruturar o sistema educacional brasileiro, modernizando-o e tornando-o mais alinhado às necessidades do país naquele momento. Dessa forma, a educação estava subsidiada pelo Ministério da Educação e Saúde, objetivando que disso resultasse um sistema educacional mais igualitário. A reforma propôs a introdução de um currículo nacional unificado que incluía as disciplinas de História, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Educação Moral e Cívica. Nesse sentido, tencionava-se ofertar um processo educacional de maior abrangência e adequado às demandas da época.

Entrou em pauta, sumariamente, a aplicação de investimentos na formação de professores, com a criação de escolas normais e instituições de ensino superior voltadas à capacitação de docentes. Quanto ao ensino técnico e profissionalizante, houve um foco significativo na criação dessas escolas, com o objetivo de preparar os estudantes para o mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento industrial do Brasil. Em tempo, foram ainda incorporadas ao currículo as disciplinas de Educação Física e Educação Artística, consideradas fundamentais ao desenvolvimento integral dos alunos.

A Reforma Capanema não representou um evento isolado na história da educação no Brasil que continuou a evoluir ao longo das décadas seguintes, passando por diferentes reformas e mudanças. A criação de um sistema mais organizado e alinhado às necessidades do momento em análise representou um avanço importante na educação brasileira. No entanto, também enfrentou críticas, especialmente no que diz respeito à falta de flexibilidade curricular e ao excesso de centralização do sistema.

13 O Decreto n.º 19.890 de 18 de abril de 1931, que fora reconhecido como Reforma Francisco Campos, foi ponto de partida para as mudanças no sistema educacional brasileiro. No entanto, foi durante a gestão de Gustavo Capanema que ocorreram as mudanças mais substanciais.

Durante a era Vargas, uma série de mudanças e reformas foram implementadas no sistema educacional brasileiro, como a Reforma no Ensino Normal durante a gestão do ministro da Educação e Saúde, senhor Gustavo Capanema, entre 1934 e 1935. A Reforma ocorrida no ensino normal, configurou-se como parte significativa no processo de reestruturação educacional ocorrida nesse período.

A História da Educação é uma disciplina que se concentra no estudo da evolução dos sistemas educacionais, das práticas pedagógicas, das teorias educacionais e dos principais eventos que moldaram a educação ao longo do tempo. Seu estudo nos possibilita compreender como a educação se desenvolveu e influenciou a sociedade brasileira em diferentes épocas. Seu impacto pode ser percebido no currículo das escolas normais confessionais no contexto da Reforma Capanema, assim como em outras instituições de ensino, e essas reformas podem acarretar mudanças nos conteúdos programáticos, nas abordagens pedagógicas e nas diretrizes curriculares gerais.

As Reformas realizadas nos tempos da Reforma Capanema foram fortemente influenciadas pelos ideais da Escola Nova, em um movimento pedagógico que preconizou a pauta da educação como um processo amparado por um relevante e dinâmico movimento progressista, inclinado à valorização da experiência no que se refere à prática pedagógica. No que se refere ao ensino de História da Educação, percebe-se uma ênfase no contexto de valorização e desenvolvimento do processo educacional no Brasil, a partir de uma perspectiva crítica envolta por matizes arraigados à herança colonial e, como já considerado, da necessidade de modernização do Brasil.

Como pauta principal à democratização do acesso à educação, as Leis Orgânicas do Ensino, também conhecidas como Reforma Capanema, foram realmente significativas para o aperfeiçoamento da estrutura curricular das escolas normais, incentivando uma abordagem dinâmica e participativa no ensino da História da Educação.

Entre algumas reformas, a Lei nº 4.024 de 1961, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/61), somente teve sua configuração concretizada após treze anos do relançamento, em 1953, do “Manifesto” de 1932, cujos idealizadores lançaram bases em 1920, em meio à realização de Conferências Nacionais de Educação. Gatti Júnior; Guimarães (2019) argumentam que o período em que se deu a tramitação da LDB/61 foi maior que o período em que sua validade vigorou, dadas às condições inerentes a questões de cunhos político, econômico e ideológico em meio ao Golpe Militar de 1964.

Nessa direção, a necessidade da efetivação de melhorias na esfera educacional ficou adensada, o que resultou na urgência potencial de serem realizados ajustes no âmbito da legislação de ensino. Em razão de tais implicações, a reformulação do ensino superior foi aprovada, em 28 de novembro de 1968, por meio da Lei nº 5.540/1968, bem como da Lei nº 5.692/1971, que modificaram o ensino primário e o ensino médio. Ocorreu, então, certa despersonalização do modelo, com mudanças significativas nos cursos de Pedagogia realizadas a partir de uma estrutura fragmentada em ramos ou habilitações, de viés técnico, visando à

formação de especialistas para além da habilitação para a formação de professores no Curso Normal, mas também do professor primário em curso superior.

Tanuri (2000, p. 80) sugere que dessa forma a tradicional Escola Normal perdia o status de “escola” e mesmo de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais de ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM¹⁴).

Um pouco mais adiante nos deparamos com o exposto no Decreto nº 6758/1925, que versou sobre o ensino das matérias ou realização de atividades, de forma mais cautelosa que as instruções contidas nos demais decretos, sendo atribuídos conceitos que situavam a prática da leitura como a mais relevante das disciplinas escolares.

Gatti Junior e Guimarães (2019, p. 169) discutiram acerca desse aspecto, ao falarem sobre saberes objetivados, observando as delimitações sobre o que é ensinado ou quanto à maneira de se ensinar e apontam que, no caso de Minas Gerais, antes da nacionalização das diretrizes educacionais, durante a década de 1930, há uma sistematização anunciando que:

A lei que autoriza ou anuncia uma mudança no curso a que se refere é genérica, menciona as listagens de disciplinas ou atividades, mas a delimitação dos saberes formais a serem ensinados, bem como os métodos e processos recomendados para o seu ensino, vêm depois, na regulamentação da lei, por meio de um decreto contendo o detalhamento de sua execução.

Os Cursos Normais e primários estavam, então, diretamente relacionados, cabendo ao primeiro, nessa relação, subsidiar e fortalecer o segundo, evidenciando a necessidade de legitimação e possível aperfeiçoamento da instrução primária.

Desse aporte pode-se sinalizar que ao serem apreciadas as modalidades de escolas de formação de professores existentes naquele momento, havia as Escolas Normais Oficiais regionais, podendo ser caracterizadas por jurisdição municipal ou estadual, devendo, nessa última circunstância, serem reconhecidas pelo ente estatal, bem como contarem com a manutenção proveniente das Câmaras Municipais. *A priori*, nesse tempo foram instauradas as unidades de ensino privadas equiparadas e que, em geral, tinham como responsáveis as congregações de ordens religiosas instaladas no Brasil. Nesse contexto estaria configurado o Colégio Nossa Senhora das Dores, sob a responsabilidade de religiosas francesas.

14 De acordo com Tanuri (2000, p. 82), há outras críticas contundentes que as HEMs receberam no período que diziam respeito: à dicotomia entre teoria e prática, entre conteúdo e método, entre núcleo comum e parte profissionalizante; à inexistência de articulação entre o processo de formação e a realidade do ensino de 1º grau; ao desprestígio social do curso e à sua inconsistência em matéria de conteúdo; à inadequação dos docentes ao curso, em termos de formação, tendo em vista a inexperiência de muitos deles no ensino de 1º grau e a necessidade de assumirem várias disciplinas; e à insuficiência e à inadequação dos livros didáticos aos problemas pertinentes à realização do estágio e Prática de Ensino.

Delineado esse panorama geral no âmbito de instalação das Escolas Normais no Brasil, constatamos que apesar dos inúmeros desafios enfrentados em sua trajetória, as Escolas Normais foram aos poucos se estruturando, mesmo com algumas poucas inovações, transitando por um período de experimentação, seja nas dimensões nacional, provincial ou regional, conforme situamos respectivamente as referências inerentes a esse contexto de discussão, com a criação das escolas normais no Rio de Janeiro, Ouro Preto (Belo Horizonte) e Uberaba.

Desde então os parques investimentos em educação, bem como o desprestígio atribuído à formação e profissão docente já realizada de forma precária, dificultaram, sobremaneira, sanar a demanda pela necessidade de profissionais da educação preparados para atender ao novo paradigma brasileiro resultante da instalação do período republicano. Desse lapso, é significativo considerar a efemeridade latente na estrutura de funcionamento dessas escolas normais, o que, de certa forma, será retomado ainda nas dimensões de abordagem desse capítulo.

1.2 Circunstâncias históricas para a criação do Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG

Lá ficaram na França querida os familiares, a comunidade, o perfume das macieiras em flor, a brancura da neve no inverno, as crianças que amavam como mestras carinhosas e devotadas. “Teriam que vir derreter no calor tropical, o gelo de muitos corações e saciar as mãos dos famintos de Deus, de amor e compaixão”. Esse primeiro grupo de fundadoras deveria “dizer adeus para sempre à família, à terra natal, e ao querido berço da congregação. (Lavoura e Comércio e Jornal da Manhã, 15. jun.1984, artigo para periódicos). Por Irmã Domitila Ribeiro Borges.

Na perspectiva de desvelar como se dava o ensino da disciplina História da Educação no Colégio Nossa Senhora das Dores, em Uberaba, Minas Gerais, faz-se necessário transitar, mesmo que de forma breve, pelo início da trajetória das Irmãs Dominicanas no Brasil Central, com a consideração, para tanto, que somente em Uberaba, no ano de 2022, já tinham sido celebrados 141 anos de história.

O rompimento com o sistema monárquico em 1822 no Brasil inaugurou a necessidade de suplantação de um novo momento que aquilatava a urgência do chamamento da sociedade para a construção de diálogos que fomentassem a elaboração de projetos e reformas do ensino, reconhecendo a emergência da elaboração de novas possibilidades frente ao que se tinha em termos de educação nacional.

A expansão do ensino logo começou a ser ordem do dia e houve também uma demanda em locais em desenvolvimento e considerados prósperos. Assim, começaram a ser implantadas

diversas leis que tratavam das questões inerentes à instrução. Nesse paradigma foram abertos espaços para a instalação da iniciativa privada no campo educacional.

Por meio da instituição do Ato Adicional à Constituição de 1834 tem-se um elemento facilitador no processo de descentralização do ensino, em decorrência da abolição de privilégios do Estado em matéria de educação, o que contribuiu para a multiplicação de unidades de ensino públicas e privadas. Nessa lógica, a abertura de colégios pelas novas Congregações religiosas, das quais algumas já mantinham escolas no Brasil desde o período colonial como jesuítas, franciscanos e salesianos, oportunamente suplantaram liceus no estado. A ampliação do número de Escolas Normais estava dentro desse projeto, o que concorreu veementemente para a urgência de recrutamento de pessoal docente capacitado para essa dinâmica.

Inicialmente recorreremos à compreensão sobre quais teriam sido as motivações para a vinda e instalação das Irmãs Dominicanas no Brasil, perfazendo uma busca por esclarecimentos que pudessem ajuizar tais desdobramentos no cenário internacional, em especial na França, no desfecho das últimas décadas do século XIX. Pode-se depreender, *a priori*, que naquele momento a França protagonizou momentos conturbados, determinados por tensões provocadas pela instauração de um cenário instável, possivelmente potencializados por rivalidades inflamadas pela lógica de matizes políticos, econômicos e sociais.

Com o advento do liberalismo, compreendemos que nessa ambientação as perseguições laicizantes, provocadas por movimentos oriundos de lutas burguesas, avivaram um sentimento de inquietação por parte da ordem clerical, em especial das ordens religiosas, no âmbito de suas Congregações, bem como da urgência que se perpetuassem seus propósitos distantes daquela realidade, contexto que para esses núcleos religiosos estaria sendo um verdadeiro tormento. Nesse paradigma, CASPAR (2006)

enuncia inicialmente, como uma evidência histórica, que a Reforma deu um “elã salutar” às escolas, “rompendo os entraves de roam, permitindo a todos os cristão a leitura das sagradas escrituras”: mas continua afirmando que essas escolas, criadas com um objetivo de puro doutrinamento religioso, somente habituavam os alunos “a recitar sem compreender, a falar sem refletir, a aprender para esquecer, sem nenhum aproveitamento para o desenvolvimento de seu julgamento, e menos para sua memória, que tinha sido cansada, atordoada (p.24).

Por conseguinte, respaldados à vista de tais considerações, pontuamos que a história das ordens religiosas se inscreve em um paradigma de aporte político, administrativo e social da França naquele período. Contudo, a França situava-se em um contexto confortável, no qual ocupava uma posição privilegiada, considerando que “no universo cultural e social dos franceses, a história ocupa uma posição eminente; em parte alguma ela está tão presente como

nos discursos políticos ou nos comentários dos jornalistas; em parte alguma ela se beneficia de um status tão prestigioso” (Proust, 2012, p. 14).

Imediatamente a repulsa por implicações provenientes das perseguições anticlericais corroboraram sobremaneira para o distanciamento da Igreja dos importantes centros de decisão, bem como do sistema público de ensino. As implicações propiciadas pela imposição de tais regulamentações afetaram negativamente as instituições religiosas.

Manoel (1996, p. 17) evidencia que as reformas de Jules Ferry (1879 – 1881), na Terceira República (1870 – 1940), foram decisivas para a consolidação do laicismo educacional e da neutralidade religiosa na França. Na ótica de Melo (2002), as mudanças ocorridas na Europa, na segunda metade do século XIX, tiveram suas raízes e alterações provocadas pela Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no final do século XVIII. Desse aporte, têm-se imbricadas questões de cunho relevantes, a saber:

Os ingleses ampliaram sua indústria têxtil e inovaram os meios de transporte, favorecendo a expansão do comércio, o que propiciou a expansão do modo de produção capitalista nos países europeus e no mundo de modo geral. A França percorreu uma trajetória oscilante, marcada pela Revolução Francesa, ocorrida em 1789, considerada como um movimento burguês. Em 1871 os franceses vivenciaram o primeiro movimento revolucionário que levou o proletariado ao controle político da capital, conhecido por “Comuna de Paris”. Do regime imperial a França passou à forma de governo republicano. Várias modificações no orbe político francês se sucederam durante esse período amotinado da história francesa: greves; tumultos populares; e outros movimentos foram surpreendendo, principalmente nos países considerados potências. O momento era também de instabilidade no campo religioso, ocasionado pelo início das perseguições laicizantes, após a crise entre igreja e Estado (Melo, 2002, p. 44-45).

A congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário surgiu em Bor, na França, em 1850, na região do Aveyron, situando-se no nível médio dos departamentos franceses em Rouergue, como uma fundação sem grande originalidade no princípio. Era limitada às necessidades de evangelização de uma pequena paróquia rural, sob a responsabilidade da religiosa Alexandrina Conduché (Madre Anastasie), que, apoiada pelo seu tio, o Padre Jean Pierre Gavalda o (Vigário de Bor), fundou o instituto religioso que mais tarde se tornaria uma grande Congregação. Desde o início do século XIX havia tentativas de remediar a ignorância dos paroquianos com a ajuda de curas franceses, principalmente do Cura d’Ars¹⁵, o mais célebre deles.

15 No século XIX, Ars, pequena aldeia francesa, foi por muitos anos o centro da vida religiosa de todo o país. Entre os anos de 1818 e 1859 foi também tão grande a influência de peregrinos, que a companhia de caminhos de ferro que servia a zona teve de abrir um posto de atendimento especial na cidade de Lyon para organizar o tráfego entre esta cidade e a pequena povoação de Ars. O motivo era o sacerdote da aldeia, João Maria Vianney, que havia nascido em 1786. Tivera de superar muitas e muitas dificuldades para chegar por fim a ser ordenado sacerdote, e

Madre Anastasie era considerada pelas pessoas próximas a ‘eleita’ que tinha sido enviada por Deus predestinada a servir, lançando-se em sacrifício. Nunca recuava às adversidades e apesar de possuir somente o curso primário, entregou-se à luta em prol de seu trabalho, a princípio com a finalidade de amparo às crianças pobres do lugar, contando com um apoio tão amplo quanto possível, tirando-as de uma condição degradante e do analfabetismo, procurando formá-las para a vida.

Durante os 25 anos de sua vida religiosa Madre Alexandrina realizou 25 fundações, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1878, aos 45 anos, na Congregação, deixando às suas Irmãs a missão de continuar a obra de evangelização por ela iniciada (Lopes, 1985, p. 11). De acordo com Melo, um projeto apresentado pelo Padre Comier à Madre Dosithée, ainda em 1881, continha a ideia de associar, no Brasil, o trabalho das Irmãs Dominicanas de Bor às obras dos Padres Dominicanos da Província de Tolosa.

Estes já haviam aberto o caminho das missões no Brasil, em 1880. Tanto eles quanto o Bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leão, chamaram pelo auxílio das Irmãs Dominicanas em seu projeto missionário em terras brasileiras. Em breve o chamamento fora atendido (2002, p. 44).

Para a realização de tal empreitada, as religiosas levaram consigo o mínimo possível de seus pertences, dentre os quais constavam um harmônio, um piano e algumas imagens. A missão angariou esforços para a realização de um trabalho árduo e persistente para conseguir confeccionar enxoval, como também a doação de vestimentas dos pés à cabeça para aquelas mulheres de fé e educadoras que partiriam para um “novo mundo”. Temia-se, assim, que o exílio seria de extremo sofrimento, levando-se em consideração o modo de vida a que estavam acostumadas.

As cartas do Padre Lacoste informavam no que implicaria esse primeiro êxodo para a América. *“Levem um enxoval completo, porque dificilmente encontrarão aqui os tecidos de lã que tem preços muito altos”*. (II’y a cent ans 1885-1985): há cem anos... 1885 – 1985: Traduções das cartas em francês para o português: Irmã Beatriz Manna OP e Maria Carmelita Rodrigues da Cunha Araújo (Lopes; Santos, 2020, p. 32).

A missão contou inicialmente, com a presença de três missionárias de Bor: Madre Maria José, já nomeada (priora)¹⁶; Irmã Maria Reginalda; e Irmã Maria Eleonora. Em 29 de janeiro de 1885 elas foram conduzidas por Madre Dosithée até Bordeaux, passaram por Toulouse e

quando lhe foi confiada a paróquia de Ars, com a sua pregação, com a mortificação, a oração e a caridade, conseguiu promover, de um modo admirável, o aperfeiçoamento espiritual de suas gentes.

¹⁶ Priora (ô) substantivo feminino. Superiora do convento de certas ordens religiosas, priora, abadessa. Disponível em <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em 07. jun.2022.

Lourdes, e chegaram até o local de embarque. De Toulouse, já abençoadas por Frei Colchen, confiaram sua jornada e negócios à rainha do céu em Lourdes, aportando em Lisboa, onde se instalaram no Convento das Dominicanas da Congregação de Santa Catarina de Sena, em Benfica, local em que já as esperava um segundo grupo de mais três irmãs: Maria Otávia; Maria Juliana; e Maria Hidelgarda.

Durante o período de estadia em Benfica (Portugal), elas dedicaram-se à leitura e aprenderam um pouco da língua portuguesa, em contato com algumas das alunas internas. Madre Maria José sentia-se diminuída diante da obra que lhe havia sido confiada, precisando, por muitas vezes, estar se fortalecendo em sua fé. Daí por diante, acabou se dedicando de corpo e alma à obra da fundação. (Lopes; Santos, 2020, p. 33).

Naquele momento a comunidade em Bor. contava com um número elevado de analfabetos, com destaque para o público feminino, que superava consideravelmente o público masculino, índices que eram, respectivamente, entre cinquenta contra quarenta por cento da totalidade. Por ocasião dessa passagem, concluímos que a educação feminina já não era prioridade entre os pares, possivelmente pelo fato das mulheres pertencerem a famílias conservadoras, tendo sido sua educação confiada aos próprios preceitos e valores morais, possivelmente desenvolvendo seu aprendizado, a partir de atividades inerentes ao lar como “prendas domésticas”, dentre outros afazeres intrínsecos a esse modo de vida em que fossem moldadas para constituir o próprio reduto familiar ainda muito jovens.

Contudo, a congregação veio edificar-se às bases de alicerces construídos com coragem e persistência, que vieram a se integrar à secular ordem de São Domingos em 1885, graças à decisão do Prior de Tolosa, Padre Cornier. Então, tudo transcorreu dentro dos preceitos cristãos e com o devido propósito de firmeza e fé, sendo sua prosperidade e crescimento confiados para o bem e para Deus.

Assim, o noviciado da Congregação foi transferido para Montelis, uma comuna francesa na região administrativa da Occitânia no departamento de Aveyron, onde os meios de comunicação eram outros, e ela, “dentro de sua finalidade”, ramificou-se grande e poderosamente: varando espaços, cruzando mundos, partiu da França para a Bélgica, a Itália, o Brasil, a África (Lopes, 1985, p. 21).

A viagem para o Brasil durou 23 dias a bordo do vapor Congo, com partida de Lisboa em cinco de maio de 1885, com escala em Dakar, chegando ao Porto do Rio de Janeiro em 28 de maio. Ao desembarcarem foram logo recebidas e acolhidas pelas Irmãs de São Vicente de Paula que lhes proporcionaram o merecido descanso. De acordo com Lopes (1986, p. 39), “no momento de chegada das religiosas ao Brasil, o regime escravocrata estava em vias de acabar,

haja vista que sob a pressão das ideias liberais vindas da Europa e da América do Norte, preparava-se a abolição”. Sobre esse período, conclui-se que coincidentemente, em 28 de setembro de 1885, foi promulgada a Lei nº 3.270, conhecida como Lei Saraiva – Cotegipe ou Lei dos sexagenários, que tinha a intenção de libertar todos os escravos com mais de sessenta e cinco anos, e três anos mais tarde foi sancionada a Lei Áurea.

Em 1º de junho, no romper da aurora, as religiosas seguiram de trem de ferro para São Paulo, local em que foram recebidas pelas Irmãs de São José. Após mais dois dias de trem chegaram a Ribeirão Preto, tendo o Padre Vicente Lacoste¹⁷ à sua espera, que as acompanhou até seu destino final: a cidade de Uberaba-MG. A fim de que não realizassem a viagem a cavalo, Padre *Lacoste* conseguiu uma velha ambulância (“carro de boi”) recuperada da Guerra do Paraguai, que seguiu puxada por cinco pares de bois.

Entendeu-se, ali, que a missão se expandiria para terras estrangeiras, na região conhecida como sertão. Foram oito dias de viagem e as religiosas tiveram por companhia alguns homens fortes e experientes, bem como uma intérprete. Enfrentaram intempéries pelo caminho, mas também seguiram contemplando as belezas naturais da região. As paradas eram em fazendas nas quais os proprietários faziam o acolhimento com certa curiosidade, já que nunca se havia visto religiosas usando hábitos e falando outra língua.

A refeição oferecida era à moda brasileira à base de arroz, feijão, farinha e mandioca, salientando que o pão ainda não era conhecido por aqui e tudo foi recebido de bom grado pelas Irmãs. O corpo exausto contava somente com redes para o descanso, sendo este acessório algo ainda não conhecido por elas; mas conseguiam vencer os desafios com alegria (Lopes, 2020, p. 34).

Em meados do século XIX, Uberaba destacava-se com o status de portal da expansão comercial, sendo a cidade escolhida para a implantação da Ordem religiosa das Dominicanas no Brasil. Estrategicamente localizada, configurou-se por tempos como entreposto para passagem de tropeiros e carreiros goianos e mato-grossenses. Conforme Wirth (1982, p. 103) “a cultura cafeeira tomava fôlego na região do Oeste Paulista, sendo necessária a instalação da estrada de ferro, tendo sua eclosão nas regiões Sul e Triângulo após 1890 que, estando próximas a São Paulo, interligaram-se ao sistema ferroviário da Mogiana e do Porto de Santos”.

17 Frade responsável pela direção dos trabalhos de construção da Igreja São Domingos de Uberaba, entre 1889 e 1904. Foi também responsável por adquirir dois sinos com algumas particularidades, considerados bem interessantes. Em primeiro lugar pelo timbre do som que os distingue dos outros sinos de Uberaba, visto que eles têm uma liga de bronze muito especial. Em segundo lugar pelos nomes que foram dados a eles: Santíssima Rainha do Rosário e Sagrado Coração de Jesus.

O prolongamento da Companhia Estrada de Ferro Mogiana chegou a Uberaba em 1889, diminuindo distâncias e propiciando maior interação com demais cidades e regiões do Brasil Central. Já no final do século XIX o Brasil caracterizava-se pelo declínio de economia agrária exportadora e dependente, bem como pelo início do desenvolvimento industrial.

Desse contributo, Uberaba rapidamente tornou-se centro de referência no Triângulo Mineiro, acarretando intenso processo de urbanização. “Consultando alguns escritos sobre a história da cidade, podemos ler informações muito comuns mencionando a influência da cultura europeia, principalmente a francesa nos costumes da população uberabense dos quais diziam desta estreita ligação: Paris-Rio-Uberaba” (Melo, 2002, p.45).

Lopes (1986, p. 25) acrescenta que “a consolidação do desenvolvimento econômico se manifestava pelo contato mais intenso com a Europa e com a introdução de novas ideias que passaram a circular no acanhado meio intelectual brasileiro”.

As rápidas transformações em vários setores foram de certa forma aperfeiçoando o nível de exigência da população, sendo que as escolas confessionais passaram a ser percebidas e reconhecidas cada vez mais como necessárias. Compreendemos que as expectativas acima elencadas testemunham a necessidade de prover a manutenção e o fortalecimento da Igreja na seara educacional, com enfoque principal na educação das jovens brasileiras, no esforço de evitar, assim, que sua fé esmaecesse. Dessa forma, de acordo com o exposto por Lopes (1985, p.39), “havia o apelo insistente de certos bispos às congregações do outro lado do Atlântico para cooperar na tarefa urgente de preservação e de um processo educacional pautado na fé cristã”.

No dia 15 de julho do ano de 1885 as religiosas francesas chegaram a Uberaba, onde foram apresentadas ao Bispo de Goiás, que de lá havia vindo para recebê-las. Ele mesmo tratou de acomodá-las em uma residência provisória, provavelmente uma casa deixada por Frei Eugênio¹⁸ e mantida por famílias uberabenses.

A chegada das dominicanas na cidade Uberaba foi um evento noticiado com bastante ênfase pela imprensa local. Os principais jornais da época, como o Lavoura e Comércio evidenciaram a relevância da presença e instalação das mesmas para com o desenvolvimento social e educacional em razão de princípios morais e religiosos imbricados aos cânones

18 Frei Eugênio Maria de Gênova (1812 – 1871) monge capuchinho. Nasceu em Oneglia, Província de Gênova, Itália, em 04 de novembro de 1812. Foi batizado com o nome de João Batista Maberino. Ingressou na ordem dos capuchinhos e tomou as ordens sacras em 1836, com o nome de Frei Eugênio Maria. Chegou ao Brasil em 1843, a mando do Papa Gregório XVI, como missionário capuchinho. Ficou dois anos no Rio de Janeiro. Saiu do Rio de Janeiro e foi para Cuiabá catequizar a cidade, vilas e aldeias. Em 1856, o Major Joaquim Alves Teixeira ofereceu-se, à Câmara Municipal de Uberaba, para ir pessoalmente a Pitangui (MG) onde o Frei se encontrava e convidá-lo para missionar em Uberaba e aqui, construir um cemitério.

confessionais. Muitas reportagens destacavam os propósitos acerca do trabalho que as irmãs pretendiam realizar, dentre os quais enfatizavam as áreas de educação, assistência social, destacando o impacto positivo que essas ações promoveriam para a sociedade uberabense.

Em registros da época consta que a comunidade uberabense as recebeu de modo destacado, contando com festividades, banda de música, foguetes e discursos. Em seguida, foram escoltadas até a Capela da Santa Casa de Misericórdia, acompanhadas por crianças e por padres dominicanos que as conduziram até a sua moradia provisória (Lopes, 1986, p. 41).

Após a instalação das religiosas, foram iniciados os primeiros passos para “plantarem suas sementes” nesse novo lugar. As seis religiosas logo tomaram providências para colocar em funcionamento algumas salas de aula que pudessem atender à demanda de crianças e jovens, principalmente dos que tivessem menor poder aquisitivo ou pertencessem a classes menos favorecidas.

Já acomodadas, chegou ao conhecimento das religiosas a questão da existência de um conjunto arquitetônico de edificações conhecido pelo nome de Santa Casa de Misericórdia, cuja construção foi de responsabilidade do monge capuchinho Frei Eugênio Maria de Gênova, que se estabeleceu em Uberaba em 1856 e faleceu em 1871. O pleno funcionamento do hospital não chegou a se efetivar porque as instalações não foram equipadas devido à falta de recursos para a aquisição de mobiliário e equipamentos que contribuíssem para o bom funcionamento de um estabelecimento desse porte. A primeira Santa Casa de Misericórdia foi construída por Frei Eugênio Maria de Gênova, em 1856. Foi destruída por um incêndio em 1921.

Figura 1 - Fachada da Primeira Edificação da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba-MG. 1856.



Fonte: APU - Arquivo Público de Uberaba-MG. 2023.

Ainda em 1885 a adaptação do prédio estava pronta e as religiosas se prepararam para abrir as classes como pensionato e externato. O começo do Colégio foi modesto. No primeiro ano o pensionato recebeu apenas dez alunas. Poucas alunas externas tinham condições de pagar a taxa escolar e a maior parte recebia instrução gratuita. As Irmãs Dominicanas também se dedicaram ao cuidado dos doentes que ocupavam as dependências da Santa Casa e davam assistência domiciliar a outros tantos. Aos poucos o número de alunas foi aumentando, o externato gratuito tornou-se muito frequentado e o número de religiosas foi se tornando insuficiente. Assim, pediram reforços à França. “Dez meses após a chegada das primeiras, o grupo foi acrescido de mais cinco religiosas e, um pouco mais tarde, vieram mais sete”. (Lopes, 1986, p. 46).

Foi preciso aguardar por uma reforma indispensável no prédio da Santa Casa de Misericórdia para que fosse instalado ali o colégio, o que se daria de forma provisória, conforme será pontuado logo mais ainda nesse contexto de discussão. Também faltava pessoal preparado para cuidar dos doentes e o prédio, em desuso, corria o risco de desabar. Então, o projeto inicial foi adaptado com as condições possíveis para abrigar o Colégio.

Dom Cláudio Ponce de Leão, compromissado com a receptividade das Irmãs francesas em sua nova realidade, ficou responsável por prover as necessidades materiais das religiosas, e foi ele que também as estabeleceu no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, até que fossem construídas novas instalações para servir de hospital. Entretanto, ainda de acordo com Lopes (1986, p. 40), “ele foi transferido para o bispado de Porto Alegre – RS, eventualidade que mudou a dinâmica do projeto das Irmãs Dominicanas”.

A instalação do Colégio era prioridade, uma vez que as obras eram consideradas mais fáceis e em conta. A casa destinada ao hospital apresentava imponência, contando com vários cômodos espaçosos e disponíveis, sendo essas características atrativas à instalação do próprio Colégio. A posse do espaço da Casa de Misericórdia, em 1882, deu-se com a chegada das Irmãs e sua instalação naquele lugar.

Mudanças significativas estavam por vir, a partir do momento em que foi aprovada a separação da Igreja com o Estado, logo no início da República, e o sucessor de D. Cláudio não contaria mais com os recursos do Estado para a construção do Hospital. Concomitante a essa sucessão de eventos, profissionais da medicina recém-formados na Europa, e em grandes centros do país, seguiram para Uberaba, certos de poderem contar com um hospital onde pudessem atender à população pobre da cidade.

Logo chegando, tomaram ciência de que a edificação onde funcionava o Colégio Nossa Senhora das Dores tinha sido construída para abrigar essa finalidade. Pediram às Irmãs que desocupassem a ala do espaço que ocupavam no edifício. Considerou-se, naquele momento, um grande golpe na obra considerada próspera (Lopes; Santos, 2000, p. 48).

Abaixo, iconografia da Fachada da nova edificação da Santa Casa iniciada no ano de 1926, por iniciativa do médico Dr. José de Oliveira Ferreira, executor do projeto inaugurado em 1935.

Figura 2 - Fachada da nova edificação da Santa Casa. 1965



Fonte: APU - Arquivo Público de Uberaba – Uberaba-MG. 2023.

Diante desse fato, as religiosas, que se perceberam incomodadas e angustiadas pelas “provações” e adversidades, precisavam encontrar uma solução para tal impasse. Acabaram decidindo pela compra de um terreno onde em um futuro breve pudesse ser construída a sede do novo Colégio. Os fundos eram irrisórios e a Congregação possuía o suficiente para arcar somente com as custas de aquisição do terreno. As religiosas precisaram, então, recorrer ao auxílio generoso das famílias uberabenses, amigos, como também dos padres dominicanos, na intenção de unir esforços para erguer o Colégio.

Em 5 de agosto de 1893 foi lançada a pedra fundamental da construção do Colégio, que teve seu início em setembro do mesmo ano, no local denominado Praça da Misericórdia, no mesmo lugar onde hoje se encontram os jardins do Colégio. Há registros da demolição do prédio antigo em 1959, local em que foram erguidas instalações mais modernas. Do prédio antigo restaram somente construções voltadas para a Rua Quintino Bocaiúva.

A instalação das Irmãs no novo prédio teve como marco o mês de setembro de 1895, sendo que em 30 de dezembro do mesmo ano aconteceu a solenidade de inauguração, oportunamente coincidindo com a festa de entrega dos prêmios de final de ano. Autoridades, famílias de alunos, membros da Igreja e os benfeitores que contribuíram para que o objetivo maior se concretizasse, estiveram presentes à solenidade. Como entretenimento, o evento contou com a banda da cidade, apresentação de números pelas alunas, além da homenagem de Frei Raymond Anfossi¹⁹ que, enaltecendo o trabalho das religiosas, exaltou as vantagens da instrução religiosa que elas vinham conduzindo com todo zelo e esmero.

Nesse sentido, no ano seguinte já estavam aptas a exercer suas atribuições. As Irmãs puderam dar continuidade ao seu trabalho na nova sede do Colégio, executando as ações referentes às premissas inerentes à sua missão de educar, como o zelo com a instrução feminina pautada sempre pelos preceitos norteadores da fé cristã. Encontraram nesse espaço solo fértil para a concretização de seus propósitos.

As Dominicanas foram pioneiras quanto à implantação de colégios no interior da região do Triângulo Mineiro, apesar de outras comunidades as terem antecedido em outras regiões. Aproximadamente quatro anos mais tarde deu-se a instalação de um colégio no Estado de Goiás. As irmãs de São José de Chambéry, por exemplo, chegaram ao Brasil em 1858 e foram instaladas em Itu pelo Bispo de São Paulo. (LOPES, 1986, p. 41).

Assim, dedicaram-se ao ensino primário, secundário e religioso, mantendo cursos de pintura, canto, música e piano e, em seguida, instalando o Curso Normal. (LOPES, 1986, p.41). Dessa forma, consideramos a discussão suficiente para avançarmos no propósito de construção da proposta historiográfica, no campo da História da Educação a ser constituído. Discutiremos, no próximo tópico, as condições em que se deu a criação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores de Uberaba.

1.3 Criação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores

O percurso de instalação do Colégio N. S. das Dores se realizou a partir de vários anseios, que partiram do ideário envolto ao desejo de desenvolvimento do país, principalmente no que concerne aos parâmetros educacionais com o advento da Primeira República no Brasil, em detrimento dos vários desdobramentos inerentes à ruptura com a coroa portuguesa.

¹⁹ Prior do Convento de Uberaba, que demonstrou às religiosas, a partir de sua fala, sobre a necessidade e os benefícios da educação Cristã (Lopes, 2000, p. 54).

No início as religiosas contaram com um espaço provisório para iniciar o seu trabalho a serviço da população uberabense e região. Entretanto, o local cedido no prédio da antiga Santa Casa de Uberaba foi reintegrado aos seus reais interesses e elas foram convidadas a se retirar daquele espaço. Naquele momento, com muita dedicação e contando com a ajuda de famílias uberabenses bem abastadas, concretizaram o ideal e vocação para a formação humana em vários segmentos, desde a educação infantil, a formação de professoras na Escola Normal e, um pouco mais tarde, na área da saúde, com a criação da escola de enfermagem e as Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (FISTA).

Daí em diante iniciariam seu trabalho nas novas instalações, atendendo à sua clientela em regime de internato e externato e adquiriram, a cada ano de trabalho, um número maior de alunos, potencializando seu nome e procurando garantir seu lugar de imponência no cenário educacional da região do Triângulo Mineiro.

Antes da instalação da Escola Normal, as religiosas se dedicaram ao ensino de outros ofícios como a pintura, a arte do canto, a música, com aulas de piano, também se dedicando aos níveis de ensino primário, secundário e educação religiosa. Destacamos que alguns anos depois instalaram a Escola Normal para a formação de normalistas, com ênfase exclusivamente na formação do público feminino²⁰, em atendimento às famílias uberabenses, e de toda a região, em especial às detentoras de melhores condições financeiras com ênfase em formação confessional. As jovens eram preparadas tanto para atender à crescente demanda de docentes em meio às necessidades locais e regionais quanto para atender ao prestígio referendado pela profissão naquele momento. Finalmente, também preparava o público feminino para os ofícios do lar configurando, assim, o cumprimento do papel a ser desempenhado por uma senhora de família que deveria ser boa esposa, cuidar do seu lar e, provavelmente, dos filhos.

Riccioppo Filho explica que

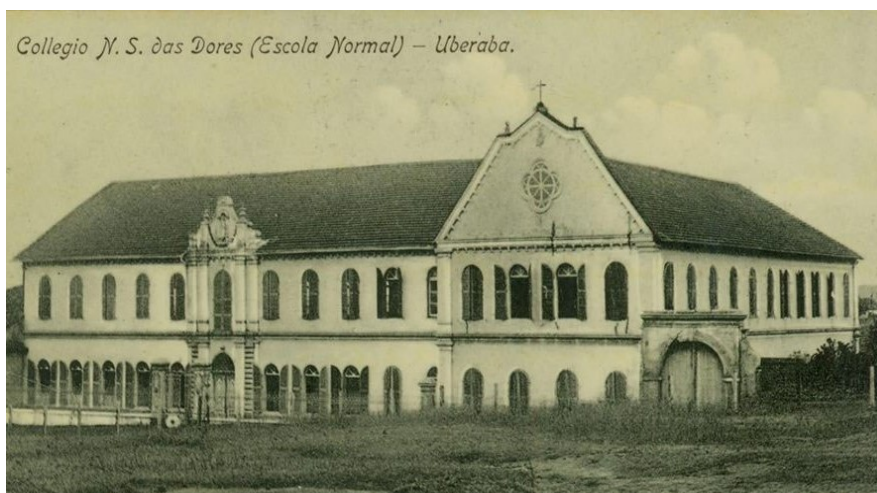
Famílias de toda a região enviavam suas filhas para formarem-se professoras na escola o Curso Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores manteve funcionamento ininterrupto por várias décadas e tornou-se uma referência no Brasil

20 A proposição de que o curso normal fosse preferencialmente feminino, foi amplamente desconsiderado por determinação da Lei de n.º 560/1911, autorizando assim, a criação e instalação de escolas normais regionais mistas, que seriam localizadas nas regiões Norte, Sul, Mata, Oeste e Triângulo Mineiro; entretanto, essas deveriam ser idealizadas tanto quanto o mais próximo da Escola Normal da Capital mineira. A lei em realce tem sua regulamentação através do Decreto de nº 3.738/1912, em que trataria da estrutura e funcionamento das escolas regionais, diferenciando-se da escola normal da capital ao tratar das matérias; os programas já não são mais elaborados pela Congregação de docentes, apesar de ainda existirem. Curiosamente, os programas ora tratados continham apenas as temáticas e atividades para cada ano do curso, em atendimento a cada uma das disciplinas elencadas.

Central. uberabense, que mantinha alunas em regime de internato e externato (2007, p. 257).

Com o projeto de equiparação do colégio às escolas do Estado, estas passaram a contar com incentivos fiscais, com isenção de pagamento de uma taxa anual ao Estado, em troca de fornecerem bolsas de estudos a alunas que pertenciam a famílias que não tinham condições de arcar com os custos das mensalidades na escola de formação de professoras. Assim, a Escola Normal Nossa Senhora das Dores foi criada em 1905, contando com: seis alunas apresentadas pelo Secretário Estadual de Educação mediante concessão, ou seja, que tiveram gratuidade total; e vinte a mais tiveram gratuidade parcial e seus estudos patrocinados pelo estabelecimento de ensino. Madre Maria José, uma das fundadoras do Colégio, solicitou ao então Secretário de Interior, Delfim Moreira da Costa, no ano de 1906, que procedesse à equiparação do Colégio aos Institutos Normais do Estado. No ofício enviado *a priori* chamou a atenção à necessidade da equiparação, considerando o fechamento da Escola Estadual Normal desta cidade.

Figura 3 - Registro da primeira fachada da sede definitiva do Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG. Lugar denominado Praça da Misericórdia. 1930.



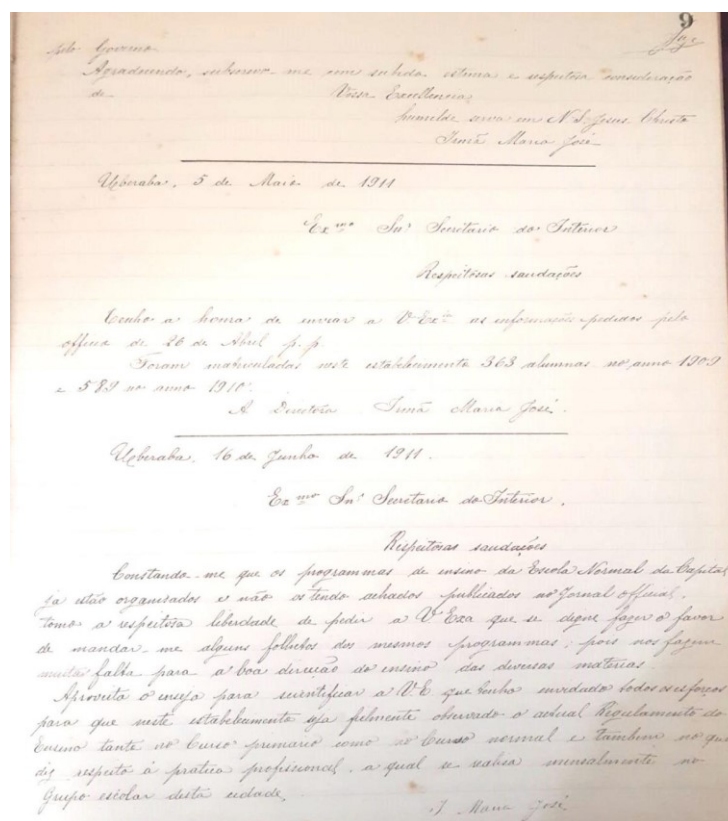
Fonte: Arquivo Público de Uberaba – Uberaba-MG.

No ano seguinte à criação da Escola Normal, já em 1906, com a inauguração do curso²¹, o presidente do Estado, Francisco Salles, acompanhado do senhor Secretário de Interior, Delfim

²¹ De acordo com dados coletados em arquivos sob guarda do referido colégio, no documento “Boletim de Informações, enviado pela diretoria geral de informações, estatísticas e divulgação do “Ministério da Educação e Saúde Pública da República dos Estados Unidos do Brasil”. Trata-se de um documento que contém até 6 folhas (F I a VI), para serem preenchidas em frente e verso, com informações sobre a escola, visando compor a estatística do ensino secundário, profissional e superior do Estado de Minas Gerais – referente ao ano de 1934”. Nesse documento está registrado que o curso normal foi inaugurado em 1906.

Moreira, assinaram a Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, concedendo a almejada equiparação e, a partir de então, o Colégio passou a obedecer inclusive ao programa oficial preconizado pela Secretaria de Interior. No que se refere ao ensino, a instituição optou por manter a distribuição de matérias para cada ano do curso e estabelecia programas de cada uma delas quanto aos seus conteúdos teóricos e práticos. Gradativamente estabelecia a distribuição de matérias do ensino normal pelos quatro anos do curso e uniformizava os programas em todas as Escolas Normais, com vistas a corrigir as divergências existentes nos programas, uma vez que, conforme já pontuado, por força do Decreto nº 1.175, de 29 de agosto de 1898, já era facultado às Congregações a proposição de seus próprios programas.

Figura 4 - Solicitação de Irmã Maria José ao Secretário de Interior. Programas de Ensino²². 1911



Fonte: Registro feito pelo pesquisador no acervo do Arquivo CNSD. 2022.

²² Uberaba, 16 de junho de 1911. Exmo. Sr. Secretario, de Interior. Respeitosas saudações. Constando-me que os programas de ensino da Escola Normal da Capital já estão organizados e não os tendo achado publicados no Jornal oficial, tomo a respeitosa liberdade de pedir a V. Exa. Que se digne fazer o favor de mandar-me alguns folhetos dos mesmos programas; pois nos fazem muita falta para a boa direção do ensino das diversas matérias. Aproveito o ensejo para cientificar a V. Exa. Que tenho envidado todos os esforços para que neste estabelecimento seja fielmente observado o atual Regulamento do Ensino tanto no Curso primário como no Curso Normal e também no que diz respeito à prática profissional a qual se realiza mensalmente no Grupo Escolar desta Cidade. O referido Grupo Escolar citado, se trata do Grupo Escolar Brasil, popularmente chamado de Grupo Brasil ou Escola Brasil em Uberaba-MG.

O Decreto nº 1906 não chegou a ser colocado em prática, pois, conforme as Instruções para sua execução, contempladas no art. 1º, somente entrariam em vigor no ano letivo de 1907. Entretanto, antes dessa data ocorreu a transição de governo e o advento de novas Leis Educacionais com o governo João Pinheiro²³.

Em registros provenientes de pesquisas realizadas por Lopes (1985), constatamos que houve, em 1906, uma solicitação de que o Colégio Nossa Senhora das Dores fosse equiparado às Escolas Normais por atender às jovens de Uberaba e de outras regiões do Brasil Central.

Ao analisar a grade curricular do Curso Normal do Colégio N. S. Dores (1907), ACNSD (1906-1916), Riccioppo Filho (2007) faz severas críticas ao formato do curso de formação de professoras normalistas no Colégio Nossa Senhora das Dores, quando coloca em destaque que já havia uma ênfase para que a formação da mulher ocupasse um papel subalterno na sociedade, na perspectiva das Escolas Normais Oficiais, o que se tornaria ainda mais notório dentro da pedagogia dominicana. Assim, “transportando esse artigo do regulamento para o Curso Normal da escola, percebemos que a formação de professores não era o objetivo primeiro daquela instituição de ensino” (Riccioppo Filho, 2007, p. 256). Em seu artigo 1º, o Regulamento da escola afirma, categoricamente que: “O Colégio de Nossa Senhora das Dores, de Uberaba, foi fundado e é mantido pelas Religiosas Dominicanas, com o objetivo principal da educação moral e religiosa da educação feminina”. (CNSD, 1934, p. 1).

Estamos certos de que muitas dessas questões precisam ser mais bem discutidas e elucidadas, à luz de reflexões que devem ser realizadas de acordo com a necessidade de acesso às fontes documentais gentilmente cedidas para consulta no arquivo particular do Colégio Nossa Senhora das Dores, bem como do aporte teórico-metodológico, no sentido de estabelecermos as relações necessárias a esse viés de discussão. A rigor, em atendimento aos critérios de cientificidade necessários à responsabilidade que nos é devida, de dar respostas ao nosso problema de pesquisa, após testadas e verificadas nossas hipóteses, bem como em atendimento aos nossos objetivos, abarcaremos os resultados necessários à elucidação dessas questões.

Tendo por referência essa breve consideração, em se tratando dos desdobramentos do aporte teórico-metodológico, consideramos que:

23 A Lei n.º 439 de 28 de setembro de 1906 autorizaria o Governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências. Trata-se de reforma, pois muda, em parte, a estrutura da rede de ensino ao propor a criação de Grupos Escolares no seu art. 3º, todavia não abolia as escolas isoladas. Os grupos escolares por sua vez, além de exigirem as mudanças quanto a forma de organização das classes (em séries separadas), necessitava da construção de escolas com várias salas, criava a figura do diretor escolar, dentre outras modificações.

Assim, o processo de objetivação da investigação científica comporta uma relação necessária e fundamental entre o sujeito e o objeto de sua análise, sem isolá-los, mas percebendo seu diálogo, sua forma de interagir com os homens e mulheres do passado, por meio de suas ideias, mas também das ideias destes, conforme a análise realizada pelo investigador nas fontes para elaborar suas interpretações sobre o passado singular em que viveram as pessoas e construíram seu objeto de trabalho (Gatti Jr. 2008, p.236).

O projeto de equiparação das Escolas Normais no século XX, em Minas Gerais, faz parte do contexto mais amplo das reformas educacionais ocorridas no Brasil nesse período. No início do século XX essas escolas passaram por processos de padronização e regulamentação em todo o Brasil, procurando melhorar de qualidade na formação dos docentes. Em Minas Gerais, muitas dessas instituições foram objeto de ações para regulamentação da equiparação em termos de estrutura, currículo e padrões de ensino. A busca por uniformidade intentava assegurar a consolidação de uma educação de maior consistência em todo o país, haja vista que algumas instituições almejavam principalmente benefícios e concessões, como ocorreu na instituição de ensino Colégio Nossa Senhora das Dores. A seguir apresentamos uma figura que expõe, de forma ilustrativa, esse ato²⁴.

²⁴ Uberaba, de 1905. Exmo. Snr. Secretario de Interior. Diz a superiora do Collegio de Nossa Senhora das Dores de Uberaba, que, desejando equiparar o seu estabelecimento aos Institutos Normaes do Estado, em cujas condições se acha, sendo o mesmo de suas alunas de [...] às quaes se deseja facilitar o conseguimento de diplomas de normalistas somente agora que foi fechada a Escola Normal desta cidade, vim pedir a V. Exa., que depois de necessária inspeção de funcionário estadual competente e com o parecer favorável sejam concedidas ao referido estabelecimento as prerrogativas dos Institutos Normaes Officiaes para que a supplicante sujeite-se as despesas e correção requeridas pela [ilegível] e aguarda de V. Exa. [ilegível]. Defêrimento. Irmã Maria Jose Diretora.

Figura 5 - Solicita ao Secretário de Interior a equiparação às Escolas públicas do Estado de Minas Gerais. S.d 1905.

Uberaba, de 1905

Ex^{ma} Sua D^a Secretario do Interior,

Diz a Superiora do Collegio de Nossa Senhora das Dores de Uberaba que, desejando equiparar o seu estabelecimento aos Institutos Normaes do Estado, em cujas condições se acha, sendo o numero de suas alumnas de _____ as quais deseja facultar o conseguimento de diplomas de Normalistas, mercamente agora que foi fundada a Escola Normal desta cidade, vem pedir a V. Ex^{ma}, que, depois da necessaria inspecção do funcionario estadual, conselheiro e com o parecer favoravel, seja concedido ao referido estabelecimento as prerrogativas dos Institutos Normaes Officiaes, para o que a supplicante substa a de despejos e concessão requeridas pela lei e aguarda de V. Ex^{ma} benqueto

Deffimento

Thiã Maria José Directora

Uberaba, Agosto de 1908

Dignissimos Representantes do Estado de Minas Geraes,

A Superiora do Collegio de Nossa Senhora das Dores em Uberaba, tendo consentido a matricula, no mesmo estabelecimento, de quasi sessenta alumnas pobres, que recebem educaçã e instrucção com a maior dedicaçã e desintensa, sem retribuicã alguma; prestando assim um grande beneficio à instrucção primaria do Municipio e mesmo de todo o Estado, como reconhecem as pessoas competentes, alã sem auxilio do Estado ou de qualquer associaçã beneficente;

Fonte: Registro realizado pelo pesquisador. Acervo do Arquivo CNSD. 2022.

Já nos idos de 1910²⁵, o Curso Normal contava com vinte e seis alunas matriculadas, muitas das quais estudando gratuitamente. Percebeu-se, nesse contexto, que a instituição passava por dificuldades financeiras que persistiam desde sua fundação que já contabilizava vinte e cinco anos. Tal fato fica em destaque na ótica de Lopes (1985, p. 99), ao expor que em correspondência trocada entre a direção do Colégio com o Secretário de interior, percebe-se

25 Curiosamente, a Escola Normal da Capital, que seguiu por um tempo como modelo para as demais, legitimava a frequência predominante ao sexo feminino, o que não ocorria nas escolas de interior, que eram mistas e, assim, as famílias e grupos conservadores, principalmente na região do Triângulo Mineiro, não desejavam relegar às suas jovens uma formação alicerçada nos meandros de tamanha “promiscuidade”. O curso normal voltaria por meio do Decreto de nº 2.836/1910, a ter seu formato com duração de quatro anos, contando com as mesmas disciplinas; porém, com a reorganização de suas cadeiras.

que as dificuldades financeiras persistiam. As taxas de recolhimento que deveriam ser feitas aos cofres estaduais oneravam fortemente o educandário. Em 1911 o Presidente do Estado, Dr. Júlio Bueno Brandão, sensível às adversidades, isentou o Colégio da contribuição anual de 2:000\$000 (dois contos de réis).

Vencidas as dificuldades, o Colégio ganhava novo fôlego e, com sua considerável expansão, ano após ano, lograva maior número de alunas. No ano de 1915 o Curso Normal contava com cinquenta e cinco alunas matriculadas, sendo que neste mesmo ano sete normalistas foram diplomadas: Dolorita Cunha Campos; Maria do Carmo Salles; Yonne Vasconcelos; Maria Glorietta Campos; Hena da Costa Matos; Palmyra de Oliveira e Olga Araújo.

Figura 6 - Registro em ata constando a relação das normalistas diplomadas no ano de 1915.

que deverão ser enviados no dia imediato ao do encerramento das aulas.
Deus guarde V. Ex.^{ta}
Firma: M. Gama, secretaria.

Uberaba, 26 de Novembro de 1915

Exmo. Sr. Américo Lopes
Respetáveis saudações

Cumpro o dever de comunicar a V. Ex.^{ta} que havendo, 25 de Novembro, terminado neste estabelecimento equiparado os exames de 1.^a época do curso normal e foram entregues os diplomas de normalistas as sete alunas do 4.^o anno que terminaram o curso. São as seguintes: Dolores Cunha C. Maria do Carmo Sales, Yvone Vasconcellos, M. Glorietta Campos, Helena de Costa Mattos, Palmyra de Oliveira e Olga de Araújo. Estas sete matriculadas gratuitamente Yvone, M. Glorietta, Helena e Palmyra. Acham-se pois submetidas a 8 as alunas matriculadas que, durante o anno letivo p. p. gozaram da mesma vantagem e cuja lista segue: Maria de Moura, Hermantina Ramos, Laura Franca, M. Aurora de Jesus, Erulha Soares, Clélia de Souza, Felka B. de Matt, Eula Brandão.

Brevemente serão enviados a essa Secretaria para serem registrados os diplomas das sete normalistas.

Deus guarde

Uberaba, 20 de Dezembro de 1915

Exmo. Sr. Secretário do Interior

Acusando o recebimento do offício de V. Ex.^{ta} de 10 do corrente, venho declarar-lhe que, quanto às alunas gratuitas Humanitaria, M. Aurora e Laura Franca, advertidas em ordem expressa do Governo, a Directora deste estabelecimento não as considerou como tais senão até que o mesmo desse uma solução às consultas que por varias vezes lhe havíamos dirigido a esse respeito. Quando communicado finalmente ao Exmo. Secretário que as alunas que se retiraram ou concluíram o curso no fim de cada anno, são pouco applicadas como não ainda incluídas na lista os nomes de Maria d'Alfredo Rocha e M. José Vannucci que frequentaram somente no anno 1914 e de Maria José

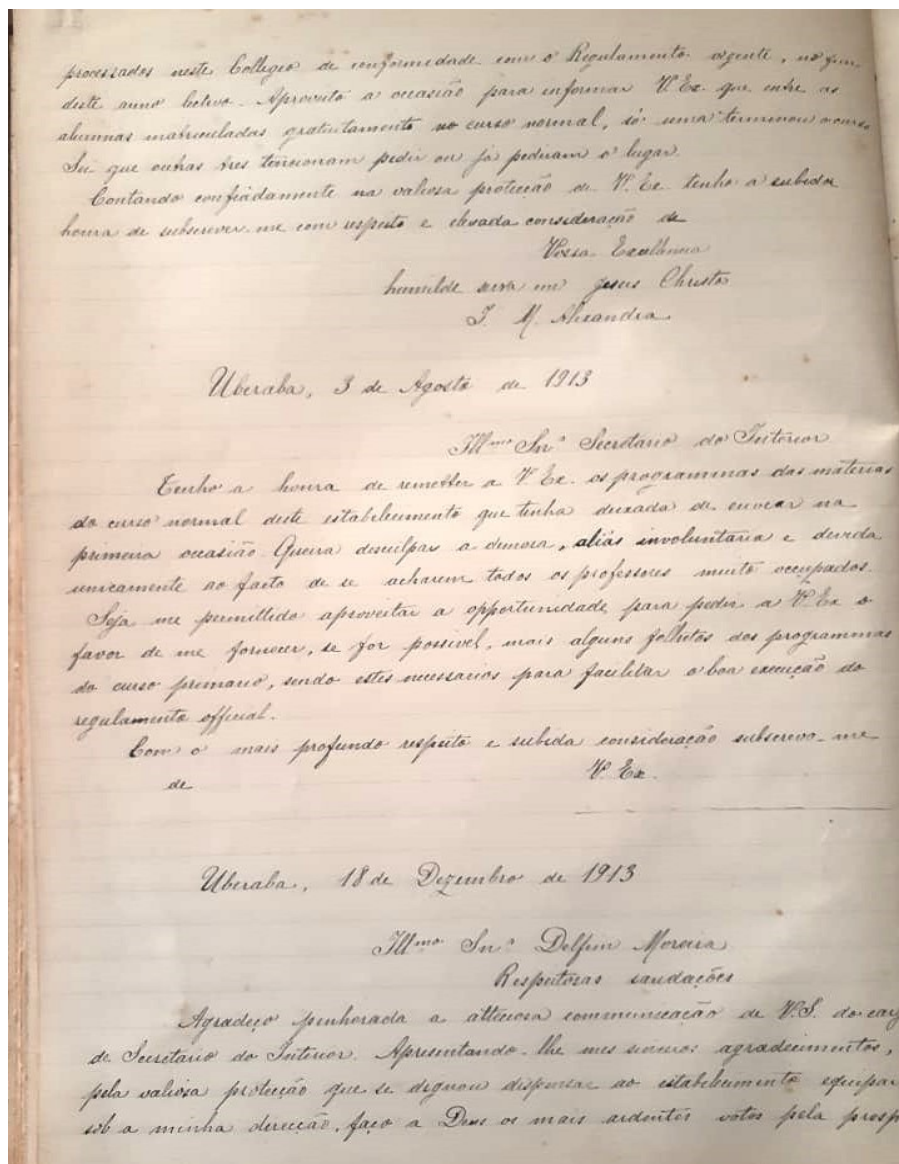
Fonte: registro realizado pelo pesquisador no Arquivo Particular do CNSD. 2022.

O Decreto nº 4.128, de 17 de fevereiro de 1914, veio referendar a aprovação dos programas²⁶ de ensino para as Escolas Normais Regionais e Equiparadas (conforme Decreto 3191), nomeando as matérias, sua presença em cada ano do curso, definindo o número de horas despendidas no seu ensino, estabelecendo ainda os conteúdos ou temáticas para estudo durante os 4 anos de curso. Posterior ao Decreto anteriormente elencado, em 3 de março do mesmo ano,

26 O governo do Estado passou a se responsabilizar pela disponibilização dos referidos programas, sendo estes expedidos por meio de Decreto nº 4.128/1914, e, para tanto, com validade também para as escolas equiparadas compartilhamos, em tempo, ser um desejo da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, em Uberaba-MG, dirigido então, pelas religiosas da Ordem Dominicana de Monteils.

o Decreto nº 4.139 regulamentou a aprovação dos programas da Escola Normal da Capital para o ano letivo de 1914. A figura 7 documenta a ata de envio dos Programas de Ensino ao Secretário de Interior no ano de 1913. Na qual a Irmã Maria Alexandra solicita ainda folhetos referentes aos Programas de ensino do curso primário, alegando que a disponibilidade destes facilita a boa execução do regulamento oficial.

Figura 7 - Ata de envio dos Programas de Ensino ao Secretário de Interior no ano de 1913.



Fonte: registro realizado pelo pesquisador no Arquivo Particular do CNSD. 2022.

Para implementação dos programas, as cadeiras seriam regidas por um único professor responsável, que apresentou uma listagem com os conteúdos de seu programa para cada ano, bem como a definição de seus exames (escritos ou orais), e ainda o que seria considerado básico

em termos dos aspectos avaliados nessas provas. Com exceção da cadeira de Pedagogia, teriam as seguintes disciplinas: Português; Francês; Aritmética; Geometria e Desenho Linear; Geografia; Física e Química; História e E.M.C; Música; Desenho; Costura; Trabalhos Manuais; e Ginástica.

Contemporaneamente o Decreto nº 4.139/1914, que referenda o programa da Escola Normal da Capital, constitui-se um profícuo documento que evidencia as características identitárias dos professores autores colaboradores, sendo direcionado às Escolas Normais regionais. Com delineamento de planejamento de curso, previa o formato em que seria realizada a aplicação dos exames e outras atividades correlatas, sendo, assim, percebidas as principais discrepâncias.

Gatti Júnior; Guimarães (2019, p.197), cooperam para o aperfeiçoamento dessas competências, ao colocarem que, assim:

Evidentemente há diferenças curriculares entre os cursos do interior e os da capital. Mediante esse fato, o secretário de interior, Américo Ferreira Lopes, propôs ao presidente Delfim Moreira, por meio do Decreto nº 4.524/1916, a uniformização do ensino nas escolas normais: modelo, equiparadas e regionais, em cujo artigo 1º registra-se: “O ensino normal compreenderá a educação intelectual, física, moral e profissional... ministrada pela Escola da Capital, [...] Regionais Oficiais. E particulares equiparadas” (Minas Gerais, 1916, p. 213).

A proposição da Lei nº 800 de 1920, exatamente após decorridos quatro anos, veio sugerir que o ensino normal sofresse ampliação no enquadramento de sua estrutura de escolarização. Pensava-se na criação de um Curso Normal que se aproximasse do ensino superior, sendo idealizada a reestruturação dos cursos na perspectiva de ampliação das práticas de ensino. Percebemos, aqui, nuances da inconstância do trabalho na docência, haja vista que o intenso ritmo de transformações em um curto espaço de tempo veio catalisar a pretensão de se estabelecerem novos rumos para a formação docente em nível superior.

O projeto educacional brasileiro aspirava pela concretização de novas tendências e paradigmas educacionais, inculcados pelo alargamento e promoção de uma consciência capaz de ampliar o reconhecimento da instrução pública como um direito comum a todos, viabilizando suprir as dimensões de natureza social e política, sinalizando, então, a instituição de um projeto político nacional para as bases educacionais.

A realização da Reforma Educacional de 1924 previa a instalação do Curso Fundamental de dois anos, que seria intermediário entre o curso primário e o Curso Normal. Era determinado, ainda por força da Lei, que as provas finais do ensino primário precisavam

ser realizadas no Grupo Escolar e somente o certificado do grupo daria direito à matrícula no curso fundamental.

O endosso de tal Decreto permeou-se em razão do Decreto nº 6.831/1925, após um período de cinco anos, engendrando como se conceberia essa ampliação. Daí por diante foram instaladas as escolas, de acordo com suas respectivas tipologias, com a devida organização em atendimento à sua estrutura e funcionamento, com os conteúdos e carga horária. Na capital estariam a Escola Normal Modelo e a Escola Normal Superior e, no interior, as escolas particulares equiparadas às Escolas Normais regionais oficiais.

A regulamentação da referida lei, que objetivava a anunciada ampliação anteriormente em destaque, somente foi viabilizada alguns anos mais tarde, por meio do Decreto nº 6.831/1925, relacionando, por meio de diretrizes, como se estabeleceriam as bases dessa ampliação. Foram elencadas, em atendimento a esses propósitos, questões como a estrutura para o funcionamento, conteúdos, e carga horária na capital, sendo estes referentes à Escola Normal Modelo e à Escola Normal Superior.

Então, no período compreendido entre 1915 e 1925, “a instituição procedeu à diplomação de setenta e três normalistas, apresentando uma variação de três a nove normalistas por ano, dentre elas Dolores dos Reis Ferreira (Irmã Lúcia) e Edith Novaes França, considerada grande educadora de inúmeras gerações de uberabenses” (Lopes, 1985, p. 111).

Termo de Visita. Nos dias 11, 12 do corrente, visitei o internato para sexo feminino (curso primário), anexo à “Escola Normal N. Senhora das Dores”, desta cidade. A matrícula é de 72 crianças, classificadas de modo seguinte: 5 no 1º ano; 18 no 2º; 35 no 3º; e 20 no quarto. Assistindo às aulas, notei muita disciplina e regular aproveitamento nas classes. Está sendo seguido o programa oficial, pois ali são feitas práticas profissionais das quartanistas do Curso Normal. Deram frequência naquele dia 71 a 72 alunas. As professoras são [ilegível], trabalhadoras e cumpridoras por [ilegível] do cargo. Uberaba, 18 de agosto de 1926. Assinatura ilegível – Inspetor de Ensino Regional. [Documentos caixa box número 3 – CNSD]. **Transcrição realizada pelo pesquisador.**

O efetivo do corpo discente matriculado no ano de 1935 era de 224 alunas, sendo que nesse período eram ministrados os cursos de:

Aplicação – com duração de dois anos, espécie de curso de aperfeiçoamento, utilizando-se, particularmente, de métodos e processos de educação e prática profissional;

Preparatório – com duração de três anos, possuía um currículo muito semelhante ao Curso Normal de 1º grau; e o de:

Adaptação – com duração de dois anos. Com o objetivo de complementar a educação primária, era comum aos cursos normais de 1º grau e equivalia ao que se denominava curso fundamental. Gatti Jr; Guimarães (2019, p.200).

Em seu cinquentenário, o Colégio apresentava números significativos no Curso Normal, contando com 142 alunas, diplomando vinte novas professoras. Contrapondo a realidade percebida na última década, inferimos que o aumento no quantitativo de formandos passa a ser mais significativo devido a fatores diversos como as mudanças ocorridas no período, pelo próprio sistema de avaliação e até mesmo as implicações provenientes do processo de equiparação do qual fazia parte um sistema de reserva de vagas para estudantes, principalmente as candidatas ao Curso Normal que não tivessem condições de arcar com as mensalidades da instituição. Esse último fator não pode ser de toda forma considerado determinante, haja vista que algumas das candidatas não atendiam aos requisitos para ocupação das vagas ou em outra hipótese não conseguiriam acompanhar os estudos e nele se manter, considerando-se outros custos como o uniforme escolar, calçados padronizados, material escolar, aquisição de material de consumo didático como livros, cadernos, entre outros.

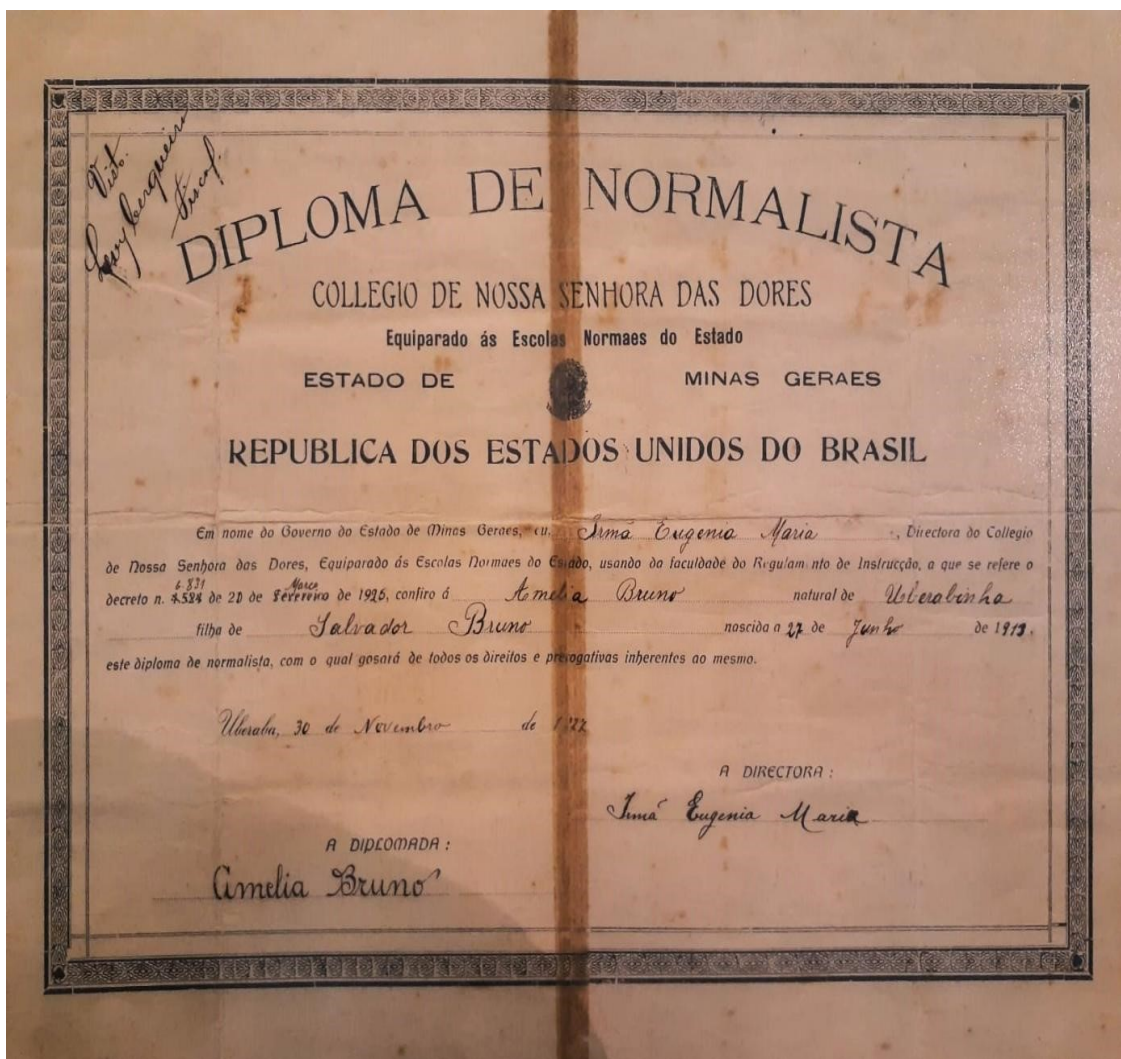
A partir de investigação em fontes documentais na própria instituição, constatamos que durante o ano de 1934 em praticamente todos os relatórios da fiscal permanente, Conceição Soares de Mendonça, tem-se registrada a questão do “efeito de equiparação”. Nesse mesmo ano há registro de que a escola havia sido visitada por Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek de Oliveira e outras autoridades, fato comprovado na última ata de 1934, de 12 de dezembro de 1934. A ideia do efeito de equiparação ao 2º Grau aparece ao final do relatório anteriormente identificado como Ata. A partir de 1935, na primeira visita ocorrida em 08 de março de 1935, realizada por Maria Madalena Silva Borges e Conceição Soares de Mendonça, citada anteriormente, não há mais menção à equiparação e nem foi colocado em registro se o processo continuaria em tramitação ou se o referido efeito de equiparação havia sido concedido.

O Diploma de Normalista, conforme pode ser examinado na figura (8a), devido à alteração de legislação vigente à época, conta com alteração em seus dizeres, usando da faculdade do Regulamento de Instrução a que se refere o Decreto nº 4584 rasurado para 6831, de 20 de fevereiro, rasurado para março de 1925. Abaixo da identificação da Instituição Confessional há a seguinte menção: Equiparado às Escolas Normais do Estado.

Em cumprimento às ordens constantes do ofício nº 398, do corrente, tenho visitado o “Colégio N. S. das Dores” desta cidade, **equiparado às Escolas Normais do Estado**. Assisti várias lições do curso normal e do curso fundamental, tendo acompanhado com grande interesse as práticas profissionais e concorrido mesmo para elas. Em todas as aulas procurei fazer a alunas perguntas relativas aos pontos do programa

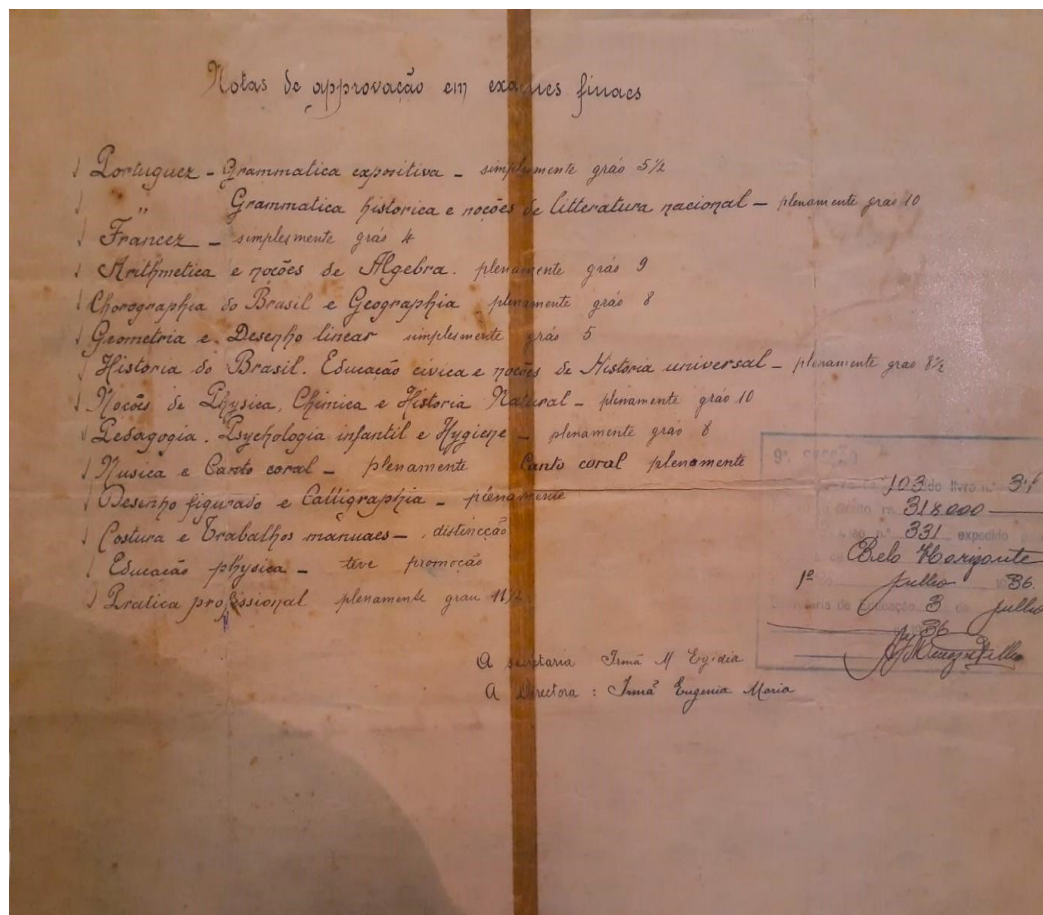
anteriormente estudados, constatando o aproveitamento das classes. Fiz aulas de prática profissional, especialmente quanto ao emprego de Testes, apuração de nota individual, média da classe, gráficos com os resultados, etc., tendo notado que a ilustrada docente havia já leccionado convenientemente às alunas sobre o assumpto. Estão sendo adaptados os jogos ginásticos recomendados no “Programa”. Examinei a escrituração do Colégio notando ordem e asseio no mesmo. Também examinei os documentos de matrícula e exercícios de correspondência, etc., dos alunos do 4º ano. O asseio, a higiene e a amplitude das salas muito me satisfizeram. Uberaba, 25 de setembro de 1926. Alceu de França Moraes, fiscal. (Termo de Visita – Transcrito pelo pesquisador, a partir de registro da imagem em Caixa Box arquivo CNSD). (2009/2022). Cita a Equiparação do Colégio às Escolas Normais do Estado de Minas Gerais.

Figura 8 - Diploma de Normalista de Amélia Bruno. Constam, no documento, os dizeres: Equiparado às Escolas do Normais do Estado. 1927. (Frente do Diploma)



Fonte: Registro feito pelo autor em 27. jun.2022. Arquivos Museu da Capela (CNSD).

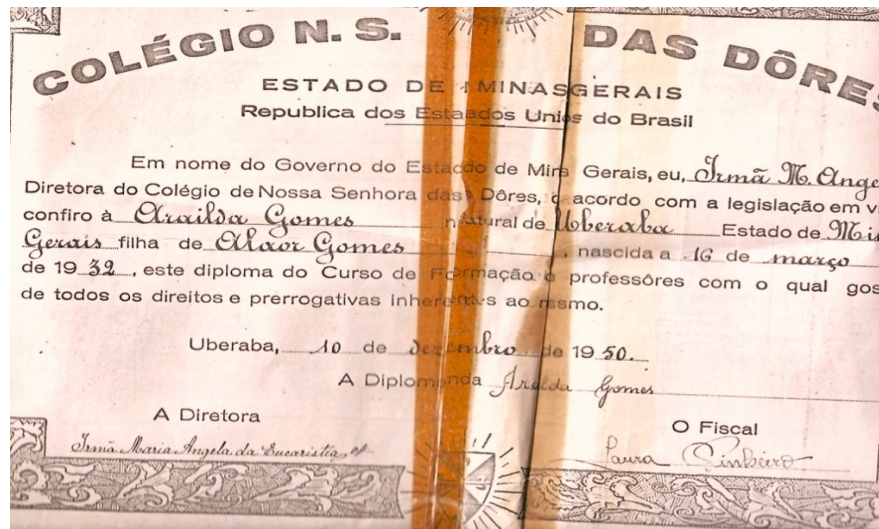
Figura 9 - Notas de aprovação em exames finais. Figuram as disciplinas de História do Brasil, Educação Cívica e Noções de História Universal. (Verso do Diploma) 1927.



Fonte: Registro feito pelo autor em 27 de jun.2022. Arquivos Museu da Capela (CNSD).

Apresentamos a seguir, registro de fonte documental do acervo particular da Sra. Arailda Gomes, gentilmente cedido por ela. É uma cópia, por não ter sido encontrado, na ocasião, o documento original do título de normalista, nomeadamente com os dizeres curso de formação de professores, datado de 10 de dezembro de 1950. Nele consta registro, no verso, de 20 de setembro de 1951. Ao apreciarmos o verso do documento ora exposto, verificamos que contempla, no registro de sua grade curricular, as disciplinas de História e Filosofia da Educação, conforme exposto abaixo:

Figura 10 - Imagem do Diploma do Curso Normal de Arailda Gomes, cedido por ela. Não faz menção à equiparação com as Escolas Normaes do Estado. (Frente do Diploma) 1950.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada, cedida para o Autor em 24. jun.2022.

Figura 11 - Título com relação de disciplinas cursadas durante o processo de formação. (Verso do Diploma) 1950.

Religião	plenamente, grau 88 (oitenta).
Francês	plenamente, grau 87 (oitenta e sete).
Geografia	plenamente, grau 86 (oitenta e seis).
Português e Literatura	plenamente, grau 85 (oitenta e cinco).
Matemática	plenamente, grau 84 (oitenta e quatro).
Física e Química	plenamente, grau 83 (oitenta e três).
Anatomia e Fisiologia Humanas	plenamente, grau 82 (oitenta e dois).
Biologia Educacional	plenamente, grau 81 (oitenta e um).
Higiene, Ed. Sanitária e Puericultura	plenamente, grau 80 (oitenta).
História e Filosofia da Educação	plenamente, grau 79 (oitenta e nove).
Sociologia Educacional	plenamente, grau 78 (oitenta e oito).
Psicologia Educacional	plenamente, grau 77 (oitenta e sete).
Metodologia do Ensino Primário	plenamente, grau 76 (oitenta e seis).
Prática no Ensino	plenamente, grau 75 (oitenta e cinco).
Desenho e Artes Aplicadas	plenamente, grau 74 (oitenta e quatro).
Música e Canto	plenamente, grau 73 (oitenta e três).
Educação Física	plenamente, grau 72 (oitenta e dois).
Higiene e Puericultura	plenamente, grau 71 (oitenta e um).

A DIRETORA Irmã Maria Angela da Encarnação op.
A SECRETÁRIA
A FISCAL Paulo Pinheiro

Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada, cedida para o Autor em 24. jun.2022.

Além da Escola Normal, as Irmãs mantinham os cursos primários nos seguintes locais: no Externato Imaculada Conceição, que funcionava na Rua Aristides Borges nº 4; no Externato Santa Catarina, em frente ao Colégio, na antiga Rua Godofredo R. Cunha; e na Escola Primária anexa à Escola Normal (internato e externato com aulas separadas), funcionando no próprio Colégio. (Lopes, 1985, p.112).

Figura 12 - Alunas do Externato São José. S.d.



Fonte: Arquivo pessoal CNSD. Feito pelo autor.

Conforme transcrição de registro do Termo de Visita, realizada pelo pesquisador, o inspetor (Fernando de Araújo Vaz de Mello), aos 14 dias do mês de setembro do ano de 1929, relata que nos dias 16, 17, 18 e 20 visitei e inspecionei, respectivamente as classes de 1º, 2º, 3º e 4º ano, anexas à Escola Normal do 1º grau, dirigida com muita competência, pela respeitável Irmã Maria Maximina. A matrícula geral é de 160, sendo 37 do 1º ano, 30 do 2º, 50 do 3º e 43 do 4º. Todas as classes estão divididas em dois turnos, sendo o da manhã para as internas e o da tarde para as externas. Durante as visitas que duraram todo o tempo do horário, observei que o programa actual de ensino está sendo rigorosamente seguido, sendo bom o aproveitamento das alunas. (Fonte: CNSD, Caixa Box 3).

No interstício de 1933 até 1946 não foram observadas leis que tratassem de reformas ou modificações no sistema de ensino estadual. O que aparentemente é perceptível está no período de intervenção de Benedito Valadares que eleva as Escolas Normais particulares de 1º Grau para 2º Grau, pelo Decreto 11.905, de 30 de março de 1935, caso em que se enquadra o Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba.

Assim, a implantação da ordem religiosa da Congregação das Irmãs Dominicanas na cidade de Uberaba veio trazer certo alento a muitas famílias consideradas conservadoras ou pertencentes às elites locais da época. Em concomitância, alguns anos mais tarde idealizaram, arquitetaram e procederam à criação de sua Escola Normal, que se dedicou à instrução em favor

da educação primária, trabalho já realizado pelas religiosas, arraigadas à oferta de uma formação pautada em preceitos imbricados na fé cristã, bem como em face de se fortalecer e perpetuar os bons modos, boas práticas aliadas à aprendizagem de vários ofícios inerentes a trabalhos manuais, ou mesmo sendo “direcionadas” por meio do chamado à vocação para o noviciado.

A escola confessional da ordem religiosa teve como foco, obviamente, a formação feminina para o exercício do magistério, que estaria alicerçada, para além do prestígio da profissão naquela época, a outros interesses viesados às particularidades das famílias uberabenses e da região. Em seguida, em atendimento às demandas por necessidade de ampliação, em Uberaba realizou-se por intermédio e execução de ações por parte das Irmãs Dominicanas que já contavam com uma trajetória considerável pelo trabalho desenvolvido em sua Escola Normal instalada no Colégio Nossa Senhora das Dores. Nesse sentido, idealizaram o propósito de construção das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (FISTA), atuando inicialmente com o curso de Pedagogia.

Em seu tópico de discussão: **Ensinar pelos livros, os manuais nacionais**, Monarca (2009, p. 73) supõe, a partir de suas análises no contexto da concorrência de publicações de autores europeus e norte-americanos, do século XIX e início do século XX, que:

No Brasil, entre as décadas de 1910 e 1970, ou seja, entre a consolidação expansão das escolas normais, institutos de educação, faculdades de filosofia, ciências e letras, cursos de Pedagogia e a antevéspera da criação dos programas de pós-graduação em Educação, o magistério da disciplina História da Educação e a produção de conhecimento histórico em educação tendiam a estar separados [...].

A partir do estudo da criação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, constatamos que ela teve suas bases fundadas em um contexto de importantes transformações no cenário brasileiro e que também procurou ter seu lugar na produção de conhecimento em um país analfabeto e já permeado por desigualdades, arraigado à concepção de que educação é igual ao resultado de progresso. O ideário católico procurava firmar suas raízes nesse terreno propício às suas intenções, pautadas nos princípios da fé e da moral cristãs em razão das consideráveis transformações que assolavam o Brasil e, em contrapartida, as ordens religiosas, em especial as francesas pertencentes ao nosso foco de discussão, foram bem-vindas, considerando-se que naquele momento os aspectos econômicos, políticos e sociais eram considerados essencialmente relevantes aos interesses da ordem dominicana.

Apesar de críticas já consideradas pela ótica de outros estudiosos sobre o assunto, a congregação participou ativamente do processo educacional no âmbito da formação de

professores, com a criação da Escola Normal, haja vista que também mantinham o regime de internato e externato, também se dedicando à saúde, com a criação do Hospital São Domingos e as Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino. Na Escola Normal há registros da oferta de gratuidade com bolsas integrais para moças que não pudessem pagar pelos estudos.

Guimarães (2016), ao tratar do ensino de História da Educação na Escola Normal Oficial de Uberaba, destaca a professora Wanda Prado, que foi aluna do Colégio Nossa Senhora das Dores e relatou que a mãe lavava roupas para fora para poder pagar sua mensalidade que não podia atrasar. Ela foi professora efetiva da cadeira de História da Educação na Escola Normal Oficial e conversava com as alunas sobre os mais variados temas considerados tabus para a época. Melo (2002) comenta que as internas realizavam atividades laborais no colégio para conseguirem se manter nos cursos de formação, sendo que essas alunas eram chamadas de “martinhas” e não participavam do convívio com as demais alunas pertencentes às elites locais e da região.

Luzes e sombras ...

1.4 O surgimento da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores

“A História da Educação é a história *analítica* e íntima da civilização humana. O que por alto, *superficial* e, *sinteticamente*, em linhas gerais, no relevo e nas depressões de uma perspectiva distante, política e econômica, é a história da civilização, _miudamente, em traços pequenos, profundos e exatos, com a proximidade averiguável das causas e conseqüências, uma explicando a outra, é a História da Educação.”
Peixoto (1936, p.9)

A disciplina História da Educação nas Escolas Normais brasileiras tem uma contextualização histórica que remonta ao início da formação de professores no país. As Escolas Normais, também conhecidas como escolas de formação de professores, desempenharam um papel de extrema relevância na preparação dos docentes que atuavam nas escolas primárias no projeto da Instrução Pública, considerando que a educação formal no Brasil somente teve início no século XIX. Assim, compreendemos que o currículo era focado principalmente na formação tecnicista e pedagógica dos futuros professores, com ênfase em métodos de ensino e didática. Nesse sentido, recorreremos ao contexto de compreensão do verbete disciplina, amparados pelas ideias iniciais de Chervel (1990) que nos conduz à compreensão de que a história do ensino, na perspectiva de estudo histórico dos conteúdos, nos âmbitos primário ou secundário, não

suscitou interesse de estudiosos sobre o assunto; contudo, ganhou força mais recentemente entre docentes imersos em pesquisas direcionadas aos próprios campos de atuação.

Reflexões no campo da própria História da Educação suscitaram problematizações e reflexões que levaram a uma questão geral: a noção de história das disciplinas escolares teria sentido e apresentaria diferentes analogias e traços em comum? Um debate acalorado permeia essas indagações e nos permitem arrefecer nossa problemática em torno das questões inerentes à compreensão da dinâmica em torno do ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, instituição conservadora e disciplinadora. Disciplinadora no sentido de disciplina, retidão e conduta moral, potencialmente imbricada à letra da Legislação exequível no Estado de Minas Gerais, que obedecia às recomendações inerentes ao projeto de formação de professoras, na ótica em que foram norteados os programas de ensino, as prescrições legais embasando as matérias ou conteúdo de ensino previstos nas grades curriculares da instituição de ensino. Assim, Chervel (1990), chama o historiador a confrontar, no campo de estudo das disciplinas escolares, um problema que, aplicado ao ensino, demonstra-se pouco usual.

A noção de “disciplina”, independentemente de toda consideração evolutiva, não foi, nas ciências do homem e em particular nas “ciências da educação”, objeto de uma reflexão aprofundada. Demasiado vagas ou demasiado restritas, as definições que dela são dadas de fato não estão de acordo a não ser sobre a necessidade de encobrir o uso banal do termo, o qual não é distinguido de seus sinônimos, como “matérias” ou “conteúdos” de ensino. A disciplina é aquilo que se ensina e ponto final (p.177).

A disciplina História da Educação foi sendo gradualmente incorporada ao currículo das Escolas Normais na medida em que o sistema educacional que vigorava alavancou sua expansão e se consolidou no país. Entendemos que, instituições religiosas podem demonstrar resistência no que se refere à proposição de mudanças que possam sugerir interesses de conflito com suas crenças e doutrinas. Entretanto, podem adequar suas práticas educacionais em atenção a novas demandas de cunho social e educacional, estabelecendo uma dinâmica de adaptação e resistência que acabam por delinear sua perspectiva histórica e cultural.

Ao trazer ao debate de sua discussão sobre as primeiras aproximações acerca do ensino de História da Educação na UFRGS, no tópico Pistas e pontos: muito ainda a reconstruir e pensar, Stephanou (2006, p. 296) expõe, diante de suas leituras, que:

Prevalece, entretanto, na trajetória da disciplina, uma visão panorâmica da educação, assentada numa sequência cronológica, que se estende da educação dos povos primitivos aos dias atuais, além de partir da história da educação universal para depois propor o estudo da história da educação no Brasil.

Figura 13 - A página 29 do livro de Ata de Promoções – 18 de novembro de 1926, manuscrito, destaca no 3º ano do Curso Normal a disciplina História univ. (História universal, provavelmente).

29

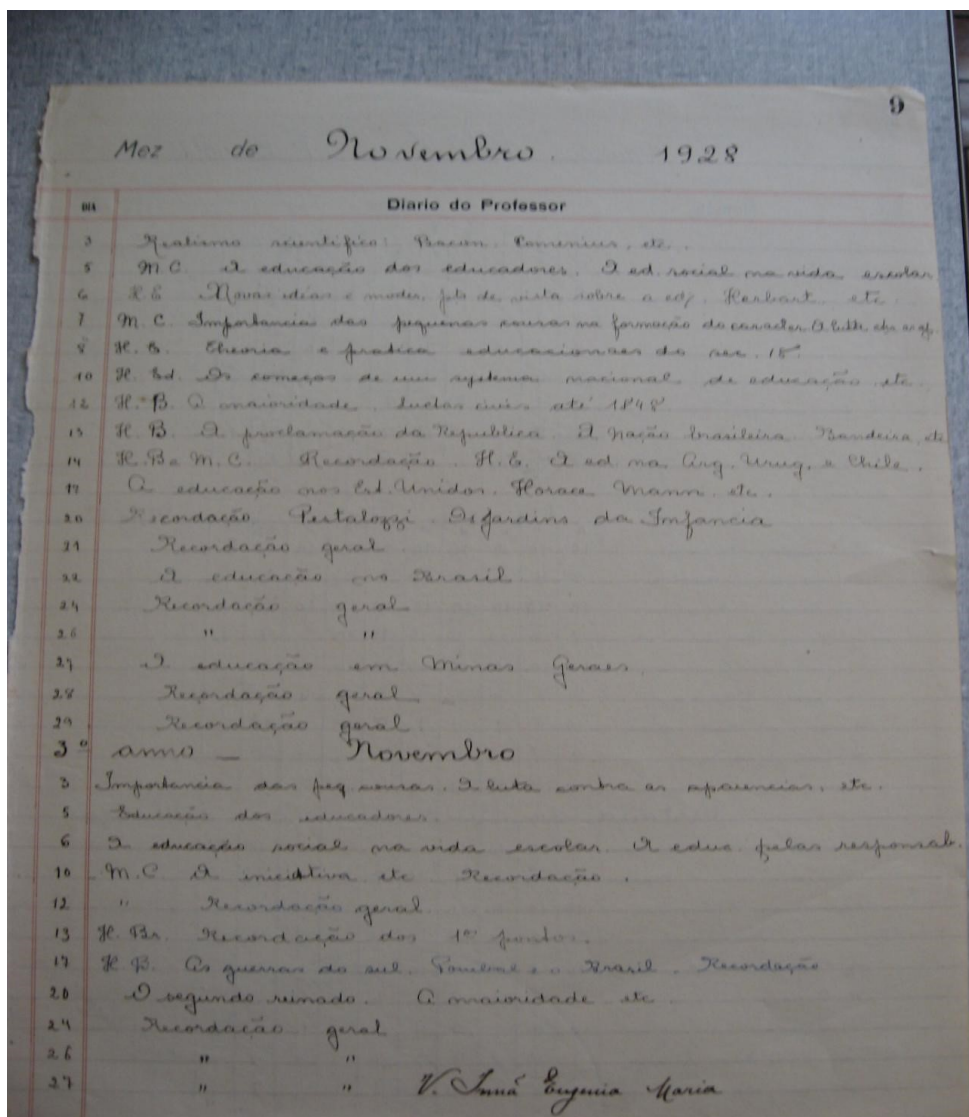
Promoções - 18 de Novembro de 1926

Curso normal		1º ano									
		Cont. univ.	Gr. comp.	Francog.	Arith.	Algor.	Des. cal.	Musica	Cost. hist. univ.	Ed. pedag.	
Leherubina Alves		p	N	p	p	p	p	p	p	p	
Clorinda Junqueira		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Irene Villela		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Lacy Chaves		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Luzia Valle		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
M. de Lourdes Alves		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
M. de Lourdes Borges		p	N	p	p	p	p	p	p	p	
Waldette Santos		p	N	p	p	N	p	p	p	p	
Anna de Moura		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Rulda Soares		p	N	p	N	p	p	p	p	p	
Boydé Lape		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Lydia Pinho		p	N	p	p	N	p	p	p	p	
M. Amélia Rangel		p	p	p	p	N	p	p	p	p	
M. Anália Borges		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
M. do Rosário Sobral		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Olga dos Santos		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Sebastiana Borges		p	p	p	p	p	p	p	p	p	
Tulmar de M. Sequeira		N	p	N	N	N	p	N	p	p	
3º ano		Gr. hist.	Portug.	Hist. univ.	Hist. mod.	Ed. pedag.	Cost. univ.				
Alce Chaves		p	p	p	p	p	p				
Amélia Lacerda		p	p	p	p	p	p				
Iris Villela		p	p	p	p	p	p				
Isaura Franco		p	p	p	p	p	p				
Amélia Bruno		p	p	p	p	p	p				
Isabelina Rodarte		p	p	p	p	p	p				
Dora de Castro Cunha		p	p	p	p	p	p				
Florisceva Moreira		p	p	p	p	p	p				
Gracinda Motta		p	p	p	p	p	p				
Suzara de Carvalho		p	p	p	p	p	p				
Marcia de Oliveira		p	p	p	p	p	p				
Lilida Medina Colli		p	p	p	p	p	p				

Fonte: Registro realizado pelo autor no Arquivo Particular do CNSD. 2022.

Em consulta a fontes documentais do Colégio Nossa Senhora das Dores, nomeado Diário do Professor, datado do mês de novembro de 1928, temos registrado no dia 08 a aula – H.E. Theoria e práticas educacionais no sec. 18 e no dia 10 a aula – H. Ed. – Os começos de um sistema de educação nacional etc. No dia 14 registra-se: Recordação: H.E. – a educação na Arg. Urug. e Chile. Dia 17 – A Educação nos Estados Unidos – Harece Mann etc. Dia 20 – Recordação Pestalozzi, os jardins de infância. (Assinado ao final pela V. Irmã Eugenia Maria).

Figura 14 - Registro de Diário do Professor, novembro de 1928.



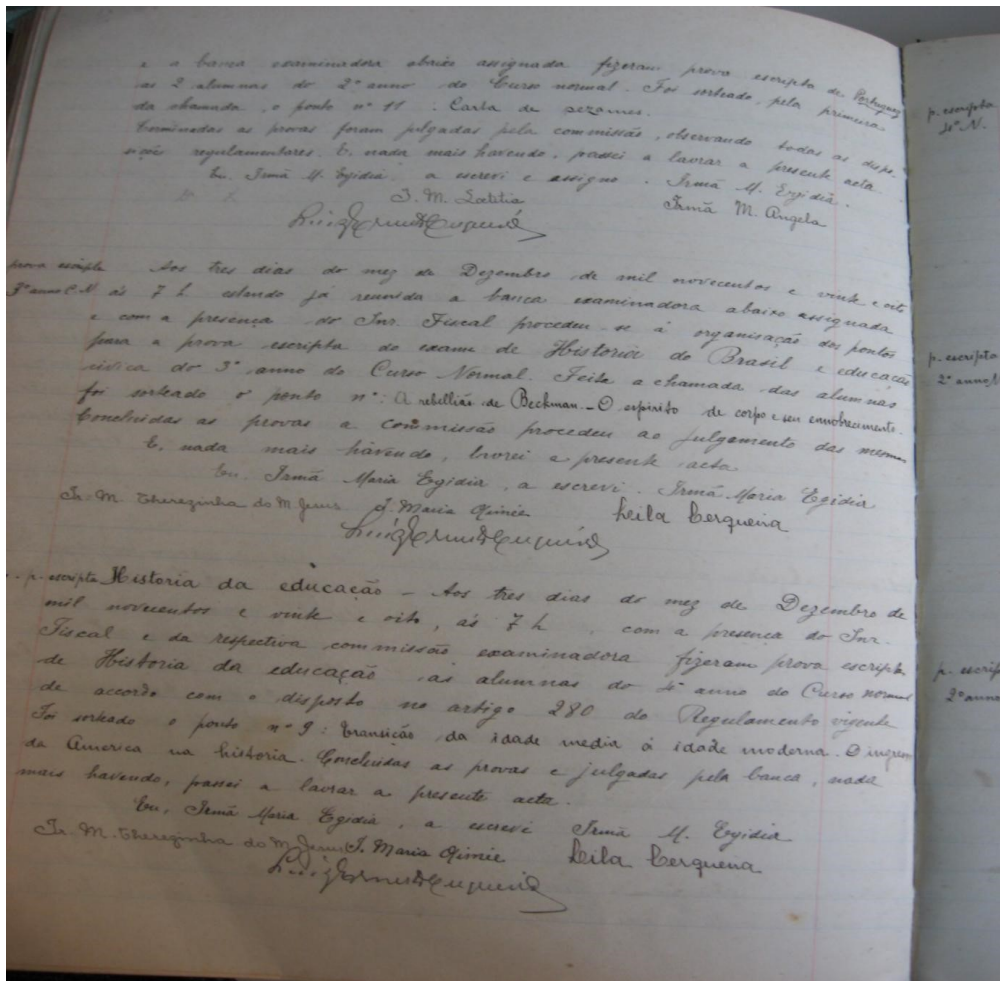
Fonte: Arquivo Particular Colégio Nossa Senhora das Dores. Documento encontrado avulso.

As fontes são narrativas; porém, o que será desenvolvido será a nossa narrativa enquanto pesquisadores sobre a narrativa constante das fontes materiais. Toda fonte é produto de uma construção humana, com um viés de interesse e o documento é um dos critérios fundantes do protocolo de cientificidade de uma questão. Nesse sentido, indicamos que o primeiro vestígio material sobre o ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores foi identificado em 1928, conforme figura abaixo, constatada a materialidade da fonte documental.

Os conteúdos de ensino à guisa do entendimento, a partir de uma compreensão *sui generis* na ótica de Chervel no pós I Guerra Mundial, conota ao termo disciplina condição de enfraquecimento no que se refere a uma rubrica frente às classificações referentes às matérias

de ensino; porém, não deixa de tornar essencial ou mesmo necessário seu emprego. Assim como esse entendimento, os conteúdos escolares não se distanciam do vigor e da força presentes no termo disciplina quando “[...] uma disciplina é igualmente para nós, em qualquer campo de se encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer, de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento, da arte” (Chervel, 1990, p.180).

Figura 15 - Livro de registro de Atas e resultados finais. 1928.



Fonte: Arquivo Particular do Colégio Nossa Senhora das Dores.

O registro é significativo no contexto de produção e tratamento de fonte documental. O documento sugere a nomenclatura da disciplina História da Educação, conforme realização de prova escrita pelas alunas do 4º ano do Curso Normal, de acordo com conteúdos indicados por sorteio, referentes ao ponto 9 que tratavam dos seguintes conteúdos programáticos: Transição da idade média à idade moderna, o ingresso da América na história.

Em registro de Termo de Fiscalização, à página 18, datado de 31 de julho de 1934, realizado pela fiscal permanente Conceição Soares de Mendonça, apresentamos o seguinte recorte que interessa a essa discussão.

[...] em reunião com o corpo docente deste estabelecimento, foram discutidas as seguintes questões: 1º Critério para organização do diário das alunas, dos quais além dos registros do assunto a ser tratado, devem conter o nome dos livros indicados a consulta e algumas observações pessoais. IIª Comentários sobre as fichas bibliográficas ou relatórios de leitura na biblioteca.

Observamos que os programas de ensino eram acompanhados pela fiscalização com o devido rigor e técnica, haja vista que as médias das alunas eram acompanhadas matematicamente, considerando a elaboração de gráficos em observância ao desempenho dessas alunas, sendo que este figurava como um excelente instrumento de apreciação e controle no desenvolvimento dos programas que então vigoravam de acordo com a legislação estabelecida. A apresentação dos resultados em forma de gráficos atribuía uma leitura e visão analítica mais objetiva e:

a) Pelo gráfico a professora podia julgar rapidamente, e com maior clareza, o aproveitamento geral da classe e de cada aluna em particular; e

b) Cada aluna podia melhor julgar os resultados de seu trabalho em relação aos das suas colegas, observando ao mesmo tempo se conseguiu progredir, ou não, em seus estudos, pela classificação geral em cada mês.

Em registro de Termo de Fiscalização, à página 88, em que a pauta principal diz respeito aos exames de admissão ao 1º ano normal e exames de 2ª época, conduzidos pela fiscal de exames de 2ª época, a senhora Laura Pinheiro, esta descreve que tudo transcorreu na mais perfeita ordem,

As próximas incidências do ensino da disciplina História da Educação figuram no 1º e 2º anos do curso de Aplicação por volta de 1934-1935 e 1936. A disciplina não figura no 3º ano do Curso Preparatório de acordo com o exposto na fonte retirada do corpus documental. De acordo com o registro de médias finais das alunas daquele (s) ano (s), conforme figuras abaixo:

Figura 16 - Médias finais do Curso de Aplicação no ano de 1935. A disciplina História da Educação figura nos 1º e 2º anos.

152

Médias finais de 1935

Curso de aplicação:
2º anno.

	Psych. Educ.	Biologia	H. educação	Metodologia	Prática	Canto	Ed. física	Total dos outros assistidos pelas alunas nas inscrições biblioteca.	Média de conjunto	Média de aproveitamento
1- Maria Augusta Comarço.	10	9,6	9,7	9,8	10	9,6	8	834	9	10
2- Maria Ney.	8	9,6	7	8	9	9,6	7	766	8	10
3- Yvonne de Comarço Rocha.	9,6	9	8	8	10	9,8	8	833	8	10
4- Jayde de Comarço Inello	8	9	9	8	10	9,6	7	788	8	10
5- Josephina de Inello Zulkóes.	9	9,6	8	9	9,7	8	8	852	8	10
6- Maria Alda Costa	9	10	9,6	9	9,6	7	7	804	8	10
7- Mercedes Guenciro.	8	9	8	7	8	7	7	820	7	10
8- Sylvia Baptista Machado.	9	10	9	9	9	9	9	831	9	10

9º anno.

	Psych. Educ.	Biologia	H. educação	Metodologia	Prática	Canto	Ed. física	Total dos outros assistidos pelas alunas nas inscrições biblioteca.	Média de conjunto	Média de aproveitamento
1- Alda Inacio Reis.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2- Anair de Oliveira.	8	9	9	9	7	6	5	798	7	9,8
3- Edna Santato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4- Onedina de Oliveira.	8	9	7	8	9	7	5	770	7	9,8
5- Lydia Caloagno.	7	8	7	7	9	7	7	815	7	9,8
6- Olga Guido.	8	8	7	7	7	7	6	706	7	9,8

Curso preparatório
3º anno.

	Portug.	Math.	Geog. Hist.	Psych.	Method.	Prática	Canto	Ed. phys.	Total dos outros	Média de conjunto	Média de aproveitamento
1. Adelia Siqueira.	8	7	7	8	8	8	8	7	883	7	10
2. Olayde Offenso de Almeida.	7	8	7	7	8	9,6	9,6	7	907	7	10
3. Carlota Smith.	8	9	9	9	10	9,7	9	8	866	8	10
4. Dinah de Araújo Souza.	6	6	5	6	5	6	6	5	854	5	10
5. Edmeia Barreto.	7	7	5	7	6	9	9	7	907	7	10
6. Genanda Tellella.	7	7	7	7	5	7	7	8	906	6	9,8

Fonte: Registro realizado pelo pesquisador no Arquivo Particular do CNSD. 2022

Figura 17 - Médias finais do Curso de Aplicação no ano de 1935. A disciplina História da Educação figura nos 1º e 2º anos.

174

Médias
Curso de aplicação.
2º ano.

	Portug. e Hist.	Biologia	Hist. da Educação	Metodologia	Prática	Conto	Educação Física	Grat. de aulas assistidas	Grat. de aulas práticas	Grat. de aulas de Educação Física	Média de conjunto	Média de aproveitamento	Bibliotecário
1. Amáris de Oliveira.	9	9	9	8	6	6	7	718	7	10	85		
2. Emedina de Oliveira	6	9	8	8	6	4	4	598	6	10	67		
3. Lydia Calegano	6	8	7	7	7	6	6	752	6	10	71		
4. Olga Guido	7	9	7	7	6	7	6	725	7	10	84		

1935

1º ano.

	Portug. e Hist.	Biologia	Hist. da Educação	Metodologia	Prática	Conto	Educação Física	Grat. de aulas assistidas	Grat. de aulas práticas	Grat. de aulas de Educação Física	Média de conjunto	Média de aproveitamento	Bibliotecário
1. Luzia Suello	7	8	9	7	7	7	7	716	7	10	92		
2. Inácia Amélia Melo Soares	8	9	8	6	6	5	6	733	6	10	92		
3. Inácia Rosa Soares Freis.	8	9	7	6	6	7	7	734	7	10	92		
4. Nazima Carmezos Pimenta	8	8	7	6	6	8	6	717	7	10	91		
5. Suzanna Melo Soares	8	8	7	6	6	5	6	738	6	10	92		
6. Sefélia Borges de Andrade	8	9	7	6	6	8	6	741	7	10	92		

Curso preparatório.
3º ano A

	Portug. e Hist.	Matr. 4º a 7º	Prática	Metodologia	Prática	Conto	Educação Física	Grat. de aulas assistidas	Grat. de aulas práticas	Grat. de aulas de Educação Física	Média de conjunto	Média de aproveitamento	Bibliotecário
1591. Adélice de Zezitas.	6	4	7	8	5	5	5	736	5	9	64		
1602. Alina Constança Borges.	5	9	6	7	6	7	9	742	6	9	63		
1613. Amélia Inês de Oliveira	6	5	7	7	7	7	9	734	6	10	62		
1624. Anna Villega de Andrade	7	8	8	8	8	7	6	745	7	10	64		
1635. Augusta de Araújo Souza.	8	10	9	8	8	8	6	743	8	9	64		
1645. Carlota Affonso Fontana	5	7	6	6	6	6	7	733	6	9	63		
1657. Dina Duarte Villega.	7	7	8	8	8	7	5	739	7	9	62		
1666. Dina Franco Pazanahyba.	6	5	6	6	6	7	8	743	6	10	64		
1679. Elvira Frezende.	6	5	7	7	6	6	9	743	6	9	62		
1680. Izami Alves de Carvalho.	7	9,6	8	8	8	7	6	740	7	10	62		

Fonte: Registro realizado pelo pesquisador no Arquivo Particular do CNSD. 2022.

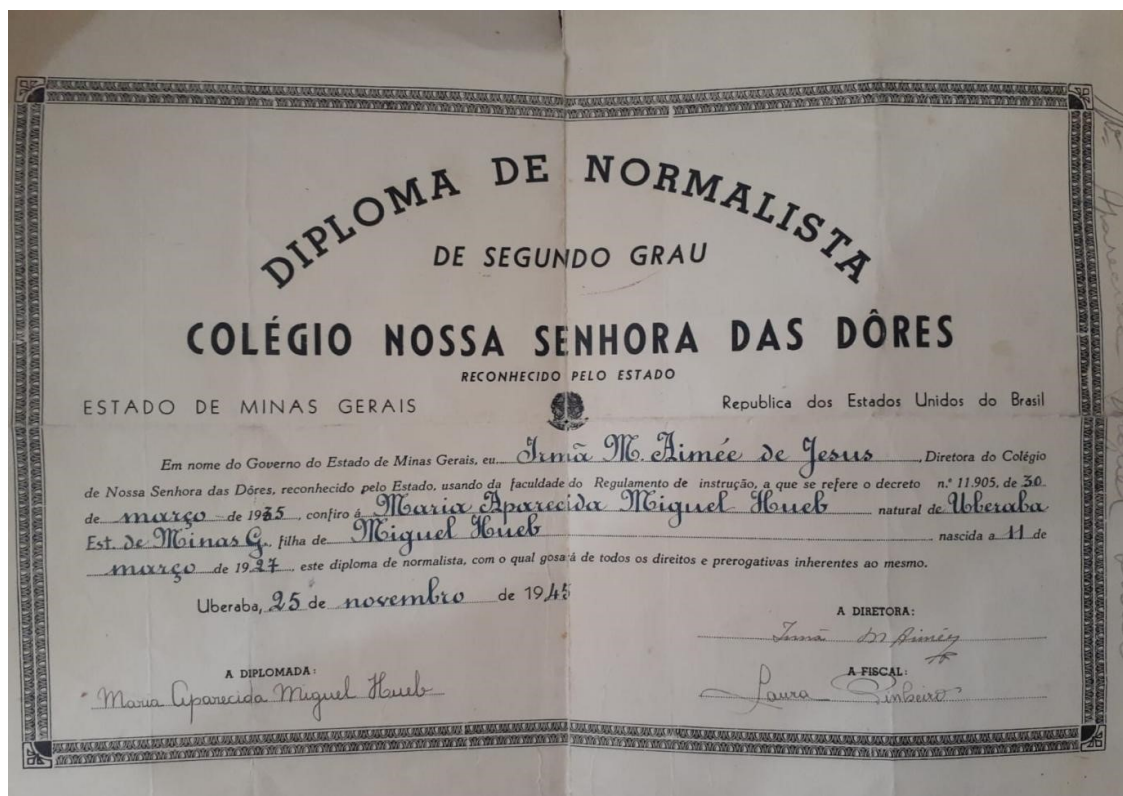
A disciplina História da Civilização aparece no 1º ano do Curso Normal em 1940, constando registro no documento (boletim de aluna) a seguinte observação: que o conjunto de

cadeiras de prova parcial deve ser calculado em separado do das cadeiras, cuja promoção se faz simplesmente pelas médias mensais. O conjunto tanto no primeiro quanto no segundo caso, será a média aritmética das notas finais. (Caderneta Escolar da aluna: Albertina Cândida de Oliveira, matriculada em 29/02/1940),

Sendo tudo feito de acordo com as instruções para matrículas e exames publicadas no “Minas Gerais” de 31 de janeiro de 1942. As candidatas ao 1º ano de adaptação, em número de 14, apresentaram certificado de exame de ginásio – certificado que dá direito à matrícula no referido ano e demais documentos. Conferi e deixei meu visto em todos os documentos. Este arquivo é digno de louvor, pois não encontrei um só documento sem os selos e talão exigidos pelo regulamento. As guias de transferência também estão em ordem. A congregação foi reunida. Comentamos os exames de 2ª época e combinamos planos de trabalho para o corrente ano. [...] para a diretoria e todo o corpo docente deste educandário, os mais francos e merecidos elogios, pelo zelo e carinho que dedicam à instrução e educação de nossa mocidade. Peço duas cópias desse termo para regulamentação. (Transcrito pelo pesquisador, acervo Livro Termo de Visita CNSD).

A disciplina também irá figurar no segundo ano do Curso Normal em 1941 e no primeiro ano do Curso de Adaptação, com registro na caderneta de Maria de Lourdes Castro, matriculada em 12/03/1943.

Figura 18 - Diploma de normalista de Maria Aparecida Miguel Hueb. 1945. (Frente do Diploma)



Fonte: Registro realizado pelo pesquisador em Arquivo Particular do CNSD. 2022.

Figura 19 - Verso do Registro da disciplina História da Civilização e da Educação. 1946 Registro.

SELO
CINQUENTA
CRUZEDOS

Português - simplesmente, grau 4,5 (quatro e cinco décimos).
Francês - plenamente, grau 7 (sete).
Matemática - simplesmente, grau 6,5 (seis e cinco décimos).
História Geral e do Brasil - plenamente, grau 7 (sete).
Geografia Geral e do Brasil - simplesmente, grau 4 (quatro).
Ciências físicas e naturais - simplesmente, grau 6 (seis).
Desenho - aprovada.
Trabalhos manuais e modelagem - plenamente, 10 (dezena).
Música - aprovada.
História da civilização e da educação - plenamente, grau 92 (noventa e dois).
Biologia e Higiene escolar - distinção, grau 96 (noventa e seis).
Methodologia - distinção, grau 100 (cem).
Psychologia educacional - distinção, grau 98 (noventa e oito).
Canto coral - distinção, grau 96 (noventa e seis).
Educação física - distinção, grau 100 (cem).
Práticas profissionais - distinção, grau 97 (noventa e sete).

A Diretora, *Elina Vargas*
A Secretária, *Prisca M. Lucía* etc.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE M. GERAIS
SEÇÃO
Fichado em N.º de *100* de *1946*
Pagos a *500* \$
expedido pela coletora *...*
em *25* de *Dezembro* de *1946*
Encarregado do registro *...* Chefe da 1ª Seção *...*

Fonte: Registro realizado pelo pesquisador em Arquivo Particular do CNSD. 2022.

Em 1946 constatamos, no 2º ano do Curso de Aplicação, um registro de controle de notas e atividades para cálculo de médias finais das normalistas Dilma Brasil, Fernanda Evangelista Perfeito, Elina Vargas e Heloisa Seixas Leite. Consta no documento o registro da ocorrência do ensino da disciplina História da Educação, apresentado abaixo:

Figura 20 - Página do registro de controle de notas e atividades para cálculo de médias. 1946

The image shows four pages of handwritten student record books from 1946. Each page is a grid with columns for subjects and rows for individual students. The subjects listed include História, Português, Matemática, Física, Química, and Inglês. The columns contain numerical scores for each subject, and the final column shows the overall average (médias). The pages are for students: Helena Brasil, Fernanda Evangelista Rebelo, Estina Vasquez, and Heloisa Leivas Leite. There are some handwritten notes and signatures on the pages.

Fonte: Arquivo Particular do Colégio Nossa Senhora das Dores.

A disciplina História da Educação aparece em registros do Colégio Nossa Senhora das Dores no ano de 1946, no 2º ano do Curso de Aplicação, ao passo que no ano de 1950 aparece a nomenclatura em registro de boletim, com rasura sobre outra matéria, da seguinte forma: História da Educação. sobre a disciplina Canto Orfeônico na 1ª série.

Figura 21 - Ficha de registro do desempenho de normalistas da 1ª série 1950.

The image shows four student performance records from 1950. Each record is a table with columns for 'NOTAS MENSAS' (Monthly Grades) and 'FREQUÊNCIA' (Attendance). The subjects listed include Português, Matemática, História da Educação, and Canto Orfeônico. The records are for students: Helena Rodrigues da Cunha, Clara Pinto, Gaby Marques, and Valma Mungu. Each record includes a section for 'Observações' (Observations) at the bottom.

Fonte: Arquivo Particular do Colégio Nossa Senhora das Dores.

A disciplina reaparece em 1952, em registro de notas anuais das normalistas Teresa Massou e Clary Evangelista Pereira, da turma da 1ª série do Curso de Formação, conforme figura abaixo:

Figura 22 - Ficha de registro do Curso de Formação – referente às notas anuais. 1952

Escola Normal "N. S. DAS DORES" UBERABA - - MINAS

CURSO DE FORMAÇÃO 1ª Série Ano letivo de 1952

NOTAS ANUAIS da Srta. Teresa Massou

Filha de José Massou

Natural de Uberaba Estado de Minas

Nascida em 3 de setembro de 1936

Residente em: Uberaba Rua Pais de Campos 86

MESES	Religião	Português	Matemática	Física e Química	Anatomia	Microbiologia	Psicologia	Higiene	Prontocultura	Biologia	Sociologia	Filosofia	Práticas	Desenho e Artes	Música e Canto	Educação Física	Atividade Pedagógica	Frequência	Procedimento
Março	50	75	70	75										65	70	60	80		
Abril	40	95	65	75										75	110	70	85		
Mai	60	95	85	75										90	100	80	85		
Agosto	55	85	75	75										80	90	85	70		
Setembro	45	35	45	80										90	80	80	70		
Outubro	70	85	60	85										65	80	100	90		
TOTAL	330	530	370	440										465	540	515	480		
Média Arquios	55	88	62	72										77	90	79	80		
1ª Prova	55	88	45	35										75	60	90	40		
2ª Prova	40	55	65	60										62	50	35	65		
Prova Oral	73	80	72	75										75	70	60	-		
Total	223	302	242	240										283	370	284	-		
Média Geral	58	77	61	60										72	69	66	-		
1ª Prova																			
Prova Escrita																			
Prova Oral																			
1ª Prova																			
Média Arquios																			
Total																			
MÉDIA FINAL																			

Sumário de notas anuais

Escola Normal "N. S. DAS DORES" UBERABA - - MINAS

CURSO DE FORMAÇÃO 1ª Série Ano letivo de 1952

NOTAS ANUAIS da Srta. Clary Evangelista Pereira

Filha de José Evangelista da Rocha

Natural de Nova Ponte Estado de Minas Gerais

Nascida em 1 de fevereiro de 1937

Residente em: Uberaba Rua Artur de Albuquerque 16

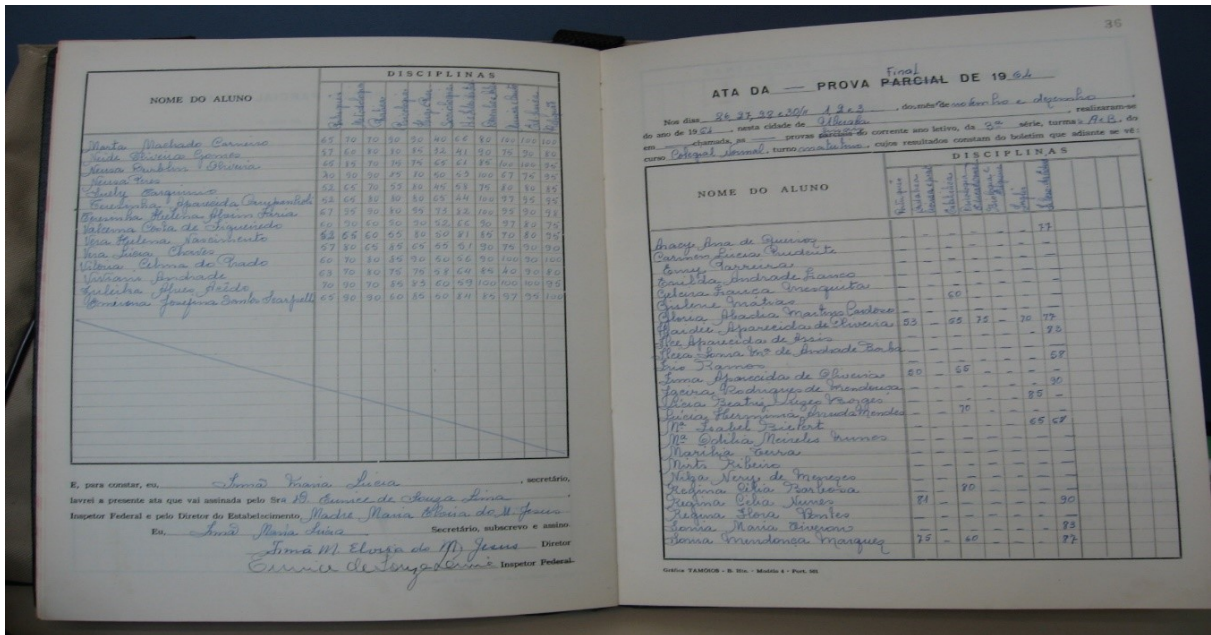
MESES	Religião	Português	Matemática	Física e Química	Anatomia	Microbiologia	Psicologia	Higiene	Prontocultura	Biologia	Sociologia	Filosofia	Práticas	Desenho e Artes	Música e Canto	Educação Física	Atividade Pedagógica	Frequência	Procedimento
Março	80	55	45	65	75														
Abril	100	35	35	60	70														
Mai	80	60	42	60	65														
Agosto	100	45	40	35	55														
Setembro	35	45	55	55	55														
Outubro	60	70	65	65	70														
TOTAL	510	270	245	360	390														
Média Arquios	85	45	44	60	65														
1ª Prova	70	45	20	65	45														
2ª Prova	75	40	45	40	50														
Prova Oral	-	40	60	67	83														
Total	400	231	232	243	283														
Média Geral	76	42	58	58	60														
1ª Prova																			
Prova Escrita																			
Prova Oral																			
1ª Prova																			
Média Arquios																			
Total																			
MÉDIA FINAL																			

Sumário de notas anuais

Fonte: Arquivo Pessoal do Colégio Nossa Senhora das Dores.

A disciplina História da Educação figura novamente na 2ª série do curso de formação em 1952, acrescentada manualmente no Boletim. Em 1953, a disciplina figura novamente na 2ª série do Curso de Formação. Até o final da década não nos deparamos com registros da disciplina em documentos disponíveis para consulta.

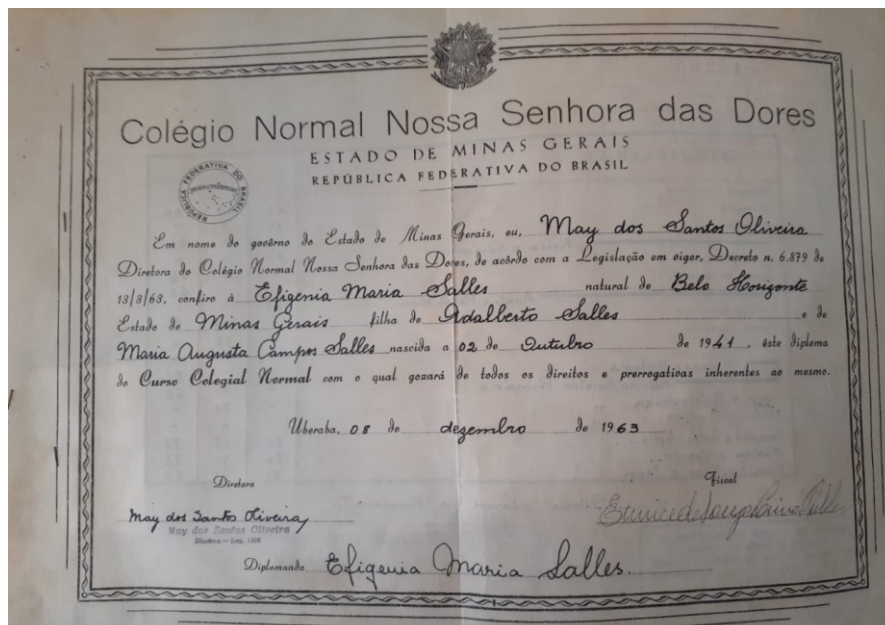
Figura 25 - Ata de 2ª Prova Parcial de 1964.



Fonte: Arquivo Particular do Colégio Nossa Senhora das Dores.

No ano letivo de 1966, em registro do corpo docente da instituição, a Filosofia da Educação figura como disciplina obrigatória sob o registro número 2012, sob a regência de Zilma Teresinha B. Faria que também seria responsável pelas disciplinas Estudos Sociais e Sociologia Educacional.

Figura 26 - Diploma de Curso Colegial Normal de Efigênia Maria Salles, datado de dec. 13/08/63, e com data de diplomação provável em 08 de dezembro de 1963.



Fonte: Registro realizado pelo pesquisador em Arquivo Particular do CNSD. 2022.

Figura 27 - Verso do diploma de Efigênia Maria Salles. 1963

Ministério da Educação e Cultura
SECRETARIA REGIONAL DO MEC
PARA MINAS GERAIS E GOIÁS - DR-4
N.º -16265
Realizado à Rs. 20 do livro 35
Data Horizontal, 16 de outubro de 1974

ALCINO CHAVES XAVIER
Assessor-Adjunto

DISCIPLINAS	1.ª Série	2.ª Série	3.ª Série
Português e Literatura	58	52	80
Matemática	59	-	-
Estatística	-	-	91
Organização Social e Política Brasileira Física e Química	55	-	-
Sociologia Educacional	-	-	86
Filosofia da Educação	-	-	63
Introdução à Educação Didática Teórica e Prática Anat. e Fisiol. Hum.	67	-	-
Psicologia Educacional	-	62	87
Biologia Educacional	-	77	-
Inglês	-	-	-
Francês Higiene e Biologia	-	-	81
Educação Pré-Primária Mét. do Ensino Primário	-	70	60
Higiene e Puericultura	-	79	-
Educação Moral e Cívica	-	-	-
Desenho e Artes Aplic.	56	67	70
Música e Canto	56	71	92
Educ. Fis. Recr. e Jogos	81	71	90

SECRETARIA
MARIA LEONOR DO NASCIMENTO
SECRETARIA-REG. 811-0154

REGISTRO 24833/74

Realizado em 8/2/74
Maria das Dores Campos

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Educação
25.ª Delegacia Regional de Ensino - Theresa
Diziana e assistência deste unido e a regularidade
da vida escolar do diplomado.
Em 01/01/1974
Luzinete

Fonte: Registro realizado pelo pesquisador no Arquivo Particular do CNSD.

Ao longo do percurso de registro da evolução das demais disciplinas, percebemos as mudanças curriculares sendo apresentadas com rasuras e acrescentadas de novas informações que não se referem ao ensino de História da Educação, mas à Filosofia da Educação somente na 3ª série.

Quadro 3 - Dados coletados de diplomas de ex-alunas da escola normal: mudanças curriculares ocorridas. 1963?

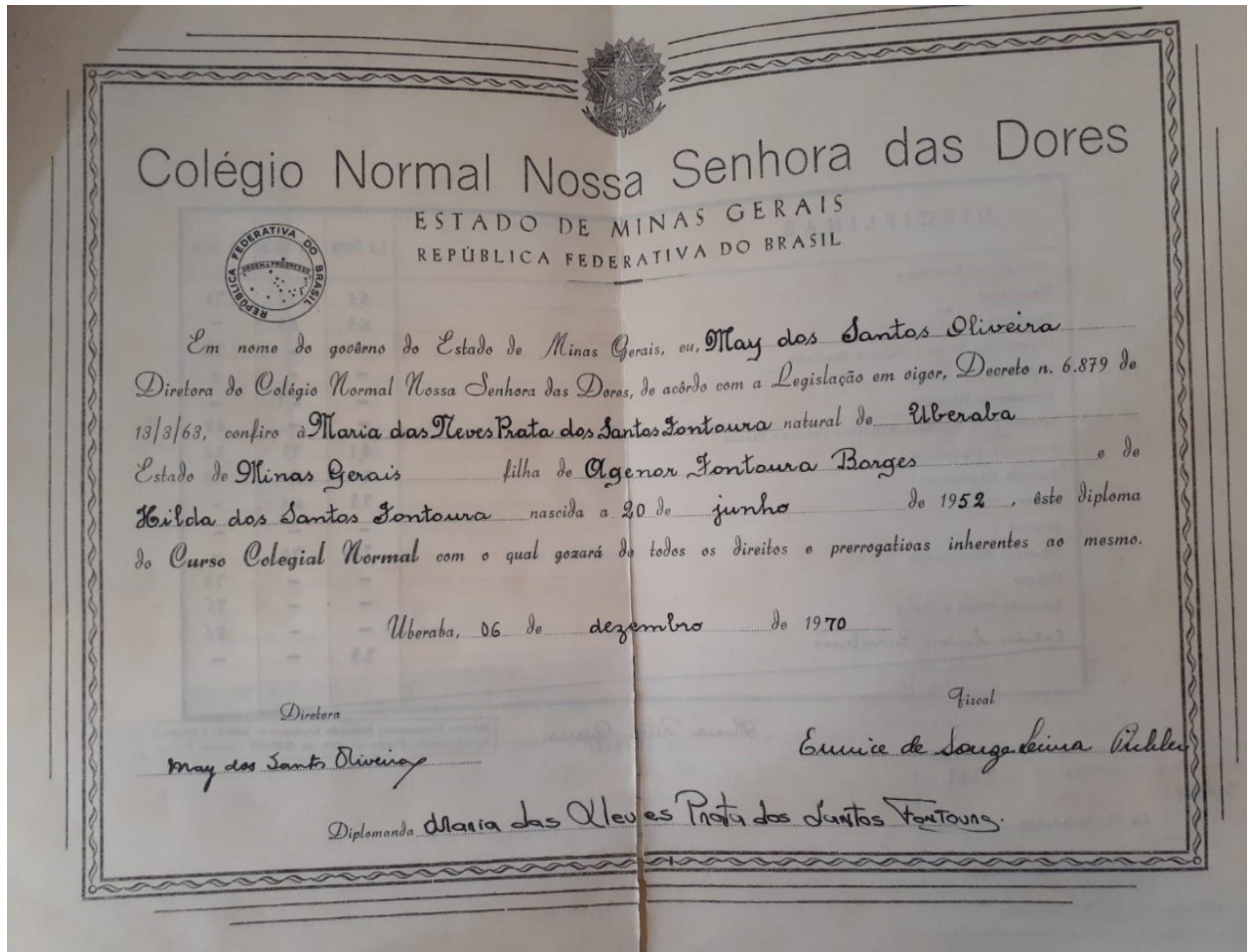
Exclui-se Organização Social e Política Brasileira e acrescenta-se Física e Química
Exclui-se Introdução à educação didática teórica e prática e acrescenta-se Anat e Fisiol. Hum.
Exclui-se Francês e acrescenta-se Higiene e Biologia;
Educação Pré-Primária é alterada para Met. Do Ensino Primário;
Higiene tem um complemento: Puericultura;
São acrescentadas as disciplinas Desenho e Artes Aplic., Música e Canto, Ed. Fis. Recr. e Jogos.

Fonte: Arquivo CNSD, elaborado pelo autor. 2024.

É importante ressaltar que as referidas mudanças podem ter sido realizadas a tempo, ou seja, previamente, haja vista que algumas figuram desde o 1º ano. Nesse sentido, entendemos

que o documento registrado com rasuras pode ter se dado pela simples necessidade de haver registro e de o colégio não dispor do formulário adequado ao registro da nova grade de programas naquele momento.

Figura 28 - Diploma de Curso Colegial Normal de Maria das Neves Prata dos Santos Fontoura. 1970



Fonte: Registro realizado pelo autor no Arquivo Pessoal do CNSD. 2022

Figura 29 - Verso do diploma de normalista de Maria das Neves Prata dos Santos Fontoura. 1970

DISCIPLINAS	1.ª Série	2.ª Série	3.ª Série
Português e Literatura	5,5	7,2	7,7
Matemática	6,3	5,9	-
Estatística	-	-	7,2
Organização Social e Política Brasileira	-	-	-
Sociologia Educacional	-	6,7	-
Filosofia da Educação	-	-	5,8
Introdução à Educação e Didática Teórica e Prática	8,1	7,3	7,0
Psicologia Educacional	7,1	5,6	6,0
Biologia Educacional	7,3	6,1	-
Inglês	-	-	-
Francês	7,4	7,0	-
Educação Pré-primária	-	-	7,9
Higiene	-	-	7,5
Educação Moral e Cívica	-	-	8,5
Estudos Sociais Brasileiros	7,9	-	-

LUIZ DE FREITAS DE MENEZES
 Diretor Geral de Ensino Médio e Superior
 DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE INSCRIÇÕES NORMALISTAS,
 ED. "SINA CONTABILISTAS", ETC.
 Inscrição em Benefício nº 555/71
 Pagou a Taxa de Expediente Lei N.º 4747
 9.5.68
 Data Matrícula: 16 de março de 1971
 CONFERIDO:
Quirino
 responsável pelo registro
M. Ferreira
 Data: 19/03/71

Maria Rita Guerra
 SECRETÁRIA

Estabelecimento: Sociedade Educativa de Ensino e Investimentos
 Reconhecimento: Decreto n.º 1991, de 08/08/1959 - Sistema Excepcional

Fonte: Registro realizado pelo pesquisador em Arquivo Particular do CNSD. 2022.

Em seguida, há o registro da disciplina Filosofia da Educação no 3º ano normal em 1971. Em 1945 foi registrado no verso de um diploma de normalista a disciplina História da Civilização e da Educação. Percebemos que em algumas disciplinas há marcações com (x) a lápis, que coincidem com as mesmas disciplinas alteradas no primeiro registro apresentado.

Figura 30 - Boletim de desempenho da normalista Ana Rosa Medina Coeli. Nele figura a disciplina História da Civilização no ano de 1946, no 1º ano do Curso de Aplicação.

ESCOLA NORMAL "NOSSA SENHORA DAS DORES"																			
PRIMEIRO ANO DO CURSO DE APLICAÇÃO																			
Caderneta Escolar da Aluna <i>Ana Rosa Medina Coeli</i>																			
Matriculada em <i>10</i> de <i>março</i> de <i>1946</i> Média anual de <i>1946</i>																			
CADEIRA	ABRIL	MAIO		JUNHO	JULHO		AGOSTO	SETEMBRO		OUTUBRO	NOVEMBRO		DEZEMBRO	PROVA GERAL	TOTAL DE PONTOS EM CADA CADEIRA	REPROVADO	FALTAS	PRESENTE	NOTAS
		Média do mês	Prova Parcial		Média do mês	Prova Parcial		Média do mês	Prova Parcial		Média do mês	Prova Parcial							
PSICOLOGIA EDUCACIONAL	80	100	85	95	100	100	100	100	100	100	88	96	190	589	80	100	85		
BIOLOGIA	90	90	95	95	100	80	65	85	160	55	60	120	88	140	662	82	100	66	
HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO	90	90	85	90	95	100	65	90	190	90	80	280	88	100	822	96	100	82	
METODOLOGIA	85	95	100	90	95	95	85	100	190	100	300	94	200	943	120	100	94		
PRÁTICAS PROFISSIONAIS	90	95	85	80	95	90	90	85	88	82	0	100	120	80					
CANTO CORAL	90	95	95	95	95	100	95	95	85	94	1	100	55						
EDUCAÇÃO FÍSICA	100	90	90	90	60	90	100	100	89	4	100	48							
OBSERVAÇÕES --O conjunto das cadeiras de prova parcial deve ser calculado em separado de das cadeiras cujo promção se faz simplesmente pelas médias mensais. O conjunto, tanto no primeiro como no segundo caso, será a média aritmética das notas finais.															CONVULSO: 80				
DIRETOR										SECRETARIA									
FISCAL										<i>Laura Vinheiro</i>									

ESCOLA NORMAL "NOSSA SENHORA DAS DORES"																			
SEGUNDO ANO DO CURSO DE APLICAÇÃO																			
Caderneta Escolar da Aluna																			
Matriculada em _____ de _____ de 19____ Média anual de 19____																			
CADEIRA	ABRIL	MAIO		JUNHO	JULHO		AGOSTO	SETEMBRO		OUTUBRO	NOVEMBRO		DEZEMBRO	PROVA GERAL	TOTAL DE PONTOS EM CADA CADEIRA	REPROVADO	FALTAS	PRESENTE	NOTAS
		Média do mês	Prova Parcial		Média do mês	Prova Parcial		Média do mês	Prova Parcial		Média do mês	Prova Parcial							
PSICOLOGIA EDUCACIONAL																			
BIOLOGIA																			
HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO																			
METODOLOGIA																			
PRÁTICAS PROFISSIONAIS																			
CANTO CORAL																			
EDUCAÇÃO FÍSICA																			
OBSERVAÇÕES --O conjunto das cadeiras de prova parcial deve ser calculado em separado de das cadeiras cujo promção se faz simplesmente pelas médias mensais. O conjunto, tanto no primeiro como no segundo caso, será a média aritmética das notas finais.															CONVULSO:				
DIRETOR										SECRETARIA									
FISCAL																			

Fonte: Registro realizado pelo pesquisador em Arquivo Particular do CNSD. 2022.

O estudo dos conteúdos de ensino ou matérias atreladas aos programas de ensino prescritos para o curso de formação de professoras acompanharam a norma vigente. As matérias estiveram previstas nas grades curriculares que estamparam o programa de referência na Escola Normal Modelo da Capital. A instituição confessional com sua Escola Normal, devidamente equiparada às Escolas Normais de Minas Gerais, aparentemente seguia os programas de ensino previstos, o que foi constatado através da identificação do movimento de envio e recebimento dos referidos programas. Também observamos a necessidade de serem realizados ajustes ou correções frente às mudanças ocorridas nas diretrizes curriculares para o ensino no que se referia ao paradigma vigente. Chervel (1990, p.180) estima que “os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia, pela cultura na qual se banha”.

Dessa estimativa, percebemos um movimento dialético entre a escola, a sociedade e vice-versa. Ao considerarmos a Escola Normal Nossa Senhora das Dores, nela o início das atividades da Escola Normal em 1906 se deu às margens de uma sociedade arraigada a uma dinâmica cultural fortemente engessada a valores morais e conservadores presentes no orbe urbano e rural como referência nuclear para a compreensão dos materiais de ensino, distanciado

do forte rigor pertencente ao termo léxico disciplina deixado para trás com o fim da Grande Primeira Guerra Mundial.

1.5. Considerações Parciais

Na tentativa de escrita desse capítulo procuramos aprender sobre o surgimento das primeiras escolas normais no Brasil e ainda acerca das referências em Escolas Normais em Portugal, Espanha e Estados Unidos, bem como do modelo de referência adotado. Nesse sentido, investigamos como se deu a dinâmica de instalação das irmãs dominicanas no Brasil, em especial na cidade de Uberaba/MG, compreendendo o contexto da retirada das religiosas da Europa, assim como outras ordens religiosas de outros países da Europa que vieram se instalar no Brasil no período próximo às últimas duas décadas finais do período imperial.

Também ficou evidente que toda e qualquer tentativa para o preparo no contexto de formação de docentes se realizava com o propósito de contribuir com o desenvolvimento do Brasil republicano. Essa dinâmica era interessante no sentido de se promover os avanços necessários à nova conjuntura, não somente no contexto de formação de mão de obra qualificada, mas que também formasse o bom cidadão para que ele se tornasse partícipe da vida pública com, no mínimo, a escolarização básica.

Analisamos os desdobramentos inerentes à criação do Colégio, considerando o interesse principal da sociedade elitista uberabense, haja vista que a presença das escolas normais, ainda em meados do século XIX, causou estranheza com a frequência de moças e rapazes, o que era visto aos olhos da sociedade como situação de promiscuidade. Dada a efemeridade, ou seja, a inconstância no funcionamento e estruturação da Escola Normal oficial, as religiosas lograram êxito em seu propósito maior que era o de disseminarem a formação moral, de conduta ética e familiar às jovens normalistas que estavam sob seus cuidados.

Quando olhamos para a Escola Normal, à guisa da observação de documentos e registros, nos damos conta de que houve certa dificuldade para a manutenção de um currículo bem estruturado que atendesse às orientações para os colégios equiparados às escolas do Estado de Minas Gerais. Os registros evidenciam atrasos no envio das grades de disciplinas, o que pôde ser observado em vários documentos com justificativas para a ocorrência desse fato.

Em se tratando dos programas de ensino na estrutura e organização dos cursos de formação da Escola Normal, temos em conta que dada à sua criação no ano de 1905 e funcionamento em 1906, a disciplina História da Educação apareceu primeiramente no ano de 1928. Após um interstício em 1934/1935, e a partir da década de 1940, houve importantes

desdobramentos que serão elucidados, conforme fontes documentais analisadas, tratadas e anexadas.

Ao longo do século XX, as Escolas Normais passaram por várias reformulações curriculares, refletindo importantes alterações nas políticas educacionais e nas concepções de formação de professores. Nesse sentido, mudanças estruturais foram ocorrendo ao longo do tempo, haja vista que a Escola Normal conseguia acompanhar o ritmo de transformações à sua maneira, procurando atender à demanda da Legislação educacional e passando por constantes alterações, levando-se em consideração que o sistema era falho e, concomitante a essas constatações, necessitava de aperfeiçoamento. Como já pontuado, podemos perceber certa resistência ao atendimento à inserção dos novos currículos que foram sendo incorporados ao longo do tempo.

Em suma, consideramos que com a equiparação às Escolas Normais, alguns componentes dos Programas de Ensino foram mantidos, logicamente considerando que haveria na Escola Normal Nossa Senhora das Dores conteúdos diversificados que não teriam, por exemplo, na Escola Normal Oficial enquanto plena em seu funcionamento. De certa forma, esse fato pode ser atestado e parece não ter logrado vida longa devido à referida inconstância, aqui denominada efemeridade.

Assim, História da Civilização e Filosofia da Educação ocupam o lugar da nomenclatura História da Educação por vários momentos, conforme situamos no escopo deste estudo.

Nesse sentido, no próximo capítulo, dentre outras discussões relevantes a esse estudo, nos empenhamos em contribuir para a elucidação dos conteúdos programáticos estudados nesse paradigma. Procuramos estabelecer aproximações com os autores adotados nos materiais de ensino como Manuais ou livros, e entender a dinâmica de ensino, a partir de uma análise mais aprofundada pautada em técnica e rigor científicos para que nossa problemática de pesquisa pudesse ser respondida com êxito.

2 AS PRESCRIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS NORMAIS: OS PROGRAMAS DE ENSINO E MANUAIS

Neste capítulo pretendemos compreender como foram organizados os programas de ensino em vigor na Escola Normal Senhora das Dores, instalada em 1905, que teve suas atividades iniciadas em 1906. Saliemos que o ensino da disciplina História da Educação em Minas Gerais precede, em sua trajetória, a inserção da disciplina nessa Escola Normal.

Nesse sentido, observaremos as relações acerca do fazer docente no ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG, buscando compreender a dinâmica e o protagonismo do ensino de História da Educação existente nos programas de ensino prescritos e, desse modo, tendo em conta os objetivos pretendidos no contexto de nossa investigação.

Desse modo, tencionamos elucidar os desdobramentos inerentes às relações e estrutura organizacionais presentes nos conteúdos/temas tratados nos possíveis manuais utilizados, principalmente no ensino de História da Educação. Nessa ótica planejamos identificar a evolução e as mudanças ocorridas no ensino da disciplina História da Educação no trânsito temporal de 1928-1971 estabelecido para essa investigação e registro no campo da grande área História da Educação.

Dessa forma, consideramos que as Escolas Normais desempenharam papel fundamental na formação de professores durante o século XX, em Minas Gerais e onde a instrução se fizesse necessária em todo o Brasil. Em Minas Gerais as Escolas Normais foram distribuídas em várias regiões do Estado, garantindo que futuros professores de diferentes localidades pudessem ser preparados para o ofício do magistério. As Escolas Normais, assim como as confessionais religiosas, usufruíam de suas particularidades, mas, conforme já discutido anteriormente, o currículo era baseado em diretrizes gerais.

Diante desses desdobramentos, apontamos que durante o período elencado acima, o sistema educacional passou por reformas significativas implementadas por diferentes governos estaduais e que impactaram fortemente a dinâmica das Escolas Normais, promovendo mudanças no seu currículo, em seus programas de ensino e na estrutura dessas instituições.

2.1 Os programas de ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG

A região das Gerais, ou Capitania de Minas, por muito tempo preteriu a criação de escolas, sendo que estas foram “gestadas” na transição do século XVII para o século XVIII. É de notório conhecimento que o debate em torno da instrução pública no Brasil, como política para padronização dos parâmetros educacionais, já se estabeleceu desde longa data, tendo como referência principalmente a marca inextinguível do século XIX, coexistente à eclosão do período republicano, conforme observado:

Tal debate substanciava-se, em termos gerais, na formulação de uma legislação extensa e minuciosa, que buscava normatizar o campo educativo e definir políticas de atuação, na tentativa de elaboração de discursos/práticas pedagógicas cientificamente fundadas que uniformizassem as práticas escolares na construção de uma política de formação e profissionalização docente (Romanelli (2000, p. 20).

Em vias desse processo, acertadamente se fazia necessária a criação de Escolas Normais sob a responsabilidade das províncias. A negligência e descaso com relação à operacionalização frente a esse processo foram caracterizados pelo desgaste e instabilidade desde o final do Império, estendendo-se a partir da Primeira República até um pouco mais tarde. A esse respeito, Romanelli (2000, p. 29) chama a atenção no sentido de entender que “as iniciativas eram marcadas pela descontinuidade²⁷, acarretando a inexistência de um sistema de ensino que unificasse as práticas docentes desenvolvidas nas esparsas salas de aula”.

A constituição de um efetivo sistema de ensino não se caracterizava como consenso; porém, conforme já discutido anteriormente, os ares republicanos inspiravam a necessidade de instalação de uma dinâmica educacional que incutisse uma nova ordem social nesse contexto, na qual a instrução pública seria a “mola propulsora” para o desenvolvimento do novo Brasil. Inerente a essas concepções, a projeção da instrução pública conferia ao imaginário de que nesse processo estaria estabelecida a concepção de *civilidade*²⁸ na dinâmica social instaurada.

27 Ver Guimarães (2016) que, coloca em destaque a situação de *efemeridade* recorrente em seu estudo sobre a Escola Normal Oficial de Uberaba-MG.

28 ELIAS, Norbert. Em O Processo Civilizador, Vol. 1: Uma História dos Costumes, considera, dentre vários conceitos acerca do entendimento de Civilização, que trata que o conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de Kultur alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a realizações, mas também a atitudes ou "comportamento" de pessoas, pouco importando se realizaram ou não alguma coisa. (1994, p. 24).

O século XIX, em sua duração, teria propiciado, no paradigma de formação de docentes, toda a lógica em que se realizou o processo de institucionalização das Escolas Normais.

As constatações sobre a necessidade de se instruir as pessoas fortalecem a concepção de civilidade e de associação à dinâmica de desenvolvimento da região e do país, sendo que a criação das Escolas Normais foi colocada como muito urgente e necessária. Desse modo, quando foram legitimadas e reconhecidas as atribuições sobre a importância das Escolas Normais como lugares necessários e legítimos ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, também se reconheceu a necessidade de uma atenção especial à formação e capacitação docente. Essa ação foi iniciada ainda no final do Império, na então província mineira, com a expansão dessas escolas, sendo que:

Em 1871, havia duas escolas: a de Ouro Preto e a de Campanha, Diamantina, Paracatu e Montes Claros. Em 1884 já são nove Escolas Normais em toda a província mineira, funcionando agora em Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João Del Rey (Peixoto, 2000, p. 23).

Identificamos, nesse momento, a existência de uma base curricular dadas as circunstâncias de reabertura da Escola Normal de Ouro Preto, também em 1871, estabelecida por meio da Lei nº 1769, em que a grade curricular que tinha sua configuração atrelada aos métodos de ensino adotados naquele momento era permeada na sua reorganização. Salientamos que na Escola Normal da Capital a frequência do público masculino e feminino nos cursos de duração bienal era normalizada, com lições alternadas, sendo que o currículo ou os programas de ensino tratados em nosso estudo eram compostos de:

Instrução Moral e Religiosa, Gramática da Língua Nacional, Aritmética, Sistema Métrico e Elementos da Geometria, Noções Gerais de Geografia e História, Geografia do Brasil, (mormente na província), Leitura refletida da Constituição, Pedagogia e Legislação do Ensino, uma aula de Ensino Linear e Música. O objetivo da escola nesse momento, segundo o texto legal, era preparar os professores para o trabalho na escola elementar, sendo uma extensão do mesmo (Peixoto, 2000, p. 23).

Guimarães (2015, p.65) contribui com suas análises a respeito das sucessivas reformas dos Cursos Normais durante a Primeira República:

Nas reformas mais significativas (do início do período republicano) em Minas Gerais, também foi dada alguma atenção aos aspectos das metodologias de ensino e da diversificação e hierarquização dos tipos de escolas, com destaque para a Escola Normal da Capital, então já transferida para Belo Horizonte. Todavia, as primeiras reformas republicanas se deram sob um viés negativo, isto é, no sentido de diminuir as despesas do Estado à custa de algum tipo de corte no setor educacional.

A resistência à instalação de ordens religiosas pela proibição real foi atenuada com o advento da República, já que seriam estas, naquele momento, consideradas as únicas em condições de assumir a tarefa da educação. Tendo em vista essa dinâmica, Peixoto (2000, p. 10), esclarece que:

Enquanto não se encontrava solução para o problema, a juventude mineira ia sendo preparada pelas chamadas escolas domésticas, onde avultavam as figuras de algumas raras mães alfabetizadas e dos tios-padres, para depois encaminhar aos colégios jesuítas do Rio de Janeiro e da Bahia e, mais tarde, se dirigir à metrópole, de onde regressava transformada em padres ou doutores.

O ceticismo²⁹ quanto à ótica dos governantes sobre a eficácia das Escolas Normais era fortemente marcado por discursos no âmbito da província mineira, em que era referendada a importância em valorizar os salários dos professores e fortalecer os sistemas de fiscalização do ensino *in loco* nessas escolas, tendo em vista que a forma de ingresso, a idade dos (as) candidatos e a duração dos cursos eram reiteradamente questionados. Nesse sentido,

Em 1892, já sob o regime republicano, a Reforma Afonso Pena, Lei nº 41, de 3 de agosto, propõe uma nova organização da instrução pública em Minas Gerais. O regulamento das escolas normais é então promulgado em 1893, através do Decreto nº 601, de 27 de fevereiro. Esse foi anterior ao regulamento das escolas de instrução pública, que só foi promulgado em 17 de outubro do mesmo ano, através do Decreto nº 655. Essa reforma trazia a preocupação em formar bons professores, instruídos nos modernos processos pedagógicos e científicos, enfatizando-se os benefícios moralizadores da instrução pública. Educar era basicamente incutir uma moralidade constante com os valores vigentes (Peixoto, 2000, p. 24).

Criada a Escola Normal da Capital, que se destinava exclusivamente ao atendimento do público feminino, fazia-se necessário reconfigurá-la do ponto de vista lógico de organização da instrução pública, o que se realizou por meio da implementação da Lei n.º 439, de 28 de setembro de 1906, conhecida como Reforma João Pinheiro. Em observância desse cenário, sinalizamos que a idealização e criação das escolas normais justificou-se pela necessidade de uma pauta em que fosse promovida e ofertada uma modalidade educacional com embasamento válido, moral e prático para a época, o que veremos a seguir, e que ainda assegurasse confiança ao fazer docente, contando com o bom preparo das aulas e seu desempenho na educação elementar, ou seja, na educação primária. A precariedade disseminada nesse contexto

29 A Reforma Republicana de 1892, através da Lei nº 41, no título IV, tratava do ensino normal propondo para este um currículo enriquecido com 21 cadeiras, sendo elas: Português, Literatura, Aritmética, Agrimensura, Álgebra, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Agricultura, Noções de Higiene e Filosofia, Desenho, Caligrafia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário, História, Noções de Economia Política, Pedagogia, Cosmografia, Música e Canto. Além de exercícios práticos: ginástica e evoluções militares, trabalhos de agulhas, corte de roupa branca e economia doméstica. A prática das escolas anexas era obrigatória para ambos os sexos. O curso era de caráter intensivo, tendo a duração de quatro anos.

preconizou a necessidade de um progressivo e relevante investimento por parte dos entes governamentais.

Peixoto (2000, p. 24), chama a atenção para o fato de que “no período republicano o projeto educacional do Estado afirmava-se pela descontinuidade com uma situação anterior de suposta ausência de uma política de instrução que foi inaugurada com a nova ordem”. As Escolas Normais se configuraram como um espaço propagador da personificação feminina, sinalizando críticas severas quanto à rotulagem da mulher como sendo “perdulária ou excessivamente falante”. A exemplo, ainda em Peixoto (2000, p.29), “verifica-se, nas provas investigadas, que na disciplina de Língua Pátria os (as) alunos (as) deveriam analisar textos que basicamente apresentavam virtudes a serem desenvolvidas pela mulher como recato, modéstia e, principalmente, capacidade de ser econômica”.

Considerando esses aspectos inerentes à feminilização do magistério, foram potencializados arranjos curriculares, tendo as disciplinas Prendas Domésticas e Trabalhos com Agulhas sido incluídas na constituição da grade curricular. Dessa composição, “anuncia-se a disseminação de saberes e produção de conhecimentos imanentes a metodologias eficazes ao arranjo dos espaços formais de aprendizagem, que seriam organizados em disciplinas escolares” (Peixoto, 2000, p.29).

Seguindo essa dinâmica, para alguns dirigentes mineiros o paradigma ideal de professor deveria estar centrado no enfrentamento da profissão como um sacerdócio, com consistente formação religiosa, sendo abnegado e detentor de sólidos conhecimentos pedagógicos, preconizando uma ordem moral, compreendendo o processo educacional como aparato estratégico que viesse garantir condições para a manutenção da ordem governamental pautada nos princípios imbricados à dinâmica de países europeus inseridos no parâmetro considerado como o de civilidade. De certa maneira, passaremos a analisar o que este paradigma ideal preconizava como contribuições no âmbito da instalação da Ordem Religiosa de Monteils no Brasil, principalmente em Uberaba-MG.

No livro de Registro de Correspondência Oficial do Colégio de Nossa Senhora das Dores de Uberaba/MG há prescrições de onde foram pinçadas informações relevantes concernentes à 1ª Turma de diplomadas da Escola Normal, desde sua equiparação às Escolas Normais em 1906. Em consonância com as prescrições contidas no referido livro, no verso da folha 02, e em continuidade na página 3, em registro de correspondência ao Ilm.º Sr. Dr. Secretário de Interior, datado de 24 de dezembro de 1908, consta que no corrente ano:

Recebi o diploma de Normalista da aluna da extinta escola Normal Oficial de esta cidade, D. Águeda Mamede, residente em Uberaba, a qual, por uma licença do governo foi admitida neste Colégio o 4º ano que não há nas atuais Escolas Normais. Nos exames finais que ela fez neste Colégio, foi aprovada em Português, plenamente grau 9, em Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, plenamente, grau 9, em Francês, plenamente grau 9, em Zoologia, com distinção, em Botânica, plenamente grau 9, em Geometria, simplesmente grau 7, em História, simplesmente grau 6, em Geografia, plenamente grau 11, em Desenho, plenamente, em Costura e Trabalhos de agulha, plenamente em Prática profissional, plenamente. Na escola normal foi aprovada plenamente em Aritmética.

Não obstante as regras de aparato legislativo e burocrático inerentes a esse período, o Colégio Nossa Senhora das Dores, com sua Escola Normal, se enquadrou no rol das escolas particulares equiparadas, conforme salientado por Guimarães (2016, p. 69), que esclareceu que “elas pertenciam em geral às congregações religiosas, e que em termos de tipos de escolas de formação de professores existiam, no início, as normais oficiais regionais que poderiam ser estaduais ou municipais”. Concomitante à criação da Escola Normal do Colégio Nossa das Dores, identificamos, nos estudos de Guimarães (2016, p. 69) as seguintes mudanças na formação de professores, aprovadas pelo Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, no qual continha o “Regulamento da instrução primária e normal pelo Estado:”

O curso normal foi abreviado, e passou a ser feito em três anos, contando com quinze matérias distribuídas por sete cadeiras: 1) Português e Francês; 2) Aritmética e Geometria; 3) Geografia, História e Moral e Cívica; 4) Noções gerais de Física, Química História Natural e Higiene; Aritmética comercial e Escrituração Mercantil; 6) Desenho linear e mão livre; 7) Música. A prática profissional deveria ser feita nos grupos escolares e, conforme observamos, não existiam aulas de Pedagogia, o que aponta para a impossibilidade de haver conteúdos voltados para a história da educação (Minas Gerais, 1906):.

Em 1908, no mês de dezembro, aconteceu a formatura da 1ª Turma de Normalistas diplomadas, salientando que estas realizaram todo o curso neste Colégio. As normalistas Edith de Novaes França Florentina Prata Soares e Margarida Mamede de Oliveira, residiam em Uberaba e Alice Bittencourt era residente do Prata-MG. Ao avançarmos sobre as percepções nos resultados finais das formandos, identificamos a existência de outras disciplinas que não foram elencadas no registro da aluna Águeda Mamede, que cursou apenas o 4º ano, sendo estas Física, Química, História Natural e Higiene, Aritmética Comercial e Escrituração Mercantil e Instrução Moral e Cívica que, em registro posterior, foi nomeada como Educação Moral e Cívica. Esta última não vem configurada na prescrição do currículo normal abreviado em 1906.

Conforme ocorrência observada durante o estudo e observância dos programas de ensino prescritos no período de existência dessa Escola Normal, colocamos em evidência que

em 2 de agosto de 1909, em registro de carta de diligência enviada ao Ilmo. Sr. Bento Ernesto Júnior, DD Inspetor Técnico do Ensino, (1909, p.6), temos que:

Tendo passado para o 3º ano o estudo da História e a Educação Moral e Cívica, por força do Decreto nº 2.281 a 30 de outubro de 1908, determinou, entretanto, que o governo conforme se lê no Minas Gerais, de 5 de novembro do ano passado, que o exame dessas disciplinas, fosse feito conjuntamente com o de Geografia no segundo ano de acordo com o regimento anterior. (Livro de Registro de Correspondência, 1905-1938).

Em cumprimento à referida determinação, foi esclarecido, em tempo, que as novas condições foram cumpridas no Colégio, sendo que as alunas do 3º ano Normal à época já tinham prestado exames no âmbito das referidas matérias, e que a então diretora da Instituição questionou aos órgãos competentes da época se haveria necessidade que as normalistas fossem novamente submetidas à realização dos mesmos exames ao findar o corrente ano letivo. Em atendimento aos preceitos inerentes às lições práticas profissionais, às quais tinham como direção a autorização do governo anterior³⁰, esclareceu que estas eram realizadas no ensino primário do referido Colégio, sendo um curso de relevante frequência nos quatro anos e no qual se observava o Programa Oficial.

Já no que dizia respeito às alunas terceiranistas, exigia-se que, durante os últimos três meses do Curso Normal fosse realizada uma lição por semana em qualquer escola pública e, por fim, foi solicitado, pela então diretora, Irmã Maria José, em registro oficial, que tal prática fosse mantida. Poucos anos depois, verifica-se, conforme registro de correspondência enviada ao Secretário de Interior, Sr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, aos 16 dias do mês de junho de 1911 (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.9), que a prática profissional estaria sendo realizada no Grupo Escolar da de Uberaba, o qual se denominava e ainda se denomina “Grupo Brasil.”

30 Ver (Guimarães, 2016 p. 71) Entretanto, logo veio mais uma reforma instituída por Wenceslau Brás (1900-1910) e seu secretário, Estevão Pinto, por meio do Decreto nº 2.836, de 31 de maio de 1910, que concedeu um papel unificador e de destaque a essa instituição, pois conforme Mourão (1962), a Escola Normal da Capital foi alçada à condição de modelo para todas as outras que houvesse no Estado, cuja organização, administração, processo e programas deveriam ser rigorosamente seguidos por elas. Assim, algo que havia sido projetado por João Pinheiro na reforma de 1906, apenas em 1910 pretendia-se concretizar, isto é, transformar a Escola Normal da Capital em modelo para as demais do Estado. Entretanto, simultaneamente com a almejada transformação e na esteira do autor em referência, foi introduzida uma novidade: a formação normal para a docência primária seria restrita às mulheres e, a partir de então, alunos do sexo masculino não seriam mais aceitos na Escola Normal da Capital mineira. Mas o seriam nas escolas do interior do Estado. Essa reforma também reestabeleceu a duração de quatro anos para o curso normal e o retorno das classes anexas para a prática profissional.

Figura 31 - Figura: Grupo Escolar Brasil. Década de 1910.



Fonte: Imagens cedidas pelo Arquivo Público de Uberaba-MG. 05.jun.2024.

Dessa forma, após a análise e o estudo de fontes documentais disponíveis (Livro de Registro de Correspondências, 1913, p. 12), nos deparamos com orientações e instruções referentes à execução da normatização do novo Regulamento das Escolas Regionais e Institutos Equiparados, publicadas no Órgão oficial no mês de abril. O Colégio Nossa Senhora das Dores, realizou o envio dos Programas de Ensino das disciplinas a seguir à Secretaria de Interior: Português, Aritmética, Economia Doméstica Geografia, Corógrafa, Pedagogia e Metodologia. Ficou ainda registrada a não ocorrência de modificações nas demais disciplinas do curso. Atribuindo ênfase à competência do corpo de docentes da Instituição, ponderou-se que estes poderiam continuar lecionando essas disciplinas em consonância com os Programas de Ensino adotados na Escola Normal de Belo Horizonte em fevereiro de 1911. Os exercícios pedagógicos, servindo ao Pedagogismo, em conformidade e respaldo do governo anterior, eram prontamente desenvolvidos na escola primária anexa que observava os programas de ensino oficiais com o devido rigor.

De acordo com Guimarães (2016, p. 71), é pertinente acrescentarmos que a autora realizou importantes apontamentos e observou que havia diferenças ao comparar o currículo da Escola Normal da Capital, e ao analisar o nomeado Quadro IV, contido no Regimento Interno aprovado pelo Decreto

nº 3.123, de 6 de março de 1911, com o currículo prescrito no Regulamento das Escolas Normais Regionais, denominado Quadro V, pelo Decreto nº 3738 de 5 de novembro de 1912, baixado pelo governador Júlio Bueno Brandão (1910-1914) e seu Secretário de Interior, Delfim Moreira.

Figura 32 - Grade Curricular da Escola Normal Modelo da Capital.

QUADRO IV – Grade curricular da Escola Normal Modelo da Capital (conforme Decreto n.º 3.123 de 6 de março de 1911)

Primeiro ano	Aulas semanais	Segundo ano	Aulas semanais
		Geografia	Aulas diárias
Português	4	Geometria e desenho linear	Idem
Desenho e Caligrafia	4	Aritmética	Idem
Música	4	Música	Idem
Ginástica	4	Desenho e Caligrafia	Idem
Costura e trabalhos manuais	4	Ginástica	Idem
Aritmética	3	Costura e trabalhos manuais	3
Física	1	Português	2
		Química	2
Terceiro ano		Quarto ano	
Física e Química, História Natural e Higiene	Aulas diárias	História e Educação moral e cívica	3
História e Educação moral e cívica	Idem	Francês	Aulas diárias (sendo 2 de conversação)
Francês	Idem		
Geografia	3		
Geometria e desenho linear	Idem	Aritmética comercial e	2
Português	2	Escrituração Mercantil	
Música	1		
Desenho e Caligrafia	1	Prática profissional de todas as cadeiras, exceto Francês	2
Ginástica	1		
Costura e Trabalhos manuais	1		

Fonte: Mourão (1962, p.259-260).

Fonte: Adaptado de: O Ensino de História da Educação na Escola Normal. Entre o prescrito e a realidade escolar (Uberaba, Minas Gerais, 1928 – 1971). Rosângela Maria Castro Guimarães. Uberlândia: EDUFU – 2016.

Figura 33 - Grade Curricular das escolas normais regionais mistas.

QUADRO V – Grade curricular das escolas normais regionais mistas (conforme o Decreto 3.738 de 05 de novembro de 1912)

Primeiro ano	Aulas semanais	Segundo ano	Aulas semanais
		Português	2
		Francês	2
Português	3	Geografia geral	2
Francês	2	Corografia do Brasil	1
Geografia geral	2	Aritmética	2
Aritmética	3	Música e canto	3
Música	2	Desenho	2
Desenho	2	Caligrafia	1
Caligrafia	1	Trabalhos manuais para alunas	1
Costura para alunas	2	Costura idem	1
Trabalhos manuais para alunos	2	Economia doméstica idem	1
Ginástica	2	Trabalhos manuais para alunos	2
		Exercícios militares idem	1
		Ginástica	2
Terceiro ano		Quarto ano	
Português	2	Português	2
Francês	2	História do Brasil	3
Corografia do Brasil	2	Geometria	2
Geometria	3	Noções de cosmografia	1
História geral	3	Elementos de Química	2
Elementos de física	2	Elementos de História Natural	3
Metodologia	2	Elementos de Higiene	1
Música	1	<i>Pedagogia</i>	2
Desenho	1	Instrução moral e cívica	2
Trabalhos manuais para alunas	1	Prática no "pedagogium" ¹¹	2
Costura	1		
Trabalhos manuais para alunos	2		

Fonte: Mourão (1962, p.261).¹²

Fonte: Adaptado de: O Ensino de História da Educação na Escola Normal. Entre o prescrito e a realidade escolar (Uberaba, Minas Gerais, 1928 – 1971). Rosângela Maria Castro Guimarães. Uberlândia: EDUFU – 2016.

Entretanto, de acordo com a compreensão da autora, tais mudanças não se deviam tão somente ao fato de a escola da capital atender apenas mulheres e as escolas regionais serem mistas e prescreverem matérias específicas para cada sexo. A autora finaliza essa análise

apontando que o principal aspecto a ser destacado é quanto à existência, nas escolas regionais, da cadeira de Pedagogia, onde talvez se desenvolvessem estudos de História da Educação ou História da Pedagogia, e sua ausência na da Capital.

É interessante refletirmos sobre o reacionarismo presente na instituição de ensino daquela época, na sociedade uberabense, ao nos depararmos com o registro de correspondência de I. M. Osana, secretária do Colégio, para o Secretário de Interior, datado de 30 de janeiro de 1914. Nele pode-se ler que:

Tendo recebido o vosso Ofício de 23 do corrente, venho prestar-vos as informações pedidas: 1º No Curso Normal deste estabelecimento se admite somente o sexo feminino – 2º Para o período do ano letivo, a época de matrícula e dos exames, observa-se o disposto no Reg. Das Escolas Normais Regionais, Cap. III, IV, VII, artigos. 15, 25, 65, etc. respeitadas sudações (p.12).

No ano de 1915, em apreciação de registro de correspondência ao Exmo. Sr. Dr. Américo Lopes, DD. Secretário de interior, observamos que ocorreu a necessidade de adequações nos programas de ensino do estabelecimento, que retornou informando sobre o atendimento à correção e adições exigidas, de acordo com Portaria publicada no Minas Gerais e que ainda tinham seguido o mesmo programa que havia sido inteiramente observado, assim como o Regulamento das Escolas Normais Regionais.

Em 21 de fevereiro de 1916, por meio do Decreto nº 4524, foi publicado o novo regulamento das Escolas Normais e dos Programas de ensino a elas destinado. Nesse sentido, o Colégio Nossa Senhora das Dores deveria proceder à reorganização dos horários do Curso Normal, da Escola de Prática Profissional e exercício de ensino do 4º ano, de acordo com as prescrições contidas no referido regulamento. Assim que o Colégio estivesse com essas questões prontamente organizadas, deveriam enviá-las para aprovação do Sr. Américo Lopes, Secretário de Interior.

Em resposta ao envio dessas providências, também relataram que seguiria cópia das matrículas do mesmo ano letivo, bem como da distribuição das cadeiras do Ensino Normal, sendo que nada foi encontrado nesse sentido nas fontes documentais disponibilizadas. Enquanto isso, na Escola Normal da Capital, a Pedagogia foi retomada devido à unificação da grade curricular, uma vez que a referida disciplina, de acordo com Guimarães (2016, p. 78), não constava no currículo da instituição desde o Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, embora já fizesse parte do currículo das escolas regionais desde 1912.

Na análise de fontes documentais entendemos que por mais que tenha havido a ocorrência da modificação no Regulamento oficial naquele ano, dirigentes da Escola Normal

Nossa Senhora das Dores fizeram mudanças na estrutura de suas escolas primárias anexas ao Curso Normal e à Escola Singular também anexa, favorecendo a compreensão de que estas se encontravam há muitos anos organizadas de acordo com as exigências para a prática de ensino para alunas do 4º ano normal. Observamos, em documentos oficiais, que a publicidade e divulgação dos programas de ensino pelo ente estadual eram ineficazes, não chegando aos cuidados do Colégio em tempo hábil para organização interna. A direção do Colégio considera o empecilho da seguinte forma, de acordo com Livro de Registro de Correspondências (p.14):

Não tendo vindo publicado no “órgão oficial” (Minas Gerais), os Programas de Pedagogia, desejo saber se ainda vai ser organizado. Poderia V. Ex. fazer o favor de mandar-nos 10 ou 12 folhetos dos Programas Oficiais do curso normal e do curso primário para facilitar a boa execução do mesmo. Agradecendo desde já a remessa, subscrevo-me com respeito.

Notamos na trajetória de estudos que fizeram referência aos documentos oficiais, que durante a vigência do projeto de equiparação entre Estado e Instituição Colégio Nossa Senhora das Dores, instaurou-se um certo isolamento e distanciamento entre as partes. Assim, nos interrogamos se tal isolamento teria sido promovido pelo o próprio Estado ou se este deveu-se à própria instituição confessional? Apesar de se tratar aqui, de questões contemporâneas, inferimos que, pode ter ocorrido uma forte tensão entre a liberdade religiosa e os princípios de laicidade. Desse conflito de interesses, pode ter sido necessária a realização de ações como aperfeiçoamentos, ajustes no que se referia às práticas executadas na instituição religiosa Colégio Nossa Senhora das Dores, bem como no interior de sua escola normal.

Verificamos que foram suprimidas do novo programa de ensino as disciplinas de geografia do Brasil ou corográfica, em que situa a questão das alunas do 3º ano Normal da turma de 1915 que já tinham prestado, naquele mesmo ano, os exames de geografia, Física e Política, em conformidade com os programas de então. Indagaram sobre a necessidade de estas alunas estudarem e prestarem os exames que ainda lhes faltavam ou seguir o novo programa. Após o período de um ano os programas chegaram ao Colégio.

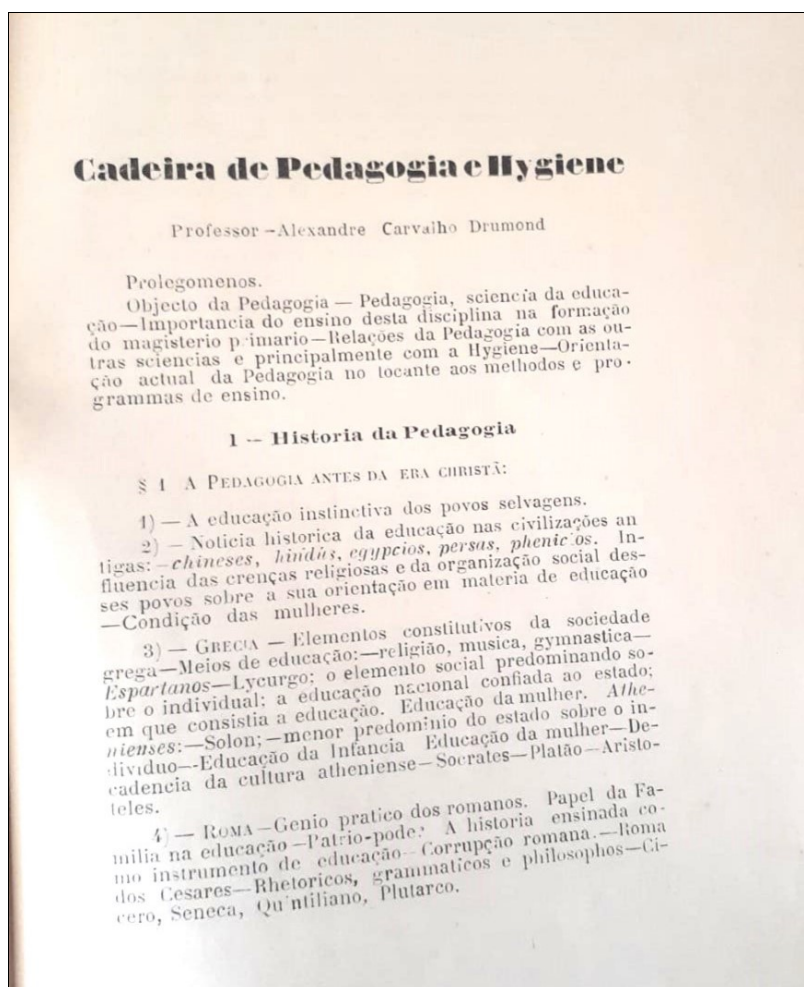
Foi novamente solicitado ao Colégio que enviasse a relação dos responsáveis pelas cadeiras de ensino das disciplinas constantes nos programas de ensino para o ano letivo de 1916 ao Sr. Diretor da Secretaria de Interior, atendendo à solicitação realizada através do Ofício nº 16, de 16 daquele corrente ano. Foi salientado que estavam solicitando pela segunda vez, o que não foi constatado. No registro do documento, datado de 22 de janeiro de 1917, identificamos a atuação de professores leigos junto às religiosas, como exposto na relação a seguir:

Dr. Porphyrio Almeida Machado – Português; Irmã M. Egydia – Aritmética e Escrituração Mercantil – Física, Química e História natural; D. Henriqueta R. Soares – Geografia geral e Corográfica do Brasil – Ginást.; Irmã M. Eudóxia – História Geral e do Brasil e Educ. moral e cívica; Irmã Maria Irinéa – Geometria e Desenho Linear – Desenho e caligrafia; Irmã M. Osana – Francez – Pedagogia e Higiene; Irmã M. Domingas – Música; Irmã M. Jinelda – Costura e trabalhos manuais (p. 14 verso).

Diante disso, recorreremos mais uma vez a Guimarães (2016), que chama a atenção para um dado de extrema relevância, ao se respaldar nos estudos de Mourão (1962, p. 294). “Ficou constatado que na cadeira de Pedagogia e Higiene, seriam estudadas as seguintes disciplinas: História da Educação; métodos gerais do ensino, organização e gestão escolar; psicologia infantil e higiene; além de cuidados médico-práticos para as crianças”. A autora considera que

Nessa reforma encontra-se a gênese dos estudos da História da Educação no estado de Minas Gerais, identificada nominalmente, por meio de um item no interior dos conteúdos da Cadeira de Pedagogia; porém, alerta para o fato de que a cadeira era marcada em termos teóricos por certa desconsideração porque era lecionada apenas em dois horários e somente no IV ano (ibidem, p. 78).

Figura 34 - Espelho página Cadeira de Pedagogia e Higiene. 1918



A produção da fonte anterior, identificada como figura 26, foi localizada avulsa, entre outros livros oficiais da instituição de ensino objeto de investigação, Colégio Nossa Senhora das Dores, com ênfase no ensino da disciplina História da Educação. A referida página trata de material constante das Revistas de Ensino, que contava com alguns exemplares no local; porém, as revistas não se faziam interessantes ao nosso contexto de investigação. Resquícios de outras páginas serão anexados um pouco mais adiante, na perspectiva de estabelecermos relações e conexões dialógicas sobre o objeto de estudo.

No tratamento e análise primária da fonte, percebe-se, imediatamente, a união de cadeiras, dadas as políticas educacionais vigentes. O texto atribui relevância ao trabalho com a disciplina de Pedagogia como ciência da educação para o magistério primário em correlação com outras ciências principalmente com Higiene, considerando aspectos relacionados à saúde.

Saviani (2008), à vista das análises sobre os compêndios que subsidiassem o trabalho de professores nos currículos formativos para o ensino disciplinar da História da Educação, por meio do Decreto conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal que teve seu alcance em nível nacional, observa que, da integração disciplinar entre filosofia e filosofia da educação, relacionou a partir do livro noções de história da educação, autores como Afrânio Peixoto, as religiosas madres Peeters e Cooman, Theobaldo Miranda Santos, Bento de Andrade Filho, Ruy de Ayres Bello, Aquiles Archêro Júnior, Raul Briquet, José Antônio Tobias e Tito Lívio Ferreira, observando que

Esses manuais didáticos cuidavam, predominantemente, de ministrar noções de história geral da educação, dedicando poucas páginas à história da educação brasileira que era avaliada, pela maioria de seus autores, como praticamente inexistente, pouco relevante, com quase tudo ainda por fazer. (p. 156)

A concepção nessa perspectiva se assentava no propósito de atualização nos métodos e programas de ensino. Após um breve preâmbulo, é apresentado o item 1, nomeado História da Pedagogia como grande tema e, a seguir, um parágrafo (§) com a subtemática A Pedagogia Antes da Era Cristã, que revela fortes aproximações com conteúdo tratados na História da Educação. Em 1) partindo dos povos primitivos (selvagens) que trata da educação instintiva. Logo após em 2) nos chama a atenção para notícia histórica da educação, passando pelas civilizações antigas e comunidades orientais (chineses, hindus, egípcios, persas, fenícios, influência sobre as crenças religiosas e organização social desses povos), pensando em sua organização em matéria de educação. Por último, nesse mesmo tópico aparece a condição das mulheres. Na sequência o autor propõe os estudos de 3) Grécia, com temáticas para a educação

como a educação nacional abarcando a educação, educação da mulher e educação da infância. Em 4) Roma, alguns temas relacionados à educação como: O papel da família na educação; e A história ensinada como instrumento de educação. Não sabemos esclarecer para qual nível de escolaridade no curso de formação de professores da educação primária esse programa era direcionado. Entretanto, consideramos que se trata de um instrumento inicial para esse campo de formação.

Um fato interessante era a política de gratuidade para alunas pobres admitidas no Colégio, por força do projeto de equiparação às Escolas Normais do Estado, concomitante à tão almejada isenção da taxa anual de 2,00 (dois contos de réis), paga ao Estado para que o Colégio Nossa Senhora das Dores pudesse usufruir de tais benefícios. Em diversas oportunidades verificou-se, em correspondências enviadas ao Secretário de Interior, que o Colégio se comprometia a amparar, com a gratuidade, um percentual de admissão de alunas pobres, sendo que os registros frequentes de desempenho destas deveriam ser fornecidos para que as diretrizes previstas nas diretrizes do projeto de equiparação firmados entre estado e instituição.

Nesse sentido, houve a preocupação, por parte da direção do Colégio, para que outra questão fosse solucionada naquele momento que era o da ausência de inspetores municipais. A direção também solicitou que o órgão estadual tomasse providências sobre a disponibilização de um inspetor regional que atuasse no sentido de realizar o processo de fiscalização e que, assim, pudessem se respaldar, garantindo a manutenção do benefício. A esse respeito, acrescentamos abaixo, excerto de registro do Livro de Correspondência, de 17 de fevereiro de 1918, o qual se dirige ao Exmo. Sr. Secretário de Interior:

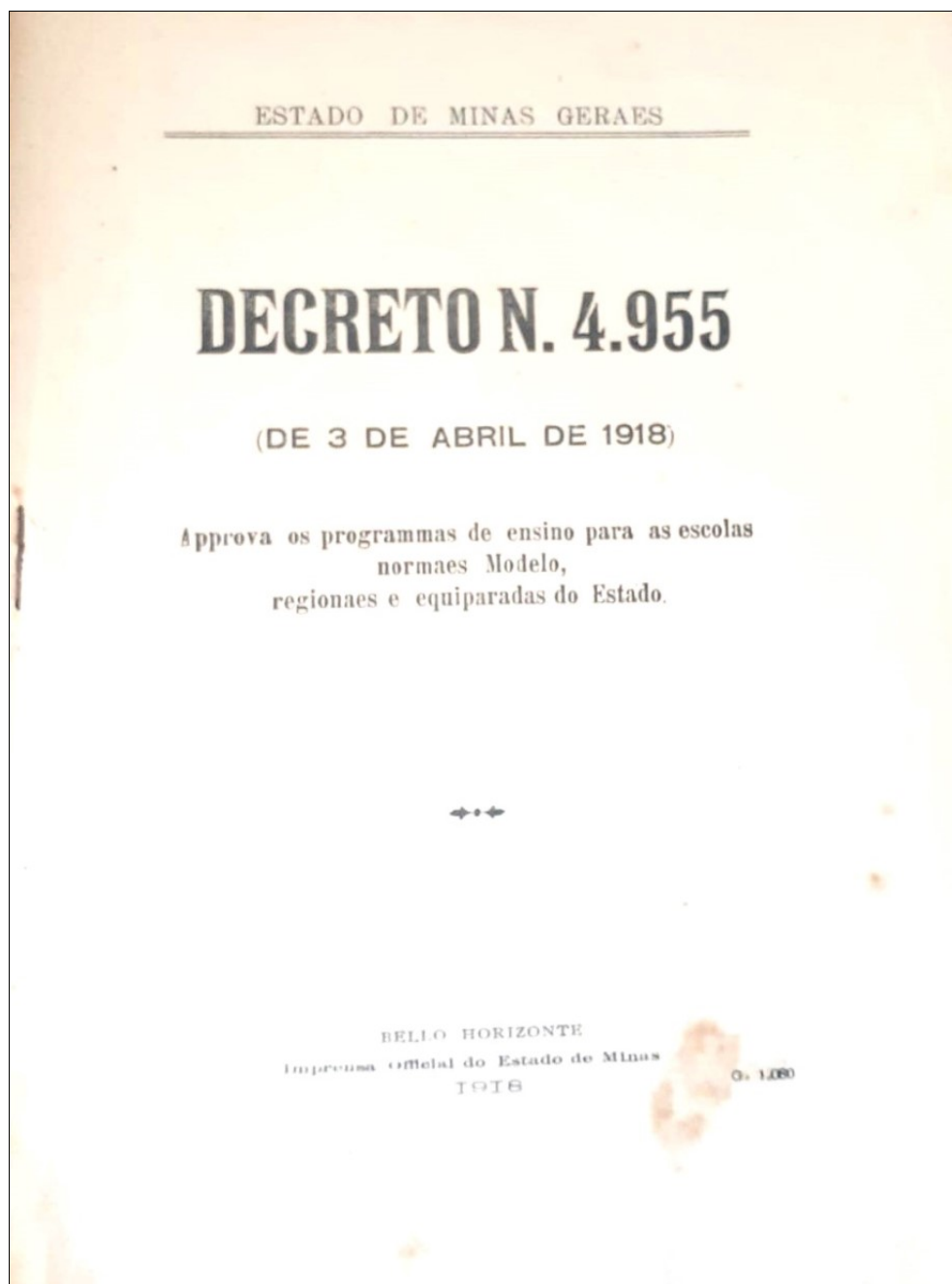
Somente depois desses exames poderei informar a respeito da matrícula de aulas gratuitas. Entre as que aguardam vaga, algumas há que manifestam pouca ou nenhuma disposição para o estudo e o magistério, não seria mais justa e razoável dar preferência aquelas que, bem preparadas parecem ter noção especial para normalistas? (p. 15).

Não foi possível esclarecer mediante quais critérios se realizavam essa seleção, haja vista que já parecia haver, com observância à análise do fragmento acima destacado, que a escolha já parecia estar previamente decidida, tendo a direção do Colégio escolhido as alunas que não iriam comprometer, hipoteticamente, os resultados finais, não impactando as isenções fiscais das quais se privilegiava a Instituição de Ensino Colégio Nossa Senhora das Dores.

Em 1918, o Estado de Minas Gerais norteou, através de documento oficial, parâmetros e diretrizes para subsidiar a base curricular, com a aprovação de um programa de ensino oficial padronizado em atendimento às escolas normais em geral, fossem essas a Modelo, as regionais

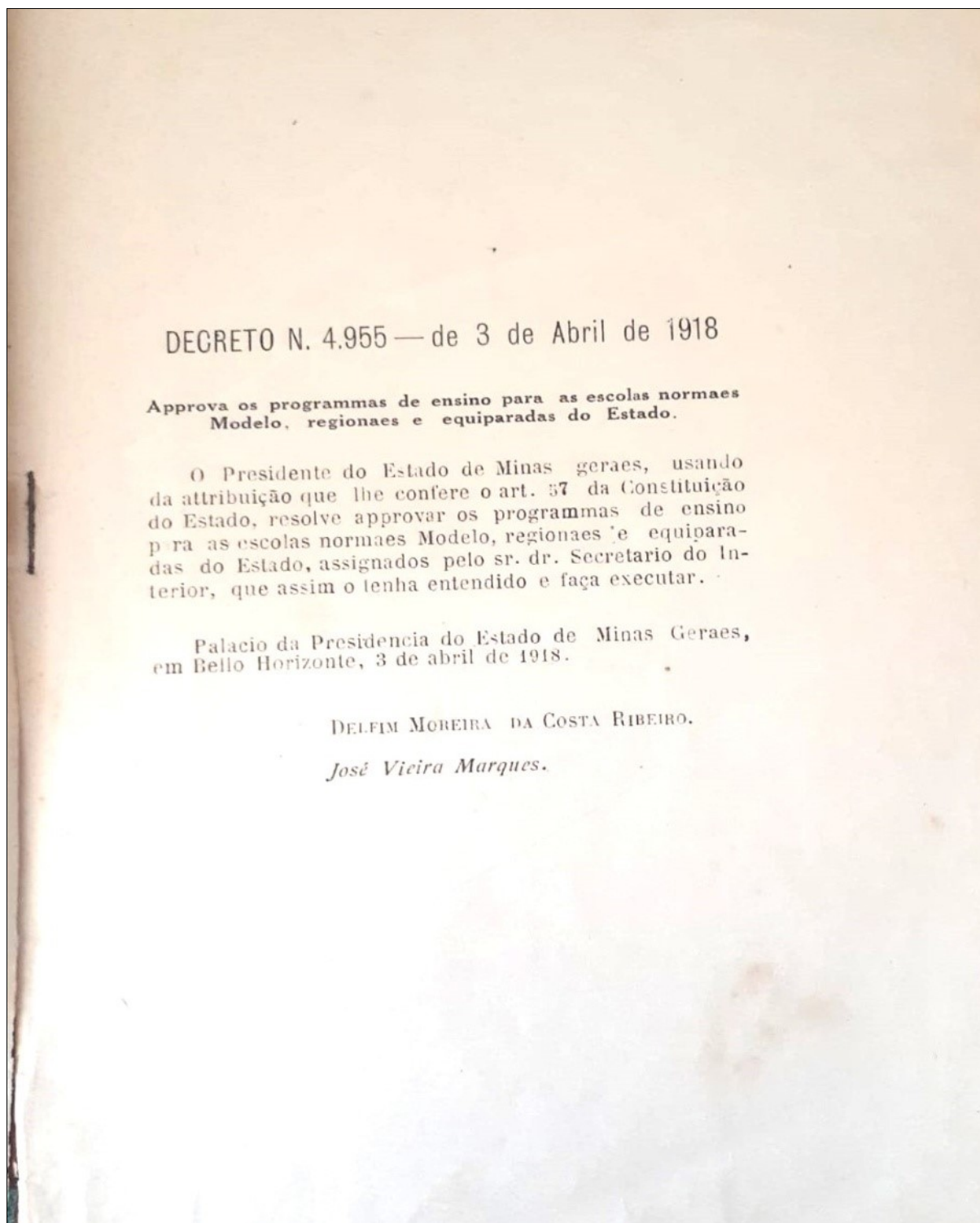
ou as equiparadas à Legislação Estadual, como era a situação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Abaixo temos fonte documental iconográfica que apresenta aprovação dos Programas de Ensino para as Escolas Normais Modelo, Regionais e Equiparadas do Estado.

Figura 35 - Capa Decreto nº 4.955 de 03 de abril de 1918.



Fonte: Registro feito pelo autor, Revista de Ensino, Arquivo Particular CNSD.

Figura 36 - Sanção do Decreto n.º 4.955 – de 3 de abril de 1918.



Registro feito pelo autor, Revista de Ensino, Arquivo Particular CNSD.

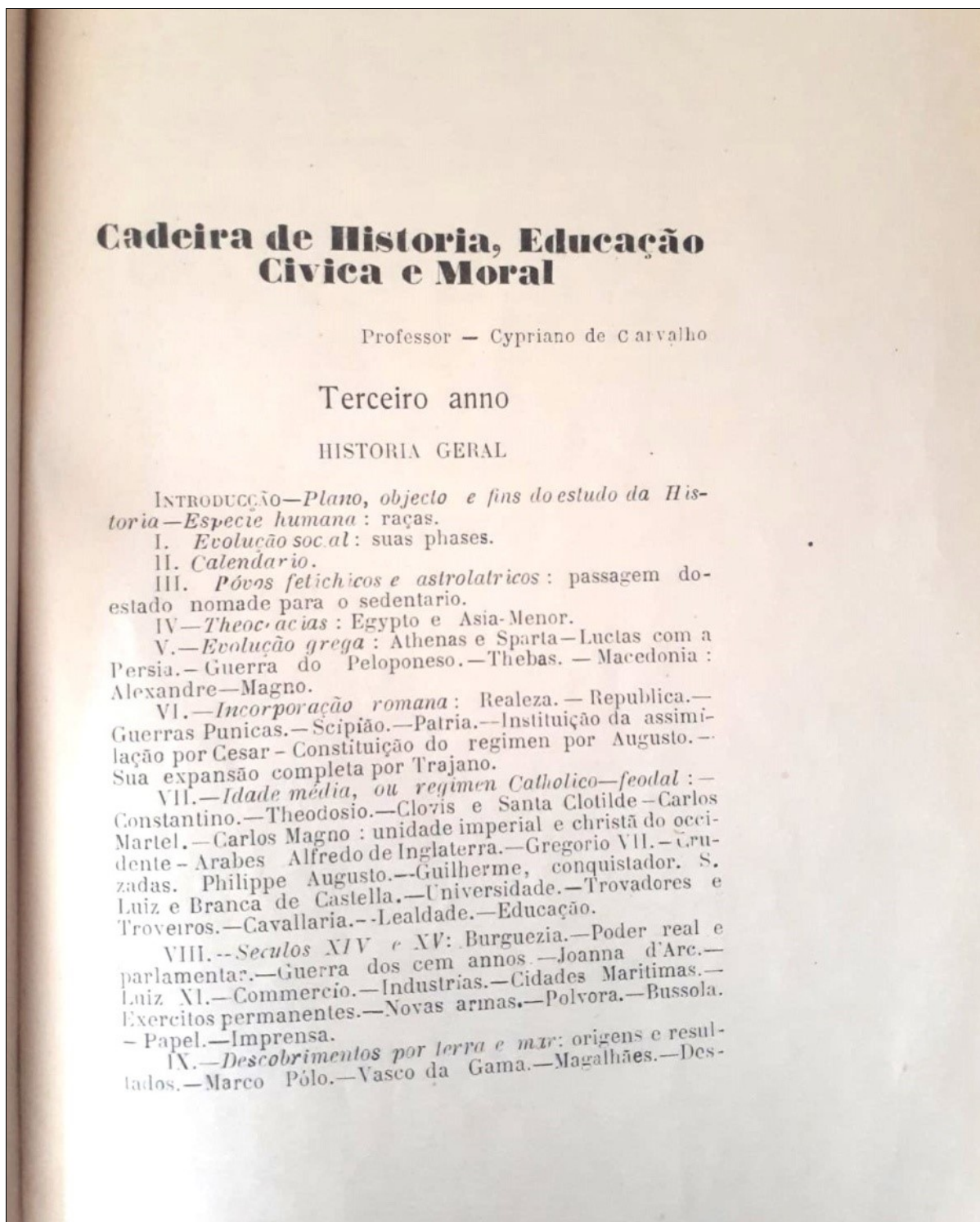
Figura 37 - Horário da Escola Normal Modelo para o ano letivo de 1918.

Horario da Escola Normal Modelo para o anno lectivo de 1918

Horas	Segunda	Anno	Terça	Anno	Quarta	Anno	Sexta	Anno	Sabbado	Anno
10 10,50	Portuguez....	1. ^o	Arithmetica...	1. ^o	Portuguez....	1. ^o	Arithmetica...	1. ^o	Portuguez....	1. ^o
	Geometria....	2. ^o	Portuguez ...	2. ^o	Desen. linear.	2. ^o	Portuguez....	2. ^o	Desen. linear.	2. ^o
	Historia.....	3. ^o	Francez.....	3. ^o	Historia.....	3. ^o	Geometria....	3. ^o	Historia.....	3. ^o
	Francez.....	4. ^o	Historia.....	4. ^o	Francez.....	4. ^o	H. Natural...	4. ^o	Francez.....	4. ^o
11-11,50	T. manuaes...	1. ^o	Desenho.....	1. ^o	Desenho.....	1. ^o	T. manuaes...	1. ^o	Geographia...	1. ^o
	Musica.....	2. ^o	T. manuaes...	2. ^o	T. manuaes...	2. ^o	Desenho	2. ^o	Desenho.....	2. ^o
	Francez.....	3. ^o	Historia.....	3. ^o	Francez.....	3. ^o	Phys. e Chim.	3. ^o	Francez.....	3. ^o
	Historia.....	4. ^o	H. Natural....	4. ^o	Phys. e Chim.	4. ^o	Pedagogia....	4. ^o	Phys. e Chim.	4. ^o

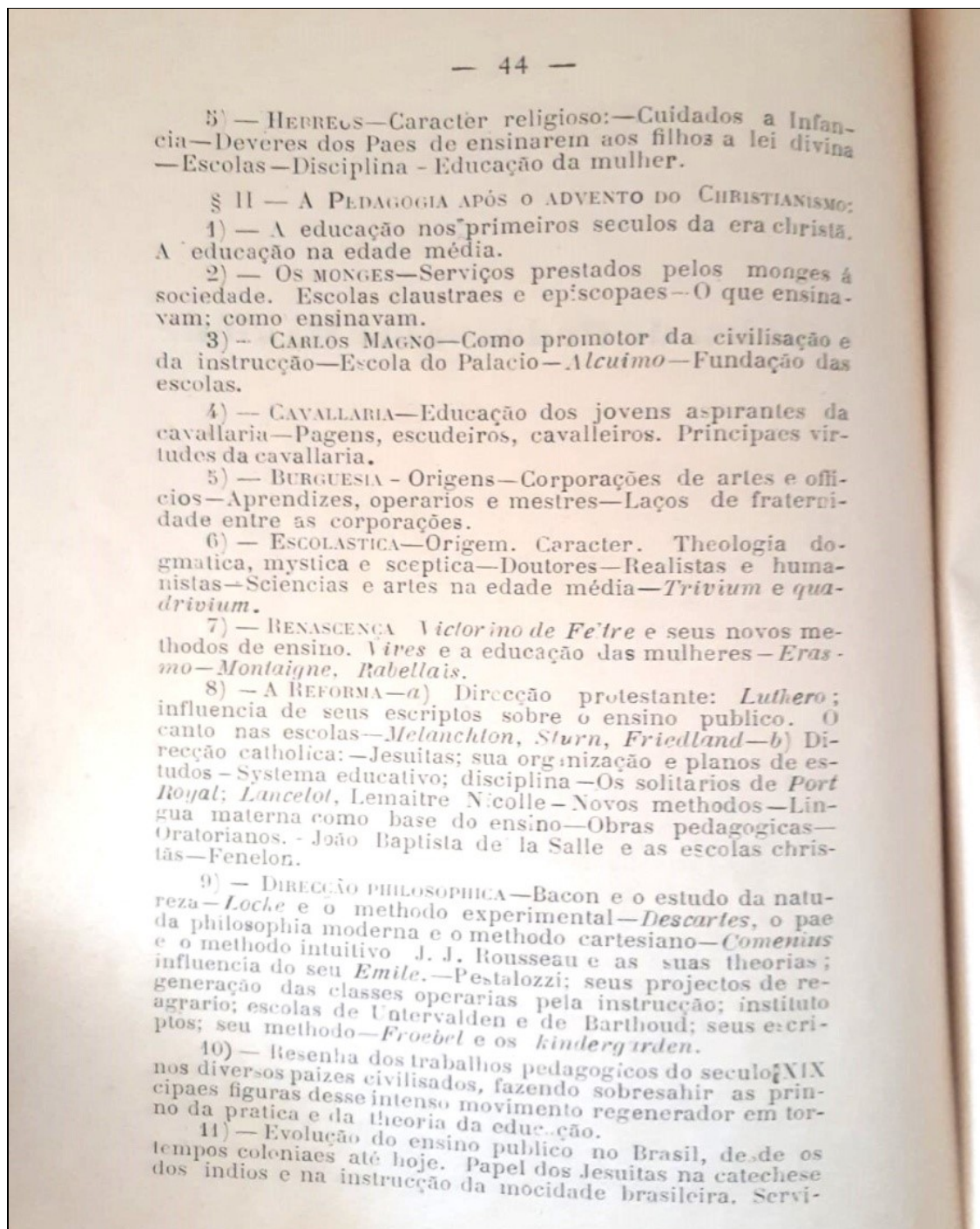
Fonte: Registro feito pelo autor, Revista de Ensino, Arquivo Particular CNSD.

Figura 38 - Espelho Página Cadeira de História, Educação Cívica e Moral. 1918



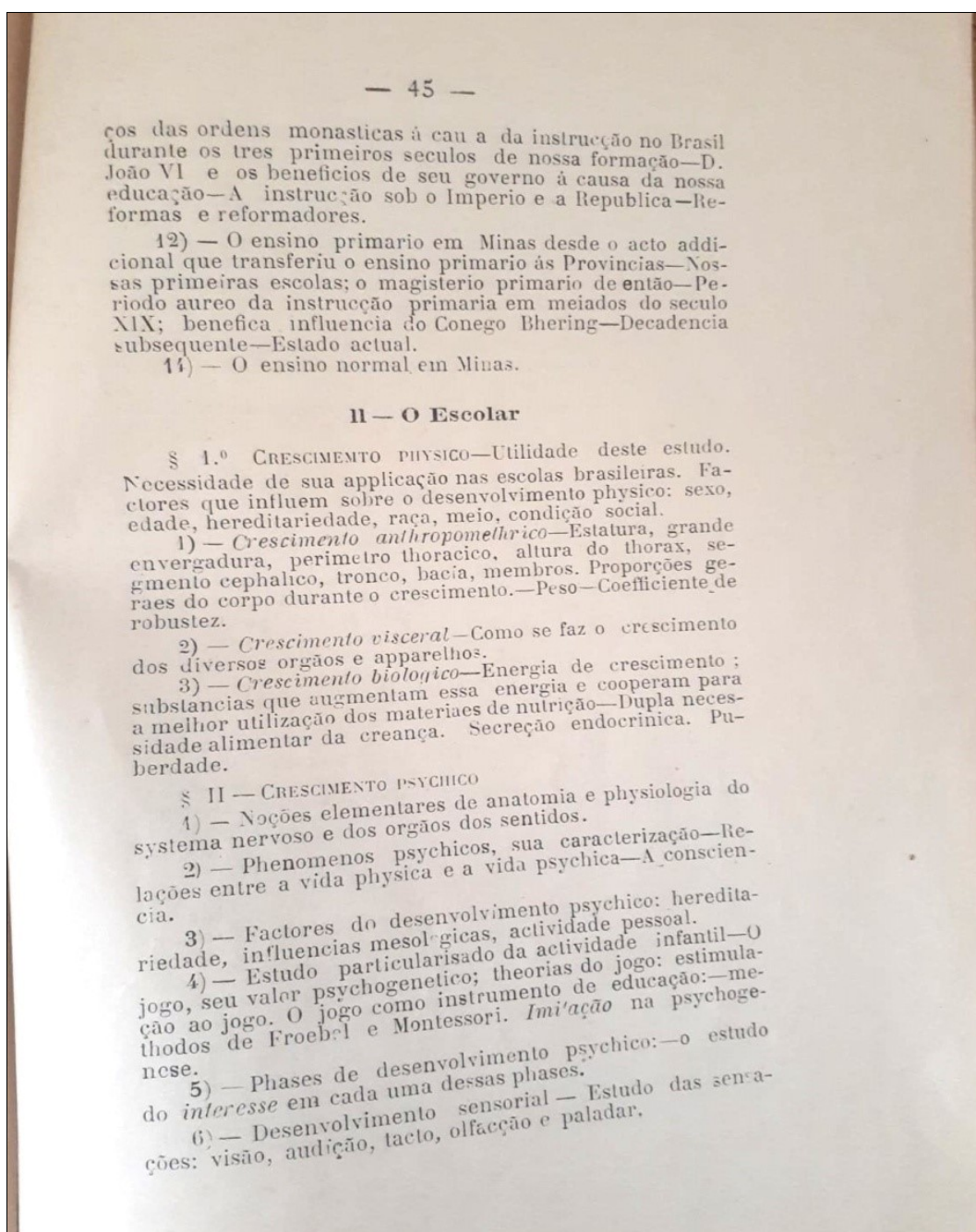
Fonte: Registro feito pelo autor, Revista de Ensino, Arquivo Particular CNSD. 2023

Figura 39 - Espelho Revista de Ensino Cadeira de História. Item 9 em destaque. Direção Filosófica. Bacon, Descartes, Pestalozzi, et al. 1918



Fonte: Registro feito pelo autor, Revista de Ensino, Arquivo Particular CNSD. 2023

Figura 40 - Espelho Revista de Ensino, fragmento das ordens monásticas, da instrução no Império, do Ensino Normal em Minas Gerais. Número 14 do programa contempla O Ensino Normal em Minas. 1918



Fonte: Registro feito pelo autor, Revista de Ensino, Arquivo Particular CNSD. 2023

Em 23 de junho de 1919, conforme registro na fonte (Livro de Registro de Correspondência do Colégio Nossa Senhora das Dores – (1905-1938, p.17), ocorreu, em novembro de 1918, a suspensão das aulas, adiando todos os exames, por motivo da gripe espanhola. Houve a solicitação ao Secretário de Interior que amparasse a situação peculiar de uma aluna que havia se ausentado do domicílio por um tempo e ido para o Rio de Janeiro cuidar

dos pais, também acometidos pela doença. Tratava-se de Maria de Pina e Souza, considerada uma das melhores alunas, estudiosa, inteligente e muito bem preparada para os exames das matérias do 2º ano e cursar ainda o 3º ano, a fim de que evitasse de que todo o sacrifício e despesas bastante pesadas impostas àquela família se tornassem inúteis. Assim, em dezembro de 1919, consta que somente duas alunas terminaram o curso e receberam o diploma de normalistas: Julietta Riccioppo e Dolores dos Reis Ferreira, sendo esta última aluna com gratuidade³¹.

Conforme constatado ainda sob respaldo da referida fonte documental, em 20 de março do ano de 1920 (p.18), houve um importante registro. Tendo como signatária a Irmã M. Alexandra, em resposta ao Exmo. Sr. Secretário de Interior ao Ofício nº 76, de 28 de fevereiro do ano corrente, observando-se o disposto no Decreto nº 5.181, de 20 de maio de 1919, foi informado que a distribuição das cadeiras para o Curso Normal do estabelecimento de ensino seria o mesmo do ano anterior (1918).

Observando a formatação curricular na década de 1920 do século XX, constatamos que das várias Reformas em Minas Gerais, estas não se realizaram de forma isolada, mas, a partir de sucessivas reformas oriundas de outras unidades federativas que foram sendo articuladas e

³¹ Foram colocados, nas casas já infectadas, cartazes com estes dizeres “Nesta casa há doentes ou gripe espanhola”. Pede-se não fazer visitas. Em 27 de outubro já havia mais de 100 “espanholados”. A cidade tornou-se em 31 de outubro de súbito um verdadeiro hospital, sendo raro o lar onde não existiam um ou mais gripados. Em novembro, os pedidos de assistência se multiplicaram, refletindo a extensão do mal e os hospitais já não comportavam doentes e o número de médicos era insuficiente. O comércio foi afetado e a cidade ficou com ruas desertas. Doze mil pessoas foram contaminadas, havendo nesse ano 193 mores e no ano seguinte 215, os óbitos não atingiram 2%. De acordo com Bilharinho (1983, p. 993), no que se refere à epidemia da gripe espanhola iniciada na Europa, considerada um “presente da I Grande Guerra à humanidade, acabou estendendo-se pelo mundo inteiro, alcançando Uberaba, ceifando inúmeras vidas”. Segundo informações complementares a influenza espanhola alastrou-se de forma assustadora pelo Rio de Janeiro, depois da chegada de uma embarcação portuguesa com uma passageira contaminada.

Em pouco tempo difundiu-se pelo litoral de Santos, São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, não havendo naquele contexto medidas sanitárias eficazes para sua erradicação. No ano de 1920, relatos a respeito da espanhola indicam que o Dr. Delgado de Higiene exercia rigorosa vigilância nos hotéis, casas de pensão, etc. tendo visitado também a penitenciária, o Asilo Santo Antônio, a Santa Casa, Colégios, Grupos Escolares e Escolas Particulares. Por prevenção, solicitou, em 22 de outubro deste corrente ano, o fechamento das casas de ensino. Houve desdobramentos do alastramento da epidemia e a Estação Mogiana funcionou como posto de desinfecção, sendo que os viajantes recém-chegados nesta Estação Ferroviária de Uberaba tinham suas bagagens rigorosamente desinfetadas. Na cidade os quintais, córregos e casas passaram por protocolos de assepsia naquele momento em que se fazia necessário isolar o máximo possível de casos existentes

O vírus foi isolado em 1923; porém, a tentativa de obtenção de uma vacina foi frustrada, já que o vírus passava por constantes e sucessivas mutações, considerando-se a variação da sua estrutura em cada surto epidêmico. Assim, aconteceu com os germes da influenza apelidados: asiática, coreana e geni que, menos virulentos tem percorrido sucessivamente o mundo inteiro. Adaptado pelo pesquisador, da obra História da Medicina em Uberaba, 1000-001, realizada no Arquivo Público de Uberaba, em 05.jun.2024.

corroboraram com similaridades e contribuições para a estruturação das escolas normais mineiras.

Observamos, por meio de notificação oficial à Secretaria de Interior, aos 11 de agosto de 1922 (p.18), a ocorrência da substituição de Irmã M. Alexandra por Irmã Eugenia Maria, não informando a motivação, mas esclarecendo ter sido designada pelas respectivas superiores. Em sequência, no ano de 1923, em registro do referido Livro de Correspondências, às páginas 19 e 20 há um fragmento no qual consta o seguinte excerto de texto: “peço respeitosamente o especial favor de nos enviar, se for possível, alguns exemplares dos programas da Escola Normal Modelo, organizados e aprovados para o presente ano letivo”.

Em 1924, com a ausência de data oficial, foi enviado um ofício ao Exmo. Sr. Dr. Fernando de Mello Vianna, com homenagens pela sua elevação ao eminente cargo de Presidente do Estado. Há a adição da informação que esperavam no mês de outubro do mesmo ano terem a grata honra e prazer de saudar e felicitá-lo pessoalmente em Uberaba, o que, devido a várias circunstâncias, principalmente as de caráter político, não se realizou. Contudo, não foi possível compreender a real justificativa, apesar de terem sido percebidas, ao longo do registro, inúmeras justificativas que não permitiram oficializar tal compromisso.

Há evidências de reclamações quanto ao não recebimento dos programas de ensino solicitados no ano anterior e até então ainda não recebidos. É possível dizer que o Colégio não é citado no jornal Minas Gerais na lista dos estabelecimentos equiparados, situação que prejudicaria os exames de 2ª época. Um extenso registro de justificativas foi apresentado pelo Colégio que atribui a responsabilidade pelos percalços com relação ao trânsito de documentos, tanto de envio quanto de recebimento, ao serviço ineficiente do correio naquele momento, isentando-se de qualquer culpa ou responsabilidade.

A instituição de ensino mantinha sob sua responsabilidade um conjunto de escolas primárias que sustentavam as práticas desenvolvidas pelas normalistas, sendo estas o Externato da Imaculada Conceição (regulamentado), a Escola primária anexa ao Curso normal, que consta de internato e externato, com aulas separadas, e ainda o Externato Santa Catarina que funcionava nas mesmas condições do externato citado primeiramente. A direção do Colégio, ainda sob a responsabilidade de Irmã Eugenia Maria, questionou ao então Secretário de Interior, Sr. Sandoval, em 19 de junho de 1925, a motivação das outras escolas primárias ainda não possuírem o devido registro, visto que o pedido do registro para todas elas havia sido realizado ao mesmo tempo. Não foi possível obter esclarecimentos para essa questão. (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.22)

Em resposta ao Sr. Secretário de Interior, em 1º de abril de 1925 as religiosas acusaram o recebimento de um telegrama que informava sobre a autorização para a organização do Ensino Fundamental³², e ainda sobre a abertura de matrículas para o mesmo até dia 30 do mês corrente. Ainda em resposta a essa questão, acrescentam que enviavam, para aprovação, os horários e ainda o Regimento do Internato, que exigia que as quintas-feiras fossem feriado para o curso normal, bem como no curso primário. Adicionava que o horário havia sido organizado de modo que não acarretasse prejuízos quanto ao número de aulas de cada matéria, que não havia necessidade de lecionarem mais do que cinco aulas diárias e que as aulas de “exercícios físicos, pudessem ser dispensados as da quinta feira” (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.24 v).

Nesse ano as alunas do 4º ano eram apenas em número de sete, o que favorecia a formação da turma para a realização dos exercícios práticos nas oito classes do curso anexo, sendo que dessa forma ficaria uma aluna apenas em cada uma delas “em horário especial, sempre depois das 12 horas, sendo empregadas as outras horas vagas em exercícios de escrituração escolar, aulas de metodologia e francês.” (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.24 v.)

Alguns dias depois, já em registro datado de 8 de abril do mesmo ano, constatamos uma possível modificação nos Programas de Ensino, considerando que dentre alguns questionamentos estão, conforme observações, os abaixo elencados:

1º se as alunas do atual 3º ano normal são dispensadas do estudo de escrituração mercantil como o foram de geografia e se estão obrigadas a estudar álgebra; 2º se as mesmas alunas do 3º e 4º ano que já fizeram exame de música e canto no 2º ano, ainda estão obrigadas às de canto que figuram no horário oficial; (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.25)

Oportunamente identificamos um importante registro realizado no Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, às páginas 25, 6, justificativa da direção do Colégio, enviada em 25 de maio de 1925, por meio do Ofício 118, de 18 do corrente mês ao então Secretário de Interior, Sr. Dr. Sandoval Soares Azevedo. Neste registro tentaram explicar as motivações para

32 Já estão se apresentando para cursar o mesmo algumas meninas que não tendo certificado de aprovação no curso primário, deverão ser submetidas a exame conforme determina o parágrafo único, art. 7 do Reg. Dec. n.º 6.831 – visto ter sido aprovado pelo governo o curso primário anexo deste Colégio para nele se realizarem os exercícios de prática profissional no decorrer do ano, seja-me permitido de pedir a V. E o favor de consentir que os exames acima mencionados das candidatas ao 1º ano do curso fundamental, possam ser realizados dentro do próprio estabelecimento mediante fiscalização pelo inspector ou pessoa incumbida por V. Ex. (p. 24v). Em tempo, registramos, que nesse ano, não se efetivou o funcionamento do curso fundamental, devido à falta de candidatas, não sendo o curso instalado nesse ano.

o funcionamento da instituição no dia 21 de abril, considerando ser este feriado nacional. As responsáveis alegaram que sempre prezaram pelos feriados nacionais e que não procederam de forma desrespeitosa, porque atividades extracurriculares tinham sido executadas com as alunas internas e algumas outras externas naquela ocasião, enfatizando o compromisso com o cumprimento das determinações dos programas de ensino em consonância com a Escola Normal Modelo e ainda com o observado no Grupo Escolar da cidade (Grupo Brasil).

Ademais, evidenciaram ainda que “apesar de não ser reconhecido este Colégio como estabelecimento público oficial e nem tão pouco ser subvencionado pelo Governo, temos sempre considerado como um dever a observância dos regulamentos.” Em 29 de setembro de 1926 cumprimentam Francisco Campos³³ pelo desempenho do alto Cargo que em tão boa hora lhe havia sido confiado. (pág. 30). Francisco da Silva Campos – Secretário de Interior.

A partir de análise de registro de correspondência enviada ao Exmo. Sr. Dr. Francisco da Silva Campos, DD Secretario de Interior (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, 11 de dezembro de 1926, p.30 v), identificamos a solicitação de esclarecimentos sobre os arts. 106 e 107 do Regulamento vigente nas Escolas Normais, a fim de sanarem dúvidas quanto a algumas situações como a de alunas não promovidas em duas cadeiras. Queriam saber se estas teriam direito à realização de exames de promoção em 2ª época e sobre a licitude de deixar de fazê-los em 1ª época. Por fim, se as alunas que tinham sido reprovadas em exames de promoção na 1ª época poderiam ser admitidas em novo exame de 2ª época. Alguns meses depois, em registro de 23 de fevereiro de 1927, nos deparamos com o apontamento nominal de uma aluna do 1º ano normal, Hilda de Azevedo, em lista de eliminadas, constando não ter sido promovida em Grammatica Expositiva e Arithmetica. (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.31).

Nesse ano de 1927, entendemos que já estaria em funcionamento o curso fundamental, sendo que, de acordo com o artigo 86 do regulamento oficial, foi enviada a cópia geral da matrícula tanto do Curso Normal como do curso fundamental, juntamente com seus respectivos horários, documentos que seguiram de pedido de aprovação à Secretaria de Interior, em 17 de março de 1927. Em maio do mesmo ano encontramos a solicitação de correção no diploma da

33 A referência em Reforma do Ensino do ano de 1927. A primeira razão para a referência é que a Reforma Francisco Campos determinou profundas mudanças no ensino mineiro, principalmente no ensino primário e no ensino normal. O eixo norteador da Reforma Francisco Campos foi a ênfase nas inovações metodológicas. A Reforma foi abrangente, e a segunda razão justifica-se em razão de discussões como a “marca” da história da alfabetização em Minas: a partir dela é decretado o uso do método global para a alfabetização de crianças. Discussões sobre o método global ganharam destaque entre os escola novistas, que combatiam os métodos intuitivos empregados na alfabetização. Assim, a adoção do método global em Minas veio através da Reforma. Adaptado de (Peixoto, 2000, p.150). Lições de Minas.

normalista Esmeralda Rocha, diplomada em novembro de 1926, no qual se registra que esta ocorreria em atendimento à correção exigida pela Secretaria de Interior. Entretanto, ao consultar o Regulamento Oficial e Programas das Escolas Normais do Estado de Minas Gerais, encontraram na 12ª cadeira o título: Costura e Trabalhos Manuais, e que em vista da referida reclamação, solicitava esclarecimentos quanto ao procedimento de registro “nas cadernetas de aulas e diplomas, se haveria de figurar o título”: “Trabalhos de agulha”? (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.32).

De acordo com (Tanuri, 2000, p. 70), a divisão em ciclos ocorreu em Minas Gerais em 1927, e em outros Estados, além do Distrito Federal, sendo que nessas reformas exigia-se o curso complementar como condição para ingresso. Assim, a Escola Normal passou a ter um curso de cinco anos, dividido num ciclo geral ou propedêutico de três anos e num ciclo profissional de dois.

Em 10 de fevereiro de 1928, em atendimento a demandas da Instituição, observamos em registro de correspondência, dirigido ao Presidente do Estado, Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que as religiosas demandavam, para além de tantas outras solicitações, que para efeitos do art. 76 do Decreto n.º 8.162³⁴, de 20 de janeiro do corrente ano, a aprovação do Regulamento do Ensino Normal. Acusamos, também em registro contido na pg. 35, um agradecimento quanto ao envio de material de ensino, que salientavam ser de extrema relevância à instrução das crianças pobres que lhes eram confiadas, não havendo citação sobre de qual material se tratava. Solicitaram ainda o envio de exemplares do programa do curso primário e do Curso Normal. Por fim, pontuaram que desejariam receber a “Revista de Ensino³⁵” que julgavam ser muito relevante aos serviços prestados na Instituição.

34 A reforma do curso normal iniciada em 1928 foi marcante, de um lado, pelo modelo que imprimiu ao ensino, conferindo novos formatos aos programas e ao próprio curso; de outro lado, pela introdução de novos métodos e disciplinas de ensino, dentre as quais História da Civilização e História da Educação, que faziam parte da Cadeira denominada “História da Civilização”, particularmente, história dos métodos e processos de educação.

Rosângela Maria Castro Guimarães, 2016. O Ensino de História da Educação na Escola Normal Oficial. (Entre o Prescrito e a Realidade Escolar (Uberaba, Minas Gerais, 1928-1970).

35 Peixoto (2000, p.151), em Lições de Minas, escreve que avançando um pouco no tempo, encontramos na Revista de Ensino de Minas Gerais, em 1925, artigos que referendam o movimento da Escola Nova, de modo que podemos dizer que a Reforma de 1927 vem, de certa forma legitimar um movimento embrionário das primeiras décadas do século XX. A constatação da influência do modelo americano na Reforma mineira pode ser comprovada pelo número de publicações na Revista de Ensino, nas décadas de 20 a 40, transcrições de conferências, capítulos de livros ou relatos da prática referenciados a Dewey Kilpatrick e pesquisadores europeus que eram estudados nos EUA, como Declory, Claparède, Montessori, Piaget. Entre os anos 25 e 50, foram publicados na Revista de Ensino muitos artigos, incluindo relatórios, traduções, todos eles de certa forma referendando os princípios da escola ativa.

Guimarães (2016, p. 85) salienta que o então Secretário de Interior, Francisco Campos, em exposição de motivos sobre o Regulamento da Escola Normal³⁶, ao considerar a introdução da disciplina História da Civilização e da Educação e suas finalidades, partia do princípio que:

Para concretizar a reforma do ensino primário, já em processo, se fazia necessário ofertar ao futuro docente uma formação profissional remodelada e, como justificativa para mudanças, apresentava argumentos nos seguintes sentidos: o Ensino Normal era a base para o ensino primário e de boa qualidade desse último e estava diretamente relacionada à boa qualidade dos seus professores; mas esses dependiam ou necessitavam de que o curso normal possibilitasse um preparo melhor, tanto em termos teóricos quanto práticos, pois não se podia exigir boa atuação se não lhes fossem proporcionada uma formação adequada; portanto o ensino precisava dar um salto de qualidade, pois só assim difundiria também seu aspecto quantitativo, ou seja, o crescimento em quantidade era consequência da qualidade, uma vez que frequentar uma escola ruim era, em termos comparativos, equivalente a receber um castigo, o que levava à infrequência e, ainda, que os defeitos do ensino primário não estavam no currículo e nos programas, mas nos professores.

De posse do ofício nº 121 de 26 de abril de (1928), recebido do Exmo. Sr. Dr. Alberto Alvares, DD. Inspetor Geral da Instrução Pública, tendo nesse momento como Secretário de Interior, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Campos, trataram sobre as instruções para que na escola fosse ministrado o ensino de francês. Houve a necessidade de reorganizar o horário do curso de adaptação e do curso preparatório, que enviaram para aprovação (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.36). Concluímos que obtiveram a aprovação da reorganização do horário constando o ensino de francês, conforme registro enviado ao Inspetor Geral da Instrução, em 24 de junho de 1928, o qual foi novamente enviado a este pela diretora da Instituição Irmã Eugênia Maria. Em março de 1929 houve mudança na direção da Instituição, agora sob a gestão de Irmã Maria Maximina, não constando informações sobre a motivação ou mesmo o que teria ocorrido com a Irmã Maria Eugênia.

Verificamos, por meio de registro no Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, pág.38 v, de 4 de maio de 1930, dirigida ao então Diretor do Expediente da 7ª Secção da Secretaria de Interior, com anotação a lápis, na página anterior “pedido em ofício nº 301 de 25 de maio, Dr. Mario Casasanta.” Registraram então, além da solicitação do envio de vários objetos, alguns exemplares do novo regulamento do Ensino Normal Decreto nº 9.450, de 18 de fevereiro do corrente ano e ainda a remessa mensal de seis ou oito exemplares da “Revista de Ensino”, remessa que havia sido suspensa desde setembro de 1929, sendo que a referida decisão não era do conhecimento das religiosas.

36 As professoras formadas na Escola de Aperfeiçoamento eram consideradas elementos multiplicadores da Reforma, mas os princípios da Escola Nova não estavam “prontos”, dispostos em uma cartilha, e os professores deveriam continuar a estudar, estar a par do que se estava produzindo no país e no estrangeiro.

Por meio de carta datada de 4 de outubro de 1930, conforme fonte documental (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.39,40), cumprimentaram o Exmo. Sr. Dr. Olegário Dias Maciel, por sua elevação ao cargo de Presidente do Estado e no ensejo cumprimentaram ainda o DD Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, Exmo. Sr. Dr. Levindo Eduardo Coelho.

Figura 41 - Livro registro Legislação Mineira. 13 a 15 de setembro de 1934.

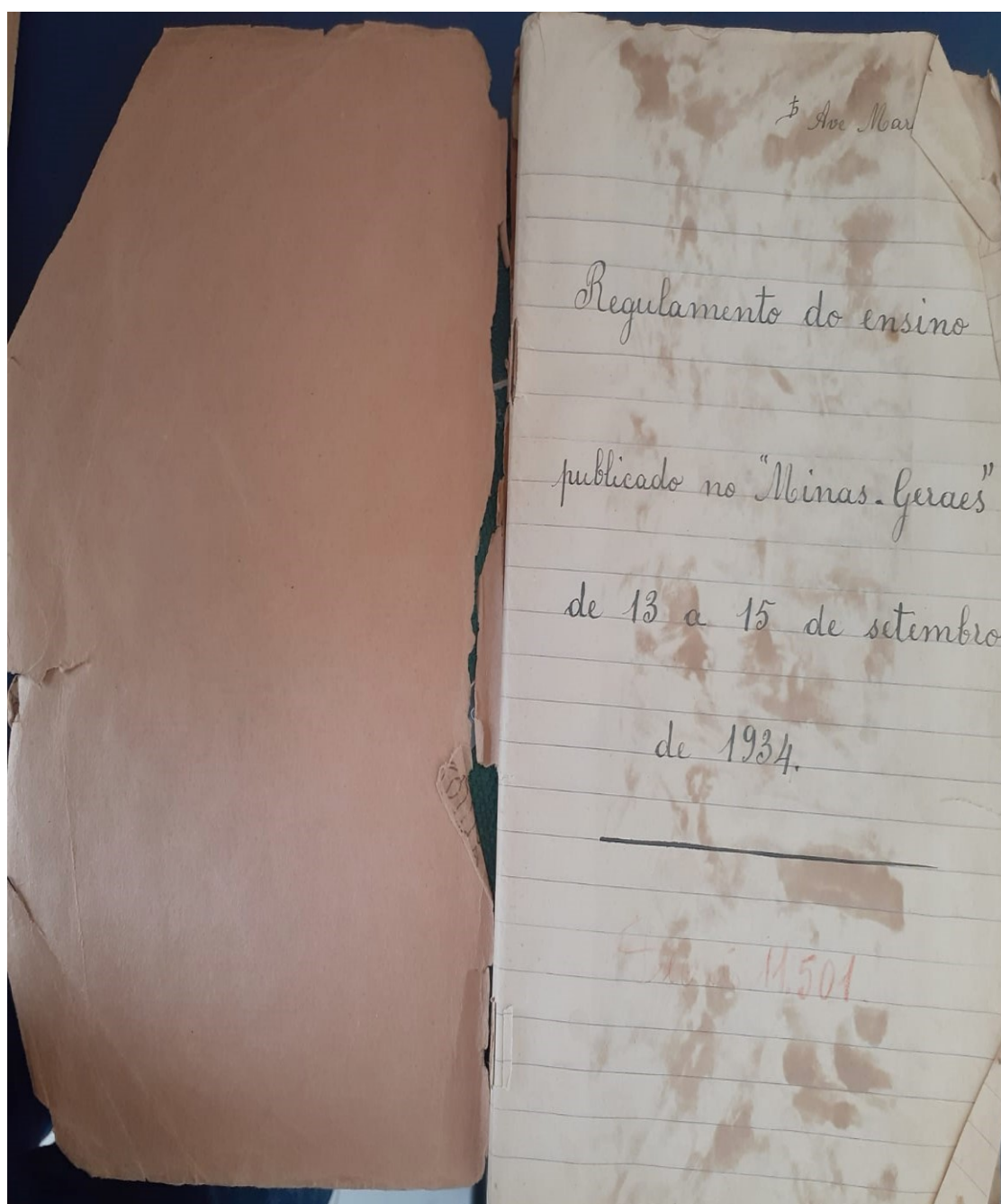


Figura 42 - Das cadeiras das Escolas Normais. Das diretrizes para ocupação de cargos em comissão. S.d

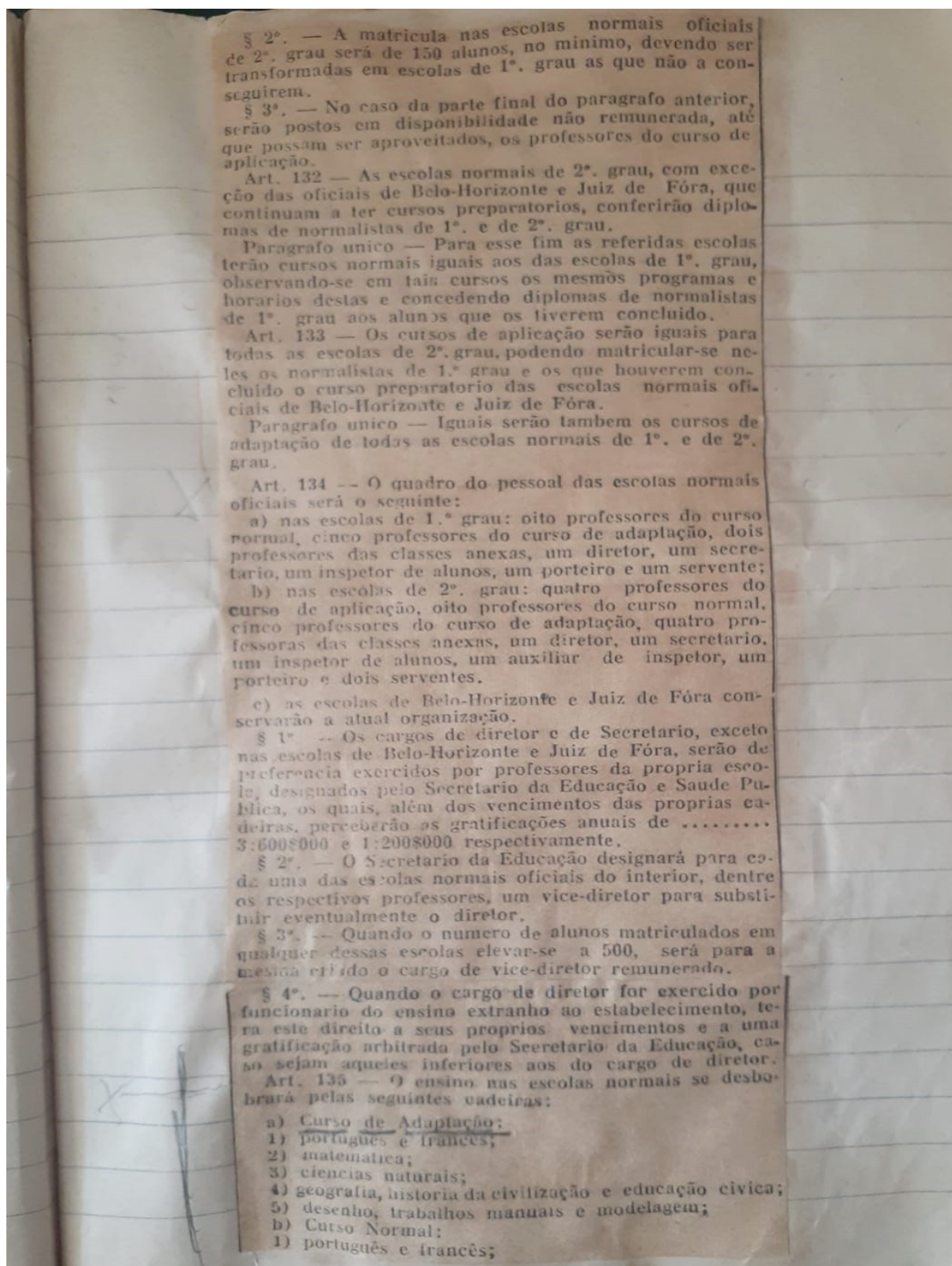


Figura 43 - Dos conteúdos previstos para o currículo do curso preparatório das escolas normais oficiais de Belo-Horizonte e Juiz de Fora. Curso de Aplicação contempla o ensino de História da Educação. S.d

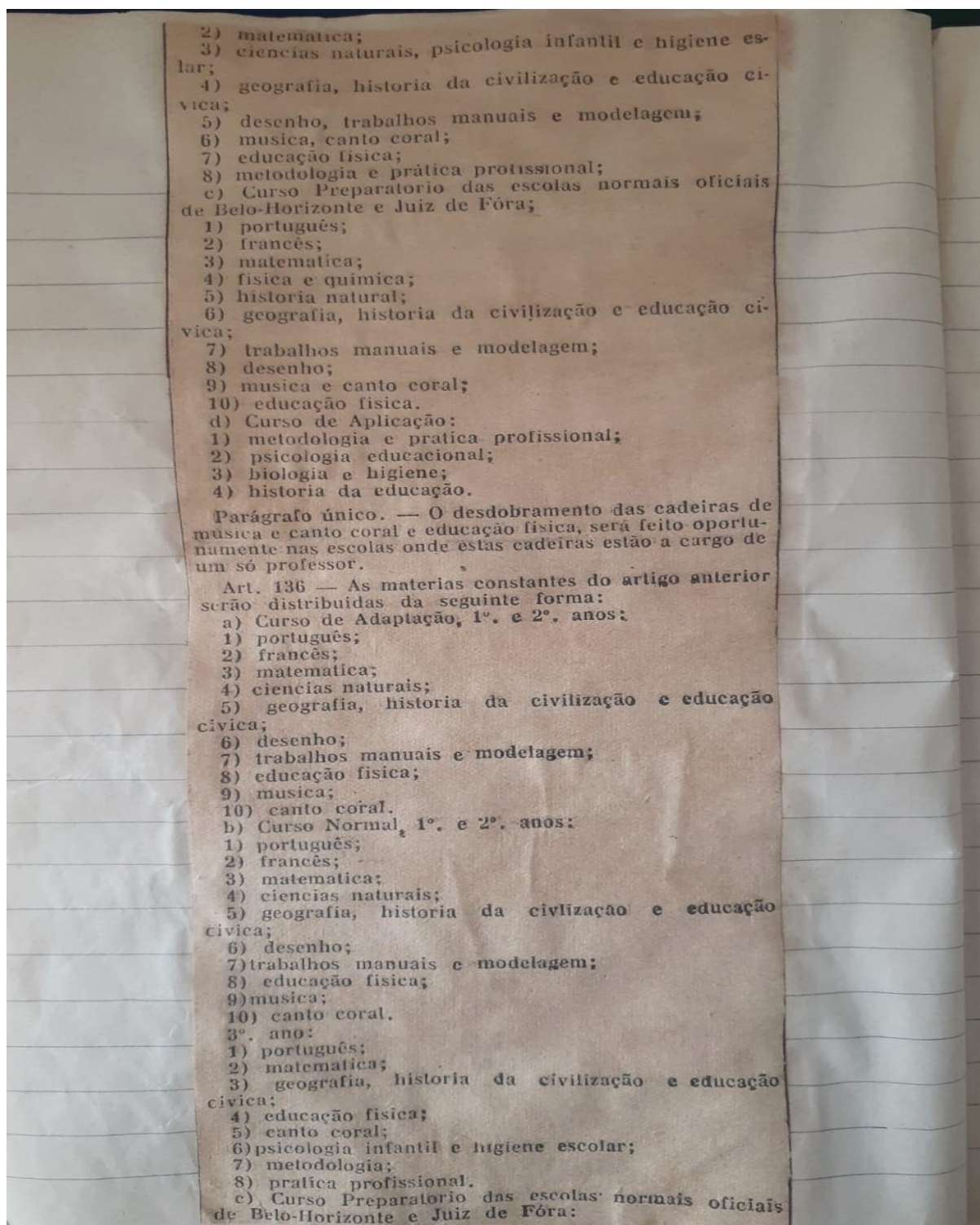
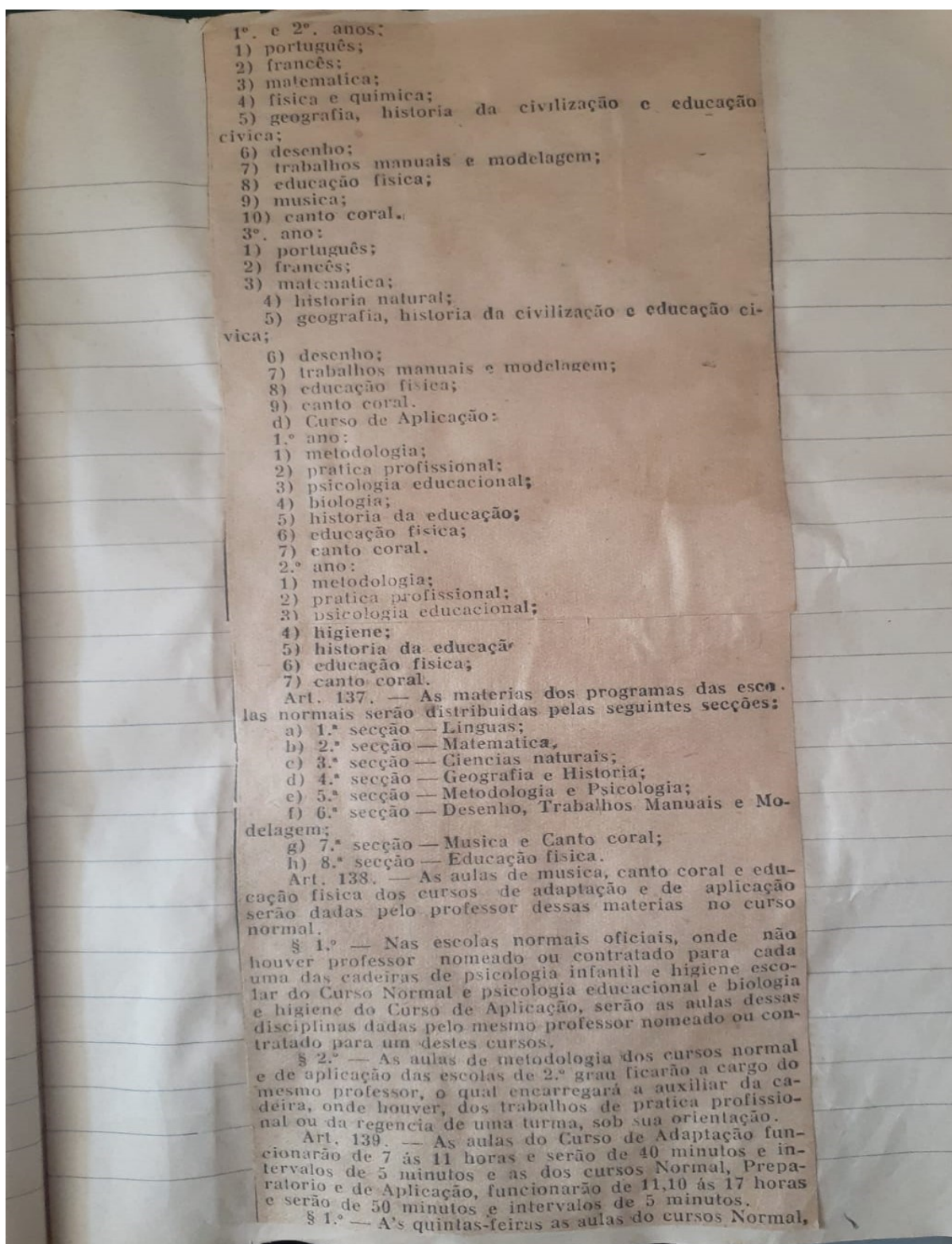


Figura 44 - Precariedade na disponibilidade de pessoal docente com formação para atendimento às disciplinas propostas pelos programas oficiais. S.d



Nas duas próximas décadas, de 1930³⁷ a 1940, constatamos a influência crescente da pedagogia escolanovista, que preconizava seu propósito principalmente no foco de uma educação ativa em um cenário que fosse favorável a um potencial de aprendizagem significativa. A formação pedagógica continuou figurando como um elemento central; entretanto, foram incorporadas as disciplinas como Educação Artística e Educação Moral e Cívica, sendo esta última voltada ao desenvolvimento do civismo patriótico, idealizada e imersa na ótica tendenciosa de formação do bom cidadão no campo de percepção do governo ora vigente.

Em Minas Gerais no intuito de formar um “novo cidadão alfabetizado”, entraria em pauta uma correlação de disputas metodológicas acerca do ensino. Uma pessoa ou indivíduo para ser reconhecido como cidadão, naquela época, deveria obrigatoriamente passar pela escola. Esse ideário, preconizado pelos republicanos toma impulso nas primeiras décadas do século XX. Um primeiro passo em direção à formação do cidadão pode ser observado nos dados estatísticos educacionais, no decorrer das décadas de 10/20 (Peixoto, 2000, p. 148).

Situados no ano de 1932, já em outubro acusamos a ocorrência de transição na gestão da instituição escolar, não tendo sido tecidas maiores considerações sobre as motivações. Irmã M. Maximina foi substituída por Irmã M. Egídia que, em carta endereçada ao Exmo. Sr. Dr. Guerino Casasanta, D.D. Inspetor G. da Instrução, dentre vários assuntos, envia os horários do Curso Normal e do Curso de Adaptação, com algumas modificações, de acordo com nota publicada no jornal Minas Gerais em agosto do corrente ano. (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p.41).

Ao “passarmos” por parte dos registros, percebemos a morosidade e burocracia existentes na relação Instituição Colégio Nossa Senhora das Dores e o ente Estadual Minas Gerais que, por vezes travaram embates tensos no que tange à taxa de isenção para funcionamento do colégio em contrapartida à oferta de vagas na Escola Normal para alunas cujo atestado de pobreza era apresentado. Nesse sentido, aparentemente o Colégio demonstrava

37 Nos anos 30, a Revista do Ensino tinha uma seção destinada à análise da produção editorial pedagógica, onde o crítico Abel Fagundes apresentava a crítica de livros destinados à formação de professores e de livros didáticos. Ao analisar os livros constatou-se que um único livro utilizado na alfabetização era utilizado tanto pelos professores quanto pelos alunos, considerando que também não estavam de acordo com os princípios do método global e, nesse sentido, sendo tecidas críticas severas quanto a esse fato. O livro de Lili, Manual da Professora, é um verdadeiro tratado metodológico sobre o método global. O manual é prefaciado por Lúcia Casasanta, professora e orientadora da produção didática de Anita Fonseca, que não incorreu no erro de não ter elaborado um manual para professores em sua produção. De acordo com Casasanta, a fundamentação teórica do método global em Minas Gerais foi inspirada nos estudos sobre a percepção visual, no campo da psicologia infantil, baseados em Claparède, Revalt, Declory e Piaget; no campo da psicologia da leitura, as pesquisas de Valentius, Castell, Goldscheider, Muller, Dearborn, Bowden e Bogg, e as contribuições das pesquisas de Judd, Busvell, Gray, Schimidt, Docheray e outros, da Universidade de Chicago sobre os hábitos fundamentais da leitura. Adaptado de Peixoto (2000, p.157,8).

arquitetar manobras para contemplar, com a gratuidade, alunas que não pertenciam à linha da pobreza.

Dada à escassez de fontes documentais organizadas que pudessem apresentar a trajetória dos programas de ensino prescritos para as disciplinas do currículo ministrado na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, utilizamos no percurso dessa investigação as mais diversas fontes possíveis, primeiramente em livros oficiais da instituição como Livro de Correspondências e Caderneta Escolar de Normalistas, conforme informações transcritas, bem como o registro de histórico escolar e diplomas com disciplinas no verso do documento.

1936. Transcrição de Registro da Caderneta Escolar da estudante, Maria Luiza Vasconcelos, matriculada no 1º ano do Curso Normal (12/03/1936), contando com as Cadeiras de: Português, Francês, Aritmética (rasurado para Matemática), Geografia e (acrescenta-se história), Desenho, Trabalhos Manuais e modelo. Música, Ed. Física, Canto Coral. * No Livro de ponto diário – Curso de Aplicação, ainda no Ano Letivo de 1936, no 2º ano, figura a Cadeira de Psic. Educacional.

Nas informações da caderneta escolar da normalista Maria Luiza Vasconcelos, transcritas acima, não há menção ao ensino de História da Civilização, que está inserido na referida cadeira de Psicologia da Educação, conforme registro de imagem realizada pelo autor. Figura então, nos 1º e 2º anos do Curso de Aplicação.

Figura 45 - Registro Ponto Diário. 2º ano do Curso de Aplicação. Ano Letivo de 1936. Cadeira de Psych. Educacional.

PONTO DIÁRIO - Curso de aplicação		Ano letivo de 1936	
N.º de Alunos do 2º ano	Cadeira de Psych. educacional	Matéria ministrada	Aulas dadas
1	Anna de Oliveira	1 10 10 10 10 10 10 10	8 10 11 12 13 14 15 16
2	Antônia de Oliveira	1 10 10 10 10 10 10 10	8 10 11 12 13 14 15 16
3	Luiza Vasconcelos	1 10 10 10 10 10 10 10	8 10 11 12 13 14 15 16
4	Olga Teófilo	1 10 10 10 10 10 10 10	8 10 11 12 13 14 15 16
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11	Anna Vasconcelos Louisa	1 10 10 10 10 10 10 10	7 11 12 13 14 15 16 17
12	Luiza Vasconcelos	1 10 10 10 10 10 10 10	7 11 12 13 14 15 16 17
13	Anna Vasconcelos Louisa	1 10 10 10 10 10 10 10	7 11 12 13 14 15 16 17
14	Anna Vasconcelos Louisa	1 10 10 10 10 10 10 10	7 11 12 13 14 15 16 17
15	Luiza Vasconcelos	1 10 10 10 10 10 10 10	7 11 12 13 14 15 16 17
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			

Aulas dadas: 36

M. Lourenço Junior

1937. Transcrição de Registro da Caderneta Escolar da estudante, Maria Luiza Vasconcelos, matriculada no 2º ano do Curso Normal, (28/02/1937), contando com as Cadeiras: Português, Francês, Aritmética (rasura Matemática), Geografia e Chorografia do Brasil, Desenho, Ciências, Trab. Man e Model.; Música; Canto Coral.

Em correspondência encaminhada ao Ilmo. Sr. Adão Lopes, em 9 de fevereiro de 1938³⁸, identificamos a relevante informação sobre o retorno das atividades da Escola Normal Oficial da cidade, no item em que solicitam dentre várias informações a 1ª: “as alunas transferidas da E. Normal Oficial local, que dependem dos exames de 2ª época, devem prestá-los na Escola extinta, que se reabriu, ou no estabelecimento? (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p. 49). Não conseguimos identificar respaldo a respeito da referida questão.

1938. Transcrição de Registro da Caderneta Escolar da estudante, Maria Luiza Vasconcelos, matriculada no 3º ano do Curso Normal, contando com as Cadeiras: Português, Francês (rasura, inclui matemática), Metodologia, Psicologia, Canto Coral, Educação Física, Práticas Profissionais, Monografia). * As rasuras na Caderneta, se devem às mudanças nas cadeiras de ensino para cada ano/série da Escola Normal cursada.

1940. Transcrição do Registro da Caderneta Escola da estudante, Albertina Cândida de Oliveira (20/02/1940), 1º ano do Curso Normal, contando com as Cadeiras: Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, hist. da Civilização e Ed. Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais e mod., Música, Canto Coral, Educação Física.

1941. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar da estudante Albertina Cândida de Oliveira (s/d), 2º ano do Curso Normal, contando com as Cadeiras: Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, hist. da Civilização, ed. Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais e mod., Música, Canto Coral, Educação Física.

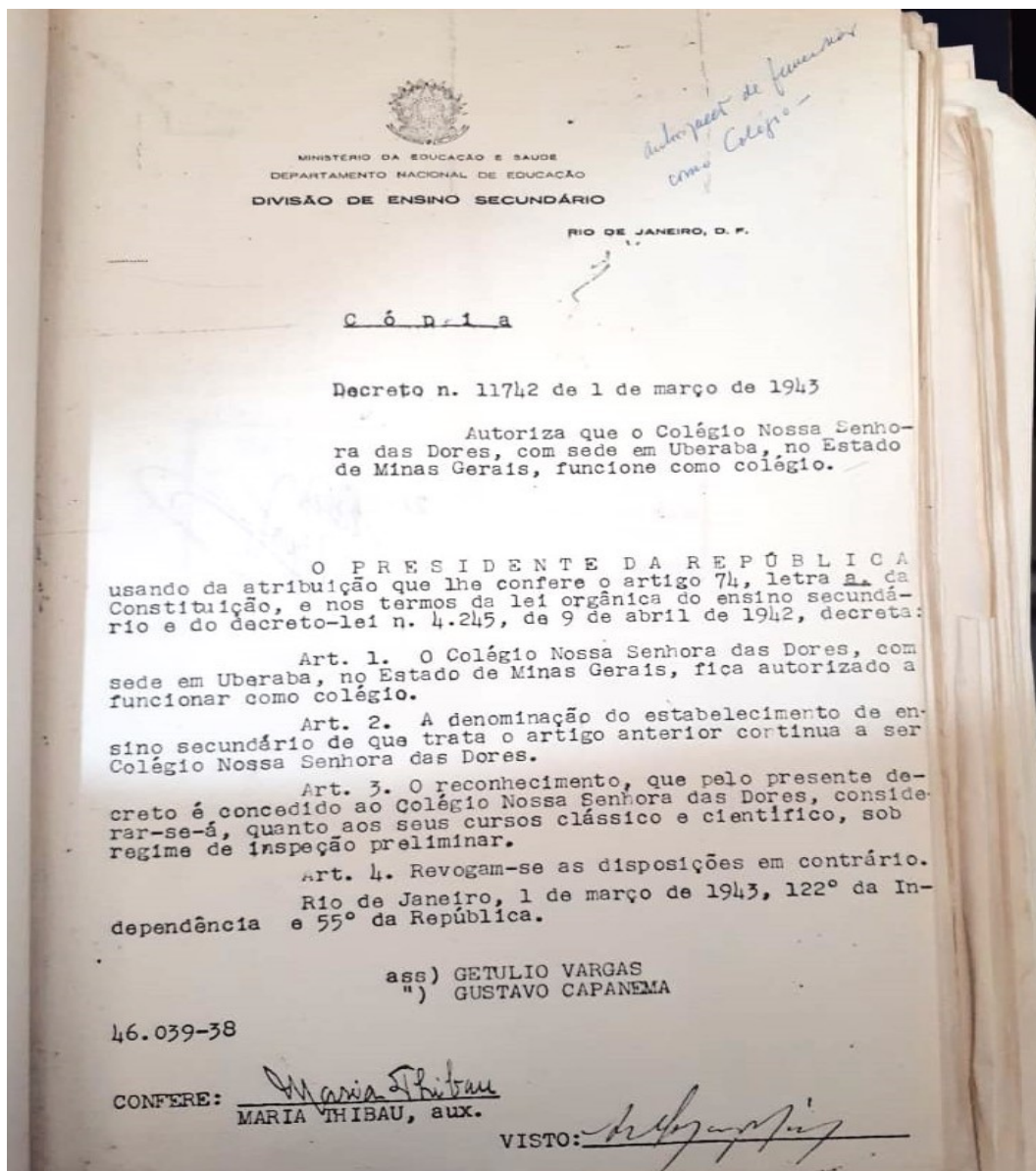
1942. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar da estudante Albertina Cândida de Oliveira (s/d), 3º ano do Curso Normal, contando com as Cadeiras: Metodologia, Psicologia Infantil e Higiene, Português, Matemática, Geografia, hist. da Civilização e ed. Cívica, Prática Profissional e Canto Coral. Nos anos Letivos de 1940/1941 e 1942 figuraram nas disciplinas, a Cadeira de Geografia, hist. da Civilização e ed. Cívica. Obs.: A média de conjunto, deverá ser calculada conforme instruções constantes nas páginas referentes ao segundo ano do Curso Normal.

1943. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar da estudante Yvone Ferreira (s/d) 1º ano do Curso Normal, contando com as Cadeiras: Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, Hist. da Civilização e Ed. Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais e mod., Música, Canto Coral, * Ed. Cívica. No 1º ano do Curso de adaptação, visando a Caderneta Escolar da estudante Margarida Maria Miranda Borges, temos as mesmas cadeiras, sem alterações.

38 Guimarães (2016, p.110), indica que, em 1937, começam a ser veiculadas notícias sobre o iminente fechamento das Escolas Normais do Estado. A Escola Normal Oficial foi suprimida por meio do Decreto nº 63 de 15 de janeiro de 1938. Com a publicação dessa lei, Uberaba retrocedia à mesma situação existente antes da abertura dessa escola, ou seja, o ensino normal voltava a ser oferecido apenas pelo Colégio Nossa Senhora das Dores, escola que preenchia os requisitos do governo: era reconhecida oficialmente e fora elevada à Escola Normal de 2º grau, desde 30 de março de 1935.

Também sinalizamos que no ano de 1943 o já nomeado Colégio Nossa Senhora das Dores recebeu autorização para funcionamento como Colégio, por meio de Decreto nº 11742, de 1º de março de 1943, da divisão de ensino secundário.

Figura 416 - Autorização para que a Instituição funcionasse como Colégio. 1943



Fonte: Registro realizado pelo pesquisador em Arquivo Particular do CNSD. 2022.

1944. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar de Margarida Maria Miranda Borges, (s/d) 2º ano do Curso de Adaptação, contando com as Cadeiras: Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, hist. da Civilização e ed. Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais e Mod., Música, Canto Coral, Ed. Física.

1945. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar de Yvonne Ferreira, (s/d), 2º ano do Curso Normal, contando com as Cadeiras: Português, Francês, Matemática,

Ciências Naturais, Geografia, hist. da Civilização e Ed. Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais e mod., Música, Canto Coral, Ed. Física.

1945. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar de Margarida Maria Miranda Borges, (s/d) 1º ano Curso Normal, contando com as Cadeiras: Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, hist. da Civilização e ed. Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais e Mod., Música, Canto Coral, Ed. Física. Obs.: no 2º ano do Curso de Adaptação, em 1944, a normalista cursou as mesmas disciplinas.

1946. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar de Margarida Maria Miranda Borges, (03/03/1946), 2º ano do Curso Normal, contando com as Cadeiras: Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, hist. da Civilização e ed. Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais e Mod., Música, Canto Coral, Ed. Física.

1946. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar Ana Rosa Medina Coeli (10/03/1946), 1º ano do Curso de Aplicação, contando com as Cadeiras: Psicologia Educacional, Biologia, História da Civilização, Metodologia, Práticas Profissionais, Canto Coral, ED. Física. Obs.: O conjunto das cadeiras de prova parcial deve ser calculado em separado do das cadeiras cuja promoção se faz simplesmente pelas médias mensais. O conjunto tanto no primeiro, como no segundo caso, será a média aritmética das notas finais.

1946. Transcrição do Registro da Caderneta Escolar de Yvonne Ferreira, (s/d) 3º ano, contando com as Cadeiras: Português (rasurado para Metodologia), Matemática, Ciências Naturais (rasurado para Psicologia), Música, Canto Coral, Educação Física.

1947. Transcrição de verso de diploma de normalista de Eloisa de Souza Menezes: Português, Francês, Matemática, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Desenho, Trabalhos Manuais e Modelagem, Música, História da Civilização e da Educação, Biologia e Higiene Escolar, Methologia, Psychologia Educacional, Canto Coral, Educação Física, Práticas Profissionais.

1950. Transcrição do verso do título de normalista de Arailda Gomes, imagem cedida pela autora. Contempla no verso, programa referente a três anos de curso. Sendo assim: religião, Francês, Geografia, Português e Literatura, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Biologia Educacional, Higiene, Ed. Sanitária e Puericultura, História e Filosofia da Educação, Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Metodologia do Ensino Primário, Prática de Ensino, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Higiene e Puericultura. Percebemos, no curso de três anos, importantes modificações, em que figuram em especial, História da Civilização e da Educação e na última transcrição História e Filosofia da Educação.

Observamos que na medida em que a educação brasileira galgou avanços e se modernizou, foi gradualmente acontecendo uma expansão no currículo das Escolas Normais. Dessa conjuntura sinalizamos a inclusão de disciplinas acadêmicas como Literatura, Matemática, Ciências e História da Educação. Pensamos que a disciplina História da Educação tenha sido incorporada ao currículo das Escolas Normais como proposição para que os futuros professores pudessem compreender o paradigma educacional a partir de uma visão mais ampla percebendo, assim, as mudanças no sistema educacional brasileiro.

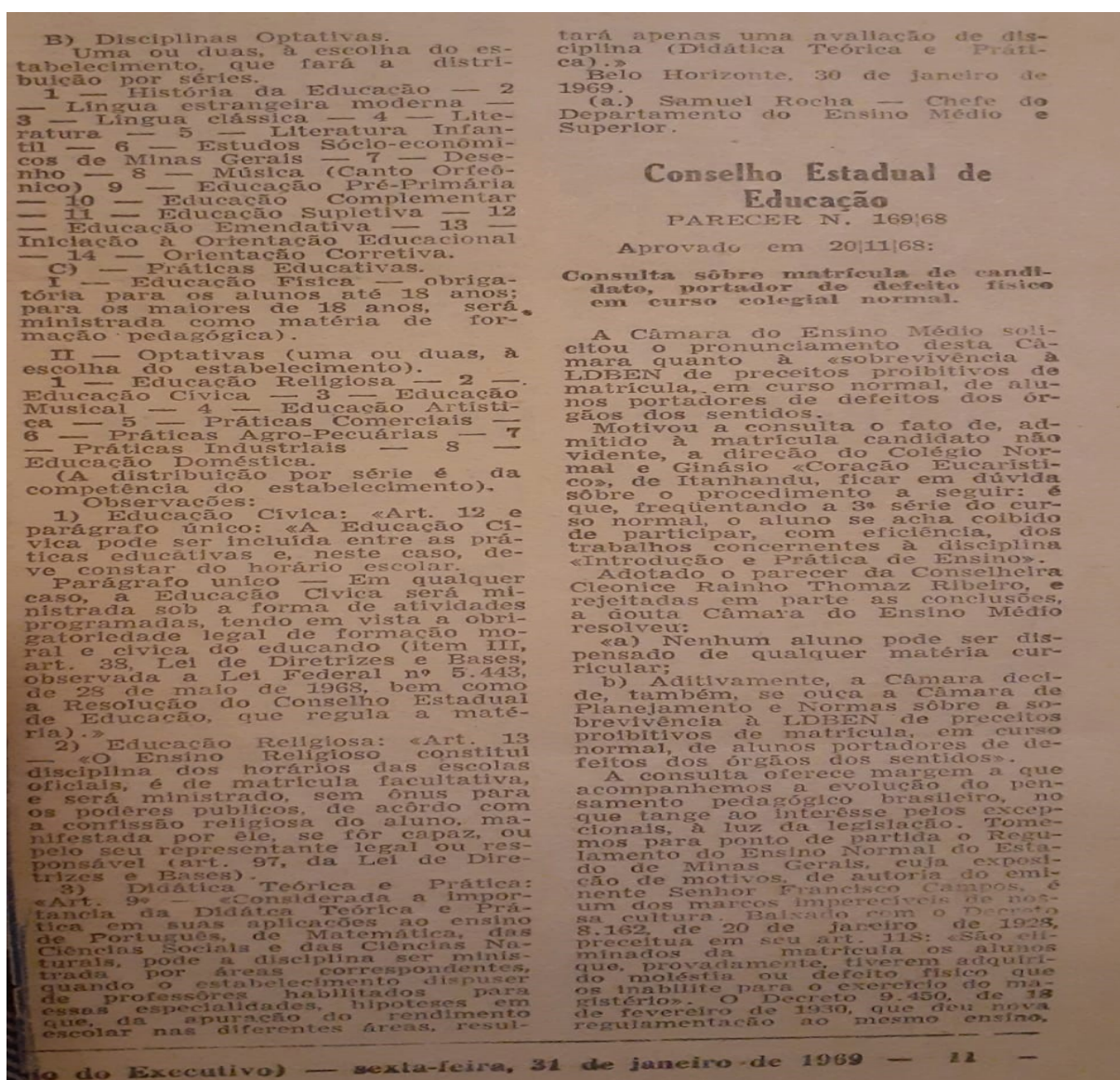
Constatamos que o currículo das Escolas Normais passou por várias alterações ao longo do tempo, refletindo as “configurações” no contexto educacional e na sociedade brasileira. Sem dúvida, a disciplina História da Educação continuou figurando como parte essencial da base curricular; porém, é nítida a sua ausência e protagonismo em espaços de tempo, constatando sua efemeridade durante a passagem pelo século XX.

Essa dinâmica se fazia necessária na perspectiva de atender às várias mudanças e adaptações em consonância com as demandas educacionais da época, sinalizando particularmente os interesses políticos vigentes, dentre outros fatores intrínsecos a esse movimento. Esse cenário se apresenta de forma mais latente durante as duas primeiras décadas do século XX, ao aprendermos que o currículo era fortemente influenciado pelo método de ensino tradicional, sendo que as disciplinas incluíam pedagogia, psicologia, história da educação, métodos de ensino, gramática, matemática geografia, história, ciências e educação física. O enfoque principal se concentrava nos aportes sustentadores da formação pedagógica e na transmissão de conhecimentos, sendo esses aspectos recorrentes em um campo de disputas existente no movimento escolanovista.

A práxis pedagógica adquiriu êxito por volta dos anos 1950 e 1960, quando a grade curricular passou a incorporar uma abordagem mais centrada no estudante, considerando-se, assim, o estudo e a inserção da psicologia educacional, dada à crescente ênfase e expansão das ciências sociais como a sociologia e a filosofia da educação. Dessa forma as Escolas Normais em Minas Gerais e em outros lugares foram se adaptando às tendências educacionais, frente à necessidade de mudanças na sociedade, conforme já salientado. As diversas mudanças na “grade curricular” refletiram a busca por uma formação de professores mais completa, eficaz e competente, com o propósito de prepará-los para o enfrentamento dos desafios do ensino também em constante transformação.

No final dos anos 1960, o Departamento do Ensino Médio e Superior 1º Ciclo – Ginásio Normal, estabelece diretrizes de referência para os Estabelecimentos Oficiais Estaduais, publicadas no Diário do Executivo de sexta-feira, 31 de janeiro de 1969 e traz, entre outras normativas e orientações, a disciplina História da Educação como conteúdo optativo e os estabelecimentos farão a escolha por séries.

Figura 47 - Acervo particular CNSD. 1969.



Fonte: Registro feito pelo autor. 2023

2.2 Os Manuais de ensino e prescrições necessárias à docência no ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores de Uberaba-MG

O ensino de História da Educação nas escolas normais religiosas de Minas Gerais, principalmente ao longo do século XX, e em outros períodos, pode ter apresentado variações de acordo com a orientação da ordem religiosa de cada instituição e das diretrizes apresentadas pelas autoridades educacionais. Certamente nas Escolas Normais religiosas havia forte inclinação para a integração da fé e dos valores e preceitos religiosos ao currículo, podendo incluir o ensino de História da Educação. No campo da História da Educação, considerando os

programas de ensino, poderiam estar em destaque a história dos métodos de ensino, das teorias educacionais e das escolas de pensamento ao longo dos séculos. Dessa lógica, ainda havia um foco especial na história da educação religiosa e nas instituições religiosas que historicamente desempenharam um papel significativo na educação.

Bastos (2002, p. 335) aponta que os manuais escolares são reveladores daquilo que constitui um duplo movimento contraditório da disseminação de conhecimentos elaborados no interior de uma disciplina. Nesse sentido, adensada a constituição de um sistema escolar pautado em princípios científicos e universais, informam e inculcam valores de um sistema público de educação.

Ao nos debruçarmos sobre a busca pelo conhecimento dos materiais de ensino utilizados como suporte para o ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, nos deparamos com questões que dificultaram a elucidação das possíveis descobertas acerca desses instrumentos, fossem eles conseguidos a partir de fontes documentais, materiais ou orais. Apesar da possibilidade do acesso ao local de pesquisa, à atenta e criteriosa leitura dos registros documentais disponibilizados, não todos, logicamente, nos valem de nossa *expertise* no ofício do historiador, de um historiador da educação.

Localizados no aporte do referido posicionamento, nos cercando de uma perspectiva analítica sobre o que realizaríamos em relação a essa dinâmica, nos percebemos incomodados diante das dúvidas epistemológicas. Para tanto, os indícios poderiam dar concretude àquilo que iríamos tutelar, ao considerar as evidências acerca das análises que seriam realizadas ou de interpretação das pistas que se colocaram para o estudo em questão. Deste modo, ao consideramos a ação a partir de um procedimento metodológico, poderíamos alcançar as informações ocultas, a partir de uma forma distinta daquela que aparentemente se apresenta.

Nesse sentido, buscamos, inicialmente, conseguir materiais com ex-alunas da instituição, sem êxito no sentido de termos alcançado contribuições ou pistas que pudessem nos direcionar à identificação de autores, conteúdos tratados, livros ou manuais adotados durante a trajetória de existência da Escola Normal. Para além do acervo, realizamos solicitação de levantamento documental junto ao arquivo da instituição, sem sucesso. Fizemos buscas no Museu da Capela e ainda nos espaços da Biblioteca do Colégio. Contudo, nada foi encontrado para além das poucas pistas registradas em alguns dos Livros oficiais da Instituição. E, assim, fomos integrando os registros à dinâmica conjuntural e estrutural em que se pautou o funcionamento das Escolas Normais do Estado de Minas Gerais, com sua referência na Escola Normal da Capital, da Legislação aplicável à equiparação para escolas privadas, conforme estudos e apontamentos realizados até aqui.

Ao recorrer à fonte como um recurso de materialidade ou produto das construções humanas, favorecemos a criação de interlocuções que podem ser direcionadas a interesses próprios, e assim, percebemos que se faz necessário o balizamento de uma ação crítica imersa a essa condicionalidade, haja vista considerar que nossa fonte pode ser uma narrativa que também pode servir como narrativa de minhas próprias fontes.

Ao tratar os documentos, estes são interpelados ao receberem significação, adquirindo legitimidade, com atribuição e caráter de humanidade, sendo necessário, nesse contexto, sua identificação e ainda a realização da análise de questões necessárias à interpretação de uma fonte, mediante a apreciação de evidências no campo historiográfico. Não se trata, então, de uma mera reunião dos documentos, mas da construção de uma personalidade, ou identidade que, por vezes, subjaz o documento, sendo necessária a realização das análises.

Assim, foi preciso realizar um nexos articulador no momento que buscamos os elementos que nos propiciassem as condições para a elucidação das respostas às perguntas realizadas no âmbito de investigação da temática: o ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Sem dúvida, o documento assim trabalhado é considerado um dos princípios instituidores do critério de cientificidade necessário à construção do arcabouço teórico ora proposto. Nesse sentido, iremos considerar aproximações com evidências possíveis em nosso aporte etnográfico como parâmetros sustentadores de nossa construção teórica e análises.

Ao revisitar algumas das primeiras discussões relacionadas aos programas de ensino prescritos para as Escolas Normais, com ênfase para a Escola Normal da Capital, localizada em Belo Horizonte, percebemos que as prescrições da Escola Normal Modelo determinavam os programas de ensino a serem seguidos pelas Escolas Normais Oficiais e Escolas Normais Equiparadas, sendo que algumas dessas últimas eram pertencentes a ordens religiosas. A direção da escola normal religiosa de Uberaba tinha demandas e sempre reclamava com o governo estadual do não envio das Revistas de Ensino que consideravam muito úteis tanto à escola como aos docentes em exercício por conterem os programas de ensino regulamentados.

As Revistas de Ensino reuniam não somente elementos intrínsecos à Legislação Educacional como também prescreviam os Programas de Ensino vigentes. Tratava-se, contudo, de documento atrelado ao órgão oficial do serviço de Inspeção Geral e norteador da Instrução Pública em Minas Gerais, que divulgava matérias referentes à Legislação Vigente, bem como as prescrições legais e inerentes à base curricular e programas de ensino oficiais na área educacional. As Revistas de Ensino eram impressos que interessavam e eram muito necessárias não somente às estudantes frequentadoras das Escolas Normais, mas também funcionavam

como um instrumento norteador para professores já atuantes, como forma de se inteirar das novas tendências e metodologias inovadoras propiciadas pelas reformas. “Pelos relatos publicados na Revista do Ensino, alguns professores procuravam adequar a legislação e os conhecimentos adquiridos nos cursos de capacitação à sua prática. E isso não ocorria sem dificuldades” (Peixoto, 2000, p.153).

À priori, buscamos compreender as intenções projetadas no âmbito de utilização do Manual de Ensino intitulado História da Educação de Paul Monroe, autor ao qual poucos materiais fazem referência ou menção. A História da Educação, a História da Civilização e a Filosofia da Educação são áreas interligadas e que têm sido estudadas ao longo dos séculos para auxiliar na compreensão da evolução do processo educacional e seu papel na sociedade.

Na História da Educação, foco de abordagem principal deste estudo, ficou claro que a disciplina remonta aos estudos de civilizações da antiguidade como a egípcia, a mesopotâmica, a grega e a romana, deixando registrado que esses “impérios” detinham uma estrutura organizacional fortemente alicerçada em padrões de um grandioso projeto de educação formal e informal. Já na alta Idade Média a educação estava fortemente atrelada à igreja e aos mosteiros que controlavam o acesso e a disseminação do saber. Os avanços na pedagogia e teorias educacionais no século XX foram significativos no sentido de valorização de diferentes abordagens como o construtivismo e o behaviorismo.

Na História da Civilização temos como objeto o estudo do desenvolvimento da humanidade desde os primórdios até a contemporaneidade, abrangendo a evolução das sociedades humanas na sua cultura, tecnologia, economia e instituições ao longo do tempo. Podemos dizer que a História da Civilização está intrinsecamente imbricada à História da Educação, ao considerarmos que a transmissão de conhecimento e valores desempenhou papel fundamental em todas as civilizações. Os eventos presentes na História da Civilização acarretaram impactos profundos na própria história da humanidade, considerando-se, nesse sentido, mudanças sociais, políticas e econômicas que também afetaram a educação. Dos mais importantes eventos, priorizamos destacar o movimento da Revolução Industrial que mudou toda a ordem mundial vigente. Já no que remonta à antiguidade e ao pensamento clássico, com a Grécia Antiga, contamos com as contribuições de Sócrates, Platão e Aristóteles para discutir e propor concepções acerca do propósito e da natureza da educação. Monroe salienta, então, suas inquietações ao colocar em evidência relevante dimensão no trânsito da marcha civilizatória na perspectiva até mesmo de alguns dos diferentes períodos elencados anteriormente, dentre outros dimensionados nesse contexto. Nessa linha de raciocínio, concorre para nossa compreensão, Somma Silva & tal (2014, p.190) que ressalta que:

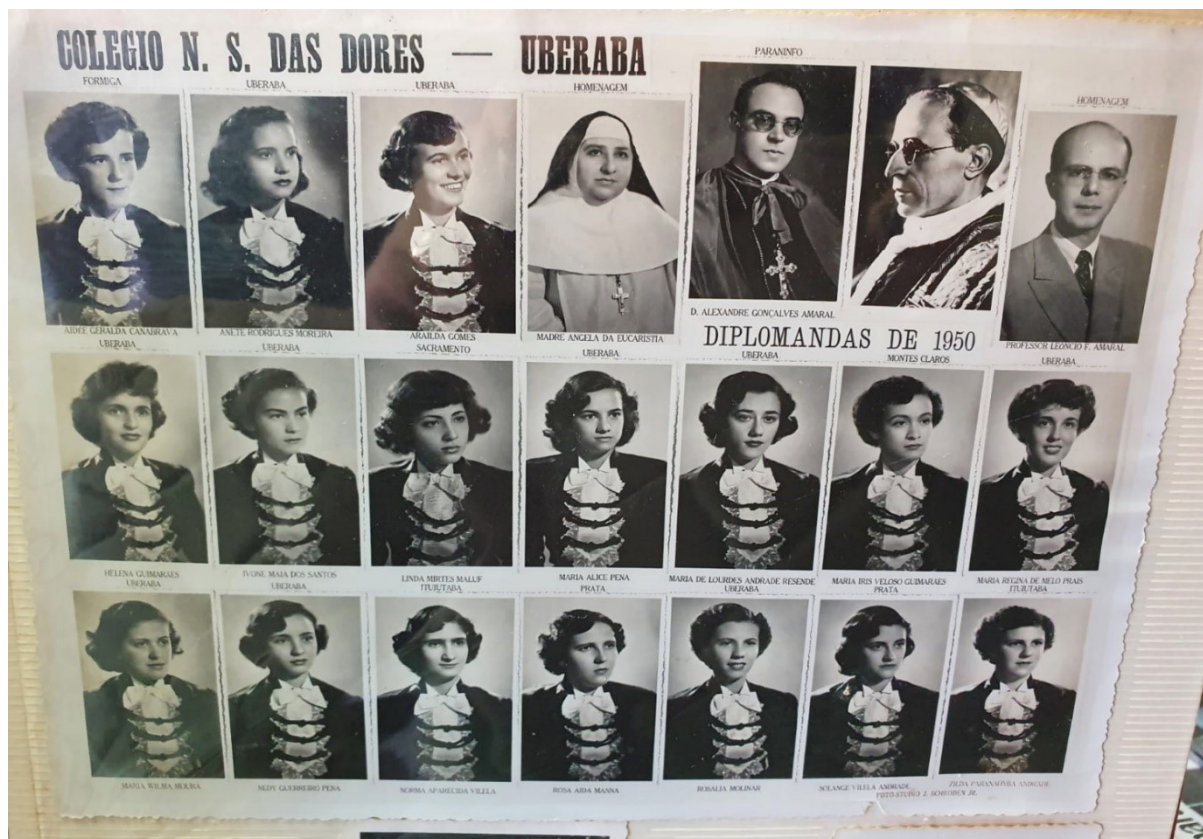
[...] na narrativa histórica de Paul Monroe, constata-se um esforço em enquadrar a História da Educação como parte integrante (e, mesmo, fundamental) da História Geral da Civilização. Em função desse enquadramento, o autor elegeu algumas regiões, movimentos socioeconômico-culturais e experiências educacionais como referência de análise, perspectivando-os como modelos dignos de realce frente à proposta de se dimensionar o ‘progresso’ e o ‘avanço’ da marcha civilizatória em seus diferentes ‘estágios’.

No que se refere à educação, o campo filosófico busca compreender o processo educacional enquanto fundamento, procurando analisar seus objetivos, métodos, valores e princípios éticos, investigando, assim, o papel do educador e do aluno, considerando preceitos e ideais educacionais nessa relação. Nessa perspectiva vale considerar como o pensamento de filósofos como Rousseau e Dewey contribuíram e influenciaram ações e práticas pedagógicas em todo o mundo.

Tencionamos, na continuidade de elaboração das ideias aqui empreendidas, adentrar o espaço de organização dos conteúdos tratados nos manuais de ensino da disciplina História da Educação, mencionados na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, em particular nos de autoria de *Paul Monroe (1869-1947)*, conforme materialidade evidenciada nas fontes, analisando, assim, o delineamento na organização dos conteúdos, considerando as definições intrínsecas ao objeto História da Educação.

Coincidentemente observamos que na investigação de Guimarães (2016) sobre o ensino de História da Educação na Escola Normal Oficial de Uberaba-MG, a autora afirma ter localizado dois manuais pedagógicos em sua pesquisa, sendo um de Paul Monroe (História da Educação) e outro de Theobaldo Miranda Santos (História e Filosofia da Educação), dos quais se servia o professor Leôncio Ferreira do Amaral para consulta e realização de atividades em geral. Percebemos, assim, que o acesso a esses livros ficava a desejar em termos de quantitativo que pudesse atender à demanda da instituição.

Figura 48 - Professor Leôncio Ferreira do Amaral (Homenageado). Acervo pessoal de D. Araidla Gomes. 1950



Fonte: Acervo pessoal de Araidla Gomes. 2022.

Essas aproximações são legítimas, dadas outras constatações importantes fornecidas por fonte fidedigna, com a aproximação do professor Leôncio Ferreira do Amaral com a Instituição Colégio Nossa Senhora das Dores. Além de ser figura frequente no Colégio, também há registro de fotografia do professor sendo homenageado em turma de formandas do Curso Normal no ano de 1950.

Figura 49 - Normalista Arailda Gomes. Do acervo pessoal da entrevistada. Gentilmente cedida para o autor. 1949.



Fonte: Acervo pessoal de Arailda Gomes. Cedida em entrevista com a depoente na pesquisa. 2022

Nos trajes das formandas, observamos a sobriedade e seriedade ao usarem a beca de gala para a apresentação das diplomandas no quadro do ano de 1950. A postura delas seguia um padrão tradicional e ainda conservador. Normalmente esses trajes consistiam em vestidos longos ou saias abaixo dos joelhos. Apesar da fotografia de busto, com registro em preto e branco, o tom sóbrio aparenta ser o preto ou, como no caso do uniforme, azul marinho ou até

marrom. As blusas eram de mangas longas, ou três quartos, principalmente na escola religiosa, também acompanhadas por colarinhos altos ou golas modestas. A beca das formandas era ostentada por uma extravagante e generosa gravata borboleta branca com cordões negros traçados à frente superior, refletindo o status e seriedade da profissão de professora, e ainda certo glamour, apesar de serem observados poucos sorrisos.

O uniforme acabava por refletir valores e as normas de uma época, principalmente no que se refere à impressão que cabia à normalista transmitir no seu meio social, dados os valores apregoados pela moralidade, a formação do caráter e disciplina, o que acabaria por promover à rigor, uma sensação de pertencimento e o fortalecimento da identidade que se constituiria durante o processo de formação na escola normal Nossa Senhora das Dores, estando presentes neste processo a modéstia, o recato, os bons modos, preceitos estes essenciais à formação da moral religiosa.

Figura 50 - Modelos de uniforme escolar usados no Colégio Nossa Senhora das Dores. 2022



Fonte: Registro feito pelo pesquisador. Museu da Capela. 2022.

Figura 51 - 4ª série de acomodação. Diplomadas de 1947. Do acervo pessoal da entrevistada. Gentilmente cedida para o autor. 2022. Laura Pinheiro seria inspetora do Colégio alguns anos depois.



Fonte: Acervo Pessoal de Aivalda Gomes. Cedida em entrevista com a depoente. 2022

Não podemos precisar, ou afirmar com propriedade, que o Professor Leôncio tenha sido um colaborador no sentido de compartilhar materiais ou conhecimentos próprios na informalidade; mas, podemos veementemente afirmar que ele não foi um docente leigo da instituição.

Tomados pelas evidências e constatações abarcadas até aqui, sinalizamos que os materiais impressos se faziam necessários; porém, nem sempre estavam à disposição em tempo hábil. Tal dinâmica se faz perceptível dada à inconstância observada na dinâmica em que se realizava o encaminhamento destes, em meio às constantes mudanças no que se refere à Legislação vigente, da dificuldade de acesso aos impressos norteadores dos programas de ensino propostos, como as próprias Revistas de Ensino, que também figuravam como um instrumento orientador. Foram observadas tensões na relação entre o Estado e o Colégio Nossa Senhora das Dores, enquanto interesses de sua Escola Normal e ainda de outros segmentos como a própria instrução primária e a manutenção de seus externatos. O Colégio procurava

manter o rigor da Lei, sem, contudo, deixar de responder ao que sua responsabilidade lhe demandava.

A equiparação é percebida como um processo árduo no que diz respeito ao cumprimento das diretrizes a serem obedecidas, haja vista que as instituições respondiam pelos seus atos, conforme registros em livros oficiais realizados tanto por inspetores estaduais quanto municipais, enquanto agentes de fiscalização das ações inerentes à instrução.

Figura 52 - Espelho página Autores adotados no Ensino de História da Civilização. História da Educação. Paul Monroe na disciplina História da Educação. (1947-1950).

Geografia -	de Luiz Leus.	
"	de Raja Gabaglia	
"	do Brasil	- Horacio Sorocopio
"	"	- Veiga Cabral
"	Atlas	- F.T.D.
<u>HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO :</u>		- Gastão Ruch
"	"	- Jonatas Serrano
"	"	- Alcindo Muniz
"	"	- João Ribkeiro
"	"	- F.T.D.
Historia de Educação		- Paul Monroe
"	da Civilização	- Anobas e Vidal
"	"	- Padre Max Schneller
"	"	- Raposo Botelho
Historia de America		- Veiga Cabral
"	do Brasil	- F.T.D.
"	"	- Rocha Pombo
<u>MUSICA :</u>		- Aulas de musica - João Gomes Junior
Elementos de Teoria Musical		- Esmeraldina de Barros Sales
Gramatica Musical		- Samuel Arcaño
Elementos de Teoria Musical		- J. Raimundo Silva
Solfejo		- A. Panzeron
Alegria das escolas		- Losano.
Varios outros livros das diferentes materias.		
G. - GINÁSIO : não há.		
<u>Sala de Geografia</u> - : com aparelhagem constante da relação anexa (doc. nº...)		
<u>Sala de Ciências Físicas e Naturais</u> : com as instalações e material nos termos da relação anexa (doc. nº ...)		
<u>Laboratórios</u> : não ha sala de laboratórios ainda instalada; mas, acha-se		

Fonte: Registro feito pelo autor, Revista de Ensino, Arquivo Particular CNSD. 2023

Na fonte material acima reproduzida, há evidência contundente da obra de Paul Monroe na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Monroe inseria-se, à época, como padrão de referência para os estudos em História da Educação nos Estados Unidos. Com o escolanovismo em pauta, frente à necessidade de aprimoramento dos sistemas de ensino, do rompimento com

as metodologias de ensino inservíveis, procurou-se a educação nacional se servir do que poderia haver em termos de inovação. Quando nos referimos a evidências, sinalizamos alguma dificuldade, apesar do rico acervo documental da instituição, devido a limitações no acesso a alguns espaços e documentos físicos, bem como da inexistência de documentação suficiente que favorecesse, inicialmente, a busca por respostas ao nosso problema de pesquisa. Quanto aos descuidos com a preservação da memória da formação de professores, recorreremos a aproximações com as ideias de Stephanou (2006, p.295) que as considera na perspectiva de outros cursos, como os das áreas de saúde ou exatas, que possuem acervos documentais organizados. Suas ideias sugerem pensar, no mínimo, na hierarquia dos saberes e dos campos de conhecimento e sua repercussão na formação de professores, tarefa imposta aos historiadores da educação.

Doutor em Filosofia da Educação, Paul Monroe é considerado um autor de extrema relevância na Cadeira de História da Educação no âmbito de autores estrangeiros. Foi nomeado professor do *Teachers College* da Universidade de Columbia em 1897 e foi também diretor da *School of Education of Teachers College* de (1915 a 1923), aposentando-se em 1938. Logo após, seus manuais de ensino adquiriram circulação considerável no Brasil.

A partir dessa compreensão, sinalizamos que a análise e os estudos aqui empreendidos abarcam, principalmente, o lugar do ensino da História da Educação, nos períodos em que a disciplina figurou nos Programas de Ensino Oficiais, prescritos para execução tanto nas Escolas Normais Oficiais, como nas Escolas Normais Equiparadas, de contorno confessional. A ordem religiosa das Dominicanas de Monteils disponibilizou sua Escola Normal para a conservadora elite da sociedade uberabense em 1906.

A emergência necessária à formação de professores no Brasil, principalmente nos anos 1930, tornou significativa e extremamente necessária a disseminação dos saberes por meio de portadores textuais concretos e acessíveis ao estudo e formação, tanto para a demanda docente quanto discente. Roballo (2023, p.3), afirma que:

Nada se tornou mais significativo que a criação e a organização de uma vasta literatura pedagógica para ocupar os espaços escolares, sendo inúmeros os livros (manuais) de história, filosofia, sociologia, didática, psicologia, métodos de ensino utilizados nos cursos de formação docente.

Cumpramos destacar que desde o início do estudo sobre a criação da Escola Normal sob o comando das Irmãs Dominicanas, conseguimos identificar o surgimento da disciplina com a nomenclatura História da Educação, pela primeira vez, no ano de 2º ano do Curso de Aplicação

em 1928. Na perspectiva de análise dos conteúdos tratados, percorremos, de forma breve, as temáticas em abordagem no ensino das disciplinas História da Civilização e Filosofia da Educação.

A referência ao ensino de História da Civilização e História da Educação foi regulamentada por meio do Decreto nº 8.225, de 11 de fevereiro de 1928. Assim, os referidos programas sustentaram os saberes necessários ao conhecimento das jovens candidatas ao magistério. Nessa direção, Guimarães (2016, p.92) aponta que a História da Civilização foi conteúdo específico para o primeiro ano do Curso de Aplicação que se iniciava desde a antiguidade até uma história geral (não atribuindo referência alguma ao Brasil) e no segundo ano seria estudado o programa de História da Educação.

Em se tratando dos manuais assinados pelo estadunidense Paul Monroe, constatamos, a partir dos estudos de Roballo (2023, p. 5), que a obra intitulada História da Educação foi publicada pela primeira vez pela CEN (Companhia Editora Nacional)³⁹ em 1939 e reeditada por mais dezessete vezes até 1987, somando a maior tiragem entre os manuais de História da Educação da coleção, totalizando 86.961 livros.

Anteriormente anunciamos que como os indícios sobre a utilização dos manuais de ensino de Paul Monroe no Brasil datam do ano 1939, e o surgimento da disciplina História da Educação para o ensino na Escola Normal Nossa Senhora das Dores tem sua gênese conforme já mencionado, em 1928, precisamos revisitar, sumariamente, o período pregresso à circulação dos manuais de ensino. Nesse sentido, tencionamos analisar a estrutura de organização existente nos conteúdos tratados no ensino de História da Educação, as possíveis similaridades e discrepâncias existentes nos manuais de ensino na área da História da Educação, principalmente em História da Civilização e ainda na Filosofia da Educação.

Tratamos no percurso de análise dos Manuais de Ensino, de algumas obras de relevância do autor, em especial duas selecionadas para composição das reflexões realizadas daqui por diante. Nelas procuramos estabelecer parâmetros para a compreensão dos saberes inerentes ao ensino da disciplina História da Educação, articuladas à formação de professoras. Desse modo:

Os manuais de HE garantem, a partir das suas formas teóricas e metodológicas, uma composição de narrativas que emoldura uma seleção de conhecimentos socialmente valorizados, que (co) respondem aos interesses daquilo que se fazia necessário ensinar e aprender sobre os temas da HE (Roballo, 2023, p. 16).

39 Nesse cenário de expansão do mercado de livros destinados a subsidiar a formação docente a partir de 1930, deflagrada a partir de pesquisas sobre os manuais de HE com as realizadas por Toledo (2001) e Roballo (2012), observou-se que a Companhia Editorial Nacional (CEN) seria uma das maiores (se não a maior) editoras a publicar manuais de HE no Brasil, dando a ler publicações de títulos brasileiros e estrangeiros, de títulos novos e reedições.

Percebemos, nesse sentido, a necessidade de observar alguns manuais do ensino de História da Educação em circulação no Brasil, considerando diferentes periodizações, no sentido de obter análises próximas às considerações parciais elencadas no exercício das ideias aqui consideradas. Para tanto, iniciamos com o autor Paul Monroe, identificado no programa de ensino da instituição.

No que concerne aos manuais escolares, Bastos (2005, p.335) observa contradições em um duplo movimento, com divergências acerca dos conhecimentos disseminados na elaboração de conhecimentos intrínsecos a uma disciplina, mas que podem ser também reveladores. A ciência da educação como algo novo no universo dos estudantes das Escolas Normais, seria responsável, no âmbito de adoção dos manuais, por incutir a devida importância ao sistema público educacional. Desse arcabouço, o que se leva em consideração são as práticas existentes em um paradigma definidor de um aparato pedagógico e curricular. Dessa forma, o século XIX, como decorrência da implantação do sistema público de instrução (obrigatório, gratuito) e de um sistema de formação de professores (escolas normais), foi abundante na produção de uma literatura pedagógica (revistas, decretos, conferências de professores, congressos, exposições pedagógicas), visando construir um sistema escolar sobre os princípios científicos e universais.

A busca pela pedagogia como afirmação de caráter científico despontou por volta da metade do século XIX, estando a História da Educação, enquanto disciplina, presente nesse movimento que passou a considerar o campo de produção de conhecimentos na perspectiva de educadores. Assim, conforme Bastos (2005) compreendemos que a disciplina História da Educação se constituiu a partir de três processos simultâneos, quais sejam: 1) A estatização do ensino e desenvolvimento da educação de massas; 2) A institucionalização da formação de professores; e 3) A cientificação da pedagogia, com as chamadas ciências da educação – filosofia, psicologia, sociologia e biologia.

Bastos (2005) deixa evidente a contribuição dos autores estrangeiros no delineamento do campo de constituição da História da Educação no Brasil, pois os manuais analisados pela autora são os considerados de publicação até metade do século XX. Essas obras acabaram servindo de modelo para a elaboração da disciplina pelos autores brasileiros. Esses manuais tinham como atribuições nortear estudos e pesquisas em História da Pedagogia ou da Educação da segunda metade do século XIX até metade do século XX.

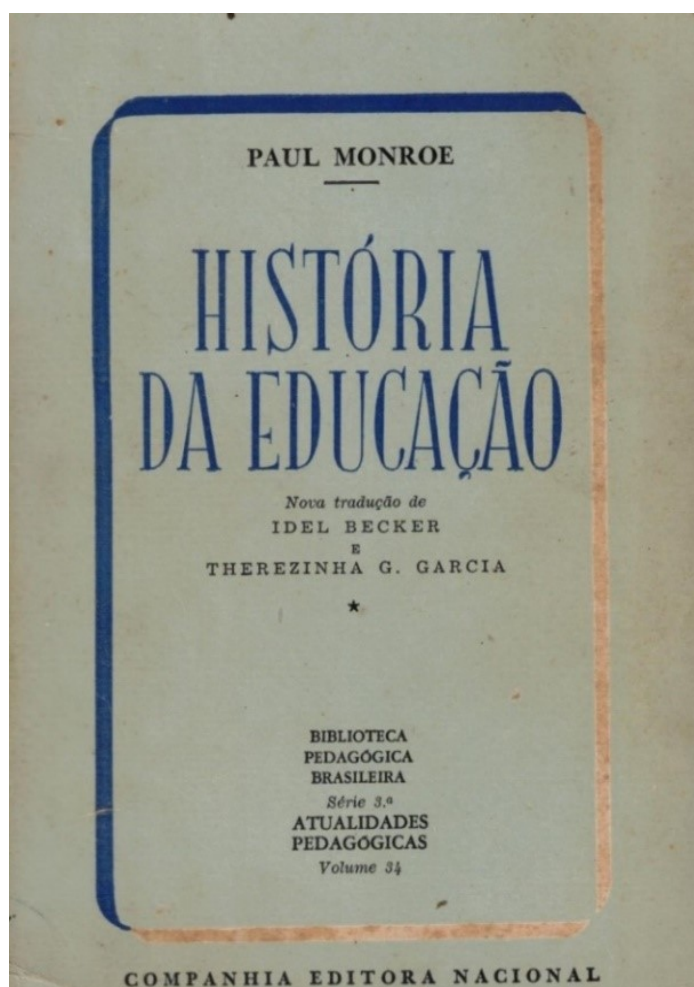
Ao relacionar os MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO de 1860 a 1960, pinçamos as citações de Paul Monroe e os respectivos anos em que ocorreram sua circulação.

Quadro 4 - Ano dos Manuais de História da Educação com Citações de Paul Monroe.

Ano	Nome do Manual
1902	Source Book of the History of Education (EUA);
1905	A Textbook of the History of Education
1907	A Brief Course in the History of Education (EUA);
1911-13	Encyclopédie of education (EUA);
1939	História da Educação (primeira tradução brasileira).

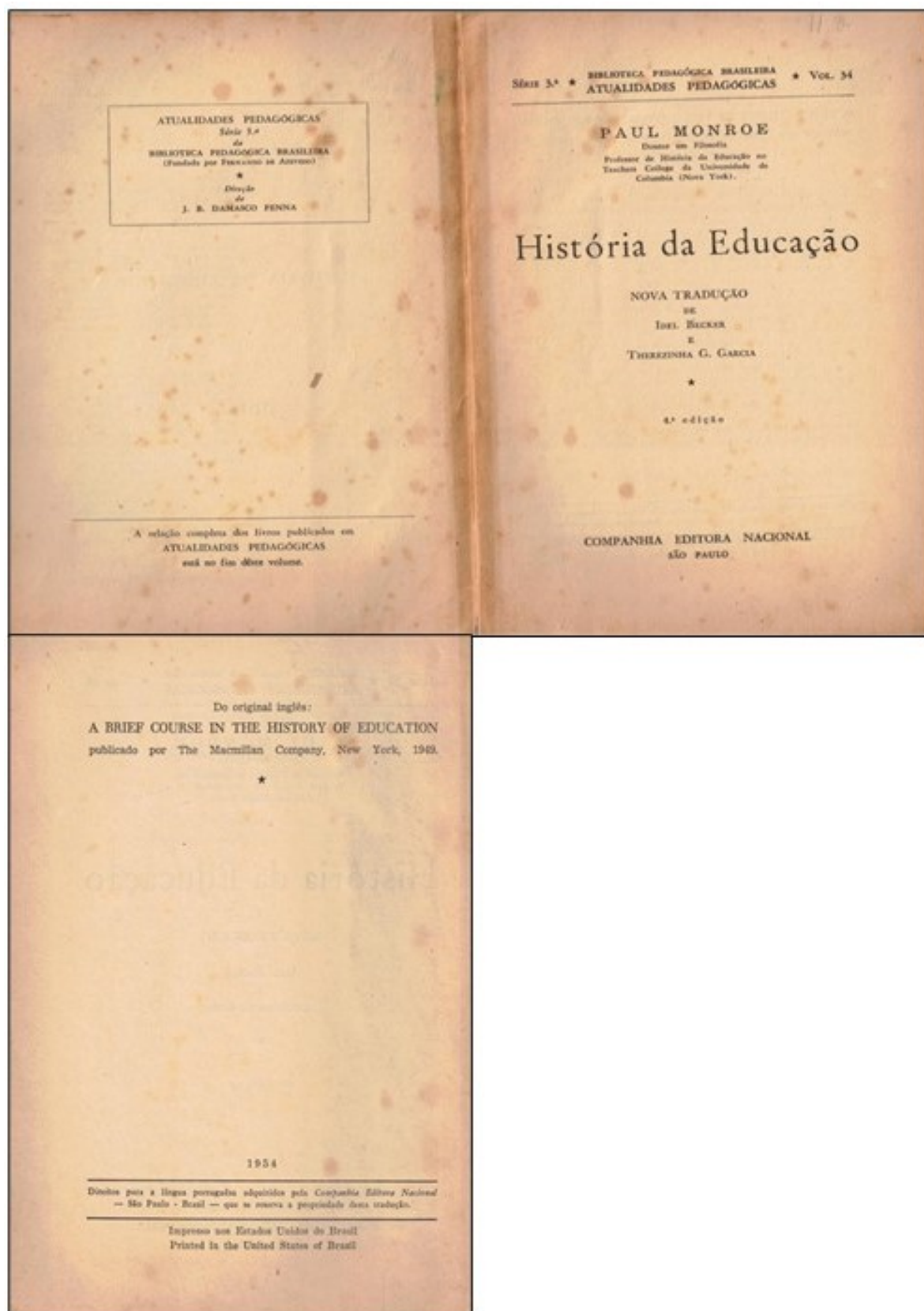
Fonte: Elaborado pelo autor. 2024

Conforme a análise realizada pela autora, observamos que não existiram novos títulos após a última obra de 1939, considerando, para tanto, apenas reedições com a relevante circulação que os manuais de Monroe angariaram no Brasil.

Figura 53 - PAUL MONROE. História da Educação. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas. Vol. 34. 4ª edição. 1954.

Fonte: Livro físico pertence ao autor.

Figura 54 - Folha de Rosto: Paul Monroe. História da Educação. 4ª Edição. 1954



A 4ª edição da obra História da Educação de Paul Monroe tem como estrutura de organização o Índice Geral, com prefácio do autor e uma apresentação sobre Paul Monroe com as temáticas divididas em XII Capítulos:

- Capítulo I – Povos Primitivos: a educação em sua expressão mais simples
- Capítulo II – Educação Oriental: a educação como recapitulação: a China como padrão
- Capítulo III – Os Gregos: a educação liberal
- Capítulo IV – Os Romanos: a educação como treino para a vida prática
- Capítulo V – A Idade Média: educação como disciplina
- Capítulo VI – A Renascença e a Educação Humanista
- Capítulo VII – A Reforma, A Contra-Reforma e o Conceito Religioso de Educação
- Capítulo VIII – Educação Realista
- Capítulo IX – O Conceito Disciplinar de Educação: John Locke
- Capítulo X – A Tendência naturalista na educação: Rousseau
- Capítulo XI – A Tendência Psicológica na Educação
- Capítulo XII – A Tendência Científica Moderna

Santos (1946) aponta que Monroe estava em evidência ao difundir o caráter prático de formação oratória em Roma, ao escrever que “as funções desempenhadas na sociedade moderna pelo púlpito, a imprensa, a tribuna judiciária, o debate legislativo, mesmo que pela Universidade, eram naqueles tempos desempenhados pelo orador”. Op. Cit. pg. 105. De: O conteúdo e os objetivos peculiares à educação romana (p. 86-87). Foi assim que, como assinala Paul Monroe,

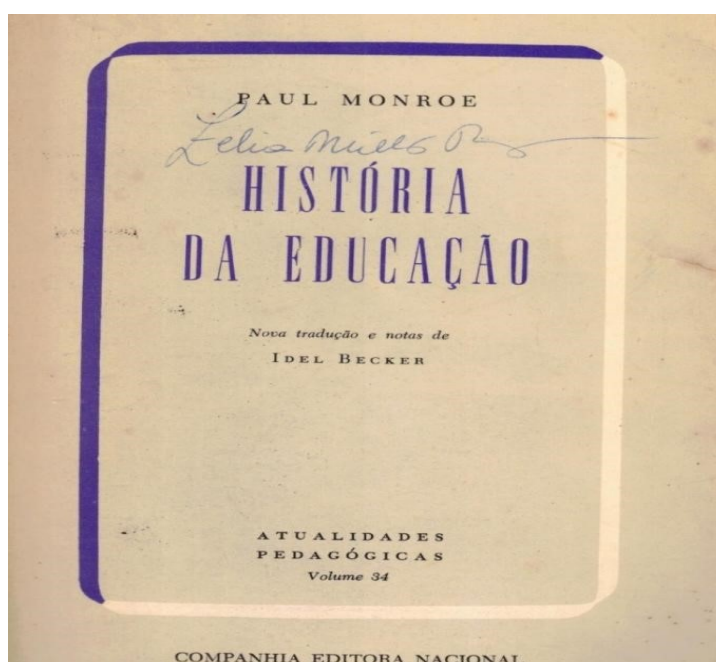
Coube aos gregos definir aquelas coisas que em todas as idades foram julgadas como supremos bens da vida terrena. Foram eles que nos ensinavam o debate estético, o vigor intelectual, a personalidade moral, a liberdade política e essa delicada excelência social que chamamos cultura. Coube aos romanos a missão mais prática, ou seja, a de fornecer meios às instituições para a realização desses ideais. Daí os romanos terem sempre sido considerados um povo utilitário.

Retomando as contribuições de Monroe, ao discorrer sobre a consequência do renascimento no domínio da educação, o autor assinala essa inversão de valores como “tremendos resultados para a educação”, ressalta Paul Monroe. Entretanto, por volta do séc. XV o que a princípio era meramente um meio, veio a ser considerado um fim em si mesmo. (1957, p. 137). No que se refere à produção teórica sobre o ensino da Reforma Protestante, contribuiu em sua obra com o título “Consequências da Reforma” para o ensino, no qual a essência da doutrina luterana é o racionalismo individualista, [...] (p. 145-146). Como resultado

era de se esperar que no domínio do conteúdo da educação, a influência da Reforma se traduzisse, principalmente, num extremado intelectualismo pedagógico com que se preparasse a razão individual para a descoberta de todas as verdades, mesmo daquelas das quais dependeria a salvação de cada um. Entretanto, isso não aconteceu e a escola, sob a influência protestante foi, pelo contrário, inteiramente dominada pelo mais estreito formalismo que, em lugar de abrir a inteligência humana aos ilimitados horizontes acenados pelos reformistas, passou a ser apenas um campo de infindáveis controvérsias religiosas, sem dar à inteligência nenhuma oportunidade de um verdadeiro desenvolvimento. Eis que a esse respeito, escreve o autorizado e insuspeito Paul Monroe: “O Liberalismo do pensamento e a ênfase da razão não consubstanciam na educação da época, não sendo nem formulados em doutrina, nem organizados em escolas, ou de qualquer modo expressos no espírito de algo indefinível da educação [...]” (1954, p. 146).

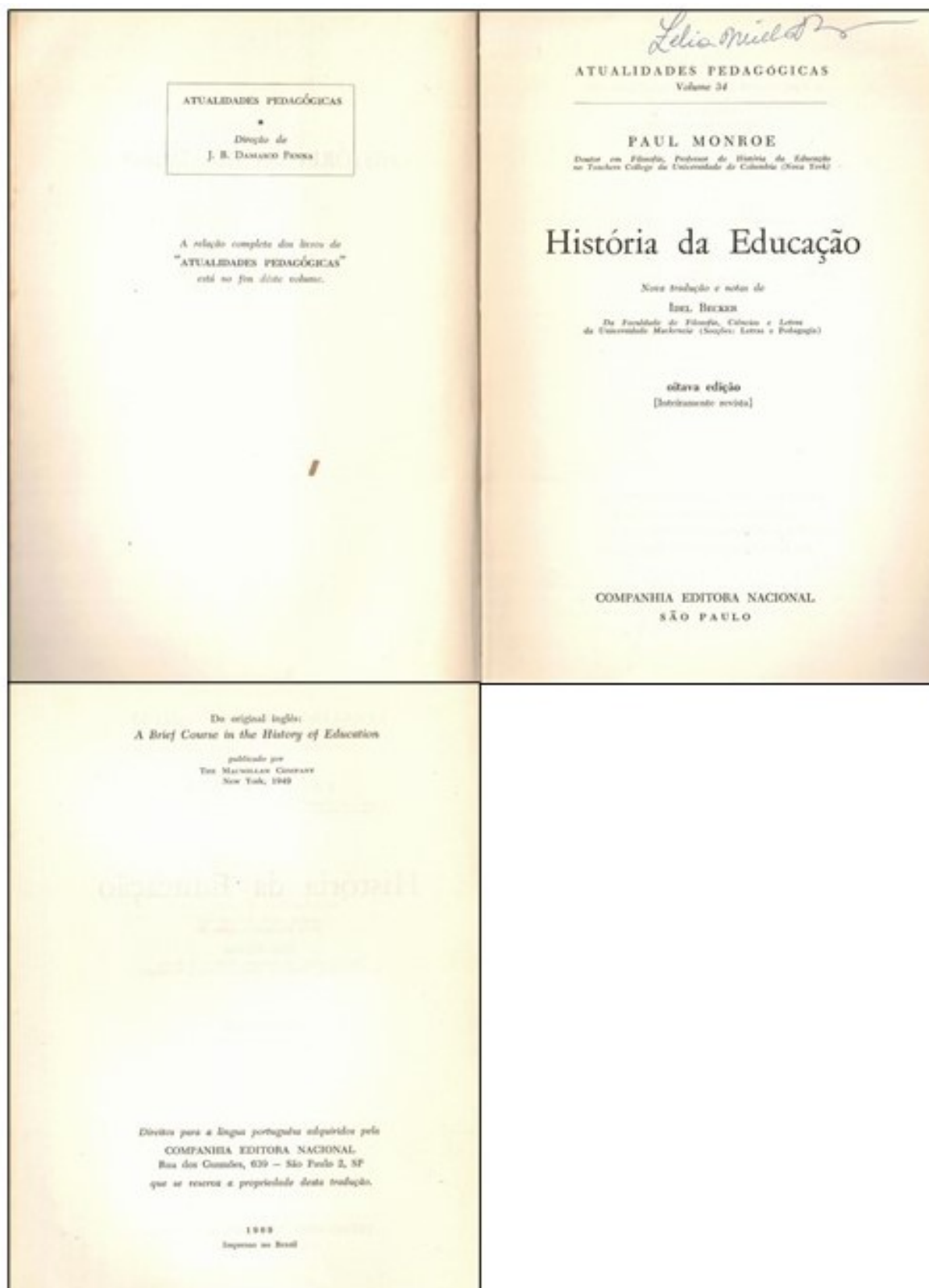
Ao tratar do tema A Obra Educacional e a Companhia de Jesus, dentro do grande tema Capítulo XIII: A Contrarreforma e a Educação, o autor Paul Monroe considerava que no juízo dos historiadores imparciais a obra da Companhia de Jesus nunca deixou de ser devidamente compreendida e exaltada. Assim, Monroe ressalta que “as escolas jesuítas foram as instituições educativas de maior êxito por 200 anos, educando muitos líderes da Europa nesse período, acrescentando que elas, as escolas jesuítas, “proporcionavam” não só a educação religiosa, mas também a educação secular mais perfeita dos tempos.

Figura 55 - PAUL MONROE. História da Educação. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas. Vol. 34. 8ª edição. 1969.



Fonte: Livro físico pertence ao autor. 2023

Figura 56 - Folha de Rosto. Paul Monroe. História da Educação. 8ª Edição. 1969



Paul Monroe, na sua 8ª edição do vol. 34 da obra História da Educação, apresentou algumas modificações em sua estrutura, como o aumento do número de capítulos para XIV e a relação de quadros cronológicos. A obra está assim organizada:

Índice

Prefácio

Paul Monroe na ótica do estudo de Henry Suzallo

Capítulo I – Povos Primitivos: a educação em sua mais simples forma

Capítulo II – Educação Oriental. A Educação com Recapitulação: A China como padrão

Capítulo III – Os Gregos. A Educação Liberal

Capítulo IV – Os Romanos. A Educação como treino para a vida prática

Capítulo V – A Idade Média. A Educação como Disciplina

Capítulo VI – O Renascimento e a educação humanística

Capítulo VII – A Reforma, a Contrarreforma e o conceito religioso de educação

Capítulo VIII – Educação Realista

Capítulo IX – O Conceito Disciplinar da Educação: John Locke

Capítulo X – A tendência naturalista na educação: Rousseau

Capítulo XI – A tendência psicológica na educação

Capítulo XII – A tendência científica moderna

Capítulo XIII – A tendência sociológica na educação

Capítulo XIV – Conclusões: A tendência eclética atual

Quadros cronológicos.

Em linhas gerais, a reedição não apresenta tantas novidades em termos enciclopédicos, mantendo sua linha de discussão, temas, organização, inovando apenas no aspecto da tendência sociológica da educação e conclusões quanto à tendência eclética atual e alguns quadros cronológicos.

2.3 Considerações Parciais

A aposta na elaboração desse capítulo alicerçou-se na perspectiva de conhecer e aprender sobre as prescrições propostas para os programas de ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Conseguimos reunir e instrumentalizar tantos materiais, realizando paralelamente um exercício de vestígios e resquícios da história.

Tentamos, por meio dessa reunião, estabelecer relações, aproximações e evidências no propósito de conhecer e compreender a dinâmica em que se deu a organização do currículo nas Escolas Normais de Minas Gerais, tendo como primeira referência as escolas normais modelo, que serviram como paradigma para as escolas pertencentes às circunscrições literárias e também, como no caso da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, as benesses da almejada equiparação.

No entanto, nos deparamos com lacunas consideráveis como a fragmentação das fontes, a dificuldade na localização de materiais ou fontes físicas como livros, manuais, cadernos de ex-alunas ou quaisquer outros registros que pudessem revelar, de forma mais contundente, a materialidade pretendida para o nosso campo de investigação. Como já elencado, trata-se da forma como se deu o ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal religiosa. Assim, felizmente conseguimos organizar um esquema lógico de apresentação da trajetória do currículo alicerçado às várias reformas, com os poucos programas de ensino observados em fontes documentais, diplomas e boletins de ex-alunas, bem como livros oficiais da instituição como Atas, Correspondências, Diários do Professor, Protocolos e ainda outros como folhetos soltos das almejadas Revistas de Ensino.

Ao nos aproximar do encerramento dessa parte, buscamos identificar quais foram os livros ou manuais de ensino utilizados na escola confessional, apostando inicialmente em autores católicos e brasileiros, podendo considerar também o diálogo e as proximidades com atores sociais que viveram ou passaram pela Escola Normal Oficial de Uberaba-MG como o próprio professor Leôncio Ferreira do Amaral, apresentado como professor da cadeira de História da Educação daquela instituição. Há evidências sobre a frequência e circulação do professor nas dimensões da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, o que nos leva a julgar que outras aproximações com finalidade didática possam ter ocorrido, como até mesmo afirma uma ex-aluna. Contudo, isso será discutido logo após as conclusões projetadas no desfecho dessa parte de nossa investigação. Diante disso, sinalizamos o nome de Paul Monroe entre as referências de manuais adotados na instituição Colégio Nossa Senhora das Dores.

Uma década após a inserção da disciplina História da Educação nos cursos de formação de professores (as) no Brasil, conforme já destacado, materializou-se o nome de Paul Monroe, em 1939, com sua História da Educação como instrumento norteador para o ensino dos conteúdos tratados na pauta dos Programas de Ensino, legalmente amparados na Legislação vigente/prescrições legais.

A circulação de autores internacionais no Brasil propiciou todo o arcabouço para a implementação dos conteúdos e dos Programas de Ensino a serem desenvolvidos com a inserção do ensino de História da Educação, principalmente nas Escolas Normais.

De acordo com dados preliminares, constatou-se que dos autores estrangeiros, Monroe foi um dos que mais circularam no Brasil desde sua divulgação por aqui. Tal popularidade acabou por influenciar o trabalho de autores brasileiros como o próprio Theobaldo Miranda Santos, que acabou recorrendo ao autor por diversas ocasiões, inclusive citando-o em seus Manuais de Ensino.

“A História da Educação, como estudo consagrado nos Estados Unidos, tem sua origem no estabelecimento de instituições de formação de professores, no século XIX” (Lorenz, 2009, p. 111-112). Nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, a expansão do ensino fundamental público ocorreu na primeira metade do século XIX, acompanhada da constatação da necessidade da formação de professores qualificados. De forma diferente, no Brasil primeiramente se preocupou com a criação de escolas no início da Primeira República, o que propiciou e legitimou desde o início a atuação de professores sem formação, de notório saber ou com formação primária, precarizando, assim, o cenário educacional que se encontrava em fase de “remodelação”, conforme termo utilizado por Guimarães (2016).

A primeira referência ao ensino normal na rede pública para a formação de professores nos Estados Unidos, professores das séries iniciais, concomitante à História da Educação como componente do currículo profissionalizante, surgiu em 1839.

Guimarães (2016, p. 91-92) realiza uma abordagem sobre conteúdos programáticos no campo da “História da Civilização e da Educação” para dois anos do Curso de Aplicação e explica que a primeira era matéria específica no primeiro ano do Curso de Aplicação, regulamentado por meio do Decreto nº 8225, baixado em 11 de fevereiro de 1928.

O desenvolvimento desse programa poderia proporcionar aos discentes normalistas uma visão panorâmica da história mundial – desde a Antiguidade até a criação da Liga das Nações no Pós I Guerra, quanto aos aspectos políticos, religiosos, econômicos, sociais e culturais; uma História Geral (sem nenhuma referência à História do Brasil) -, que poderia subsidiá-los no segundo ano, quando então seria estudada a História da Educação.

Quando estudamos os Manuais de Ensino percebemos aproximações semelhantes no que diz respeito aos conteúdos neles tratados, a ordem cronológica de evolução e organização do pensamento e das ideias, seguindo, aparentemente, um critério de linearidade temporal. Não foi possível contar os volumes de todas as edições dos Manuais de Ensino dos autores apontados nesse estudo. Contudo, oportunamente tivemos acesso a períodos esparsos, nos apoiando em autores nacionais e estrangeiros em circulação no Brasil, o que, de certa forma, nos possibilitou realizar análises importantes no que diz respeito às razoáveis fontes materiais encontradas como

registro de conteúdos em livros de escrituração, prescrição de programas de ensino na própria Revista de Ensino, conforme já elucidado nesse contexto.

Da página da Revista de Ensino, na qual consta parte do programa da Cadeira de Pedagogia, dentre vários temas tratados em todos os Manuais de Ensino, temos tanto temas em comum como a introdução aos povos primitivos, educação dos selvagens, a educação em sua expressão mais simples e ainda os primórdios da educação. Segue-se, nessa linha, o estudo dos povos do oriente, principalmente da China, sendo que poucos apontam os povos hindus, passando pelo pensamento clássico, com Grécia e Roma, perpassando o Cristianismo, a Idade Média (Alta e Baixa) e chegando à contemporaneidade.

Somente encontramos indícios da adoção do Manual de Paul Monroe no campo da História da Educação em uso na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Há registros de vários autores no campo de História da Civilização que podem ter sido utilizados no ensino de História da Educação, considerando as várias mudanças ocorridas nas Cadeiras que comportavam as disciplinas pedagógicas para formação na Escola Normal.

De forma similar à criação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, no ano de 1906, percebemos a necessidade da formação de docentes para atendimento das demandas projetadas no Brasil Republicano, no âmbito de suas convicções religiosas. Também embebidas pelas intenções locais, imersas a um *status quo* que se assentava às margens de uma sociedade conservadora e elitista, idealizava-se a execução de um Programa de Ensino para a formação de “suas normalistas” que atendesse às expectativas projetadas pela mentalidade da época. Houve uma tentativa por ocasião do projeto de equiparação às escolas do Estado de Minas Gerais, que se submeteram tanto às regras para usufruírem dessa “benesse” como também seguiram o currículo prescrito, mesmo sendo este ainda repleto de lacunas e seguido de várias e sucessivas modificações que sofreram devido às tantas reformas promovidas no campo da instrução educacional.

Ainda tomados pelas concepções e paradigmas identificados nos Programas de Ensino para as Escolas Normais Oficiais e Escolas Normais Equiparadas, com sua referência inicial na Escola Normal Modelo da Capital (Belo Horizonte), salientamos ainda no escopo dessa discussão que as várias modificações curriculares, realizadas principalmente nos cursos de formação de professores, foram motivadas principalmente pelas sucessivas reformas no gargalo educacional instalado naquele momento.

Dentre algumas das mudanças iniciais, temos o Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, que regulamentava a instrução normal e primária no Estado de Minas Gerais, que passou

a ofertar o curso normal abreviado e ainda não contava com a disciplina Pedagogia, o que referendou a impossibilidade da existência de conteúdos voltados à História da Educação.

Outra modificação ocorrida em 1908, o estudo de História e Educação Moral e Cívica, em obediência ao Decreto 2281, de 30 de outubro do corrente ano, determinou, no âmbito dos exames, que essas disciplinas fossem realizadas juntamente com o exame de geografia. Até 1911 não houve modificações significativas no Programa de Ensino, que seguia o Pedagogium adotado pela Escola Normal de Belo Horizonte desde fevereiro de 1911.

Em 1911 já eram percebidas algumas exceções à regra no que diz respeito à existência de cadeiras de Pedagogia, durante a gestão de Júlio Bueno Brandão (1910-1914), que tinha como Secretário de Interior o Sr. Delfim Moreira. Tal ocorrência se efetivou por meio de Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 3123, de 6 de março de 1911, com o currículo prescrito no Regulamento das Escolas Normais Regionais, em que, dada a possibilidade, poderiam talvez ser ministrados os ensinamentos das disciplinas História da Educação ou História da Pedagogia, enfatizando-se sua ausência na Capital.

Segundo Stephanou (2006, p. 297), pensar nas ciências pedagógicas enquanto papel delimitador do significado social de um processo de investigação histórica dos processos educacionais, enquanto constituição da disciplina História da Educação, e enquanto espectadores do seu protagonismo na história, temos que: “Tais conteúdos que figuram sob a forma de introdução indicam uma certa preocupação com a História da Educação como campo de produção de conhecimentos e não apenas como descrição dos eventos e personagens do passado educacional”.

Em 1915 as disciplinas de Geografia ou Chorografia do Brasil foram suprimidas do currículo e, em 1916 a disciplina de Pedagogia⁴⁰ voltou a figurar na Escola Normal da Capital, no contexto de um conjunto de disciplinas e de unificação da Grade Curricular. Em fevereiro de 1916 foi publicado o novo regulamento das Escolas Normais, por meio do Decreto nº 4524, que também modificou os Programas de Ensino. Nesse sentido, foi necessário que a gestão do Colégio Nossa Senhora das Dores, por ocasião da existência de sua Escola Normal Equiparada, procedesse à reorganização dos horários tanto da Escola de formação de normalistas quanto da

40 Guimarães (2016, p.79) julga esclarecer que é importante trazer a informação de que, por meio de programas oficiais, o tema história da educação foi colocado explicitamente em pauta; entretanto sua introdução de forma autônoma só viria a correr com a reforma de Francisco Campos (em 1928). Entre 1916 e 1926 em Minas Gerais ocorreu certa expansão na rede estadual de ensino com a criação de vários grupos escolares e escolas rurais. Outras reformas vieram, mas sem aspectos relevantes no sentido que aqui é tratado, ou seja, em termos de mudanças curriculares afetas às disciplinas Pedagogia e História da Educação.

Escola de Formação Profissional, e enviasse as alterações ao então Secretário de Interior, Sr. Américo Lopes.

Em 1917, dentre os docentes religiosos em atuação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, um professor civil, do sexo masculino, atuou na cadeira de Língua Portuguesa. Nesse ano as disciplinas História Geral e do Brasil e Educ. Moral e Cívica, como também Pedagogia e Higiene foram protagonistas, e poderiam ser ministrados (os) os ensinamentos de: História da Educação; métodos gerais do ensino; organização e gestão escolar; psicologia infantil e higiene; além de cuidados médico-práticos para as crianças.

A reação católica contrária à modernidade frente às mudanças sociais no paradigma enviesado em favor da preservação da identidade católica, foi permeada por aspectos sociais, arraigados à salvaguarda da instância familiar, configurada no espelho da sociedade elitista uberabense, alicerçada nos valores de cunho tradicional e nos princípios da moralidade católica.

Paralelamente, a trajetória de inserção do ensino de História da Educação no Brasil está arraigada ao percurso das primeiras Escolas Normais, conforme já sinalizamos, sendo a primeira delas a do Rio de Janeiro, em 1928. O protagonismo que se pode atribuir à inserção da temática História da Educação na pauta dos Programas de Ensino Oficiais só teve seu lugar de destaque à custa de latentes e necessárias reformas, o que somente ocorreu em 1928, no governo de Francisco Campos. A urgente demanda por instrução resultou da necessidade de serem gestadas novas escolas. Nesse contexto deu-se a criação das escolas isoladas, bem como dos famosos grupos escolares tão em evidência nos estudos da grande área História e Historiografia da Educação.

Em 1928, através do ofício nº 121 de 26 de abril, há registro de tratativa para retomada do ensino de francês, havendo, nesse sentido, a necessidade de reorganização de horários dos cursos de adaptação e do curso preparatório.

Em 1930 foi publicado um novo Regulamento das Escolas Normais, através do Decreto nº 9450 daquele ano, legislação solicitada por carta e oficialmente endereçada ao Secretário de Interior, Dr. Mário Casassanta. Ainda no ensejo cobraram o envio das Revistas de Ensino que consideravam ser muito úteis aos profissionais de seu quadro de magistério e que também contemplavam os Programas de Ensino vigentes.

Roballo (2023, p. 7) reafirma nossas constatações sobre o surgimento da disciplina História da Educação (HE) na Escola Normal Nossa Senhora das Dores em 1935.

A partir de 1930, a HE passaria a ser incluída nos currículos dos Institutos de Educação e Escolas Normais por todo o país. Nesse percurso, durante décadas, a HE foi encarada como uma disciplina de caráter utilitário, uma vez que ela tinha a função

de oferecer lições e exemplos do passado educativo para as futuras professoras e professores.

Em 1936 constatamos ter havido uma nova mudança no Programa de Ensino, com Aritmética para Matemática e acrescentando-se história com geografia no 2º ano do Curso Normal. Em 1938 a disciplina francês foi eliminada, incluindo-se Matemática no 3º ano do curso normal. Há ocorrência ainda no primeiro e segundo anos do Curso de Aplicação, da inserção da disciplina História da Civilização na Cadeira de Psychologia da Educação.

Durante o exercício de produção desse capítulo, foi observado que o exercício de escrita no âmbito de uma história disciplinar, dentro da própria História da Educação, requer habilidades minuciosas, o que ocorreu principalmente quando nos deparamos com lacunas, e frente às dificuldades ao acesso ou ao tratamento das fontes, da produção da própria fonte, a partir dos vestígios, principalmente por estes serem poucos, realmente escassos. Quanto à materialidade de uma fonte, quando ela não lhe diz muito, você precisa ir além de interrogá-la. Aprendi que devido às tantas alterações na Legislação Educacional, prescrições legais, disciplinas que entravam e saíam de forma latente, há a demonstração de quão defasada se apresentou a proposta curricular para a formação de professores nas Escolas Normais do início do século XX até seus meados.

No que diz respeito às ciências pedagógicas, com a criação de Cadeiras disciplinares para a educação, o próprio ensino de História da Educação adquiriu, ao longo do tempo, várias nuances, às vezes com personalidade própria como na História da Civilização, na História da Pedagogia e na História e Filosofia da Educação. Integradas ainda às Cadeiras ou Cátedras de Higiene e Pedagogia, seria uma simples nomenclatura talvez criada pelo Ministério da Saúde e Educação? Cumprir à risca o currículo prescrito para as Escolas Normais do Estado de Minas Gerais parece ter sido um grande desafio para a Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Na condição de escola equiparada, usufruindo de concessões e certos benefícios no âmbito da Legislação Educacional, certas manobras parecem ter sido criadas na escola para de certa forma burlar ou manipular o sistema, seja no quesito isenção (gratuidade) assegurada a oferta de vagas a moças pobres, ou mesmo em se tratando do cumprimento das diretrizes curriculares, como percebemos em registros oficiais cujo teor sempre foi carregado de uma certa morosidade.

Na ótica do ente estatal, consideramos que a referida isenção, nos pequenos períodos em que ocorreu não se efetivou de fato, levando-se em consideração que a Instituição sempre reservou quantitativo de vagas na Escola Normal para jovens normalistas pobres, salientando aqui novamente o perfil de efemeridade pelo qual passava a Escola Normal Oficial da cidade tão já evidenciada nesse estudo. Retomando-nos novamente à questão burocrática,

transcrevemos, abaixo, registro de correspondência, enviado ao Ilmo. Sr. Adão Lopes, em 22 de abril de 1937:

Envio-lhe a lista do corpo docente deste estabelecimento. Aproveito a oportunidade para solicitar de V. Excita. O reconhecimento do “Externato S. José”, como classes anexas, para efeito das práticas profissionais do 3º ano normal e Curso de Aplicação. Outrossim, peço a V. Excita, o efeito da validade de promoções dos exames de 4º ano do mesmo externato, junto às mesmas classes anexas. Aguardando resposta, subscrevo-me agradecida. Irmã Nelly – secretária. Irmã M. Thomazia – diretora. (Livro de Registro de Correspondências, 1905-1938, p. 48-49).

Quanto aos Manuais de Ensino, em especial os que faziam referência ao ensino da disciplina História da Educação, há registro de referência e conteúdo. Entretanto, nenhum material físico foi encontrado no acervo, arquivo ou biblioteca, sendo apenas evidências. Nesse sentido, avançaremos na discussão, procurando ainda elucidar, no próximo capítulo, algumas questões aqui deixadas sem o devido respaldo.

Percebemos que os programas de ensino passaram por importantes modificações próximas do final dos anos 1950, podendo considerá-las aperfeiçoadas para aquele momento. No que se refere aos conteúdos tratados nos Manuais de Ensino observados, partindo das várias evidências de que possam ter sido utilizadas, nos remontamos a Theobaldo Miranda Santos, de vertente católica e de Ruy de Ayres Bello, de vertente católica e, um pouco mais tarde, o estrangeiro com considerável circulação pelo Brasil, Paul Monroe. Temos em conta que a partir das constatações de Guimarães (2016, p. 95)

A História da Educação também era apresentada sob um viés cronológico e evolutivo, a partir da Grécia até o momento em que se vivia, enfocando as características da educação no que se refere aos modos de ensinar, mas dava-se também grande ênfase às contribuições dos pensadores/educadores de maior destaque (religiosos ou laicos), desde Lutero a Dewey, no sentido de seus legados para a educação.

Dessa forma, ao observarmos o trabalho de transcrição de Guimarães (2016), constatamos as fortes influências desses autores, bem como as relações existentes nos conteúdos programáticos tratados no Decreto nº 8255, de 11 de fevereiro de 1928.

A instituição Colégio Nossa Senhora das Dores se servia não tão somente da almejada equiparação regulamentar junto às escolas públicas do Estado de Minas Gerais, mas também da publicização dos programas de ensino divulgados nos impressos da Revista de Ensino de Minas Gerais, além dos desdobramentos inerentes à Legislação Educacional brasileira em vigência, das prerrogativas e normativas nacionais e estaduais, procurando desenvolver, em seu módulo, as prescrições legais estabelecidas para o Estado de Minas Gerais.

Desse modo, as evidências apontam para o desenvolvimento de um trabalho educacional voltado à formação de professores, *pari passu* com a legislação educacional mineira, dentro de suas bases curriculares, haja vista a legitimação da situação do Colégio como Escola de segundo Grau reconhecida.

Constatamos que o ensino da disciplina História da Educação na instituição acompanhou a latência e grande vazio ao longo da história da Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Para além da nomenclatura, enquanto estabelecendo aproximações com as demais ciências da Pedagogia, como a História da Civilização, a História da Educação, ou mesmo ainda sendo componente germinado com alguma das cadeiras existentes, que não a sua própria, ela ali se encontrava, ao identificarmos que, no final dos anos 1960 ela se apresentava como uma disciplina não obrigatória de formação livre.

3 MEMÓRIAS DOCENTES E DISCENTES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES

Neste capítulo pretendemos resgatar as memórias de ex-docentes e ex-discentes no contexto de ambientação na qual se realizou o ensino e a aprendizagem disciplinar da História da Educação, nos períodos em que esta teve sua configuração presente nas grades curriculares da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores, que abrange o período de 1928 a 1971.

Buscaremos compreender que elementos e ações permearam as práticas de ensino da disciplina História da Educação, a partir de um exercício de imersão em um primeiro momento, no propósito de identificar como se efetivou a formação dos docentes que atuaram na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, assimilar que estratégias eram adotadas no recrutamento para ocupação da referida cadeira de ensino, inquirir sobre a possível experiência profissional no tocante ao ensino da disciplina e a trajetória profissional durante o período de atuação dos docentes em exercício na Escola Normal.

Pretendemos ainda identificar a proveniência dos discentes que foram admitidos na Escola Normal, como foram suas experiências de aprendizagem no ensino da disciplina e sua trajetória no interior da instituição religiosa. Por conseguinte, trataremos dos conteúdos de História da Educação disseminados na Escola Normal e sua relação com ideias reacionárias, conservadoras e progressistas.

Por fim, pretendemos compreender como eram estruturadas as práticas de ensino da disciplina História da Educação, amparados pelo entendimento de como eram articuladas as ações metodológicas e a disponibilidade dos materiais de ensino utilizados ao longo do período a que se refere essa investigação.

3.1. Sobre os docentes de História da Educação na Escola Normal

O ensino da disciplina História da Educação em escolas normais confessionais durante o século XX, na cidade de Uberaba, provavelmente refletiu um arcabouço de características e valores específicos dessas instituições que comumente eram norteadas por princípios religiosos, considerando, para tanto, a predominância do catolicismo na dinâmica da ordem religiosa instalada em Uberaba: as Dominicanas de Monteils. A Escola Normal Nossa Senhora das Dores acabou desempenhando um papel significativo na formação de professoras com a articulação da prática pedagógica a valores morais e religiosos.

Ao discorrer sobre reflexões teóricas no campo da História das Instituições educacionais, Gatti JR. (2000, p.141) contribui com seus apontamentos sobre mudanças de enfoque na pesquisa Histórico-Educacional brasileira, considerando que as inovações paradigmáticas ou de procedimentos de investigação no campo da História tiveram impacto sobre a produção da História da Educação dos últimos vinte anos.

Nessa circunstância, a disciplina História da Educação na Escola Normal religiosa Nossa Senhora das Dores, e em tantas outras correlatas, provavelmente foi ensinada com amparo em uma perspectiva que dava um valor de destaque aos preceitos anteriormente elencados. A disciplina em questão poderia estar coerente com essa conjuntura, com forte ênfase na história das instituições religiosas e da sua contribuição para a educação, o que buscaremos compreender e responder, bem como na atuação de personalidades religiosas e a consolidação de concepções éticas no paradigma de desenvolvimento da educação ao longo do tempo.

A ênfase dada à educação feminina para o exercício do magistério dava-se segundo os princípios religiosos da instituição, bem como nos propósitos e na disposição para a vida social que a normalista poderia assumir tanto no que diz respeito ao status e ao prestígio da profissão na época, assumindo seu lugar no status quo social, constituindo família e cuidando do lar e de sua sucessão. A partir desta última consideração, percebemos, ao analisar a grade curricular, que anteriormente à criação da Escola Normal e, em seguida à sua instalação, foram mantidos cursos como os de pintura, música e piano.

A Escola Normal enfrentou uma série de mudanças e desafios que acompanharam a Legislação vigente passando por um encadeamento de regulamentações normativas de caráter governamental, significando a proposição de adequações e mudanças nos currículos que implicariam em um conjunto de transformações sociais, impactando a formatação e estrutura de como a disciplina História da Educação era ensinada e como os professores eram formados nessas instituições. Portanto, há que se considerar o capital cultural reunido pela sociedade liberal e a Igreja que, arraigadas à produção de “verdades” irrefutáveis, privilegiaram disciplinas potencialmente acadêmicas e humanísticas contaminadas de personalidade enciclopédica.

Os docentes responsáveis pelo ensino da disciplina História da Educação no século XX, que acontecia nas próprias escolas normais, muitas vezes eram formados e recrutados de acordo com requisitos e práticas da época. Nesse sentido, torna-se relevante considerar que tanto a formação como as práticas educacionais sofreram mudanças significativas ao longo do século e, dessa conjuntura, resultaram implicações importantes nas esferas políticas, sociais e educacionais.

Muitos professores não possuíam necessariamente a formação específica para atuar na área⁴¹. A formação geral poderia ser em Pedagogia com o advento das Faculdades de Filosofia ou áreas relacionadas, ou com formação em Ciências da Educação, onde seriam adquiridos os conhecimentos sobre História da Educação, por meio de cursos complementares, leituras especializadas⁴² e experiência prática⁴³. Reforçamos que a formação desses docentes era considerada mínima e ainda precária, sendo realizada muitas vezes durante a vida acadêmica

⁴¹ No caso da Escola Normal Oficial de Uberaba, retomamos como exemplo o professor Leôncio Ferreira do Amaral, que veio de Belo Horizonte para assumir a Cadeira de História da Educação e a direção interina da instituição pública para formação de professoras e professores. A LEI N.º 284, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1948, restabelece a Escola Normal de Uberaba, revogando o disposto no art. 1º do Decreto Lei n.º 8.245, de 15 de fevereiro de 1928, sendo contemplado na referida data o Art. 2º - O estabelecimento cujo ensino é restabelecido por esta lei funcionará nos termos do Decreto lei n.º 1.873 de 28 de outubro de 1948. Acompanham a referida Lei o Art. 3º, Art. 4º e Art. 5º. Assina o referido Decreto, dado no Palácio da Liberdade, em 23 de novembro de 1948, Milton Soares Campos, Abgar Renault, José de Magalhães Pinto.

⁴² Através das Revistas de Ensino: criada no final do século XIX no governo Afonso Pena, ao realizar a primeira Reforma no ensino do período republicano. Nesse período, o Secretário de Interior – Silvano Brandão – era o responsável pela educação no Estado. Tal Reforma, implementada a partir da Lei n.º 41 de 3 de agosto de 1892, criava, no parágrafo 18, do artigo 27, a Revista de Ensino. (p.1,2009) *A Revista de Ensino e as Reformas Educacionais Mineiras: Formando Professores e Modernizando as Escolas (1925-1930)*.

⁴³ Uma das depoentes, em conversa informal, que optou por não se identificar na participação da pesquisa, por questões pessoais e mesmo profissionais, relatou que foi aluna e docente na Escola Normal Nossa Senhora das Dores: “ensinava a disciplina História da Educação sem material físico, não tinha nenhum livro ou caderno não. Lecionava com o que tinha na memória, pelas lembranças do registro das matérias que estudávamos, escrevíamos muito enquanto alunas da Escola Normal e como faltavam muitos professores, fui uma das professoras leigas convidadas a lecionar a matéria. A irmãs passavam a matéria não me lembro de nomes de autores de livros ou manuais como você pergunta”. O ensino pela experiência enquanto ministrado pelas religiosas era como algo divino e legitimado, considerando os conhecimentos que elas possuíam.

nas escolas normais. Portanto, nessas instituições os futuros professores recebiam uma formação pedagógica básica, que poderiam incluir disciplinas como história da pedagogia, psicologia educacional e práticas de ensino, sendo a História da Educação uma das disciplinas que poderiam ser incluídas no currículo das escolas normais. Sinalizamos que a formação e a atuação de professores do ensino disciplinar da História da Educação no século passado desempenharam um papel fundamental na transmissão de conhecimento histórico sobre a educação e na formação de futuros educadores ao longo daquele período.

A fim de uma melhor compreensão, consideramos um exemplo hipotético para a situação de um docente “leigo”, uma vez que se este assumisse uma cadeira de ensino, poderia, por afinidade ou interesse de conteúdo, considerar, haja vista os propósitos atribuídos na estrutura curricular vigente que esta poderia estar unificada ou integrada a outras áreas do conhecimento, como já constatamos na cadeira de pedagogia, imbricada aos conteúdos de saúde e higiene. Os mestres deveriam certamente estudar os conteúdos que não tivessem domínio através dos programas de ensino, que muitas vezes contemplavam assuntos e temáticas previstos nas grades curriculares para que pudessem ter alguma propriedade sobre os conteúdos a que se propuseram disseminar enquanto responsáveis pela cadeira em questão. Vidal; Faria Filho, (2009, p. 2) apontavam que o entendimento da História da Educação como um campo autônomo, apartado da Filosofia da Educação era à época fenômeno recente e não de todo consolidado no seio da Pedagogia.

Constituída como disciplina escolar, em geral em proximidade com a filosofia da educação, impregnada de uma postura salvacionista e tribuna de defesa de um ideal de educação popular, à história da educação foi delegado o lugar de ciência auxiliar da Pedagogia. Sua função era, no dizer de Mirian Jorge Warde, responder à necessidade de futuros professores cogitarem de o dever ser educacional, dos valores humanos mais elevados a serem preservados e despertados pela prática da educação, o que a transformava menos em uma ciência matriarcal como a sociologia, a psicologia ou a biologia, e mais em uma disciplina formadora. Nascia, portanto, para ser útil e para ter sua eficácia medida não pelo que é capaz de explicar e interpretar dos processos históricos objetivos da educação, mas pelo que oferece de justificativas para o presente. (Grifos dos autores). (Vidal; Faria Filho, 2009, p. 9)

No arcabouço da citação acima, os autores resumem que era a expressão que Mirian Jorge Warde denominou pragmatismo moral e do que Clarice Nunes chamou de “permanência dos valores de uma civilização cristã”.

Em princípio, o exercício da docência para disseminação de conhecimentos em quaisquer áreas de ensino, no curso de formação de professoras da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, inclusive sobre os ensinamentos da disciplina História da Educação quando de sua configuração nas grades curriculares da instituição de ensino, ficava então, a cargo de

investidura dos docentes às respectivas “cadeiras de ensino⁴⁴”, por vezes ocupadas majoritariamente pelas próprias religiosas que compunham o quadro da instituição⁴⁵.

Atribuídos da responsabilidade sobre a formação das jovens normalistas, fazia-se necessário que as religiosas fossem mestras munidas de formação relevante e adequadas à “missão” que lhes tinha sido confiada e, nesse sentido, tivessem os saberes necessários à realização desse propósito. Antes de assumirem tais atribuições, geralmente permaneciam um tempo considerável no exterior, ocasionalmente na França, para que pudessem passar por um processo de formação e aperfeiçoamento, geralmente chegando a obter título de doutoramento na Université Sorbonne.

Entendemos que, embora no início a Escola Normal contasse somente com as religiosas na composição do corpo docente para a formação de suas discentes, amparadas por um pedagogismo alinhado a uma base curricular instável e fragilizada, provavelmente o exercício da docência ocorria por meio da formação enciclopédica, com forte influência positivista e religiosa, influenciada pelos valores inerentes às normativas da instituição.

Portanto, ainda que de antemão, saibamos que a instituição usufruía dos privilégios no que se refere à equiparação junto às normas de regulamentação normativa para instrução pública no Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, a instituição de ensino desfrutava das vantagens previstas na legislação como as instruções normativas, regulamentações, decretos, do recebimento de materiais de ensino, suporte e atualizações no âmbito das prescrições e programas de ensino vigentes nas grades curriculares com suas reformulações e atualizações, inclusive contando com as benesses oferecidas por isenções fiscais em retribuição à oferta de bolsas de estudos para moças pobres.

Entendemos que diante da conjuntura organizacional da instituição, desde a criação da Escola Normal sob responsabilidade das religiosas enquanto formadoras, essas promoviam arranjos e rearranjos na perspectiva de ministrarem o ensino considerado adequado à formação das futuras professoras primárias. O notório saber, como indicaremos inicialmente, no que concerne à personalidade docente das religiosas, apoiaria naquele momento a disseminação dos conhecimentos necessários à formação do saber intelectual em História da Educação,

⁴⁴ De acordo com Riccioppo Filho, “Na verdade, as críticas envolvendo funcionários das escolas normais eram antigas, principalmente no que se refere à formação. O preenchimento das cadeiras dessas escolas com professores qualificados, com formação para o magistério, era uma tarefa difícil em face da escassez desses profissionais, o que, por sua vez, era fruto de baixos rendimentos que a docência propiciava”. Mesmo os professores egressos das escolas normais, em geral, abraçavam a docência mais por necessidade do que por vocação, vindo a ocupar cadeiras da instrução pública (preferencialmente) ou do sistema privado de ensino. (2007, p. 168-169).

⁴⁵ Constatamos a responsabilidade inicial pelo ensino de disciplinas no campo das Ciências Humanas (História da Educação, História do Brasil, Educação Moral e Cívica), por Irmã Eugênia Maria.

considerando, para tanto, transmitir uma história factual alicerçada nos interesses históricos intrínsecos aos eventos concorrentes ao fortalecimento da fé católica, figurando como um instrumento de doutrinação, conforme os interesses inerentes ao paradigma hodierno voltado primeiramente à educação feminina e depois à profissionalização docente.

A Escola Normal Nossa Senhora das Dores, de cunho religioso, extinguiu-se com o tempo. Com o advento das constantes reformas do ensino, foi inserida outra conjuntura frente às novas proposições e exigências no que se refere à formação de docentes no Brasil, implicando sua ressignificação no paradigma educacional, objetivando a formação de professores em nível superior, concomitante às políticas de aperfeiçoamento, com formação continuada no serviço, dentre outras singularidades. O Colégio, enquanto instituição de ensino reestruturou-se, ao longo dos anos, acompanhando as sucessivas reformas, adquirindo personalidade empresarial; porém, ainda se encontra arraigado ao estigma de colégio das freiras, do lugar que abrigou a escola normal, que cumpriu, durante sua existência, os propósitos em razão dos interesses e valores morais e familiares inculcados na sociedade uberabense, bem como dos inerentes à própria congregação.

Em razão dessas transformações, a presença das religiosas não se legitimava como uma relação de pertencimento no espaço etnográfico da instituição, já nas últimas décadas do século passado, potencializando certas tensões, o que acabou instituindo a inserção de uma gestão composta por profissionais leigos à frente da direção e gerência da instituição. Essa situação propiciou a instalação das últimas dominicanas em uma espécie de retiro, para que pudessem “descansar” após o cumprimento da “missão” que lhes foi confiada por mais de um século.

Algumas das ex-mestras religiosas se encontram em regime de clausura e se recusam a receber visitas para dialogar quando o tema principal se refere à instituição. Abrimos aqui um parêntese para uma importante observação que diz respeito a essa categoria de análise, salientando que após as várias tentativas de contato com algumas das mestras religiosas, conseguimos falar com uma delas, que identificaremos como IR.BMN*, via contato telefônico. Ela afirmou, de forma contundente, que: “Já não ocupamos mais a instituição; não temos nada a dizer ou a contribuir. Estamos adoecidas e cansadas e ainda acabamos de sair de uma pandemia. O melhor que você tem a fazer é procurar a atual gestão da instituição, já que a condução do lugar está sob a gestão da diretora leiga Marta Fabri.

Parte considerável das docentes formadas na Escola Normal ou em cursos como o clássico ou científico, passaram por alguma experiência docente na própria instituição, em especial as formadas no magistério que ocupavam lugares de regência nas salas de aula dos anos iniciais da educação básica. Muitos dos saberes apregoados pelas docentes atuantes na

instituição foram certamente baseados nos aspectos didáticos, pedagógicos e por que não, religiosos. Essas práticas geralmente ocorriam nas salas anexas, nos externatos mantidos pela instituição e na escola referência para as práticas ou estágio que aconteciam inicialmente no Grupo Escolar Brasil.

Uma parte significativa dos egressos ia para o ensino superior complementar de sua formação e se especializava em sua área, ou em qualquer outra área de conhecimento no campo da educação, realizando a transição, via análise curricular, da docência do Colégio Nossa Senhora das Dores para a então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA). Também idealizada e conduzida pelas irmãs dominicanas, na faculdade a base formativa era para a profissão docente na educação, principalmente para atuação na educação básica, que se realizava no curso de Pedagogia, com atribuições de aulas para os profissionais admitidos nessa nova conjuntura para a formação do professorado.

Algumas das ex-docentes que atuaram na Escola Normal Nossa Senhora das Dores não se colocaram à disposição para contribuir com nossa pesquisa, das quais nomes relevantes no cenário educacional uberabense que alegaram, mediante algumas motivações citadas, já terem contribuído no que poderiam com a educação, não terem interesse ou disponibilidade, e outra devido estar com a saúde debilitada, não tendo demonstrado, nenhuma delas, estarem interessadas em participar de alguma forma.

Em suma, ao nos debruçarmos sobre os arquivos da instituição, percebemos que, por vezes, o quadro docente era formado pelas religiosas até que docentes leigos ingressaram na instituição, por meio de seleção criteriosa, geralmente por meio de testes de aptidão ao magistério e por reconhecimento e idoneidade moral, com aplicação de aula temática prática na qual comprovavam estarem aptos a ocupar as cadeiras de ensino da instituição. Nesse sentido, conforme extraído do regulamento da instituição, em seu Capítulo II, quanto ao corpo docente:

O Colégio Nossa Senhora das Dores é constituído pelas irmãs da ordem de São Domingos, ou por professores contratados e de reputada idoneidade moral e profissional. Aos professores contratados, serão asseguradas as garantias das leis em vigor. Compete aos professores: a) Cumprir e fazer cumprir o regulamento; b) Ser fiel aos horários de aulas; c) Promover um ensino suficiente, observando rigorosamente os programas oficiais e as determinações das autoridades escolares; d) Atribuir notas mensalmente, mediante arguições regulamentares; e) Constituir as bancas examinadoras designadas pela diretora; e f) Manter uma conduta irrepreensível, à altura de seu cargo. O pagamento aos professores será feito mensalmente, conforme as condições estipuladas no contrato, sendo-lhes descontadas, nos vencimentos, as falhas que devem, sem motivo ou causa justificada. Serão justificadas as falhas dos

professores quando verificadas por motivo de gala ou nojo⁴⁶, no máximo 8 dias, ou se ocasionada por motivos imperiosos, convenientemente comprovados. (Assinam o referido documento a diretora Irmã Maria Tomásia, vice-diretora: Irmã Maria Margarida, a Economa: Irmã Maria Aiméc; e a Secretária Irmã Maria Lúcia).

De modo geral as bancas eram compostas por religiosas, acompanhadas por inspetores ou fiscais de ensino, que avaliavam a postura, aspectos didáticos, conhecimento teórico e a forma ou estratégias de como disseminariam os conhecimentos para as estudantes daquela instituição.

Oportunamente consideramos que, como as cadeiras de ensino em muitos momentos agrupavam nomenclaturas disciplinares distintas, um ou outro docente acabava se ocupando de mais disciplinas existentes em uma mesma cadeira. Sendo assim, as fontes não revelaram, de forma contundente, quais foram os docentes responsáveis pelas disciplinas, que poderiam estar atreladas a uma ou outra cadeira de ensino. Mais adiante teremos uma melhor fundamentação quanto à movimentação dos docentes e uma perspectiva mais bem elaborada no que se refere à movimentação destes, na dinâmica de funcionamento da instituição, podendo nos aproximar de algumas conclusões para a compreensão do segmento docente. Com as contribuições teremos um melhor entendimento do contexto de trabalho no qual se deu o ensino da disciplina História da Educação, sua incorporação, a trajetória dos docentes, enquanto discentes em processo de transição ou colaboradores na cena educacional da Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

Dentre os docentes na instituição, temos a presença de Leôncio Ferreira do Amaral, que não é considerado um professor de cadeira cativa na instituição; porém, ao exercer essa presença, conforme saberemos um pouco mais adiante, tem sua parcela de contribuição na disseminação de conhecimentos tanto no campo da História da Educação como na Filosofia da Educação. Eunice Pulher também era destaque entre os docentes leigos na instituição e teve uma trajetória longínqua tanto no que se refere à instituição, como também na Escola Normal, na docência, e na área burocrática da instituição. O ensino disciplinar da História da Educação foi marcado pela efemeridade, ausência de informações mais contundentes sobre sua aplicação, disseminação e exercício da docência. Ao longo da investigação, fomos compreendendo a lógica na qual foi demonstrado o seu protagonismo e do quanto ela esteve em evidência. Apresentadas as suas lacunas, fragilidades, percebemos suas facetas na Filosofia da educação, na História da Civilização em meio à História do século XX. Portanto, Favaro e Silva (2014, p.190), observaram, à luz de suas constatações, que a disciplina História da Educação foi

⁴⁶ Licença gala, também conhecida como licença para matrimônio, tratava-se de um direito trabalhista previsto no art. 473 da CLT. A licença nojo, foi incorporada aos direitos trabalhistas, quando da consolidação da CLT, com destaque no art. 473, promulgada em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas.

amplamente valorizada, ocupando posição de destaque no que se refere em termos de presença e constância nos currículos das instituições de formação de professores, após análise de um fragmento de Monroe. Corroboramos com Suzzallo (1976) que propõe que na “narrativa histórica de Paul Monroe constata-se um esforço em enquadrar a História da Educação como parte integrante (e mesmo fundamental) na História da Civilização.

3.2. Sobre os discentes de História da Educação na Escola Normal

A educação feminina é o mote balizador que sustentará as colocações, reflexões e a formação de ideias que oportunizaram tanto a formação da normalista, em sua trajetória enquanto discente, em especial ao aprender sobre o ensino de História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores quanto para a compreensão de sua formação para a família e seu lugar na sociedade uberabense e na região. Nesse paradigma sinalizamos que há um público seletivo, mas também há que se considerar um universo heterogêneo no contexto das várias realidades de origem dessas estudantes presentes em distintos momentos, considerando-se o lugar no qual foi oportunizada a formação como professora, em particular, enquanto da configuração da disciplina (História da Educação) nos programas de ensino ao longo da duração intrínseca ao interesse temporal de nossa investigação (1928-1972).

A instalação da Escola Normal Nossa Senhora das Dores (1905-1906) anexa ao Colégio Nossa Senhora das Dores materializou-se em um paradigma de prosperidade na dinâmica de desenvolvimento da região do Triângulo Mineiro, com sua localização privilegiada na configuração geográfica do Brasil Central, conforme já salientado em outro momento, o que propiciou uma heterogeneidade no contexto de origem das estudantes que se candidatavam à matrícula na Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

A admissão na Escola Normal ou recrutamento das aspirantes a normalista seguia parâmetros rigorosos de formação no contexto da educação feminina. Frequentavam a escola alunas internas oriundas de propriedades rurais e de cidades da região ou próximas como Veríssimo, Araxá, Araguari, Conquista, Uberabinha, Monte Alegre, Sacramento, Franca, Ituverava, Barretos, dentre outras mais distantes. Muitas filhas de fazendeiros também da região que, quando próximas à cidade, acabavam morando com familiares, ou ainda se resignando ao próprio regime de internato, encontrando seus familiares nos finais de semana, no interior do Colégio, ou fora dele, ou talvez indo para casa em uma visita breve.

O número de alunas internas era frequentemente inferior ao número de externas, tendo a situação se agravado sobremaneira entre 1921 e 1922⁴⁷. Consideramos aqui, como alunas externas as oriundas de cidades da região ou de propriedades rurais, que, se alojavam nas dependências da instituição, já que suas famílias lhes confiavam a educação às missionárias religiosas.

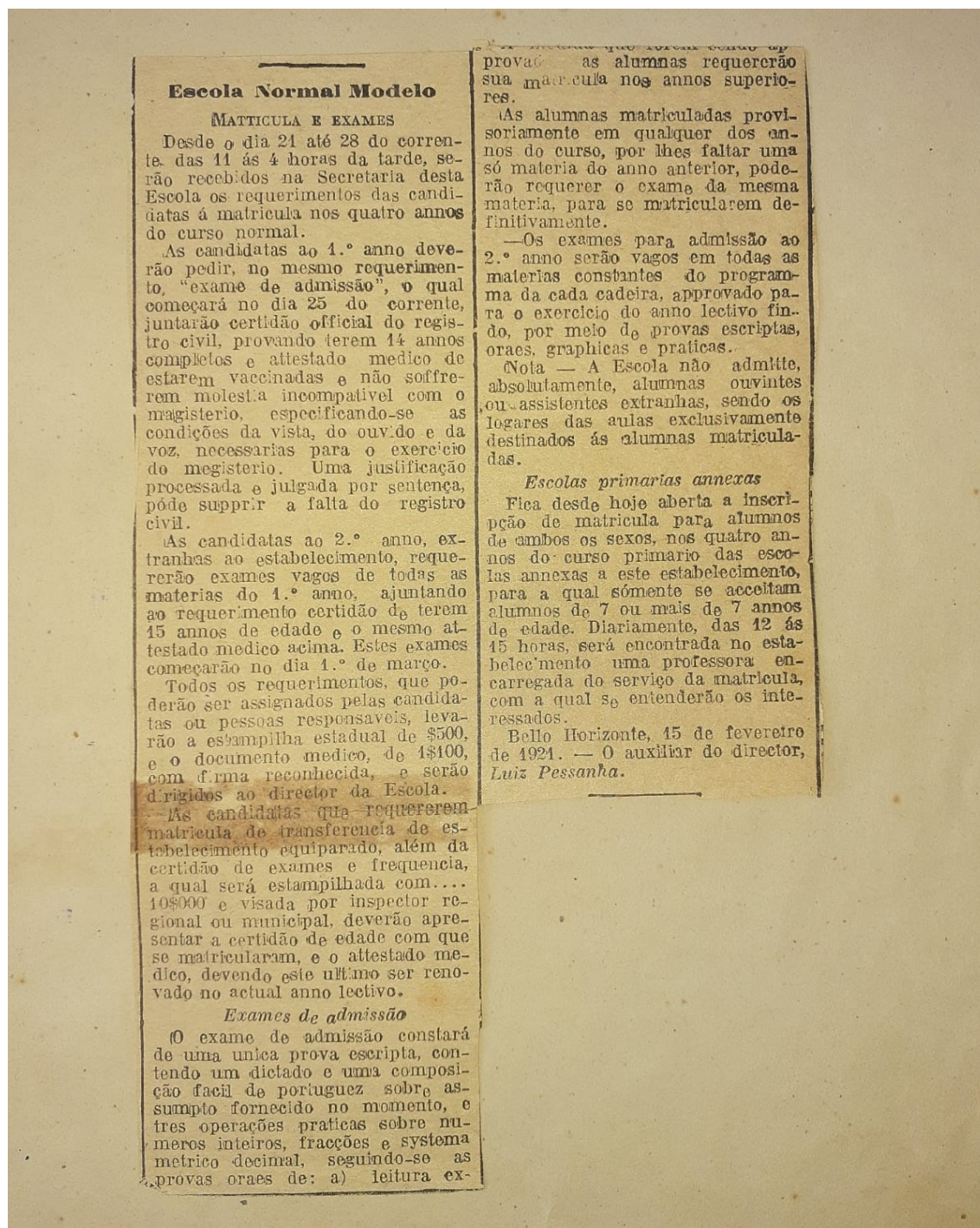
Figura 57 – Momento de oração e integração na área externa. S.d



Fonte: Feito pelo pesquisador, do acervo Arquivo CNSD. 2023.

⁴⁷ Não encontramos dados consistentes que expliquem a diminuição da clientela na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, entretanto, inferimos que, nesse momento, tal ocorrência pode ser explicada pela epidemia de gripe espanhola que assolou o mundo todo, chegando ao Brasil alguns anos antes.

Figura 58 - Parâmetros para admissão nas Escolas Normais. 1921



Fonte: registro realizado pelo pesquisador. Acervo arquivo CNSD. 2023.

Por fazer jus às benesses, bem como em atendimento às prerrogativas inerentes à situação de equiparação da qual o Colégio Nossa Senhora das Dores se assentava no âmbito das Escolas Normais pertencentes ao sistema de ensino mineiro, com referência à Escola Normal Modelo, atendia à risca as determinações e ainda colocava em observância outras peculiaridades, conforme análise realizada na nota técnica em destaque.

No que se referia ao 1º ano, o exame de admissão deveria ser requerido e serem comprovados, por meio de registro civil, 14 anos completos, atestado de vacinação e ainda comprovação médica, demonstrando que a candidata não estaria acometida por moléstia incompatível com as atividades a serem desenvolvidas no magistério, contando com boas condições de vista, ouvido e voz.

Para o 2º ano, em especial às candidatas estranhas ao estabelecimento, interessadas no ingresso na Escola Normal Modelo, estas deveriam requerer a modalidade exames vagos de todas as matérias referentes ao 1º ano, juntamente com a comprovação de idade mínima, 15 anos completos, e ainda o mesmo atestado médico com as diretrizes inerentes ao 1º ano. Quanto às candidatas que procedessem ao requerimento para matrícula de transferência de estabelecimento equiparado, além da certidão de exames de frequência, deveria ser feito o pagamento de uma taxa visada e estampilhada por inspetor regional ou municipal. Por fim, deveriam ainda apresentar comprovante da certidão de idade com a qual se matricularam e o atestado médico que deveria ser renovado no ano letivo em questão.

Quanto à estrutura dos exames de admissão, ao percorrermos a compreensão sobre os critérios previstos na configuração sobre essa primeira categoria, constatamos que estes contavam com prova escrita, contendo a aplicação de um ditado e uma composição fácil de português sobre o assunto fornecido no momento e três operações práticas sobre números inteiros, frações e sistema decimal e provas orais. Os exames para admissão ao 2º ano seriam vagos em todas as matérias constantes nos programas de cada cadeira, aprovado para o exercício do ano letivo findo, por meio de provas escritas, orais, gráficas e práticas.

A rotina do ritmo de estudos na Escola Normal era extremamente exigente com relação ao rendimento das normalistas, principalmente no que se referia às estudantes pobres, haja vista que para essas era requerido rendimento equivalente ao mesmo desempenho das alunas oriundas de classes abastadas, considerando que nesse sentido figurava o Estado, que, em contrapartida revertia esse serviço com a isenção e diminuição das taxas e repasses devidos ao ente estadual. Em um registro da inspeção identificamos um relato sobre as estudantes bolsistas e um deles se refere a algumas delas como incompetentes e que, como tal, deveriam ser reprovadas.

Uberaba, desde então uma cidade fortemente voltada aos preceitos e movimentos conservadores, se alicerçava a um padrão elitista que almejava uma boa formação para seus filhos e filhas em decorrência das intensas transformações na ordem social que vinha sendo construída. Desse movimento, o trabalho das missionárias dominicanas veio legitimar esses propósitos, considerando que a instrução formal arraigada aos preceitos religiosos corroborou,

de acordo com a mentalidade formada naquela circunstância, com os propósitos tradicionalistas imbricados em parte da sociedade uberabense daquele momento.

Visitamos hoje o Colégio Nossa Senhora das Dores, que sob a direção das dedicadas religiosas dominicanas, frutifica em benefícios e seus créditos firmam-se simpaticamente no conceito público. As educandas têm, em geral, um aspecto que logo denuncia o bom tratamento que aqui recebem, revelando, além disso, a educação modesta, mas cuidadosa e apropriada. Não se ensinam nesta casa requintes que constituem a celebridade fugaz das grandes damas, cuja missão, desviada da naturalmente destinada à mulher, é conquistar, por meio de artifícios, triunfos banais e efêmeros que a primeira ruga destrói implacavelmente. Neste colégio, preparam-se mães de família, laboriosas, modestas e dignas, incentivando-se no ânimo das educandas os incomparáveis preceitos ensinados por Jesus Cristo, de par com o ensino das prendas domésticas. (Registro em Livro Termo de Visita Inspectores Escolares). Uberaba, 27 de março de 1913, p.3, Ernesto de Mello Brandão; João Raymundo Vieira de Figueiredo).

Para instrumentalizar a busca por elementos que possam fundamentar essa discussão, nos propomos transitar por duas vertentes: o campo de materialidade das fontes documentais; e o diálogo como o universo da história oral.

Ouvir pessoas no campo da História Oral se faz necessário nos modos de produção da pesquisa como uma técnica legítima na perspectiva historiográfica. Nesse sentido, concordamos com Roger Chartier que, no campo das representações, considera a entrevista como um documento válido à guisa do fazer historiográfico. Assim,

Os numerosos trabalhos dedicados às modalidades de construção, de institucionalização e de expressão da, ou melhor, das memórias contemporâneas foram decisivos para o início de novas pesquisas que, em todos os períodos históricos, tentam identificar, além do mero discurso histórico, as formas múltiplas e possivelmente conflitantes de rememoração e utilização do passado (Chartier, 2006, p.216).

Nessa ótica, visualizamos a possibilidade de confrontar os relatos registrados com as fontes documentais que possivelmente estivessem disponíveis como cadernos de ex-alunos, registros oficiais, iconografia, dentre outros recursos e elementos correlatos. Particularmente nos detemos com maior ênfase em documentos oficiais que foram disponibilizados para apreciação dessa pesquisa, por parte da gestão atual da instituição de ensino que no passado abrigou a Escola Normal Nossa Senhora das Dores, bem como na utilização de iconografias, também do acervo da instituição e ainda cedidas por algumas das ex-alunas da extinta Escola Normal, que se disponibilizaram a participar como entrevistadas voluntárias na dinâmica desse estudo.

Gatti Jr. (2000, p. 135) indica que em nossos dias percebe-se que boa parte dos historiadores concorda de que não existe uma forma exclusiva de compreender a realidade, nem muito menos um “único motor” que determine o desenvolvimento histórico.

De fato, os últimos anos de pesquisa histórica têm demonstrado uma prática muito vinculada ao desenvolvimento de estudos empíricos, nos quais a teoria não é mais vista como um *a priori* absoluto, mas apenas como uma forma de acesso, ou seja, um recurso para iniciar o inquérito das fontes de pesquisa. Esta é uma tendência que pode ser percebida de maneira geral na historiografia ocidental. (ibidem, p. 135-136).

A mera materialidade dos documentos e fontes por si só não se bastam para que respostas sejam dadas à nossa investigação. O diálogo, o tratamento e a análise desses materiais se realizaram à luz de concepções e aportes teóricos com sustentação em fundamentação e reflexões, que ampararam a validade dos documentos e materiais produzidos como as entrevistas e os próprios documentos físicos. Esse processo de trabalho privilegia o diálogo entre os sujeitos envolvidos, em um encontro de subjetividades e construção de narrativas em meio à experiência de grupos de pessoas que se dispuseram a contribuir com o andamento da pesquisa.

Estudantes, professores e instituições escolares constituem-se como artífices de sua própria História, considerando-se, nesse contexto, uma gama de possibilidades. O exercício e a prática da oralidade, na perspectiva historiográfica, alicerçam-se na busca por memórias em relações de pertencimento, às quais corroboram para o reconhecimento dos próprios sujeitos como agentes históricos nessa dimensão. Esse momento envolvente, que vai para além da História Oral, abarca um universo de interação entre sujeitos distintos que, a princípio, realiza-se no encontro entre os envolvidos. A valorização de experiências dessas pessoas, do protagonismo, em um universo de inserção dos sujeitos em um espaço que privilegia uma coletividade, com seus fundamentos imbricados na memória, potencializa importantes relações de poder presentes nessas reflexões. Sustenta-se essa fundamentação à luz das concepções de (Alberti, 2008, p. 163).

Essas convicções sobre o que seria próprio da História sofreram modificações a partir da década de 1980: temas contemporâneos foram incorporados à História, chegando-se a estabelecer um novo campo que recebeu o nome de História do tempo presente; passou-se a valorizar também a análise qualitativa e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva e uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social. Hoje já é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico.

Dessa forma, ao reunirmos material através da participação das pessoas envolvidas na pesquisa, por meio da entrevista concedida, esta tem sua devida finalidade para além da mera produção de um registro por ele mesmo. Esse material que nos foi confiado, depois de tratado e interpretado, adquiriu personalidade de uma fonte material/documental para análise de um produto histórico, para além do preenchimento de lacunas de um registro pelo registro tão somente. Assim, nos resguardamos ainda no fato de que, ao realizarmos esse exercício de trabalho do resgate da memória de pessoas que viveram e passaram pela Escola Normal Nossa Senhora das Dores, estas pudessem apresentar omissões ou imprecisões em suas narrativas corrobora nessa perspectiva, propondo que:

O passado, como continuidade ou descontinuidade remanescente no presente, constitui um enigma a ser decifrado pelos indivíduos e pela sociedade. Dois componentes são decisivos para a recuperação do enigma e da decifração: a memória, como depositária do agir racional humano acumulado no tempo; e a lembrança, como rememoradora dos elementos que cada sociedade pondera como relevantes em sua constituição. O tempo histórico que a sociedade constrói fixa o sentido que a identifica na memória e na lembrança. Martins (2007, p. 35)

Entretanto, esse problema pode ser potência para a realização das análises e constatações, considerando-se a possibilidade do cruzamento documental, o que para (Bom Meihy, 2000, p. 15) “é condição para sustentar questionamentos chamados históricos e confrontos historiográficos.” O passado está em constante reconstrução, podendo, assim, ser retomado pelos usos possíveis da história oral assevera que:

Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um “retrato” do passado. Alberti (2008, p. 170)

Nesse paradigma, as memórias estarão em um campo de disputa, nos favorecendo à escrita de outra história, atribuindo a um objeto a centralidade merecida; nesse caso, procurando colocar em evidência o ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

Thompson (2000, p.8) partindo de inquietações questiona-se sobre o entendimento de história oral, explicando que é a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências.

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas. Como presente não se pode limitar a um instante, a um ponto; a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica (Le Goff, 1990, p. 179).

Observamos que a História da Educação se constituiu como personalidade disciplinar durante o século XIX, arraigada em si mesma no contexto no qual se instituiu o processo de formação de professores e, desta feita, esteve imbricada nos parâmetros nos quais se organizaram as Escolas Normais desde a sua gênese.

A História da Educação, enquanto campo disciplinar no Brasil e, particularmente nas dimensões de nosso interesse no Estado de Minas Gerais, materializou-se nas grades curriculares dos cursos de formação para docentes normalistas, conforme já salientado na duração do século XX. Dessa conjuntura, de acordo com Mourão (1962, p. 399), a inclusão da disciplina no currículo de formação de normalistas se deu através do Regulamento do Ensino das Escolas Normais, aprovado pelo Decreto nº 8.162 de 20 de janeiro de 1928, durante as reformas educacionais empreendidas pelo governador Antônio Carlos R. de Andrada (1926-1930) e pelo Secretário de Interior Francisco Campos.

Adaptamos de Mourão, (1962): no que se refere ao nosso objeto de investigação, o ensino disciplinar da História da Educação nas escolas normais, nomes e títulos de obras indicados para docentes em atuação nos cursos para formação de professores, sendo estes Dewey – *The school of tomorrow* e François Guex – *Historie de l’instruction et de l’éducation*. Também tiveram certa evidência, Ferrière, Declory, Claparède e Piagét. (Piaget)

No que diz respeito ao “papel da mulher” a ser desempenhado nos estratos sociais mais abastados da sociedade uberabense, já se percebia naquela época como estratégia existente na composição curricular tanto de outras escolas normais como nas oficiais, por exemplo, na pedagogia da ordem dominicana, que esse comportamento não fugia à regra. No regulamento da referida escola fica evidente que: “o Colégio Nossa Senhora das Dores, em Uberaba, foi fundado e é mantido pelas Religiosas Dominicanas, com o objetivo principal da educação moral e religiosa da juventude feminina” (1934, p.1). Nessa interlocução, a aprendizagem como processo inerente ao ensino objetiva tanto a formação moral quanto a elevação da erudição das futuras professoras da Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

Tomando por reflexões os apontamentos presentes nas categorias de análise propostas para a organização do roteiro de questões dirigidas às pessoas convidadas à participação na investigação proposta sobre o ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, apresentamos o registro fidedigno das falas e argumentações de

Araílda Gomes. A entrevista foi realizada em 2023, na qualidade de depoente sobre as vivências como ex-aluna da Escola Normal, conforme transcrição a seguir. Ao ser indagada sobre as memórias no ensino da disciplina História da Educação, Araílda Gomes, não obedecendo à ordem lógica das questões, acabou retomando alguns pontos por vezes e antecipando algumas questões, o que foi respeitado nas transcrições a seguir.

“Como vai? Do que me lembro estudava no Colégio no ano no qual veio uma Reforma educacional diferenciando dois cursos após o primário: ginásial e normal e que para ambos um curso de admissão em dois meses, creio (período de férias). Como faria o Normal (magistério) com a reforma do ensino fizemos 2 anos de Adaptação e mais 3 anos Normal”.

“Nossa turma de dezesseis colegas tinha além das matérias básicas (português, francês, desenho, coral, matemática), pedagogia, História da civilização e filosofia educacional, e outras das quais não me lembro. Todas eram regentes (mestras), as freiras dominicanas vindas da França. Raro um professor leigo. Lembro-me que em outros cursos, não no nosso, dona *Eunice Pulher* e o professor *Leôncio do Amaral* diretor da Escola Normal Castelo Branco exerciam sua presença no Colégio”.

“Irmãs que por nós passaram: Madre Marie de Sacre Coeur; Terezinha Saltão; Madre Stela François; Irmãs Domitila e Celeste; Gabriela; e irmã Nívia. Daquele tempo uma foto de formatura que se vai longe! Creio que me lembrei de quase todos os nomes, inclusive do professor Leôncio, que está em uma das fotos”. Ainda às suas ordens”.

“As aulas eram inicialmente dadas pelo professor Leôncio, que em certo momento trouxe seu nome como homenagem à extinta Escola Normal Oficial, com projeto audacioso de Niemayer na estrutura predial para a época, no bairro Estado Unidos. *Leôncio* e *Eunice Pulher* eram os dois professores leigos. As dominicanas cuidavam das outras matérias do currículo. Lembro-me do grosso livro de Filosofia da Educação, que eu não podia comprar e que, por ocasião das provas, pedia emprestado à vizinha que estudava na Escola Normal. Dona *Eunice Pulher* antes ou depois é defensora do método Maria Montessori, onde estudara ou se aperfeiçoara. De início as aulas de Filosofia da Educação eram dadas por *Leôncio da Escola Castelo Branco* e eu estudava no livro da colega vizinha por não poder comprar. Já o havia dito”.

“As salas de aula dos anos 50, quase todas eram acopladas às casas dos diretores com ou sem formação pedagógica, porque o ensino Normal quase não existia. Quando iniciei, meados de 1951, surgiram muitas Escolas municipais e muitas delas eram despertadas por interesses governamentais estaduais como a escola municipal Juscelino Kubitschek onde eu fui mestra e oradora em sua inauguração pelo prefeito Antônio Próspero. Ou o inverso: Escola Estadual Uberaba, onde iniciei como professora estadual e depois passou a municipal como é até hoje. A exemplo da escola ser nas casas das diretoras, sem pedagogia, era na Rua João Pinheiro denominada Escola Municipal Guerra Junqueiro”.

“Nos dois mestres citados há pouco percebiam-se o entusiasmo porque acredito amavam as disciplinas; aliás, ninguém pode apreciar o que não conhece. Se os achar nas bibliotecas em casa da filha e agora na do filho, onde moro, dou-lhe de presente, se quiser”.

“Os nomes dos historiadores da Educação de que me lembro: *Maria Montessori*, *Dewey*, *Piaget*, *Pestalozzi*, *Aristóteles* e *Rousseau* como objetivos baseados nos grandes feitos do seu tempo. Hoje o mundo atual trouxe novos educadores, não

subestimando os antigos embasados em suas raízes. Lembro-me, também, de *Platão*. Eu tinha ou tenho os volumes de sua Filosofia”.

[**Arailda Gomes, 2023**] “Outros filósofos educadores e que gravei: *John Dewey* e *Jean Jacques Rousseau* sempre lembrados pelo Professor Leôncio. E do Centro de Interesse *Decroly*⁴⁸. Os grandes filósofos como *Platão*, *Sócrates* e *Aristóteles*, nas aulas de Sociologia ou História da Filosofia que só adquiri livros⁴⁹ longos anos depois”.

A depoente se sentiu muito à vontade e feliz em realizar o exercício de busca pelo reavivamento de suas memórias durante a sua jornada como aspirante à professora formada na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Por vezes acabou se desvencilhando da lógica cronológica das questões atribuídas; porém, manteve certo rigor nas alternâncias, procurando se cercar de coerência na sucessão dos eventos relatados, revelando outros elementos pertinentes à investigação e à elucidação de algumas questões que precisavam ser problematizadas nesse contexto. De forma muito breve respondeu sobre o atendimento de suas expectativas com relação ao aprendizado dos conteúdos ensinados na disciplina História da Educação, em especial:

“Sim, sempre fora aluna estudiosa e sempre curiosa e adorava o novo!” Já sobre as práticas docentes e sobre como era ensinada a disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, posso dizer que “as aulas eram sempre discursivas, sem muita didática e havia propriedade nas falas”.

“Sobre o ensino-estudo da disciplina como relevante à sua formação, concluo que “sim, porque tinha-se um currículo tão abrangente, sendo disciplinas ligadas ao interesse da complementaridade de nossos estudos (necessários ou como diletantes)”.

“Disponha, o tempo dispensado à cultura me mantém viva e bem-disposta aos noventa anos. Creio que a arte me dá energia saudável.” Estou adorando, o prazer é todo meu. Apesar de não ser contemporânea das mais antigas, que, de alguma forma seguiam uma disciplina de maior rigor e intensidade, atendendo ao padrão de educação e os dogmas católicos e, logicamente, em atendimento à função da sociedade naquele tempo, a escola ainda se comprometia no meu tempo com a defesa da família, dos valores, da retidão moral em Cristo como uma forma, acredito, que de proteção. O curso normal era bem tradicional mesmo, aprendia-se muito a língua francesa, pelas nossas mestras mesmo, as religiosas. Elas eram muito sábias mesmo, tinham uma facilidade, um bom domínio dos ensinamentos e precisávamos, sim, ser disciplinadas, ainda mais que na minha época, para minha turma, era bem razoável em quantidade. Estudar com rotina, com rigor era preciso, porque a matéria ensinada, dígitamos transmitida, deveria ser talvez entendida e mais, memorizada, porque tínhamos

48 Educador, psicólogo e médico em seu tempo, criou métodos baseados em uma metodologia de autoavaliação, promoção do trabalho em equipe, apesar de seu enfoque ser pautado na individualidade sobre o ensino, as concepções e propostas para organização escolar na ótica desse autor, bem como das necessidades de interesse, ficaram conhecidas como centros de interesse. Concedeu amplo espaço ao jogo e, ao contrário de Montessori, estimulava o uso de objetos concretos do mundo real, recorrendo à experiência direta e à indução. Coleção Educativa. Pedagogia no Século XX. p.22,23.

49 Registra-se em Livro de Termo de Fiscalização, de 12 de maio de 1945, assinado pela fiscal Laura Pinheiro, “os livros didáticos adotados (não os cita) são bons e estão de acordo com a pedagogia hodierna. Nota-se muito entusiasmo, esforço e boa vontade do corpo docente”.

as bancas com os testes escritos e falados também. “Esse jeito de ensinar, de mensurar a nossa aprendizagem durou desde muito tempo, até um bom tempo depois de nós, da nossa turma mesmo, lá nos idos dos anos 1950”. (Para e continua).

“Ah, eu até já te falei do John Dewey, já se falava muito a respeito dele. A gente gostava de ter novidades, porque o ensino ainda era muito baseado no tradicionalismo, então aquela estratégia de ministrar para nós aquele ensino clássico, então, até tentávamos exercitar um pouco que algo pudessem com um tempo breve melhorar, mas, ainda era muito mesmo atenção às aulas e memorizar, decorar, postura para ser uma professora, uma *ludi magister!*”

[Arailda Gomes, 2023] “Eu sempre gostei muito da música, já cantava; mas tínhamos como metodologia aprender um pouco sobre o jeito de ser uma mestra, de estar em sala de aula e ser autoridade nesse entendimento, sabe? Sua postura como se fosse dar uma aula prática, colocando bem o conteúdo aprendido, então lecionávamos como em um estágio para poder aprender, na escola anexa, como já lhe disse, e então conversávamos nas aulas com o retorno de questões para nossas mestras e então era enriquecedor”.

Figura 59 - Sala de aulas da Escola Normal. S.d.



Fonte: registro feito pelo pesquisador. Acervo CNSD, 2023.

Figura 60 - Sala de aula Colégio Nossa Senhora das Dores. S.d.



Fonte: registro feito pelo pesquisador. Acervo CNSD, 2023.

Geralmente, havia os exames de admissão ou recrutamento para o primeiro ano normal e exame de trabalhos manuais para candidatas ao curso de aplicação que apresentassem o certificado de 4ª série ginásial. As candidatas ao 1º ano de adaptação apresentavam certificado de admissão à 1ª série ginásial. Toda essa dinâmica se realizou de acordo com as instruções publicadas no Minas Gerais de 2 de fevereiro de 1944.

Percebemos que se fez necessária a presença de docentes leigos com maior intensidade por volta dos anos 1950, conforme relatado pela entrevistada acima. Em especial a presença do professor Leôncio Ferreira do Amaral, destacada por Arailda Gomes, que não sinaliza a dinâmica de sua movimentação interna no colégio como um docente pertencente ao quadro de professores leigos, mas como um importante colaborador na disseminação dos conhecimentos tanto em História da Educação, conforme pontuado, como em outras disciplinas componentes da grade curricular em vigência naquele período.

No que concerne à busca documental, mediante as limitadas possibilidades oferecidas pela instituição de ensino, fizemos todo o possível para nos aproximar na busca documental, haja vista se tratar de arquivos particulares da instituição. Contudo, nada de oficial foi revelado a respeito do professor Leôncio Ferreira do Amaral, exímio conhecedor e profissional docente que foi responsável pela cadeira de História da Educação na Escola Normal Oficial de Uberaba e, conforme relatado pela entrevistada Arailda, ele exercia sua presença na Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

Outra ex-discente que se disponibilizou a participar de nosso estudo, a senhora Maria Luiza Carneiro Miziara, apresentou sua trajetória na Escola Normal Nossa Senhora das Dores entre 1959 e 1966.

“Prestei exames de admissão para ingresso no curso secundário, realizando a opção pela Escola Normal. Minha família se mudou de Franca, interior de São Paulo, para Uberaba-MG. Meu pai conseguiu gratuidade para nós na instituição, pois acabava prestando alguns serviços para o Colégio. Éramos muito pobres e não tínhamos condições de pagar aquela escola. Como não tínhamos a tecnologia de hoje e nem dinheiro para comprar os livros que eram tão caros e de difícil acesso, acabava registrando tudo no caderno para poder estudar. Os professores geralmente muito sábios, contavam com os conteúdos na ponta da língua e os conteúdos eram transmitidos e precisava ter tudo ali reunido para poder estudar”.

“Não vivenciei a experiência de estudar essa disciplina durante o tempo no qual passei pela Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Não me lembro dessa matéria História da Educação; não tive professores dessa disciplina. Vou passar meu diploma e outros documentos para você observar. Mas, preciso procurar e lhe repasso em outra ocasião”.

[Maria Luiza Miziara, 2023] “Dei aulas no Externato São José e no Colégio Tiradentes. Fiz Pedagogia na Faculdade Santo Tomás de Aquino, a Fista, e cursei Orientação Educacional em Ribeirão Preto; em 1974 vim para a Capital Brasília, fiz concurso e trabalhei na SEDF até me aposentar em 2001”.

Contemporânea à entrevistada anterior, a senhora Celina Rischelli relata que:

“Fui aluna do Curso Normal. Terminei em 1966. Lecionei no Colégio Nossa Senhora das Dores, para o segundo ano primário, logo que terminei o curso. Eu sempre estudei com as irmãs dominicanas. O primário foi no Externato São José e, logo em seguida fiz as provas do exame de admissão e continuei no Colégio Nossa Senhora das Dores. Eu sempre soube do curso Normal. Era o destino de todas as meninas na época fazer o curso Normal”.

Considerando o final da fala de Rischelli, à respeito do destino de todas as meninas da época, sobre o destino da mulher, como uma concepção de predestinação, inferimos que, algumas podem ter alcançado o êxito ao seguirem carreira no magistério, entretanto, outras tantas podem ter se deparado com desafios ao pretenderem ser bem sucedidas em outras áreas que não a docência. Podemos depreender que, amiúde, a mulher era cultuada como uma personalidade em ascendência, porém, com limitações impostas pela própria carreira no magistério, tornando-se resignada ao exercício de suas atribuições quando muito no ensino e com foco principal na constituição do próprio seio familiar. Contudo, ao tomarmos por exemplo as concepções de Celina, constatamos que o destino da mulher, da professora formada em meio a esses preceitos, envolveria lecionar e transmitir valores morais e religiosos dos quais apreenderam durante sua formação na escola normal.

“Desde o segundo ano do Curso Normal, eu ministrei aulas de Ciências Naturais para a primeira série ginasial noturna no Externato São José. Quando terminei o Normal, já fui chamada para dar aula no Colégio Nossa Senhora das Dores. Foi quando assumi a turma do segundo ano primário. E me preparei para o vestibular. Fiz Pedagogia na FISTA, Faculdade de Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, das Irmãs Dominicanas”.

“Naquela época estudantes de Medicina e Engenharia davam aulas no curso noturno para ajudar. Não era exigido ter licenciatura. Eu me lembro que os alunos tinham um livro de Ciências, a matéria que eu ensinava. Não me lembro direito como era o programa. Agora, quando eu lecionei no Colégio, lembro-me que seguíamos o programa do Estado de Minas Gerais”.

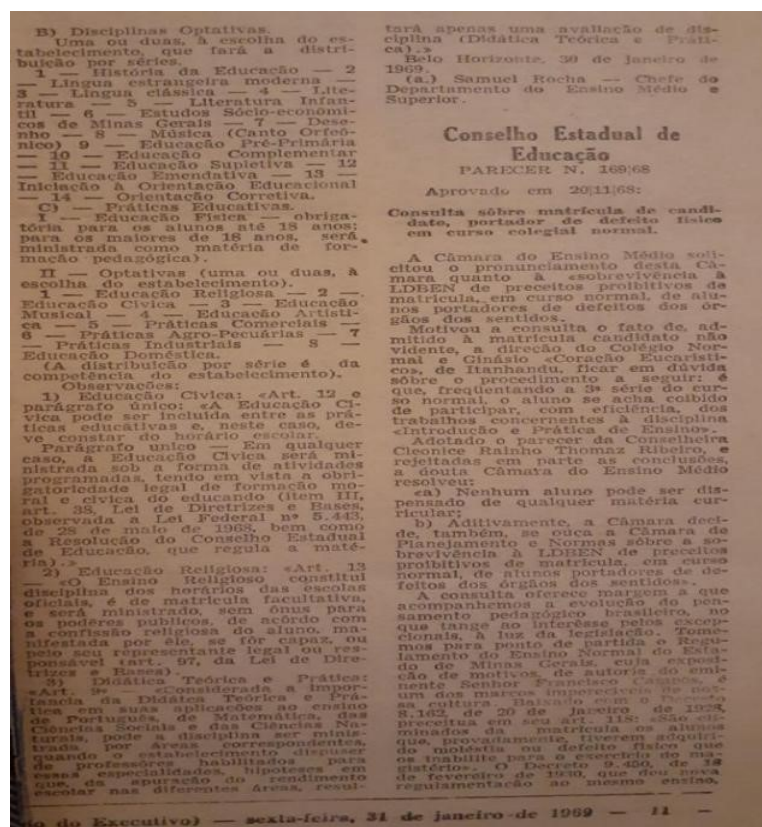
“Depois, o Colégio começou a adotar o Método Montessori. Fazíamos cursos e fazíamos fichas com atividades para as crianças trabalharem individualmente. Participei um ano dessa transição, depois comecei a faculdade e tinha passado no concurso do Estado e tive que fazer opção. Acabei deixando o Colégio. Não dava para estudar e trabalhar em dois lugares”.

“No curso Normal tivemos Filosofia, Psicologia da Educação, Introdução às Ciências Físicas e Químicas, Sociologia, Didática de cada matéria. Quando saíamos do Normal e assumíamos uma sala de aula, tínhamos que ministrar todas as matérias. Todos os professores eram formados. Os leigos eram professores nas escolas públicas noturnas ginasiais prá pessoas de baixa renda. Muitos professores nossos do curso normal também eram professores na faculdade.

[**Celina Rischtelli, 2024**] “Não tinha no Curso Normal uma matéria com esse nome História da Educação. Estudávamos a História da Educação dentro da Didática, da Psicologia, da Sociologia. Na faculdade sim! Tivemos História da Educação com o Padre Tomás de Aquino Prata. Essa última informação se refere à atuação do Padre Prata, na FISTA”.

A base curricular das escolas, em especial das escolas normais, passou por várias modificações e ressignificações ao longo do tempo, sendo que, as disciplinas oferecidas nas escolas normais variavam de acordo com o currículo específico de cada região. No que se refere ao ensino de História da Educação, estiveram em foco a evolução histórica dos sistemas de ensino, influenciando práticas pedagógicas e na evolução dos sistemas de ensino. Abaixo, temos a figura que figura. A disciplina História da Educação reaparece como disciplina opcional. Diário do Executivo Mineiro de sexta-feira, 31 de janeiro de 1969, à escolha do estabelecimento realizando a distribuição por séries.

Figura 61 - Conselho estadual de educação disciplinas opcionais. 1969.



Fonte: ACNSD. Feito pelo pesquisador.

Quadro 5 - Ex-alunas da Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Curso Normal/Curso de Aplicação/*Curso Clássico/Ginásio.

Normalista/Estudante	Formação inicial/Trajatória	Conclusão do Curso Normal
Antônia Teresina Silva	Pedagoga; Psicóloga, Me. em Psicologia da Educação, Doutora em Psicologia, ex-docente na FISTA/Uniuibe e IFTM.	Estudou na Escola Normal entre 1957 a 1967
Bernadette Cattani Coli	Ex-diretora e ex-professora em Uberaba-MG.	Estudou na Escola Normal entre 1950 e 1960
Claudete Geralda Cardoso Silva	Pedagogia/Letras	Estudou no CNSD entre 1950 e 1957 até o curso de Formação de Professores.
Cristina Hueb Cecílio	Graduada em Piano (Licenciatura em Música) orientação, supervisão e administração escolar, ex-professora de música em Uberaba-MG.	Estudou no CNSD de 1947 até o curso clássico.
Eliane Mendonça Marquez de Rezende	Graduada em História, especialista em educação, Me.	Estudou no CNSD, de 1950 a 1962 no curso clássico.

	Em História do Brasil, Lecionou no CNSD os conteúdos de História Geral, História do Brasil, OSPB, Moral e Cívica, professora de História na Uniube.	
Elisabeth Dorça Vitali Oliveira	Ex professora de Educação Física no CNSD, artista e agente cultural.	Estudou no CNSD de 1955 a 1965 a 1965 concluindo o curso normal.
Heliana Angotti Salgueiro	Doutora em História, com vasta experiência como pesquisadora e professora associada à <i>Maison des Sciences de l'homme</i> em Paris, enquanto titular da Cátedra Sérgio Buarque de Holanda.	Estudou no CNSD de 1966 a 1968, concluindo o curso normal.
Ilcéa Sonia Maria de Andrade Borba Marquez	Graduada em Psicologia, pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior.	Estudou no CNSD de 1952 a 1964 até concluir o curso normal.
Kátia Maria Capucci Fabri	Graduada em Letras, Me. em Linguística, ex-diretora de escola municipal de Uberaba-MG.	Estudou no CNSD de 1965 a 1971 no curso normal.
Lélia Inês de Resende Teixeira	Psicóloga com especialização em psicanálise e saúde pública com vasta experiência.	Estudou no CNSD de 1962 até 1970, do 3º ano primário, até a conclusão do curso normal.
Lucy Mesquita Sabino de Freitas	Ex-docente e ex-dirigente da associação de pais e mestres do CNSD.	Estudou de 1933 a 1937, até a conclusão do curso normal.
Maria Aparecida Hueb	Pedagoga com especialização na área da educação, artista plástica com exposições no Brasil e exterior.	Estudou no CNSD de 1947 a 1957 até o curso normal.
Maria de Lourdes Leal dos Santos	Formada em Letras e Pedagogia, Me. e Doutora em Educação, ex-diretora em escola municipal de Uberaba-MG, ex-professora no CNSD, estudou no Externato São José e CNSD.	Estudou da 5ª série ao curso colegial de 1970 a 1978.
Maria Lúcia Cicci de Castro	Pedagoga, pós-graduada na área da educação, diretora da APAE de Uberaba-MG.	Estudou no CNSD de 1948 a 1954, até o curso normal.
Marta Beatriz Queiroz Fabri	Graduada em pedagogia, com pós-graduação, ampla atuação em escolas de Uberaba-MG, e	Estudou no CNSD de 1959 a 1966 até o curso normal.

	UNIPAC, ex-aluna, ex-professora e atual diretora do CNSD.	
Rosa Aída Iolanda Manna	Formada no curso normal, tornou-se dominicana, adotando o nome de Irmã Maria Beatriz Manna. Participou de missões no exterior.	Estudou no CNSD de 1948 a 1950 até o curso normal.
Sueli Terezinha de Abreu Bernardes	Licenciada em Filosofia, especialista em várias áreas da educação, Me. e Doutora em Educação, docente na Uniube, pesquisadora em educação.	Estudou no CNSD de 1951 a 1963 concluindo o curso normal.
Sylvia Borges de Andrade Borba.	Qualificada para o magistério.	Estudou no CNSD de 1924 a 1935 até o curso de aplicação.
Terezinha Hueb de Menezes	Licenciada em Letras, especialista na área.	Estudou no CNSD no curso normal de 1947 a 1957
Tertuliana Cristina Campos Mendonça Silva	Bacharel em Direito, professora de filosofia do Direito na Uniube.	Estudou no CNSD de 1953 a 1964 até o curso normal.
Thereza Mendonça Riccioppo	Formada em Educação Musical, letras.	Estudou no CNSD de 1938 a 1949 até o curso de formação de professores.
Vania Maria Resende	Formada em Letras, Me. Doutora em letras, professora na FISTA, coordenadora no CNSD.	Estudou no CNSD de 1960 a 1960 até o curso normal.

Fonte: adaptado e organizado pelo pesquisador. Informações selecionadas e retiradas do impresso Crônicas Colegiais. Quantas Saudades do Colégio Vou Levar. 2005.

3.3. Sobre os conteúdos de História da Educação disseminados na Escola Normal: entre ideias conservadoras e progressistas

O século XX testemunhou um amálgama de avanços e retrocessos no paradigma posto para a educação feminina. Muitos esforços se fizeram e ainda se fazem necessários para que sejam oportunizados o devido protagonismo e a visibilidade à mulher frente ao seu real papel, para além de rótulos e estereótipos, inserindo-se de forma significativa no meio social.

Buscando compreender a disseminação dos conteúdos propostos para o ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, tomamos por entendimento que nas escolas normais religiosas brasileiras, para além dos conteúdos necessários previstos e indicados nos programas de ensino, integradores das grades curriculares,

ensinava-se uma história da educação arraigada a preceitos religiosos, com tendência fortemente influenciadora no contexto de desenvolvimento da educação no país. “Ali primava-se por uma educação refinada, permeada de valores religiosos, sensibilidades, imagens e gestos cuidadosamente construídos, que traçavam os contornos da “moça de família” bem-preparada para assumir sua função social de esposa e mãe” (Melo et al, p.2, 2001).

Ideias conservadoras buscavam manter as mulheres em papéis tradicionais e limitados com algumas correntes conservadoras que defendiam que as mulheres deveriam concentrar-se apenas em habilidades domésticas e na maternidade, desencorajando-as de buscar educação formal ou uma carreira fora do lar. Isso refletia uma mentalidade patriarcal e conservadora que resistia à ideia de igualdade de oportunidades para as mulheres na educação e no mercado de trabalho. Essas ideias reacionárias muitas vezes resultavam em restrições ao acesso das mulheres à educação superior e em expectativas limitadas às suas aspirações profissionais. Felizmente, ao longo do século XX, movimentos feministas e progressistas trabalharam para desafiar essas ideias e promover igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade.

Na grade curricular do curso de formação da escola normal dominicana, fica evidente a formação da mulher para os afazeres do lar, do ofício de ser do lar. Como por exemplo, as formações em Trabalhos de Agulha ou Economia Doméstica aparentemente estariam em tão alta conta quanto as demais disciplinas que contribuiriam com a formação da professora, com conteúdos que muito agregariam no seu processo de formação, como a própria História da Educação.

Contribuem nessa perspectiva Nosella e Buffa (2002, p. 27-28), ao discorrerem a respeito do prestígio que a Escola Normal de São Carlos (Eschola Mater) desfrutou durante as décadas iniciais do século XX, em meio aos tempos áureos da produção cafeeira na região, o que, de certa forma, sofreu uma dura crítica por parte dos autores. De forma breve situam a escola como referência máxima no campo pedagógico da formação de professoras. Nesse ambiente,

Seu currículo visava ornar culturalmente as filhas dos fazendeiros e era absolutamente alheio ao mundo do trabalho, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto do ponto de vista da clientela. Nessa época o poder econômico e político centrava-se no solar do fazendeiro. A cidade, pouco desenvolvida, não era o centro nervoso da produção.

No século XX as ideias conservadoras em relação à educação feminina refletiam valores tradicionais de gênero e papéis sociais convencionais. Essas ideias muitas vezes defendiam que as mulheres deveriam ser educadas de forma a aprimorar suas habilidades domésticas e

preparadas para se tornarem boas esposas e mães, ao invés de encorajadas a buscar educação e carreiras fora do âmbito familiar.

A ênfase na educação doméstica frequentemente as direcionava para cursos e programas que enfatizavam habilidades domésticas como culinária, costura e cuidados infantis, em lugar de serem incentivadas a buscar uma educação mais ampla em áreas acadêmicas ou profissionais. Em muitos lugares as mulheres enfrentaram restrições para acesso à educação superior, com limitações impostas em termos de admissão, com oportunidades de bolsas de estudos disponíveis para elas.

A educação era um meio de preparar a mulher para desempenhar o papel de esposa e mãe, distanciando-se da promoção de sua independência e realização pessoal fora do ambiente familiar. As famílias católicas uberabenses confiavam a educação de suas herdeiras à congregação religiosa, que asseguraria a formação pautada nos princípios morais cristãos.

No que se refere à identificação dos conteúdos contemplados nos programas de ensino ministrados no curso de formação de professoras da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, localizamos uma página com registro de conteúdo de diário do professor, na qual constam anotações referentes às primeiras evidências do ensino disciplinar da História da Educação, provavelmente no 2º ano do curso, no ano de 1928.

Em 1928 foi introduzida a disciplina História da Educação no Currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro.

A reorganização do curso de formação para o magistério integrava o conjunto de ações promovidas por Fernando de Azevedo na reformulação da instrução pública do Distrito Federal iniciada em 1927. A disciplina surgiu no contexto de reformas que, nos anos 1920, pretendiam modificar a educação nacional, introduzindo princípios da escola ativa, que foram posteriormente aglutinados em torno do ideal da Escola Nova no ensino primário, elevando o preparo docente pela ampliação e especialização do curso normal (Vidal; Faria Filho, 2009, p. 6).

Procedemos, então, à análise do documento, interrogando os significativos registros existentes na iconografia, atribuindo ao mesmo a personalidade documental e, assim, o rigor de fonte documental materializada e extremamente válida e relevante à nossa investigação. Extraímos da referida fonte as informações relevantes à análise de conteúdos trabalhados no ensino disciplinar da História da Educação naquele período, almejando também compreender outras questões como a seleção dos conteúdos e materiais de ensino como manuais ou referências e autores utilizados nessa abordagem.

Figura 62 - Fonte documental nomeada Diário do Professor. 1928

Mez de Novembro 1928	
dia	Diário do Professor
3	Realismo científico: Bacon, Comenius, etc.
5	M.C. A educação dos educadores. A ed. social na vida escolar
6	R.B. Novas idéias e métodos de vista sobre a ed. Perbart, etc.
7	M.C. Importancia das pequenas escolas na formação do caracter. O luth. etc. etc.
8	H.B. Theoria e pratica educacionais do sec. 15.
10	H. Bd. Os começos de um systema nacional de educação, etc.
12	H. B. A maioridade. Luchas civis etc 1848.
13	H. B. A proclamação da Republica. A Nação Brasileira. Bandeira, etc.
14	H. B. M. C. Recordação. H. B. A ed. na Arg., Urug., e Chile.
17	A educação nos Est. Unidos. Horace Mann, etc.
20	Recordação Pestalozzi. Defardins da Infancia
21	Recordação geral
22	A educação no Brasil
24	Recordação geral
26	" "
27	A educação em Minas Geraes
28	Recordação geral
29	Recordação geral
3 ^o	ano - Novembro
3	Importancia das pequenas escolas. A luta contra as apparencias, etc.
5	Educação dos educadores.
6	A educação social na vida escolar. A educ. pelas responsabil.
10	M.C. A iniciativa etc. Recordação.
12	" Recordação geral.
13	H. B. Recordação dos 1 ^o pontos.
14	H. B. As guerras do sul. Pombal e o Brasil. Recordação
20	O segundo reinado. A maioridade etc.
24	Recordação geral
26	" "
27	" " V. Santa Eugenia Maria

Fonte: Arquivo do CNSD. Registro realizado pelo pesquisador. 2023.

Novas ideias e modos, pontos de vista sobre a educação – Herbart, etc. Teoria e práticas educacionais no século XV; os começos de um sistema nacional de educação; A educação na Argentina, Uruguai e Chile; A educação nos Estados Unidos, *Horace Man*, etc. Recordação: *Pestalozzi*, os Jardins de Infância. Buscando inferir acerca de algumas das ideias de Pestalozzi⁵⁰ no campo da educação, compreendemos que sua vivência e trajetórias estão amplamente alicerçadas à religiosidade, sendo uma importante referência na área da educação. Percebe-se, nesse pensador, um forte entusiasta da educação pública, inclinando vários governantes a se interessarem por um sistema educacional que primasse por qualidade e atingisse camadas menos favorecidas da sociedade.

Ao contrário de Rousseau, algumas de suas obras não foram consideradas um tratado sobre a educação como *O Emilio e da Educação*. Sendo seus tratados considerados romantizados, não concebia legitimação sobre os princípios da razão humana e a plena realização moral se daria pelo amor e, para tanto, reconhecer dentro de si, de forma consciente, a essência divina para o exercício da liberdade.

Esse pensador não considerava legítima a disseminação do processo educativo unicamente através da teoria intelectual, haja vista que o percebia como artificial e limitador, reafirmando um ambiente escolar propício ao ensino mútuo. Desses parâmetros, suas concepções fortaleceram a difusão da educação como base em valores como a benevolência, sendo chamada sua pedagogia de progressiva.

Da concepção de ideias progressivas ou progressistas, Dewey considera que esse processo contribuiu para a evolução constante sobre a vida, a partir de experiências, sendo que nos é facultado exercer certo controle nesse movimento. Nesse sentido, observamos que o pensamento de Dewey se contrapõe aos sistemas tradicionais de educação, ao propor um modelo educacional estruturado pela ação crítica, fortemente arraigada à memorização e ao desenvolvimento intelectual, apresentando-se, por vezes, como um pensamento inovador. Progressas a essas considerações, Riccioppo Filho (2007 p. 17), em seu estudo sobre a Escola Normal Oficial de Uberaba, constata que:

50 Pestalozzi acreditava que o lar era a melhor instituição de educação, base para a formação moral, política e religiosa. A organização da escola deveria ser simples, organizada por faixas etárias, com o dia intenso e regado a atividades variadas, porém com rotina de horários para diversão, refeições oração e disciplina. Enquanto o pensador introduzia suas reformas educacionais, a Igreja controlava praticamente todas as escolas e não se preocupava com a melhoria da qualidade do ensino; as classes privilegiadas desprezavam o povo; os professores não possuíam habilitação; existiam pouquíssimos prédios escolares e a ênfase educacional era toda dada à memória. Adaptado de (Coleção Educativa, p. 14).

Por outro lado, dada a falta de uma formação teórica que colocasse os alunos em contato com as novas teorias pedagógicas ou com algum tipo de método de ensino, as aulas práticas que deveriam constituir-se em oportunidades de ligação entre a teoria e prática, acabavam por transformar-se em momentos formativos nos quais os futuros professores aprendam com dar aulas a partir da simples imitação do professor regente, num sistema similar ao dos professores adjuntos, **como estagiários onde também se exerciam as práticas nas escolas anexas ou escolas da instrução existentes.** (Grifo de complemento nosso).

Para que a continuidade do progresso social se efetive, faz-se necessário que haja uma linearidade no processo educacional, perpetuando-se a disseminação de crenças, ideias e conhecimentos. Lima e Gatti Jr. (2019, p. 23;34) consideram que:

A noção de experiência em Dewey consiste em uma categoria fundamental para a compreensão do pensamento e da obra do autor, relacionada à vivência do cotidiano, em comum com os demais indivíduos. Por outro lado, nem toda experiência é considerada educativa, sendo fundamentais algumas determinadas condições. John Dewey pode ser designado como um dos pensadores mais influentes e reconhecidos do século XX, exercendo papel referencial em relação às questões filosóficas e pedagógicas, com destacados desdobramentos na Pedagogia, na Epistemologia, na Política, na Psicologia, na Sociologia, etc.

Figura 63 - Registro de Ata de realização de prova escrita da disciplina História da Educação, de alunas do 4º ano do Curso Normal. 1928

a banca examinadora abaixo assignada fizeram prova escrita de Portugal
 as 2 alunas do 2º anno do Curso normal. Foi sorteado, pela primeira
 da chamada, o ponto n.º 11: Carta de serenas.

Concluidas as provas foram julgadas pela comissão, observado todas as disposi-
 ções regulamentares. E, nada mais havendo, passei a lavrar a presente acta.

Eu, Irma H. Egidia, a escrevi e assigno. Irma H. Egidia.
 Irma M. Angela

Irma M. Angela

nos tres dias do mez de Dezembro de mil novecentos e vinte e oito
 Famoso ás 7 h. estando já reunida a banca examinadora abaixo assignada
 e com a presença do Sr. Fiscal procedeu-se á organização dos pontos
 para a prova escrita do exame de História do Brasil e educação
 civica do 3º anno do Curso Normal. Feita a chamada das alunas
 foi sorteado o ponto n.º: A rebelião de Beckman. O espirito de corpo e seu emboçamento.
 Concluidas as provas a comissão procedeu ao julgamento das mesmas
 e, nada mais havendo, lavrei a presente acta.

Eu, Irma Maria Egidia, a escrevi. Irma Maria Egidia
 Sr. M. Cherequinha do M. J. Maria Quinés. Heila Berqueira

Heila Berqueira

prova escrita História da educação - nos tres dias do mez de Dezembro de
 mil novecentos e vinte e oito, ás 7 h. com a presença do Sr.
 Fiscal e da respectiva comissão examinadora fizeram prova escrita
 de História da educação as alunas do 4º anno do Curso Normal
 de accordo com o disposto no artigo 280 do Regulamento vigente.
 Foi sorteado o ponto n.º 9: Transição da idade media á idade moderna. O império
 da America na historia. Concluidas as provas e julgadas pela banca, nada
 mais havendo, passei a lavrar a presente acta.

Eu, Irma Maria Egidia, a escrevi. Irma H. Egidia
 Sr. M. Cherequinha do M. J. Maria Quinés. Heila Berqueira

Heila Berqueira

Fonte: Registro feito pelo autor. Acervo particular do Colégio Nossa Senhora das Dores. 2022

Diante do referido registro, constatamos a ocorrência do ensino disciplinar da História da Educação em uma turma de quartoanistas no ano de 1928 que realizaram a referida prova escrita com amparo legal contemplado no disposto dos termos elencados no Artigo 280 da regulamentação vigente. Fazia parte desse regulamento a fiscalização sobre todo o processo acompanhado por um fiscal de ensino, do qual também fazia parte uma comissão examinadora que procedeu a um sorteio temático no campo de ensino da História da Educação para realização da referida prova.

O conteúdo temático identificado como ponto nove referia-se à: Transição da Idade Média à Idade Moderna e o Ingresso da América na História. Tal referência nos fornece pistas e importantes elementos no que nos reporta à utilização de impressos como as Revistas de Ensino ou mesmo os manuais de ensino de referência na produção de autores católicos, ou não católicos, muitas vezes direcionados às escolas confessionais. Considera-se, nesse contexto, a escassez de materiais físicos para a organização do ensino e estudo nas áreas temáticas prescritas nos programas de ensino com os conteúdos previstos e concomitantes à regulamentação nas grades curriculares em consonância com a configuração atribuída nos currículos de referência do governo mineiro e da Escola Normal Modelo da Capital.

O uso de materiais de ensino como os manuais didáticos remonta a um período um pouco mais tardio na história da Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Para reforçar esse argumento, concorre a exposição da dificuldade por parte das ex-normalistas entrevistadas que não possuíam os manuais para estudarem ou realizarem quaisquer atividades, principalmente no que se refere ao ensino disciplinar da História da Educação.

A circulação de manuais de ensino no Brasil acompanhou o ritmo no qual as editoras brasileiras começaram a popularizar títulos e maiores tiragens em edições, como no caso específico de nosso estudo, um autor estrangeiro identificado em referências catalográficas da instituição. Ele não foi lembrado pelas normalistas e, assim consideramos que os conteúdos eram muitas vezes compilados ou seguiam as prescrições legais e conteúdos divulgados pelas Revistas de Ensino, sempre vistas como muito úteis e necessárias, conforme nos deparamos com o registro de várias solicitações oriundas da instituição de ensino direcionadas ao governo de Minas Gerais.

Em conformidade com as referências preconizadas nos referidos programas de ensino, eram organizados o norteamento e a condução do ensino disciplinar da História da Educação nas escolas de formação de professoras de Minas Gerais, em especial nas Escolas Normais Oficiais e reconhecidas ou equiparadas.

O Brasil protagonizou uma onda de reformas educacionais e movimentos pedagógicos no decurso do século XX, os quais acabaram impactando o ensino da disciplina História da Educação. No Estado de Minas Gerais essas implicações evidentemente impactaram os currículos escolares conforme já constatamos. Imbricados a essa dinâmica, sinalizamos que tais implicações influenciaram sobremaneira os parâmetros para formação e aperfeiçoamento docentes. Nesse sentido, fez-se necessária a busca pela inserção de abordagens mais progressistas e contextualizadas.

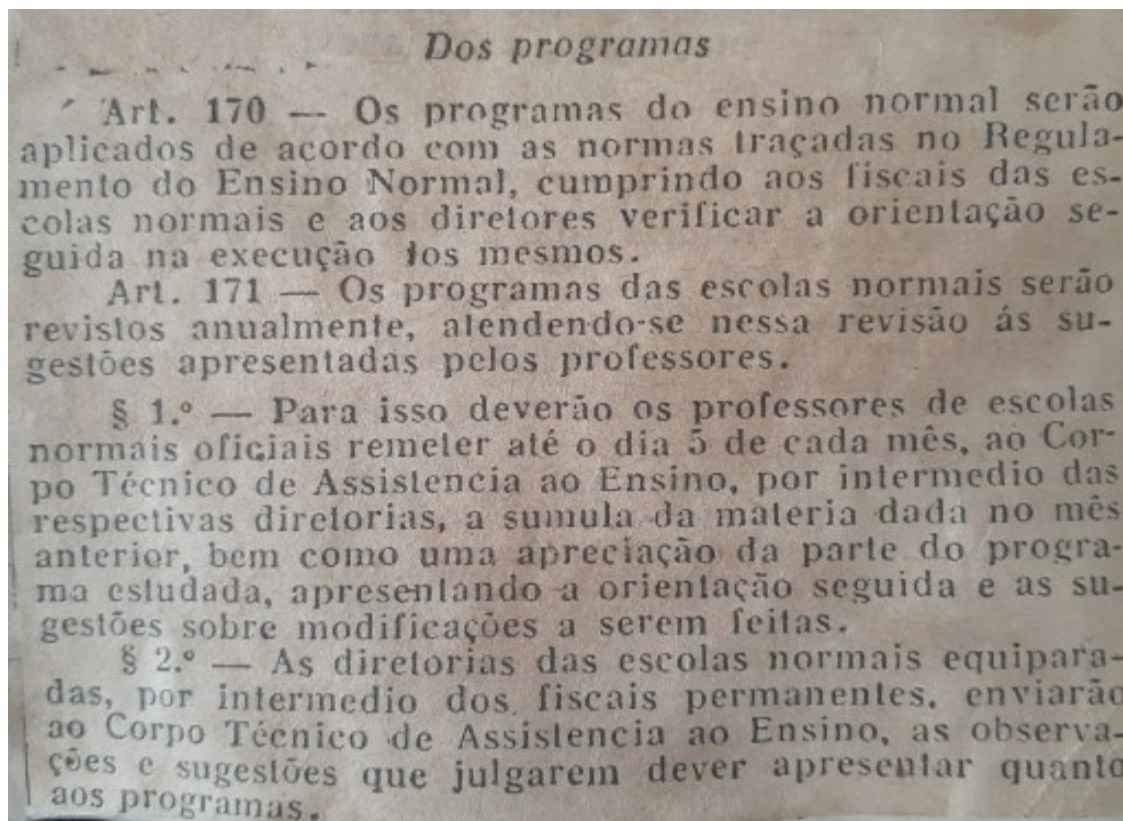
Economicamente, em meio às reações propiciadas pela crise econômica de 1929, foi necessário buscar novas alternativas no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, com novas possibilidades no paradigma em que a instrução pública se desenvolvia.

Trata-se, de certa forma, de um período fértil na perspectiva educacional, considerando nessa conjuntura as várias reformas deflagradas tanto em nosso estado, como já evidenciado, como também no Ceará, em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro. Percebemos a necessidade de colocarmos em evidência a figura de Francisco Campos, mineiro, jurista e político, à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, que se tornou o primeiro dirigente nesse novo contexto e preconizou propostas que nortearam a pertinência em se realizar reformas consideradas necessárias na educação de nível superior e no ensino secundário.

Em 1932 já se encontrava presente nesse ambiente efervescente de reformas e adequações na cena educacional a concepção de que seria necessária a proposição e implantação de melhorias no campo do ideário pedagógico, fortemente influenciadas pelo escolanovismo traduzido no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sinalizando como um importante referencial na lógica do pensamento liberal, o que acarretou importante repercussão na trajetória das ideias e reformas propostas e decorrentes desse movimento.

Nessa direção, desdobramentos importantes como o advento da *Escola Nova* e suas influências na conjuntura na qual se estabeleceram as reformas educacionais, preconizaram uma abordagem com maior ênfase no educando, trazendo um processo de aprendizagem significativo no contexto das ações práticas e abordagens educativas, refletindo de maneira expressiva nos programas de ensino, em especial na História da Educação.

Figura 64 - Regulamentação dos programas de ensino para as escolas normais equiparadas.
S.d



Feito pelo autor. Fonte CNSD 2023

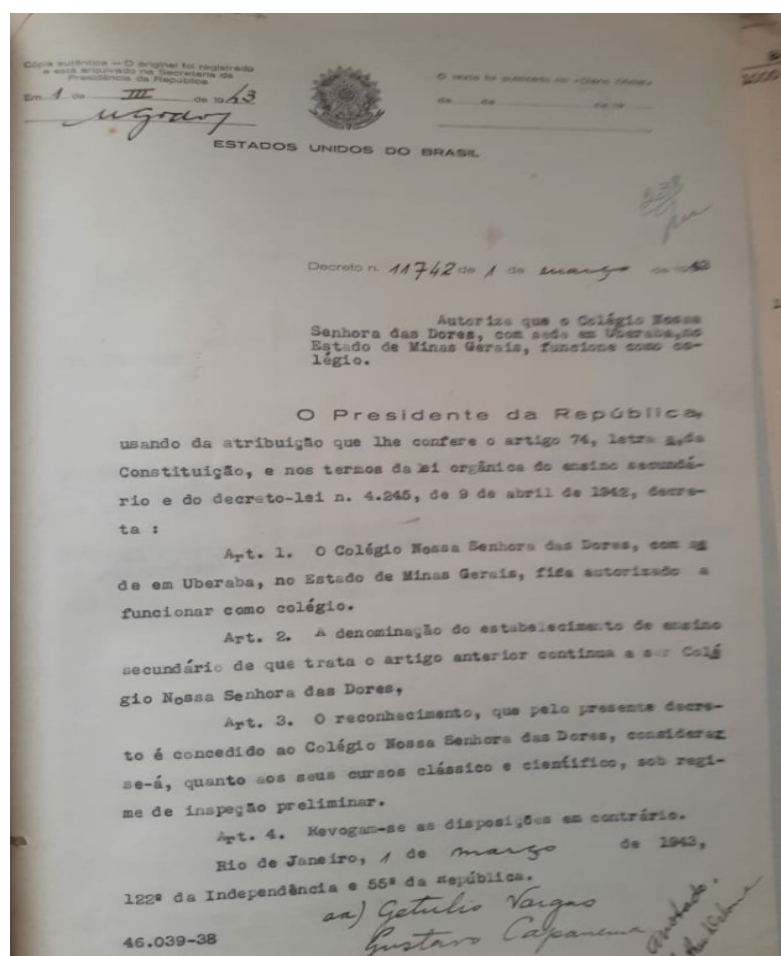
A organização conjuntural, no contexto político e social brasileiro, em meio às tensões e implicações potencializadas por uma série de movimentos de vertente política principalmente, acarretaram debates de extrema relevância ao cenário da educação pública em especial, impactando o direcionamento da instrução educacional no âmbito da estrutura organizacional do Estado de Minas Gerais.

O ideário progressista, em meio à Era Vargas durante a Revolução Constitucionalista em 1932, foi demonstrado pela exacerbada insatisfação revelada na presença de classes oligárquicas, não somente em Minas Gerais, mas em São Paulo e outras localidades que, em tempo, foram deixadas a esmo como consequência da instauração da República Nova. Esse momento caracterizou-se pela transição de significativas e relevantes influências e transformações decorrentes de movimentos sociais prévios como a criação do Partido Comunista em (1922) e as reformas tenentistas (1922 e 1924).

Com a política Varguista instaurada, pressupõe-se a imersão do país em um momento caracterizado pelo autoritarismo, no que corresponde a um processo de mudanças extremamente relevantes ao cenário social e político, que instrumentalizaram as bases para

modernização do *status quo* vigente, como garantias e direitos fundamentais no âmbito dos direitos trabalhistas como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943, a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931). Podemos aqui considerar uma das principais referências na potencialização do populismo alguns anos mais tarde no Brasil.

Figura 65 - Autorização para funcionamento como Colégio – curso clássico e científico. 1943



Fonte: Registro feito pelo autor – Acervo Particular do CNSD 2023

Entre 1942 e 1946, constatamos o desencadeamento de reformas educacionais criadas pelo poder central, singularmente denominadas Leis Orgânicas do Ensino, engendradas durante a gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação.

O ritmo acelerado de transformações na sociedade brasileira acabou demandando importantes reformas no sistema educacional, considerando, para tal, o atendimento de necessidades inerentes aos impactos provocados nas abordagens tradicionais de ensino em meio às várias mudanças políticas, econômicas e sociais, acompanhando o novo ritmo de crescimento

do Brasil. Esse contexto ocorreu em meio ao paradigma da sociedade em considerável processo de avanços e transformações nos processos de urbanização, industrialização e a maior demanda da sociedade para que houvesse o engajamento por uma melhor instrução em meio a essas crescentes demandas e que estas estivessem à frente dos propósitos republicanos. Abaixo, o registro documental do Termo de fiscalização, discorrendo sobre os exames para o curso de admissão e outras providências tomadas pela fiscalização. Fala sobre os livros serem de autores de renome; mas, somente encontramos a referência a Monroe em um único documento.

Figura 66 - Termo de fiscalização. Uberaba, 31 de março de 1953.

Termo de Fiscalização.

Verificadas as inscrições para os exames de admissão ao curso de formação e aos de 1ª época, as provas iniciaram-se na segunda quinzena de fevereiro de 1953. Tudo se fez de acordo com o regulamento do ensino Normal de Minas Gerais.

Terminados os exames de admissão e os exames de 1ª época, lavaram-se os respectivos atos.

A matrícula está em ordem. Virei todos os documentos. Os livros adotados são de autores de renome.

O d. d. Docente e o corpo docente são competentes e esforçados.

Espera-se que tudo para o progresso da Escola Normal e pela educação e instrução de nossa juventude.

No livro de matrícula consta:

1º ano de formação	- 31 alunas.
2º " " " "	- 28 " "
3º " " " "	- 28 " "

Pede uma cópia deste para fins regulamentares.

Uberaba, 31 de março de 1953

Laura Ribeiro, fiscal.

Fonte: registro feito pelo autor. Arquivo CNSD. 2023

A referência a Paul Monroe, quanto à utilização dos seus manuais, foi identificada por nós em registro de fontes documentais não datadas no início da utilização do manual na disciplina História da Educação na trajetória da Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Os manuais de Monroe circularam tardiamente a esse evento. Entretanto, nos respaldamos em fundamentação e embasamento documental que atestam a influência dos manuais de ensino ou suas concepções na trajetória do ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Outra evidência que pode de certa forma fundamentar os achados de nossa investigação estão na profícua investigação de doutorado de Guimarães (2013) sobre o ensino de História da Educação na Escola Normal Oficial de Uberaba. De duração efêmera, seu

objeto perpassou transgressões e inflamações políticas movidas por grupos liberais e republicanos em sua época, bem como da hostilização da sociedade conservadora, que não aprovava uma Escola de formação de professores, frequentada por moças e rapazes, o que era percebido como comportamento promíscuo não condizente com o orbe social e moral presente na mentalidade dos poderosos da sociedade elitista local.

Vale esclarecer que na Escola Normal Oficial foram encontrados dois manuais de ensino da disciplina História da Educação, sendo um de autoria de Theobaldo Miranda Santos e outro de autoria de Paul Monroe. Considerando a necessidade de utilização dos manuais de ensino, bem como do difícil acesso à circulação de autores estrangeiros no Brasil, sinalizamos que os dois autores podem ter influenciado o ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, considerando que o professor Leôncio Ferreira do Amaral, comprovadamente marcou sua presença na instituição de ensino confessional como professor leigo ou convidado, o que não pôde ser comprovado de forma documental. Contudo, existem indícios, conforme depoimentos prestados por Arailda Gomes, bem como fontes iconográficas que o situam como professor homenageado na turma de formandas de Arailda Gomes no início dos anos 1950. Na trajetória docente de Leôncio Ferreira do Amaral, na Escola Normal Oficial, sabe-se que este passou por algumas questões que não são relevantes para esse momento, mas, que, de certa forma, deve ser considerado o fato que o docente saiu da cena educacional após a ocorrência desses eventos. Era um docente competente e conhecedor da História da Educação e foi exímio docente da disciplina Filosofia da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

Ao colocarem em estudo a produção do livro de Monroe, Gondra e Silva (2011, p.716) corroboram com a compreensão de que sua compilação escrita “decorre fundamentalmente da leitura de outros livros, da produção intelectual dos líderes mencionados e de outras obras de História da Educação e de modo especial as enciclopédias”. Entretanto, ao folhearmos rapidamente um manual de Theobaldo Miranda Santos, percebemos que essa tendência também se reflete nitidamente no corpus de compilação do autor, inclusive colocando Monroe em evidência em várias discussões. Assim, analisamos um manual de ensino de Theobaldo Miranda Santos, afim de identificarmos semelhanças ou disparidades com relação aos conteúdos abordados.

Quadro 6 - Organização da obra de Theobaldo Miranda Santos, edição de 1958. De acordo com os programas das faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais.

8ª edição volume 2 – Noções de História da Educação. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
Páginas 497
Capítulos 8 – com subcapítulos – Prefácio, Introdução
Imagens ou ilustrações 99
Informações – capítulo inicia após a Introdução
<p>Capítulo I – O Tradicionalismo Pedagógico (Pré-história e Antiguidade Oriental. 1. A Educação Primitiva, 2. A educação Hindu, 3. A educação chinesa, 4. A educação egípcia, 5. A educação hebraica. 6. A educação persa.</p> <p>Capítulo II – O Humanismo Pedagógico (Antiguidade Clássica) 1. A educação grega, 2. A educação romana.</p> <p>Capítulo III – O Cristianismo Pedagógico (Primeiros Séculos do Cristianismo e Idade Média). 1. A educação apostólica, 2. A educação patrística, 3. A educação monástica, 4. A educação escolástica,</p> <p>Capítulo IV – O Medievalismo Pedagógico (Idade Média). 1. A Educação Feudal, 2. A educação muçulmana.</p> <p>Capítulo V – O Neo-Humanismo Pedagógico (Séculos XV, XVI e XVII). 1. A Educação renascentista, 2. A educação reformista, 3. A educação contra-reformista, 4. A educação jansenista</p> <p>Capítulo VI – O Naturalismo Pedagógico (Séculos XIX e XX). 1. A Educação realista, 2. A educação disciplinar 3. A educação pietista, 4. A educação racionalista, 5. A educação naturalista. (vida, obra e influência de Rousseau) 6. A educação filantropista (Rousseau e o filantropismo), 7. A educação revolucionária, 8. A educação psicológica (Características gerais da educação psicológica, autores como Henrique Pestalozzi e João Frederico Herbart). 9. A educação científica – (entre os educadores científicos Augusto Comte, Herbert Spencer.</p> <p>Capítulo VII – O Neonaturalismo Pedagógico (Séculos XIX e XX). 1. A educação individualista, 2. A educação socialista (entre os educadores socialistas, Jorge Kerschensteiner, Emilio Dukheim, 3. A educação nacionalista, 4. A educação pragmatista (entre os educadores pragmatistas John Dewey, William Kilpatrick, 5. A educação técnica.</p> <p>Capítulo VIII – O Antinaturalismo Pedagógico (Séculos XIX e XX). 1. A educação espiritualista, 2. A educação cristã.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor. 2024

Assim, tomamos por análise dois manuais de ensino de autoria de Paul Monroe, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, ambos pela COMPANHIA EDITORA NACIONAL, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Atualidades Pedagógica, Volume 34 1954, Série 3ª, um volume melhor conservado, com o mesmo layout de capa, com somente um tradutor, Idel Becker, 1969, ao contrário do volume mais antigo, com a tradução de Idel Becker e Therezinha G. Garcia.

Analisando os manuais, em vista dessas últimas edições, o volume de número 34 percorreu aproximadamente 15 anos, não sendo observada qualquer modificação relevante quanto aos conteúdos ou organização, dadas algumas breves ocorrências como ao final de cada capítulo na edição de 1954 onde se lia resumo, lê-se sumário, e algumas alterações de páginas.

Quadro 7 - Organização da obra de Monroe, edição de 1969, sem alterações de conteúdo em relação à edição de 1959 e outras notas. Adaptação sem citação de subtítulos.

8ª edição volume 34 – The Macmillan Company, New York, 1949, (1969) Impresso no Brasil. Do original inglês: <i>A Brief Course in the History of Education</i> . Nova tradução e notas Idel Becker.	3ª edição volume 34 - The Macmillan Company, New York, 1949, (1954) Impresso no Brasil. Do original inglês: <i>A Brief Course in the History of Education</i> . Nova tradução e notas Idel Becker.
Páginas: 388	Páginas: 417
Capítulos: 14 e Quadros Cronológicos	Capítulos: 14 e sem Quadros Cronológicos
Imagens ou ilustrações 14	Imagens ou ilustrações 14
Informações – capítulo inicia após o Sumário	Aqui, após o Sumário, está o Prefácio
<p>Capítulo I – Povos primitivos: a educação em sua mais simples forma.</p> <p>Capítulo II - Educação oriental. A educação como recapitulação: A China como padrão.</p> <p>Capítulo III – Os gregos. A educação liberal.</p> <p>Capítulo IV – Os romanos. A educação como treino para a vida prática.</p> <p>Capítulo V – A Idade Média: a educação como disciplina * A educação no fim da Idade Média.</p> <p>Capítulo VI – O Renascimento e a educação humanista.</p> <p>Capítulo VII – A Reforma, a Contrarreforma e o conceito religioso de educação.</p> <p>Capítulo VIII – Educação realística.</p> <p>Capítulo IX – O conceito disciplinar, a educação: John Locke, educação na América.</p> <p>Capítulo X – A tendência naturalista da educação – Rousseau.</p> <p>Capítulo XI – A tendência psicológica na educação. * O movimento pestalozziano. Influência de Pestalozzi na educação.</p> <p>O movimento herbartiano.</p>	Não houve alterações na ordem dos temas e subtemas.

<p>Relação com o pestalozzianismo. Vida e obra de John Frederick Herbart. A psicologia de Herbart. Concepção e finalidade da educação. Meios e métodos herbartiano. Como a instrução se pode tornar educativa. Froebel. O jardim da infância. Efeitos dos movimentos psicológicos nas escolas. A influência pestalozziana; A influência herbartiana; A influência froebeliana. Capítulo XII A tendência científica moderna. A ciência nas escolas, nas universidades e colégios, Nos Estados Unidos. Capítulo XIII – A tendência sociológica na educação: Pestalozzi, Herbart e Froebel. Escolas públicas nos Estados Unidos. Desenvolvimento dos sistemas públicos modernos de educação. Estados Unidos. Capítulo XV – A tendência eclética. Quadros Cronológicos.</p>	
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor. 2024

Pontos previstos no sorteio temático para a realização de exames das quartoanistas demonstram uma ordem lógica de correspondência dos assuntos com destaque para autores extremamente relevantes no estudo disciplinar da História da Educação. Entretanto, também há referência a *Horace Mann*, que não figura nos manuais de ensino do autor não católico. Silva e Favaro (2014, p. 189), a partir da experiência narrativa selecionada para um estudo, acreditaram ser pertinente considerar que: “O final do século XIX e início do século XX, fase dos primeiros escritos de Monroe, foi um período marcado por uma ampliação significativa dos espaços de formação de professores, primeiramente as Escolas Normais e depois, a formação de professores no Ensino Superior”.

Monroe, considerado um autor consagrado e de relevante importância com a circulação de seus manuais de ensino no Brasil, projetou um lugar de destaque para o ensino disciplinar da História da Educação. Observando-se a constância da disciplina e sua efemeridade, tem-se como lugar da disciplina História da Educação, uma tendência de pertencimento na grande história da civilização. No que conduz a essa reflexão, tomamos como correto o conjunto paradigmático de integração das disciplinas componentes de uma cadeira de ensino, abordagens

disciplinares distintas, considerando os programas, com disseminação do conhecimento sob responsabilidade de um mesmo docente.

3.4. Sobre as práticas de ensino de História da Educação: metodologias e materiais de ensino.

Constatamos, ao observarmos documentos oficiais da instituição que as práticas de ensino disciplinar da Escola Normal Nossa Senhora das Dores eram centradas em aulas expositivas, exigência da atenção das normalistas, pela instrução livresca, que muitas vezes as jovens candidatas a professoras primárias gratuitas não tinham condições financeiras para adquirir os impressos e, por fim, dava-se a prática da memorização de conteúdo. Essas últimas se ativeram mais precisamente às anotações fiéis à explanação das aulas e ainda talvez tenham podido contar com algum manual de ensino ou outro material emprestado de alguma colega de classe. A exposição oral de base conteudista era apresentada em uma sequência lógica, pré-determinada e utilizava leituras e aplicação de exercícios repetitivos, nos quais se objetivava garantir a memorização dos conteúdos disseminados⁵¹.

Não obstante, por necessidade de intervenção sobre as práticas de ensino, sempre tão necessárias e relevantes ao aperfeiçoamento dos processos formativos, concomitante à apreensão estratégias de aprendizagem, fazia-se necessária a elaboração de um planejamento. Este deveria legitimar a configuração de um aporte metodológico e estratégico em paridade com uma didática aplicável às prescrições previstas nos programas de ensino de referência para a Escola Normal, observando sua viabilidade no que se referia à apropriação dos saberes e fazeres docentes como mecanismos que pudessem viabilizar a identificação dos possíveis obstáculos que se fizessem presentes em face de sua execução na perspectiva de potencializar o aperfeiçoamento das práticas exequíveis na Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

51 Apesar de a escola normal do Colégio Nossa Senhora das Dores ser equiparada às escolas normais oficiais, o que, na prática, significava que a sua estrutura curricular deveria seguir as determinações dos regulamentos estaduais, a concepção de formação de professores que sustentava o currículo era bastante distinto das escolas mantidas pelo Estado. Nesse caso, o modo como cada conteúdo era estudado passava pelo filtro dominicano, que imprimia nele sua visão de mundo e de educação. Riccioppo Filho, 2007, p.264

Figura 67 - Registro de Correspondência ao Senhor Secretário de Interior. 1911

Uberaba, 16 de Junho de 1911.

Ex.^{ma} Sr.^o Secretario do Interior,

Respeitosa saudações

Constando-me que os programmas de ensino da Escola Normal da Capital, ja estão organizados e não estando achados publicados no jornal official, tomo a respeitosa liberdade de pedir a V.^o Ex.^{ca} que se digno fazer o favor de mandar-me alguns folhetos dos mesmos programmas, pois nos fazem muita falta para a boa direccão do ensino das diversas matérias.

Aproveito o ensejo para surtificar a V.^o Ex.^{ca} que tenho entendido todos os pontos para que neste estabelecimento se fielmente observado o actual Regulamento do Ensino tanto no curso primario como no curso normal e tambem no que diz respeito à pratica profissional, a qual se realiza mensalmente no Grupo escolar desta cidade.

J. Naveiro

Fonte: Acervo documental Colégio Nossa Senhora das Dores. Registro feito pelo pesquisador. 2023.

A fonte iconográfica em destaque endereçada ao então Sr. Secretário de Interior, revela, por parte da instituição de ensino, a necessidade de que sejam disponibilizados os programas de ensino da Escola Normal da Capital, com a obrigação de segui-los, sinalizando a urgência com que eles se faziam necessários para a boa direção do ensino em todas as matérias. Essa demanda se fazia urgente, mas houve a alegação de que em registros oficiais não tinham encontrados os referidos programas publicados no Jornal Oficial. No ensejo são veementes quanto à afirmação da obediência ao regulamento de ensino em cumprimento das demandas tanto do curso primário quanto do Curso Normal, ficando a cargo do Grupo Escolar da cidade a realização mensal das práticas de ensino. O Decreto n.º 10.142, de 27 de novembro de 1931, continha instruções sobre os exames de prática profissional nas Escolas Normais, do Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte no qual

O Presidente do Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo dec. 19.398, de 11 de novembro de 1930, do Governo Provisório da República, decreta: Art. 1º O exame de prática profissional nas Escolas Normais será processado em último lugar e constará de uma crítica, em relatório pelas examinadas, sobre a regência de uma classe sorteada e de uma redação de correspondência e escrituração escolar. Parágrafo único: Para a primeira parte da prova será sorteado um dentre os quatro anos primários, sobre o qual versará a regência de classe; e para a segunda, cada examinanda tirará por um ponto, dentre oito formulados pela banca examinadora e aprovados pelo fiscal. Art. 2º As turmas de examinandas constituir-se-ão de 30 alunos, no máximo, nos termos do art. 4º do dec. n. 10.113, de 30 de outubro deste ano. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Escola Normal Nossa Senhora das Dores se assentou em bases, princípios e concepções montessorianos, no construtivismo e, logicamente arraigada aos métodos

tradicionais de ensino imbricados na dinâmica de ambiência e da cultura escolar em simbiose com a religiosidade propagada na própria escola normal e nos arredores e espaços nos quais a dimensão do Colégio poderia alcançar. Aprender a cultura como bem necessário à formação humana requer o ordenamento de um conjunto de conteúdos considerados clássicos, arraigados a preceitos cristãos alicerçados na lógica humanista emanada pelos preceitos religiosos.

No que se reporta à realização de provas escritas, conforme registro realizado pela fiscal permanente, Conceição Soares Mendonça, em 31 de março de 1933 tais instrumentos eram aplicados mensalmente e organizados em formato de testes⁵². Para os exames orais, as mestras organizavam fichas a fim de facilitar a aplicação dos exames permitindo às educandas chamadas lerem com calma e atenção o assunto que lhe coube em sorte.

Atentando-nos para essas práticas que tal paradigma não se assentava nas concepções da dita pedagogia hodierna, da qual se considera a vertente escolanovista⁵³, no qual se considera no contexto, o estudante, nesse caso as normalistas, como centro de interesse na pauta da proposta nas quais se davam as práticas educativo-avaliativas, na perspectiva de formação das estudantes, frente às bancas avaliadoras, compostas de docentes, fiscais e inspetores da instrução educacional.

As práticas de ensino, principalmente as realizadas pelas estudantes do curso normal, as terceiroanistas, reportavam-se tanto pelas observações, como pelas experiências, que buscavam concluir com êxito o trabalho de suas monografias. Para a realização das provas escritas exigia-se raciocínio e pensamento reflexivo para além da memorização. Cada aluna do último ano do Curso Normal deveria ter, no mínimo, três notas nos seguintes instrumentos de avaliação: uma prova escrita; uma arguição; e um trabalho complementar, atribuindo-se à nota de arguição um maior rigor devido a fatores diversos que implicariam nesse contexto.

52 Rosângela Castro Guimarães, discorre sobre a aplicação dos testes em *O Ensino de História da Educação na Escola Normal – Entre o prescrito e a realidade escolar* (Uberaba, Minas Gerais, 1928-1970). 2016.

53 As Escola Normais mineiras, em termos curriculares, acompanhavam a proposta para renovação do campo pedagógico, *pari passo* com o ideário escolanovista. Em 11/02/1928, em decorrência de regulamentação do Decreto nº 8.225, seriam aprovados os programas do ensino normal, que previam a bibliografia sugerida para nortear a formação de professores nas escolas normais de 2º grau. Adaptado de Riccioppo Fillo, 2007 p.393).

Figura 68 - Disciplinas práticas ficavam a cargo das religiosas. 1947.

306

COLÉGIO N. S. DAS DÔRES
MINAS GERAIS - UBERABA

ANO LETIVO DE _____
CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO

Matérias	NOME DO PROFESSOR	N.º do Registro	Reservado para o visto da Seção de Registro
CIÊNCIAS	M. Mercedes Nebecchi Bariz (Ir. M. do Divino Coração)	D. 597 ✓	confere (12)
DESENHO	Mania de Almeida Prado (Ir. M. dos Cherubins)	D. 4.957 ✓	confere (12)
DESENHO	Elza Dias (Ir. M. Alfredo)	D. 3.920 ✓	confere (12)
"	Elza Dias	D. 3.920 ✓	com fin. (2: c)
CANTO	OTAVIA SILVA (Ir. Cecília M)	D. 0214	nao confere
"	" " "	"	"
"	Inês Pereira Valle	0053	"
"	" " "	"	"
Trabalhos	Luiza Saltão	D. 379 ✓	confere (12)
"	Alzira Vilela Gouveia	n. 436 ✓	nao em ciencias (12)
	Curso Classico		
PORTUGUÊS	Dagmar Ribeiro	D. 1610 ✓	confere (20)
LATIM	Inês Pereira Valle	D. 2.880 ✓	confere (20)
FRANÇÊS	Zuleika Teixeira	D. 435 ✓	confere (12)
INGLÊS	" "	" ✓	"
MATEMÁTICA	M. Paula de Oliveira	13.866 ✓	confere (12)
Geo-GERAL	Ruth Gebrin	F. 416 ✓	confere (12)
His-Geral	" "	" ✓	"
ESPAANHOL	Hilda Morsim (Ir. Rita)	D. 434 ✓	em portugues (12)

Monia F.

O Inspetor

Fonte: Registro feito pelo autor. Arquivo Particular do CNSD. 2023

Nesse sentido, para além desses mecanismos de avaliação, eventualmente atrelados às práticas docentes, ressignificamos que a mera transmissão de conteúdos disseminados ou transmitidos em qualquer nível no alcance da proposta de ensino e aprendizagem, deveriam estar fundamentados na perspectiva de em um exercício de reflexão sobre a experiência, observada a capacidade de síntese no âmbito dos conhecimentos teóricos constituídos, favorecendo a ampliação das condições para o desenvolvimento de um *pedagogium* diferenciado no qual as situações adversas fossem aperfeiçoadas e adequadas à cada situação.

O fiscal de exames (em assinatura rubricada final FAGUNDES) da Assistência Técnica Regional, da 8ª Circunscrição Literária em Uberaba, após apreciação das referidas monografias escritas pelas terceiroanistas, considerou que estas estudantes causaram boas impressões no que se referia à parte expositiva e teórica e no que concerne às observações realizadas nas classes

anexas; porém, realizando taxativa observação quanto à necessidade do uso de uma maior diversidade de fontes, dada à escassez de bibliografia citadas em quase todos aqueles trabalhos. Recomendou, então, que as pré-professoras deveriam habituar-se a recorrer às mais variadas possibilidades de fontes, a fim de que conhecessem o entrechoque de opiniões, e que pudessem, à margem delas, e sobre elas, edificar o seu próprio juízo sobre os problemas escolares.

Havia os cadernos de preparo de lições das professoras, ou livro de registros de lições diárias e fichas de relatórios das alunas do curso preparatório e de aplicação⁵⁴, elaboração de relatórios e planos de aulas no caso das estudantes terceiroanistas, que também se utilizavam de um instrumento para registro, como um recurso para uma espécie de diário de bordo. Conforme registro da fiscal permanente (Conceição Soares Mendonça, p.18 de 31 de julho de 1934), discutiram: I) critério para organização dos diários das alunas, os quais, além do registro do assunto a ser tratado, deveriam conter o nome dos livros indicados, a consulta e algumas informações pessoais; II) comentários sobre as fichas biográficas ou relatórios de leituras na biblioteca; e III) como organizar as questões para as provas escritas.

54 Com o novo Regulamento do Ensino nas Escolas Normais (Decreto nº 8.162, de 20/01/1928), o curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores foi equiparado ao das chamadas escolas normais do primeiro grau, ficando o seu currículo dividido em um curso de adaptação (2 anos) e um curso preparatório (3 anos). O curso foi reestruturado com base no novo currículo das escolas normais oficiais e ganhou uma ênfase mais voltada à formação pedagógica de professores. (Riccioppo Filho, 2007, p. 259).

disciplinas, que não são citadas em registro. Desse aporte realizava-se, de praxe, de forma corriqueira, a fiscalização quanto às ações registradas nos cadernos de preparação de aulas, que foram solicitados pelo serviço de inspeção para serem visados, até com certa insistência quando estes foram solicitados.

Os docentes deveriam apresentar relatórios técnicos pedagógicos da matéria desenvolvida, nos quais constava o nome do estabelecimento, a data, o registro da matéria a ser ministrada, ano de curso, professora da cadeira de ensino, pontos e apontamentos a serem desenvolvidos, métodos empregados, material utilizado, atividades aplicadas, bibliografia e referências utilizadas, apreciação sobre o programa e aproveitamento das alunas.

Figura 70 - Biblioteca do Curso Normal. S.d



Fonte: Fotografia feita do original pelo pesquisador, acervo particular CNSD, 2023.

Figura 71 – Biblioteca do Curso Normal. S.d

Fonte: Fotografia feita do original pelo pesquisador, acervo particular CNSD, 2023.

Realizavam-se também palestras pedagógicas sobre as diversas matérias componentes do programa de ensino e ainda organização de auditórios e excursões culturais. “Procurando corresponder aos altos propósitos do Governo do Estado e em obediência ao aviso expedido pela Secretaria da Educação, este estabelecimento comemorará a semana da pátria com algumas sessões cívicas e preleções promovidas pelos grêmios de geografia e história.” (1937, p.46, CNSD). Denomina-se de pré-livros do terceiro ano normal o material de ensino feito segundo os métodos mais modernos da Pedagogia e, ao analisá-los, observamos os movimentos e confluências presentes nos propósitos perpetrados na proposta de equiparação da instituição confessional aos propósitos permeados pelos currículos propostos para as escolas normais oficiais.

Cabe-nos salientar que durante o processo de formação da professora, considerando os lócus, o seu espaço, inferimos que os valores são percebidos diante de contextos fortemente marcados e identificados como espaço público e espaço privado, esta última arraigada à pecha

de instituição religiosa formadora de moças bem instruídas e recatadas para comporem à sociedade. Nesse sentido, respaldados por aproximações e concepções semelhantes, tomamos por reflexões de (Riccioppo Filho, 2007 p. 264) ao observar que:

Nas escolas normais dominicanas, o princípio da autoridade da professora-formadora era fundamental. A ela cabia o papel de formar as novas gerações de mulheres, obedecendo a uma rígida programação que permeava todo o currículo. Apesar de a escola normal do Colégio Nossa Senhora das Dores ser equiparada às escolas normais oficiais, o que, na prática, significava que sua estrutura curricular deveria seguir às determinações dos regulamentos estaduais, a concepção de formação de professores que sustentava o currículo era bastante distinta da das escolas mantidas pelo estado. Nesse caso, o modo como cada conteúdo era estudado pelo filtro dominicano, que imprimia nele a sua visão de mundo e de educação. A preocupação em afastar as alunas de tudo que era considerado perigoso para a formação religiosa que se pretendia alcançar na escola normal dava à pedagogia dominicana um direcionamento rígido.

Nas reuniões da congregação, além das pautas gerais, sob a condução da fiscal senhorita Laura Pinheiro, acusamos a ocorrência da necessidade de se realizar o registro de planos de trabalho nas várias cadeiras. O mês era o de março de 1942, onde evidenciava-se a importância de não consentir o ato de decorar puro e simples, o ensino livresco, o exigir muito julgamento e raciocínio críticos, levantando problemas para além da teoria, sugerindo algo próximo à interdisciplinaridade entre as áreas de estudos (p.22, Atas da Congregação).

Consideramos relevante, ao retomarmos nossa leitura e apreciação da obra de Nosella e Buffa (2002), não somente a aproximação referente aos períodos nos quais ambas as escolas normais foram criadas, a Escola Normal Nossa Senhora das Dores (1906) e Eschola Mater (1911), mas também pela imponência no que se refere à estrutura predial, à imponência visualizada nos espaços e acomodações internas, à organização dos auditórios, aos espaços para a aplicação de práticas nos mais variados conteúdos, aperfeiçoando, assim, os saberes inerentes aos conteúdos estudados como os laboratórios de ciências, física, conforme na obra em referência, as iconografias estão situadas às páginas (43, 51, 53, 83, 85, 87, 89, 91, 95, 97). A seguir, apresentamos o registro de iconografias referentes à Escola Normal Nossa Senhora das Dores. A conferência na obra dos autores fica no convite à leitura aos interessados na temática.

3.5. Considerações Parciais

No exercício de produção deste Capítulo, ao se deparar com inúmeros desafios contudo, ao pleito de alcançar o êxito acerca de importantes constatações no que se refere à estrutura e dinâmica na qual se deu o ensino disciplinar da História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. O protagonismo nesse segmento estruturou-se a partir das categorias de

análise, docentes que tiveram atuação na docência do ensino de História da Educação, entendendo que a formação inicial ocorreu primeiramente de forma “precária”, por vezes na condição de ex-alunas, que se tornaram professoras no próprio curso de formação, adquirindo, assim, suas experiências.

O ensino de História da Educação, principalmente nas Escolas Normais confessionais durante o século XX, com seus propósitos fielmente imbricados a vertentes tradicionais, assentavam-se em uma base teocêntrica nos domínios da História, principalmente no que contempla as produções no campo da História da Educação. Os currículos e programas de ensino, no entanto, inculcavam suas bases teóricas fundamentalmente nas ideias pensadores europeus, como inicialmente evidenciamos, como Rousseau, Pestalozzi e outros. Essa perspectiva privilegiava a disseminação de um cânone presente na base de construção do conhecimento considerado fundamental para a formação docente.

Na percepção de algumas lacunas no que se refere à existência ou protagonismo envolto à disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, na qual se identificou a necessidade de uma ação que promovesse uma revisitação, quanto à compreensão e seu entendimento, no paradigma no qual se requer a realização de uma abordagem crítica a ser promovida no ensino disciplinar da História da Educação. O pensamento e as teorias educacionais se desenvolveram a partir do surgimento de novas correntes no campo das ciências pedagógicas, sendo influenciadas, por vezes, pelo construtivismo no ideário progressista atrelado à pedagogia crítica e com o advento do escolanovismo, sendo que aos poucos a disciplina foi sendo configurada nos currículos e programas de ensino vigentes, conforme modificações propostas pelas várias reformas de ensino ocorridas ao longo do tempo.

Apesar da vertente escolanovista instaurada, o ensino e processo de aprendizagem, enquanto relação de produção de conhecimento e aplicação didático pedagógica, baseava-se no processo de memorização, tendo sido aplicados mecanismos extremos de avaliação perpassando provas orais com sorteio de temas e formação de bancas em um ambiente de forte tensão e exigência por bons resultados, tanto no que se refere à instituição quanto às normalistas que não admitiam ser taxadas de incompetentes ou incapazes para o exercício do magistério.

Por vezes ao recorrer ao diálogo retomando e avançando em algumas questões e discussões, na medida em que se percorre no entendimento sobre a estrutura e formatação na qual o ensino disciplinar da História da Educação aconteceu na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. As grades curriculares acompanhavam as normativas e prerrogativas estaduais dadas às condições para equiparação às escolas normais públicas como a Escola Normal Modelo que figurou como referência para disciplinar a organização dos programas de ensino a serem

desenvolvidos em Minas Gerais, tanto nas Escolas Normais oficiais como nas Escolas Autorizadas.

A instituição contava com importante acervo bibliográfico, conforme observação de documentos e iconografias aqui tratados e com atribuições e personalidade de fonte histórica, que referendou títulos e autores, bem como a organização do espaço de forma catalogada, abarcando possíveis títulos interessantes em nosso estudo em um único compartimento componente do *pedagogium*. Assim, não se sabe como a biblioteca foi sendo equipada com os títulos, haja vista a escassez de registros quanto a essa questão. Para tanto, ao constatar que os livros ou manuais nem sempre estavam ao alcance de todas as estudantes, podendo ser considerados, nesse contexto, não tão somente os aspectos econômicos, levando em conta que apesar de ser uma instituição elitista, também estava em seu quadro discente estudantes contempladas com os “benefícios” concedidos em função da equiparação com as escolas estaduais.

Realmente o ensino disciplinar da História da Educação não foi tão evidente na própria história presente nas grades curriculares da instituição. Fatores diversos podem ter propiciado tal efemeridade, considerando os interesses políticos, sociais e no contexto no qual se deram as sucessivas reformulações no ensino como um todo. História da Educação, História da Civilização e Filosofia da Educação parecem ter se correlacionado ao longo dessa duração. Entretanto, o fazer formativo para a formação da mulher, e não da professora, estão evidentes nas vezes em que o currículo e as grades curriculares podem ter sido burlados devido à dificuldade em enviar as atualizações sobre a organização dos programas de ensino e na ênfase dada para que os programas enviados fossem sempre fielmente cumpridos no âmbito dos cânones, dos preceitos e da acepção cristã dogmática e teocêntrica que se firmavam nos anseios de uma sociedade conservadora, em formação, durante o século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a presente investigação, considerando atender o objetivo geral da pesquisa, por meio da análise de como se oferecia o ensino disciplinar da História da Educação prescrito nas grades curriculares da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, suas configurações e reconfigurações no âmbito da instituição religiosa de 1928 a 1971. Para atingir tal fim, foi necessário conhecer a trajetória do colégio, sua criação e funcionamento, bem como a instalação da Escola Normal e fundamentalmente sobre os programas de ensino prescritos com ênfase no ensino disciplinar da História da Educação no curso de formação de professoras e acerca da identidade dos ex-discentes e ex-docentes que marcaram presença na Escola Normal.

No que se refere aos achados da investigação, análises e os desdobramentos inerentes à criação do Colégio, considerando que a sociedade uberabense era de perfil elitista e sentia-se incomodada com o funcionamento da Escola Normal Oficial, frequentada por moças e rapazes, o que causava estranheza e tal situação era malvista aos olhos da sociedade. Dada sua efemeridade e inconstância no seu funcionamento, logo as religiosas lograram êxito em seu propósito maior que era o de se instalar e disseminar os preceitos da formação moral, de conduta ética e familiar, principalmente às jovens normalistas que estavam sob seus cuidados.

Por conseguinte, reconhecer e aprender sobre as prescrições propostas para os programas de ensino da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Reunimos e instrumentalizamos os materiais de pesquisa, realizando paralelamente um exercício de análise dos vestígios e resquícios sobre o ensino disciplinar da História da Educação. Dessa estratégia, estabelecemos relações, aproximações e evidências no propósito de conhecer e compreender a dinâmica em que se deu a organização do currículo nas Escolas Normais de Minas Gerais, tendo como primeira referência as escolas normais modelo que figuravam como referência para as escolas pertencentes às circunscrições literárias e, também, como no caso da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, que usufruía das benesses advindas da almejada equiparação.

Em se tratando dos programas de ensino configurados na estrutura e organização dos cursos de formação da Escola Normal, temos em conta que dada à sua criação no ano de 1905 e funcionamento em 1906, a disciplina História da Educação apareceu primeiramente no ano de 1928.

Em 1928, através do ofício nº 121 de 26 de abril, há registro de uma tratativa para a retomada do ensino de francês, havendo, nesse sentido, a necessidade de reorganização de horários dos cursos de adaptação e do curso preparatório.

Paralelamente, a trajetória de inserção do ensino de História da Educação no Brasil está arraigada ao percurso das primeiras Escolas Normais, conforme já sinalizamos, sendo a primeira delas a do Rio de Janeiro, em 1928. O protagonismo que se pode atribuir à inserção da temática História da Educação na pauta dos Programas de Ensino Oficiais só teve seu lugar de destaque à custa de latentes e necessárias reformas, o que somente ocorreu em 1928, no governo de Francisco Campos.

A urgente demanda por instrução resultou da necessidade de serem gestadas novas escolas. Nesse contexto deu-se a criação das escolas isoladas, bem como dos famosos grupos escolares tão em evidência nos estudos da grande área História e Historiografia da Educação.

Em 1930 foi publicado um novo Regulamento das Escolas Normais, através do Decreto nº 9450 daquele ano, legislação solicitada por carta e oficialmente endereçada ao Secretário de Interior, Dr. Mário Casasanta. Ainda no ensejo as religiosas cobraram o envio das Revistas de Ensino que consideravam ser muito úteis aos profissionais de seu quadro de magistério e que também contemplavam os Programas de Ensino vigentes.

Após um interstício em 1934-1935, e a partir da década de 1940, houve importantes desdobramentos que foram elucidados, conforme fontes documentais analisadas, tratadas e anexadas. Em 1936 foi constatado ter havido uma nova mudança no Programa de Ensino, com Aritmética para Matemática e acrescentando-se História com Geografia no 2º ano do Curso Normal. Em 1938 a disciplina Francês foi eliminada, incluindo-se Matemática no 3º ano do curso normal. Há ocorrência ainda no primeiro e segundo anos do Curso de Aplicação, da inserção da disciplina História da Civilização na cadeira de Psychologia da Educação.

Em suma, ao considerar que a equiparação às Escolas Normais, alguns componentes dos Programas de Ensino foram mantidos, logicamente considerando que haveria na Escola Normal Nossa Senhora das Dores conteúdos diversificados que não existiriam, por exemplo, na Escola Normal Oficial na plenitude de seu funcionamento. Assim, História da Civilização e Filosofia da Educação ocupam o lugar da nomenclatura História da Educação em vários momentos, conforme situamos no escopo deste estudo.

Uma década após a inserção da disciplina História da Educação nos cursos de formação de professores (as) no Brasil, conforme já destacado, materializou-se o nome de Paul Monroe, em 1939, com sua História da Educação como instrumento norteador para o ensino dos conteúdos tratados na pauta dos Programas de Ensino, legalmente amparados na legislação vigente/prescrições legais.

A circulação de autores internacionais no Brasil propiciou todo o arcabouço para a implementação dos conteúdos e dos Programas de Ensino a serem desenvolvidos com a

inserção do ensino de História da Educação, principalmente nas Escolas Normais. De acordo com dados preliminares, ao constatar que dos autores estrangeiros, Monroe foi um dos que mais circularam no Brasil desde sua divulgação por aqui. Tal popularidade acabou por influenciar o trabalho de autores brasileiros como o próprio Theobaldo Miranda Santos, que acabou recorrendo ao autor por diversas ocasiões, inclusive citando-o em seus Manuais de Ensino.

Ao estudar os Manuais de Ensino percebe-se aproximações semelhantes no que diz respeito aos conteúdos neles tratados, à ordem cronológica de evolução e organização do pensamento e das ideias, seguindo, aparentemente, um critério de linearidade temporal. Não foi possível contar os volumes de todas as edições dos Manuais de Ensino dos autores apontados no curso dessa investigação. Contudo, oportunamente tivemos acesso a períodos esparsos, nos ancorando em autores nacionais e estrangeiros em circulação no Brasil, o que, de certa forma, nos permitiu realizar análises importantes no que diz respeito às fontes materiais encontradas como registro de conteúdos em livros de escrituração e prescrição de programas de ensino na própria Revista de Ensino.

Da fonte documental produzida, a partir de uma página da Revista de Ensino na qual consta parte do programa da Cadeira de Pedagogia, dentre vários temas tratados em todos os Manuais de Ensino, são revelados tanto temas em comum como a introdução aos povos primitivos, educação dos selvagens, a educação em sua expressão mais simples e ainda os primórdios da educação. Segue-se, nessa linha, o estudo dos povos do oriente, principalmente da China, sendo que poucos apontam os povos hindus, passando pelo pensamento clássico, com Grécia e Roma, perpassando o Cristianismo, a Idade Média (Alta e Baixa) e chegando à contemporaneidade.

Somente encontrou-se indícios da adoção do Manual de Paul Monroe no campo da História da Educação em uso na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Há registros de vários autores no campo de História da Civilização que podem ter sido utilizados no ensino de História da Educação, considerando as várias mudanças ocorridas nas cadeiras que comportavam as disciplinas pedagógicas para formação na Escola Normal.

Após a identificação dos livros e manuais de ensino utilizados na escola confessional, apostamos inicialmente em autores católicos e brasileiros, também considerando o diálogo e aproximações com atores sociais que viveram ou passaram pela Escola Normal Oficial de Uberaba-MG como o próprio professor Leôncio Ferreira do Amaral, apresentado como professor da cadeira de História da Educação daquela instituição. Há evidências da presença e circulação do professor nas dimensões da Escola Normal Nossa Senhora das Dores, o que nos leva a julgar que outras aproximações com finalidade didática possam ter ocorrido, como foi

até mesmo afirmado em depoimento de uma ex-aluna. Diante disso, sinalizamos o nome de Paul Monroe entre as referências de manuais adotados na instituição Colégio Nossa Senhora das Dores.

Ao sinalizar que o exercício de escrita da História, no âmbito da escrita de uma história disciplinar, dentro da própria História da Educação, exigiu de nós habilidades minuciosas. Entende-se que em face das tantas alterações ocorridas na legislação educacional, as disciplinas que estiveram configuradas em dados momentos desapareciam em outros, demonstrando o quão defasada se apresentou a proposta curricular para a formação de professores nas Escolas Normais do início do século XX até seus meados.

No que diz respeito às ciências pedagógicas, com a criação de Cadeiras disciplinares para a educação, o próprio ensino de História da Educação adquiriu, ao longo do tempo, várias nuances, às vezes com personalidade própria como na História da Civilização, na História da Pedagogia e na História e Filosofia da Educação. Integradas ainda às Cadeiras ou Cátedras de Higiene e Pedagogia, seria uma simples nomenclatura talvez criada pelo Ministério da Saúde e Educação? Cumprir à risca o currículo prescrito para as Escolas Normais do Estado de Minas Gerais parece ter sido um grande desafio para a Escola Normal Nossa Senhora das Dores.

Nessa relação, percebe-se uma certa porosidade, no que se refere aos limites existentes nas dimensões e fronteiras da História da Educação no Brasil, especialmente no que se refere às instituições religiosas, em especial na Escola Normal Nossa Senhora das Dores, tomamos como referência a interação e influência mútua entre instituição educacional e a sociedade em que ambas encontravam-se inseridas. No universo da escola confessional, esses limites podem estar aparentemente evidentes, ao apostarmos que a integração entre ensinamentos religiosos e práticas educacionais estivessem em harmônica simbiose.

Quanto aos Manuais de Ensino, em especial os que faziam referência ao ensino da disciplina História da Educação, há registro documental em que constam referências e conteúdo programático, conforme anexados ao corpo do texto dessa tese. Entretanto, nenhum material físico foi encontrado no acervo, arquivo ou biblioteca, sendo aqui consideradas apenas evidências.

A instituição Colégio Nossa Senhora das Dores se servia não somente da almejada equiparação, com a regulamentação junto às escolas públicas do Estado de Minas Gerais, como também da publicação dos programas de ensino divulgados nos impressos da Revista de Ensino de Minas Gerais, além dos desdobramentos inerentes à legislação vigente, observando-se as prerrogativas e normativas em níveis nacional e estadual, no âmbito das prescrições legais estabelecidas para o Estado de Minas Gerais.

Desse modo, as evidências apontam para o desenvolvimento de um trabalho educacional voltado à formação de professores, concomitante à legislação educacional mineira, permeado às bases curriculares, considerando a estrutura da instituição como escola de segundo grau reconhecida.

Por tanto pode-se constatar que o ensino disciplinar da História da Educação esteve configurado nas grades curriculares ao longo da história da Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Para além da nomenclatura, ao estabelecer aproximações com as demais ciências pedagógicas como a História da Civilização, a História da Educação, e como componente integrado a alguma das cadeiras existentes, observando-se, também, que no final dos anos 1960 ela se apresentava como uma disciplina não obrigatória de formação livre. A instrução deu-se durante muito tempo principalmente pela transmissão oral, do notório saber com aulas expositivas, em que as estudantes anotavam o que os professores ensinavam. Ao mesmo tempo, as estudantes que tinham boas condições financeiras, adquiriam os manuais na única livraria da cidade e ainda havia a situação de compartilhamento de material entre as alunas. A instrução livresca, o registro dos conteúdos de ensino e a memorização funcionavam como mecanismos coercitivos e disciplinadores. Percebemos essas nuances ao analisar os depoimentos das pessoas entrevistadas durante o período em que se deu a investigação.

O ensino de História da Educação nas Escolas Normais no século XX ligadas a vertentes tradicionais assentavam-se em uma base teocêntrica nos domínios da História, principalmente no que diz respeito às produções no campo da História da Educação. Os currículos e programas de ensino inculcavam bases teóricas fundamentalmente arraigadas a concepções eurocêtricas como Rousseau, Pestalozzi, dentre outros evidenciados inicialmente neste estudo. Nessa perspectiva privilegiava-se a disseminação de um cânone presente no arcabouço de construção do conhecimento considerado fundamental para a formação docente.

Contatando assim a presença de lacunas no que se refere ao protagonismo da disciplina História da Educação na Escola Normal Nossa Senhora das Dores. Identificamos ter havido a necessidade da proposição de ações que oportunizassem a compreensão e o entendimento de uma abordagem crítica acerca do ensino disciplinar da História da Educação nesta instituição.

O pensamento e as teorias educacionais foram aprimorados a partir do surgimento de novas correntes no campo das ciências pedagógicas, tendo sido influenciadas, por vezes, pelo construtivismo presente no ideário progressista atrelado à pedagogia crítica e com o advento do escolanovismo. Aos poucos a disciplina foi sendo configurada nos currículos e programas de ensino vigentes, conforme modificações propostas pelas várias reformas de ensino ocorridas ao longo do tempo.

Apesar da vertente escolanovista, o ensino e o processo de aprendizagem, enquanto relação de produção de conhecimento e aplicação didático-pedagógica, baseavam-se no processo de memorização, tendo sido aplicados mecanismos extremos de avaliação perpassando provas orais com sorteio de temas e formação de bancas em um ambiente de forte tensão e exigência por bons resultados, tanto no que se refere à instituição quanto às normalistas que não admitiam ser taxadas de incompetentes ou incapazes para o exercício do magistério.

As grades curriculares acompanhavam as normativas e prerrogativas estaduais dadas às condições para equiparação às escolas normais públicas como a Escola Normal Modelo que figurou como referência para disciplinar a organização dos programas de ensino a serem desenvolvidos em Minas Gerais, tanto nas Escolas Normais oficiais como nas Escolas Autorizadas.

O acervo bibliográfico atendia em parte à instituição, conforme observamos em documentos e iconografias aqui tratados e com atribuições e personalidade de fonte histórica que referendou títulos e autores, bem como a organização do espaço de forma catalogada que abarcou possíveis títulos interessantes em nosso estudo em um único compartimento componente do *pedagogium*.

Na presente análise pode-se constatar que os livros ou manuais nem sempre estavam ao alcance de todas as estudantes, podendo ser considerados, nesse contexto, não somente os aspectos econômicos, levando em conta que apesar de ser uma instituição elitista, também estavam em seu quadro estudantes contempladas com os “benefícios” concedidos em função da equiparação com as escolas estaduais.

Realmente o ensino disciplinar da História da Educação não foi tão evidente na própria história presente nas grades curriculares da instituição. Fatores diversos como a junção de cadeiras ou mudanças de nomenclatura podem ter propiciado tal efemeridade, considerando o prisma existente na questão voltada a interesses políticos, sociais e no contexto no qual ocorreram as sucessivas reformulações no ensino como um todo.

História da Educação, História da Civilização e Filosofia da Educação parecem ter se correlacionado durante o recorte temporal abordado. Entretanto, o fazer formativo no contexto em que se realizava a educação feminina, e não da professora, está evidente nas vezes em que o currículo e as grades curriculares podem ter sido burlados. Isso pode ter ocorrido devido à dificuldade em enviar as atualizações sobre a organização dos programas de ensino e na aparente ênfase dada para que os programas enviados fossem sempre fielmente cumpridos no âmbito dos cânones, dos preceitos e da acepção cristã em que se firmavam os anseios de uma sociedade conservadora ainda em formação durante o século XX.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV 2005.

AMES, José Luiz. Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 31 (2): 137-152, 2008.

ARAÚJO, José Carlos de Souza; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloeber Tárσιο de. **O ensino de história da educação**. Marta Maria Chagas de Carvalho, Décio Gatti Júnior (Org.) *Haveria uma Historiografia Educacional Brasileira expressa pelos Manuais Didáticos publicados entre 1914 e 1972?* Vitória: EDUFES, 2011. p. 95-143. v.6. Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil.

BASTOS, M. H. C. **Uma biografia dos manuais de história da educação adotados no Brasil (1860-1950)**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., Anais... Uberlândia: EDUFU, Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, 2006. p. 334-349.

BILHARINHO, José Soares. História da Medicina em Uberaba. Edição. Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Bolsa de Publicações do Município de Uberaba. 1983 III Volume – Medicina. Médicos. Comunidade. Documentário. 1251 páginas – Pág. 933 Início Gripe Espanhola. Pesquisa realizada no APU – Arquivo Público de Uberaba-MG, em 05 jun. 2024. Acesso físico disponibilizado para o pesquisador via agendamento por e-mail com Vânia.

CASPARD, Pierre. **Igreja, religião e ensino elementar antes das leis de laicização europeias: um reexame crítico de suas relações**. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. *História da Educação*, SPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 19, p. 23-37, abr. 2006. Disponível em <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

CHERVEL, A. (1990). **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. *Teoria & Educação*, 2, p. 177-229.

EDUFU – 2019. 382 p (v. 3) II. **In: As Reformas Educacionais em Minas Gerais: dos ambiciosos ideais formativos em âmbito estadual à preparação para o trabalho nas Políticas Nacionais (1892-1976)**. Décio Gatti Júnior & Rosângela Maria Castro Guimarães.

ESCOLANO BENITO, Augustin. A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia/ Augustin Escolano Benito; [tradução e revisão técnica Heloísa Helena Pimenta Rocha, Vera Lúcia Gaspar da Silva]. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A história do ensino de história da educação no Brasil: Aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000)**. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 219-246, Set/Dez 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>

GATTI JR, Décio. **Reflexões teóricas sobre a história das instituições educacionais**. V.6, nº. 2 – jul./dez. 2000. p. 131-147.

GONDRA, J.G.; SILVA,CS. História da Educação na América Latina: Ensinar & escrever. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Rosangela Maria. **O ensino de História da Educação na Escola Normal – Entre o prescrito e a realidade escolar (Uberaba, Minas Gerais, 1928-1970)**. EDUFU (2016). Série Monografias, vol. 4

GUIMARÃES, Rosangela Maria. **O percurso institucional da disciplina História da Educação em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 1970)**. Tese de Doutorado. 29-ago-2012.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Tradução de Gisele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, jan./jun. 2001 n° 1

LOPES, M. A. B. e outros. (1986). **Dominicanas: Cem anos de missão no Brasil**. Uberaba: Vitória.

LOPES, Maria Antonieta Borges. SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. MANNA OP (Ordem Pregadora). Irmã Maria Beatriz (Org.). **Primórdios das Dominicanas no Brasil Central**. 2020. 235 p. Il. Em comemoração ao Aniversário de 200 anos de Uberaba-MG.

LORENZ, Karl. A História da Educação e o Ensino Pós-Secundário nos Estados Unidos (1840-1910), 2009, p. 131-56. In: GATTI Jr, Décio; MONARCHA, Carlos; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **O Ensino de História da Educação em Perspectiva Internacional**. Uberlândia/MG: EDUFU.

MANOEL, I. A. (1992). **A presença católica na educação brasileira: 1859-1959**. Didática. São Paulo, n° 28, p. 25-39.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **O enigma do passado: construção social da memória histórica**. Textos de História. Vol. 15, n° 1/2, 2007.

MELO, Geovana Ferreira. Por trás dos muros escolares: **Luzes e Sombras na Educação Feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores – Uberaba 1940/1966)**. Dissertação de Mestrado, 2002.

MONARCHA, Carlos. **Práticas de escrita da História da Educação: o tema da Escola Nova nos manuais dos autores brasileiros**. In o Ensino de História da Educação em perspectiva internacional. Uberlândia, EDUFU, 2009.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da república (1889-1930)**. Belo Horizonte: Centro regional de pesquisas educacionais de Minas Gerais, 1962. 608p.

NUNES, Clarisse. **Ensino e historiografia da educação. Problematização de uma hipótese**. Revista Brasileira de Educação. 1996. P. 67–79.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. Schola Mater A antiga escola normal de São Carlos. EdUFSCAR, 2021.

NÓVOA, António. História da Educação: percursos de uma disciplina (*). *Análise Psicológica* (1996), 4 (XIV): 417-434.

OLIVEIRA, S.T. (1989). Racionalizando a maternidade e o saber-fazer doméstico: Programa de Economia Doméstica e Puericultura da Escola Profissional Feminina de São Paulo, de 1929. *Pesquisa Histórica: Retratos da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, pp 49-52.

PEIXOTO, Afranio. NOÇÕES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2.ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3.^a. **ATUALIDADES PEDAGÓGICAS**. Vol.5. 1936. Companhia Editora Nacional São Paulo.

PINSK, Carla Brassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. 2.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008. Vários autores. Verna Alberti.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. [Tradução de Guilherme João de Freitas}. Coleção História e Historiografia. 2.ed. 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RAGAZZINI, Dário. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? Tradução de Carlos Eduardo Vieira. *Educar*, Curitiba, n. 18, p. 13 a 28, 2001. Editora da UFPR.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. **Ensino Superior e formação de professores em Uberaba, MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos**. Dissertação de Mestrado defendida em 230 2007, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Uberaba, 2007.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges. A longa, concreta e imaginária presença dos manuais de história da educação estrangeiros no Brasil (1930 – 1980). *Revista Brasileira de História da Educação* (v. 23, 2023) Dossiê.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930 – 1960)*. 7ª Edição 1978, Editora Vozes Ltda. Rua Frei Luís, 100, Petrópolis, RJ Brasil.

SAVIANI, Demerval. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 147-167, 2008.

SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**. Nº 4 jan/dez. p. 27-33. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Uberaba: Editora do Autor, 2005. 232 p.

SOARES, Alexandra Leal, 1974 - O Ensino de história da educação nas Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino - Fista (Uberaba, Minas Gerais, 1951-1980) [recurso eletrônico] / Edilene Alexandra Leal Soares - 2022.

SOMMA SILVA, José Cláudio. FAVARO, Marta Regina Gimenez Favaro. Paul Monroe e a circulação de uma modalidade narrativa para se pensar e ensinar as histórias da educação.

STEPHANOU, Maria. **O ensino de História da Educação na História da Faculdade de Educação da UFRGS: primeiras aproximações**. APHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p.293-300, abr. 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a Descentralização da Educação. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A Educação nas constituições brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996, p. 55-67.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. 2000. Mai/Jun/Jul/Ago.N.º 14, p. 61-88.

THOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. Tradução de Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. Artigos. Texto resultante de palestra realizada na UFMG, 2000. 20 p. (8-28).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. 2009. 15p.

FONTES CONSULTADAS

Acervo Material. Museu da Capela. Realização de Registro Documental (Incluindo iconografia).

DECRETO N. 10.142. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 27 de novembro de 1931. Dá instruções sobre os exames de prática profissional nas Escolas Normais. Olegário Dias Maciel. Noraldino Lima.

DECRETO LEI N. 11.905. Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 30 de março de 1935. Eleva a Escola Normal de 2º grau o Collegio “N. S. das Dôres, de Uberaba. Benedicto Valladares Ribeiro. Ovídio Xavier de Abreu.

DECRETO LEI N. 63 de Belo Horizonte, 15 de janeiro de 1938. Suprime seis Escolas Normais oficiais e revoga os artigos 157, 158, 159 e 160 do decreto 11.501, de 31 de agosto de 1934.

DECRETO N. 8.245 de Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 1928. Crêa escolas normaes de primeiro gráo em Dores do Indayá, Paracatú, Santa Rita do Saapucahy, Itabira, Montes Claros e Leopoldina e do segundo gráo em Uberaba, mantidas nessa categoria as de Belo Horizonte, juiz de fora e outro fino. ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA. Francisco da Silva Campos.

LEI N. 1.143 – de 5 de setembro de 1930. Art. 2º Nas localidades onde houver escola normal mantida pelo Estado ou por este reconhecida, não serão reconhecidos, para fins de equiparação a escolas normaes, quaesquer outros estabelecimentos de ensino.

LEI N. 80, de 22 de dezembro de 1947. Modifica o currículo de 2º ciclo do ensino normal. Dada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 22 de dezembro de 1947. Milton Soares Campos. Abgar Renalt.

LEI N. 284, de 23 de novembro de 1948. Reestabelece a Escola Normal de Uberaba. Dada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 23 de novembro de 1948. Milton Soares Campos. Abgar Renault. José de Magalhães Pinto.

Livro de Matrícula 1943. Termo de Abertura: contém 50 folhas e destina-se a fim supra indicado para o Curso de Formação de professores. Janeiro de 1943. Irmã Maria Lúcia (Secretária).

Livro de Registro de Correspondências. 1905-1938. Arquivo Particular do CNSD. 2022-2023.

Livro Termo de Fiscalização da Inspeção. 1945,1946,1947,1948,1949,1950, 1958 (Laura Pinheiro); 1958 (Eunice de Souza Lima), 1959 (Terezinha Pereira Valle Perez) Fiscal Substituta em 1956,1957.

Livro de Termo de Visita. 22 de maio de 1944. Laura Pinheiro, Fiscal. Uberaba, 1 de outubro de 1906. O fiscal do governo Josué da Costa Laja. Com 50 folhas rubricadas.

ENDEREÇOS VISITADOS ELETRONICAMENTE

Lei n.º 41 de 3 de agosto de 1892. Da nova organização à Instrução Pública. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1892-08-03;41>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Lei nº 281, de 16 de setembro de 1899. DÁ NOVA ORGANIZAÇÃO À INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1899-09-16;281>. Acesso em 30. jun. 2022.

<https://www.uberabaemfotos.com.br/2017/06/artigo-frei-eugenio-maria-da-genova.html>. Acesso em: 02 nov. 2022.

<https://arquidiocesedeuberaba.org.br/os-sinos-da-igreja-sao-domingos/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

<https://opusdei.org/pt-br/article/ars-e-o-fundador-do-opus-dei/> . Acesso em: 20 out. 2022.

LISTA DE DEPOIMENTOS OBTIDOS

GOMES, Arahilda. Entrevista com Arahilda Gomes. Uberaba, 25 de janeiro de 2023 , concedida a Marlon César Silva (gravado em áudio, seguido de transcrição, 3 p.).

MISIARA, Maria Luiza Carneiro. Entrevista com Maria Luiza Carneiro Miziara. Uberaba, 26 de abril de 2023, concedida a Marlon César Silva (gravado em áudio, seguido de transcrição, 2.p).

RISCHITELI, Celina. Entrevista com Celina Rischiteli. Uberaba, 17 de abril de 2023, concedida a Marlon César Silva (gravado em áudio, seguido de transcrição, 3 p.).

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CESSÃO GOMES, ARAHILDA.

TERMO DE CESSÃO

Eu Arahilda Gomes Alves, portadora do RG de n.º MG - 892.950, emitida pela SSP/MG, autorizo, em caráter gratuito o pesquisador MARLON CÉSAR SILVA, portador do RG de n.º MG9.217.218, emitida pela SSP/MG, a utilizar, citar, mencionar ou publicar em parte ou na íntegra, entrevistas ou imagens concedidas por mim em Tese de Doutorado que está a elaborar, a respeito do Ensino de História da Educação na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores no município de Uberaba-MG. Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberaba, 25 de janeiro de 2023.


Arahilda Gomes Alves

ANEXO B – TERMO DE CESSÃO MISIARA, MARIA LUIZA CANEIRO

TERMO DE CESSÃO

Eu MARIA LUIZA CARNEIRO MISIARA, portadora de RG de n.º 340.168, emitida pela SSP DF, autorizo, em caráter gratuito o pesquisador MARLON CESAR SILVA, portador do RG de n.º MG9.217.218, emitida pela SSP/MG, a utilizar, citar, mencionar ou publicar em parte ou na íntegra, entrevistas ou imagens concedidas por mim em Tese de Doutorado que está a elaborar, a respeito do Ensino de História da Educação na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores no município de Uberaba-MG. Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

MARIA LUIZA CARNEIRO MISIARA

Uberaba, 26 de abril de 2023.

ANEXO C – TERMO DE CESSÃO RISCHITELI, CELINA.

TERMO DE CESSÃO

Eu Celina Rischitelli, portadora do RG de n.º MG 12.590.987, emitida pela S.S.PMG, autorizo, em caráter gratuito o pesquisador MARLON CÉSAR SILVA, portador do RG de n.º MG9.217.218, emitida pela SSP/MG, a utilizar, citar, mencionar ou publicar em parte ou na íntegra, entrevistas ou imagens concedidas por mim em Tese de Doutorado que está a elaborar, a respeito do Ensino de História da Educação na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores no município de Uberaba-MG. Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Uberaba, 17 de abril de 2023.

Celina Rischitelli
ASSINATURA

ANEXO D – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS CNSD



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Mestrado/Doutorado

E-Mail: ppged@faced.ufu.br

Av. João Naves de Ávila, n° 2121- Campus São Mônica – Bloco “G”. CEP 38.400-092 – Uberlândia/MG. Telefax:
(034) 3239-4212

ANEXO I

PROJETO EXECUTIVO DE PESQUISA

MARLON CÉSAR SILVA

Professor Dr. Décio Gatti Júnior

Roteiro Para Entrevista

O objetivo da entrevista será primeiramente, conhecer as práticas de ensino, da Disciplina História da Educação, aplicadas pelos (ex) docentes enquanto em atuação na Escola Normal do CNSD (Colégio Nossa Senhora das Dores) de Uberaba, Minas Gerais, Brasil, no período compreendido entre os anos de (1928 – 1971).

Por conseguinte, pretendemos conhecer o perfil das ex-alunas da escola Normal, tencionando nesse contexto, estabelecer relações para análise das informações e concomitantemente a produção de fontes que possam assim subsidiar a escrita da Tese de doutoramento.

Roteiro elaborado para entrevistas com ex-professores (as): (Proposta)

- 1- Como se dava o preparo docente para ministrar as aulas de História da Educação nas classes de formação de professoras na Escola Normal do CNSD?

ENTREVISTADO (Citar pro/nome) você, Senhor (a):

- 1 – Você poderia falar um pouco sobre sua escolha para atuação no CNSD?
- 2 – Como foi o seu ingresso e de onde você veio, ou seja, qual foi a sua formação inicial?
- 3 – O que o (a) motivou a escolher essa profissão?

- 4 – Quando você foi escolhido (a) para trabalhar no CNSD e de que modo você preparava o curso que seria ministrado?
- 5 – Você já tinha algum preparo ou experiência anterior?
- 6 – E como você montava os seus programas de ensino?
- 7 - A partir de quando você começou a dar aulas de História da Educação?
- 8 – Que tipo de provas você fazia? Havia outra forma de avaliação além da prova formal?
- 9 – Que impressão você tinha dos resultados de aprendizagem? Todas (os) os (as) alunos (as) aprendiam?
- 10 – Você por acaso teria algum material daquele tempo? Fotografias, registros de conteúdo, relatórios ou materiais de ensino que pudesse mostrar e deixar registrar uma imagem?

Roteiro elaborado para entrevistas com ex-alunas.: (Proposta)

- 1 – Como você soube da existência da Escola Normal do CNSD?
- 2 – Como aconteceu o seu ingresso na Escola Normal do CNSD?
- 3 – De onde você veio?
- 4 – Como você realizava o registro dos conteúdos ensinados?
- 5 – Em que materiais você realizava os estudos da Disciplina História da Educação no CNSD?
- 6 – Quem foram seus professores de História da Educação? Algum deles tinha alguma característica particular
- 6 - Você por acaso teria algum material de sua época de estudante guardado? Por exemplo, alguma outra forma de registro como (documentos, anotações, fotografias, cadernos, provas, certificados).
- 7 – Qual foi sua trajetória profissional após a conclusão do curso na escola Normal do CNSD?